

TRABALHOS
DA
SOCIEDADE
PORTUGUESA
DE
ANTROPOLOGIA
E
ETNOLOGIA

IX

1939-42





TRABALHOS

DA

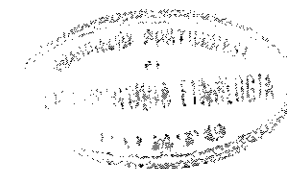
Sociedade Portuguesa

DE

Antropologia e Etnologia

VOLUME IX

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA



PÓRTO

Séde da Sociedade: INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA—Faculdade de Ciências

1939-1942

3622

TRABALHOS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA



VOL. IX — FASC. 1 E 2

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA

PORTO, 1939

NUCLEO DE PERIODICOS

FLUP-BIBLIOTECA <>



769675

GENTE DE MENONGUE

POR

ALEXANDRE SARMENTO

Médico dos Serviços de Saúde de Angola
Sócio efectivo da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

INTRODUÇÃO

Coisas e almas do sertão! Coisas fantásticas, almas estranhas...

Sobre ambas curiosamente me debrucei, procurando surpreender umas e outras no seu verdadeiro «clima», para assim melhor as poder compreender e interpretar.

Vivendo eu em Menongue, longe, muito longe, do bulício do mundo, por antiga mas sempre viva curiosidade pelos estudos antropológicos e etnográficos, refugiei-me na observação das coisas e almas do sertão para melhor poder fazer face às longas horas de isolamento e solidão.

Andei pelo mato — o mato 100 % — parando nos quimbos e sanzalas do gentio.

Percorri estradas desertas, abertas nas florestas onde a caça nobre domina e impera.

À luz misteriosa das estrelas vi dançar, em batuques desconcertantes, gentes estranhas de almas impenetráveis.

Fui às «mahambas», cerimónias de acentuado sabor mágico-feiticista, falei com «quimbandas» e «adivinhadores» de muita sanzala perdida no meio da selva...

De tudo isto me ficou uma impressão inapagável, forte, diferente de tudo o que vira até agora.

Assim, me pareceu que talvez fôsse interessante procurar descrever, embora imperfeitamente, um pouco daquilo que vi, observei e senti.

E, se acaso da leitura destas páginas um tudo nada de útil puder resultar para o mais perfeito conhecimento e interpretação das coisas e almas do sertão angolano — por contente e satisfeito me darei.

*

* * *

Vila Serpa Pinto, sede da Circunscrição Civil de Menongue, terra que traz o nome dum Homem por cuja memória eu tenho o mais profundo e agradecido respeito.

Estamos a 14° 39' 45" de latitude S., 17° 41' 31" de longitude E., a 1.360 metros de altitude e a 333 quilómetros de Silva Pôrto, o mais próximo centro de animação e vida.

É aqui, nesta região isolada, longínqua, ainda com o seu quê de misterioso, que eu centralizei as minhas observações e os meus estudos.

A quem se queira dedicar a trabalhos de antropologia e etnografia êste sertão de Menongue oferece, inegavelmente, um campo admirável e quasi inexplorado para observações e investigações de tãda a natureza.

Foi para mim um trabalho não isento de bastantes dificuldades — confesso — o poder coligir estes breves apontamentos de antropologia e etnografia, pois, o negro desta região (como, aliás quasi todos os povos primitivos) é bastante desconfiado, o que torna difícil o estudo de certas particularidades da sua vida.

Tenho a certeza que neste meu trabalho se encontram sem dificuldade muitas lacunas, imperfeições e erros, possivelmente. Espero, contudo, que todos êles sejam julgados com benevolência, pois ao escrever estas notas outro intuito me não moveu

que não fôsse o de tornar melhor conhecida esta zona do território da Colônia e o de trazer, dentro do fraco limite das minhas possibilidades, modesta contribuição ao estudo dos problemas etnológicos de Angola.

I

Os grupos étnicos

Numa memória sôbre a etnologia dos ovampos de Angola citou, logo de entrada, o seu autor — o Dr. Germano Correia — estas palavras do Professor Verneau de Paris:

«Nul n'ignore la complexité des problèmes qui soulève l'ethnologie du continent noir et de l'Afrique Occidentale en particulier.

«Partout l'anthropologiste se trouve en face d'un amalgame de races qui se sont mélangées souvent au point de former aujourd'hui un chaos presque inextricable».

Ao tentar fazer um breve estudo etnológico dos povos que habitam a região de Menongue (Menongue, Cuchi, Longa e Cuito Cuanavale) nenhuma outra citação mais autorizada e apropriada do que esta me poderia, também, servir para abrir as minhas considerações.

Povos autoctones desta região são os ganguelas (compreendendo nesta designação os ganguelas pròpriamente ditos e os nhembas, com quem têm estreitas afinidades) e os ambuelas.

Mas além dêstes povos, que são inegavelmente os que predominam, temos também de fazer larga referência aos quiôcos, que em grande número e de há muito se encontram espalhados por tãda a região de Menongue, sendo hoje completamente impossível pretender fazer-se um estudo dos povos destas terras sem dêles fazer menção.

O facto deirmos aqui encontrar os quiôcos explica-se facilmente em virtude da larga emigração dêstes povos, que assim se vão estabelecer em regiões bem distantes do seu país de origem. Já no seu belo livro *Como eu atravessei África* o grande Serpa Pinto nos fala da surpresa que lhe causou o ir encontrar quiôcos em pleno país dos luhazes, facto também por êle explicado pela constante emigração quiôca.

Ganguelas, ambuelas e quiôcos são, pois, os grupos de longe predominante no xadrez étnico do sertão de Menongue.

Embora ainda hoje uns e outros conservem muitas das particularidades que caracterizam a sua vida, o observador atento não poderá, contudo, deixar de notar que, pela longa permanência de todos na mesma região, se tem vindo operando, lentamente, um sincretismo etnográfico dos três grupos étnicos em muitos dos sectores da sua actividade material e espiritual.

A falta de material e instrumentos especiais impediu-me de levar mais longe o estudo antropológico dos negros de Menongue.

O que se segue são pequenas e insignificantes observações feitas no vivo, em homens, — mas que todavia, a-pesar-de incompletas, não deixam de ter interêsse para quem depois as quiser continuar, ampliar e, porventura, corrigir.

GANGUELAS:

Cabeça:— Vista de cima para baixo, em norma verticalis, a cabeça é dolicocefala em 85 % dos indivíduos examinados.

Vista de perfil a frente é sempre inclinada.

Não se observa prognatismo acentuado (1).

(1) Segundo Deniker e Laloy o índice cefálico médio dos ganguelas é 75,3—Cfr. J. A. Pires de Lima, *Os povos do Império português*. Porto, 1938.

Pele:— A pele é quasi sempre castanho-escura.

Não notei tatuagens nos individuos que observei, o que de resto não admira, pois os ganguelas não usam fazê-las. As mulheres, porém, fazem-nas, quasi sistematicamente.

Estatura:— A estatura é elevada, pois a média global, em posição vertical, é de 1^m,73.

Olhos:— É sempre pequeno, e às vezes muito reduzido, o desenvolvimento das arcadas supra-ciliares.



Fig. 1 — Raperiga nhemba (ganguela)

Notam-se, como adorno, missangas à volta do pescoço e pulseiras metálicas (*macai* em língua ganguela) no braço direito. Também se notam no peito incisões várias (*tchimbumbo*), mutilações feitas com o fim de enbelezamento.

Num plano posterior, à esquerda, vê-se uma indígena, também nhemba, de costas.

A notar, como coisa interessante, as plumas (*malengui*) que traz na cabeça, e que são usadas apenas nos dias de festa.

É constante a rica vascularização da conjuntiva e a prega semi-lunar. A íris é negra.

Cabelos:— São sempre cortados, pretos e crespos.

O sistema piloso é sempre de rudimentar desenvolvimento e limitado à cabeça, axilas, pubis e barba. As sobrancelhas são, em regra geral, pouco desenvolvidas.

Bôca: — Os lábios são em regra grossos e negros, ou negro-violáceos.

O comprimento da bôca é em média de 6 cm.

Os dentes são quasi sempre brancos e em 90 % dos individuos observados estavam limados em triângulo os dois incisivos médios superiores.

Fronte: — A fronte é moderadamente inclinada. As maçãs do rosto são pouco salientes, em regra.

Pulso: — Rítmico, com 73 pulsações por minuto, em média.

Respiração: — Dezóito movimentos respiratórios por minuto. Tipo respiratório costo-inferior.

Sangue: — O quadro hemático revela uma eosinofilia moderada (5 a 10 %), que considero fisiológica, pois os individuos observados e nos quais ela se revelou, não sofriam de qualquer doença susceptível de dar essa alteração leucocitária. Não pude investigar os grupos sangüíneos.

QUIÓCOS:

Cabeça: — Vista de cima para baixo, em norma verticalis, a cabeça é dolicocefala em 70 % dos individuos examinados.

Vista de perfil, a fronte é sempre inclinada. Não se observa prognatismo acentuado (1).

Pele: — A pele é quasi sempre castanho-escura ou preta. Em 66,6 % dos individuos observados notei tatuagens na face, braços e tórax. Delas falarei mais adiante, em capítulo especial.

Estatura: — A estatura é elevada: a média global, em posição vertical, é de 1^m,71.

Olhos: — Idênticas observações às dos ganguelas.

(1) Segundo o Prof. Mendes Corrêa, o índice cefálico dos quiócos é 77,1 (*Quiócos, Luimbes, Luenas e Lutchazes*, in « Arch. de Anat. e Antrop. », vol. II).

Cabelos: — Idênticas observações às dos ganguelas.

Bôca: — Os lábios são sempre grossos, negros ou negro-violáceos.

O comprimento da bôca é em média de 6 cm.

Os dentes são, em regra geral, brancos e em 85 % dos individuos observados notei que eram limados e pontegudos.

Fronte: — A fronte é inclinada. As maçãs do rosto são sempre pouco salientes.

Pulso: — Rítmico, com 80 pulsações por minuto em média.

Respiração: — Vinte movimentos respiratórios por minuto. Tipo respiratório costo-inferior.

A alimentação. O alcool e o tabaco

Dum modo geral, pode afirmar-se que é monótona e pouco variada a alimentação dos povos de Menongue, e deficitária principalmente em relação às proteínas, donde resulta um certo grau de miséria fisiológica do indígena.

A base da alimentação consiste numa espécie de pirão feito com farinha de milho, mandioca ou massango.

Seja com a mandioca, o milho ou o massango, o *modus faciendi* é sempre o mesmo: num pilão de madeira deitam os indígenas o produto de que pretendem obter a farinha, esmagando-o com um pau de formato cilíndrico, que muitas vezes adornam com motivos genílicos (gravura a fogo, caras humanas, etc.) e a que chamam *muiche*.

O trabalho de pilar pertence às mulheres. Geralmente são duas que se encarregam desse serviço: compassadamente, uma vez uma, outra vez outra, vão batendo, pesadamente, com os paus no pilão, até reduzir o seu conteúdo a farinha.

Para que esta fique mais fina e mais leve, fazem-na depois passar por um cêsto especial a que dão o nome de *mussalo*.

O mussalo é feito de palha muito fina e finamente entrelaçada; tem feitio mais ou menos cilíndrico, sendo aberto apenas em cima. A farinha é nêle deitada e as mulheres, segurando-o na parte superior, imprimem-lhe rápidos movimentos circulares, saindo a farinha peneirada pelos interstícios da palha.

Esta farinha assim obtida (conhecida, entre os europeus, pelo nome de fuba) chama-se *unga* entre os pretos.

A unga é posta nas panelas com água e assim se obtém,



Fig. 2 — Pilando a fuba

Fuba é a farinha obtida pela trituração do milho, massango ou mandioca, trituração essa feita num pilão onde se deita o produto, que é pisado por meio de um pau cilíndrico denominado *muiche*.

pela fervura, uma papa espessa e escura a que se dá o nome de *chibundo* (em ganguela) ou *chima* (em quiôco).

O preto come geralmente acorocado. Da panela vai tirando pedacinhos dêsse pirão de que faz bolas que são comidas juntamente com peixe e carne — quando os há...

A batata doce, a mandioca também entram em larga escala na sua alimentação.

O sal é um condimento que os indígenas não dispensam, e que procuram sempre com muito interesse.

Os ambuelas da região do Cuito fazem largo uso do mangongo, oleaginosa de muito valor nutritivo.

A pesca é feita primitivamente, usando o indígena para isso uns cestos especiais a que dá o nome de *tambi*.

Como para todos os povos, a água potável tem entre os indígenas um grande valor.

Por ser esta região extremamente rica em cursos de água, é dos rios que se abastece a população.

As mulheres vão buscar a água, servindo-se para isso de cabaças de talhe airoso e elegante (*sua*, em ganguela).

Como todos os rios africanos, também estes são bastante povoados de crocodilos. E mais do que uma vez o temível *gando* tem conseguido banquetear-se com os pobres indígenas que se debruçam nas margens a encher as suas cabaças.

Mas, a-pesar disso, os negros continuam, imprevidentemente, a ir sempre ao mesmo sítio apanhar a água, pois o jacaré só apanha o preto que esteja enfeitado...

Onde não há rios ou fontes, os negros fazem cacimbas, cuja água, porém, é sempre má, barrenta e lodosa.

As bebidas alcoólicas são muito apreciadas, pois, infelizmente, quasi todos os negros se entregam, em maior ou menor escala, aos abusos do álcool.

As bebidas de mais largo consumo são o hidromel (*uãluam-púca*), o vinho obtido pela fermentação do massango (*uãluamasango*) e o obtido da batata doce, também por fermentação.

É notória a decadência física do indígena desta região (especialmente o ganguela), facto que se não pode deixar de atribuir, em parte, aos excessos alcoólicos.

Como o civilizado que procura no cigarro o lenitivo para as horas de nostalgia e desesperança, ou mesmo o companheiro amigo de todos os momentos, — assim também o negro gosta de pedir ao tabaco o prazer do seu lento envenenamento.

Aqui, homens e mulheres fumam — e aqui, primeiro que nos países civilizados, as filhas de Eva aprenderam a fumar . . .

O indígena usa o cachimbo vulgar — *maueca* — ou, então, uma pequena cabaça, extremamente curiosa e por vezes ornamentada com certa graça, a que aplicam um tubo por onde aspiram o fumo do tabaco, colocado no outro lado.

A êste cachimbo se dá o nome gentílico de *mutopa*. É também na *mutopa* que o prêto fuma a *liamba* (ou *cangonha*), o terrível cânhamo, que tão caro faz pagar o prazer do seu delírio.

A habitação

O tipo de habitação de todos os povos desta região é a cubata, havendo a distinguir três tipos principais: a cubata cônica, a circular e a rectangular (1).

São tôdas constituídas por um esqueleto de troncos de árvores firmemente implantados no chão, sendo depois os espaços compreendidos entre êsses troncos preenchidos por adobe, barro, ou capim, e recobertas da mesma maneira.

A cubata cônica, como o seu nome claramente o indica, tem a forma de um cone, não tendo, por isso, teto pròpriamente dito. Tem apenas uma porta e geralmente o interior reduz-se a um único e acanhado compartimento.

O teto das cubatas circulares é de feição cônica e odas rectangulares (próprias, segundo Graebner, dos negros da África Ocidental) tem duas vertentes, geralmente de madeira e adobe e cobertas com capim.

O interior destas cubatas tem um ou dois compartimentos

(1) Vid. para mais detalhes Amilcar de Magalhães Mateus, *Contribuição para o estudo da habitação indígena em Angola*, in «Trab. 1.º Cong. Nac. de Antr. Colonial», vol. II, Pôrto, 1934.

(raramente mais), sempre relativamente acanhados e verdadeira Babel de esteiras, bancos, cabaças, mutongas, etc.

A distribuição das pessoas que dormem em cada cubata obedece, como em quasi todos os povos de tôdas as partes do globo, a certas ideas e princípios ligados à moral do grupo étnico.

Assim, vemos que aqui dorme o casal na cubata com os filhos apenas durante os primeiros anos de vida dêstes. Quando crescem um pouco mais deixam de dormir com os pais, sendo



Fig. 3 — Quimbo ganguela

O *quimbo* é uma aldeia indígena. Nesta figura observam-se o aspecto geral do quimbo, aconchegado à orla da floresta, as cubatas feitas e cobertas de capim.

construída uma cubata para êles. E mais tarde, com o rodar dos anos, nova separação se dá, dormindo os rapazes e as raparigas separadamente.

Os negros dormem em esteiras por êles fabricadas, ficando o homem sempre do lado mais próximo da porta, certamente para melhor e mais rapidamente poder defender, em caso de necessidade, a casa ameaçada.

Várias cubatas reunidas (o número é extremamente variável) constituem um *quimbo* ou *sanzala*.

Tôda a vida do indígena decorre ao ar livre, servindo-lhe a casa apenas para dormir ou para abrigo.

As cubatas são irregularmente dispostas, uma aqui, outra acolá, ficando entre elas um espaço de terreno onde as mulheres fazem a fuba e cozem a comida, onde os homens fumam e trabalham e onde também, nas noites tumultuosas de batuque, se dança ao som infernal dos *gingomas* e *tchinguvos*.

Certos quimbos são rodeados por altas palissadas que lhes servem de protecção e defesa, mas a maior parte dêles não tem qualquer vedação exterior.

No meio das sanzalas é costume levantar-se uma espécie de caramanchão (o *jango*) onde os negros se reúnem para conversar, contar histórias e episódios da selva, etc.

Todo o gentio tem tendência em construir os seus quimbos no meio do mato, fora e longe das estradas, certamente para mais à vontade se poderem entregar aos arreigados hábitos da sua vida material e psíquica.

O vestuário — Adornos e armas

É extremamente simples o vestuário dos indígenas de Menongue. O ganguela usa quasi sempre uma casca de árvore prêsa à cinta e que lhe desce até meio da coxa, à laia de tanga.

À cinta traz sempre uma pequena faca de mato — um cabo de madeira e a lâmina —, ou então uma espécie de punhal com cabo e bainha de madeira, a *muconda*.

O tamanho da *muconda* é muito variável, havendo algumas muito pequenas, outras enormes, e por vezes muito bonitas.

Os quiôcos, ambuelas — e também os ganguelas — usam como vestuário panos de riscado prêsos à cintura e caíndo até abaixo do joelho.

A tiracolo, e quando em viagem, usam todos pequenas bol-

sas feitas de peles, servindo-lhes estas muitas vezes também para se embrulharem e vestirem.

A pele de onça, por exemplo, é usada geralmente só pelos sobas, como símbolo de nobreza e autoridade.

As mulheres (ganguelas, ambuelas, quiôcas) vestem-se com panos e mantas, nos quais se embrulham desgraciosamente.

Muitas usam os panos apenas até à cintura, ficando com o tórax completamente nu.

Como adôrno, vemos nos tornozelos pequenos fios de missanga, que também trazem ao pescoço e em volta da cabeça. Os braços estão sempre cheios de pulseiras de metal, e do pescoço pendem contas, missangas e cruces de latão.

Os penteados são, por vezes, caprichosos e complicados, levando horas a fazer. As quiôcas e ambuelas untam os cabelos com um líquido oleoso, avermelhado — o *mucondo* — obtido da dissolução em óleo dum barro especial. Com a cabeça assim besuntada fazem então os seus penteados estravagantes, que lhes dão um ar curioso e que são, para elas, um alto motivo de embelezamento.

Os homens usam muito na cabeça pequenos pentes de madeira — *tchissaculo* — havendo alguns extremamente interessantes e bem feitos.

Em dias de festa as mulheres vestem-se com os panos de côres mais garridas e ostentam nos tornozelos, braços, pescoços e orelhas todo o complicado arsenal da *coquetterie* gentilica: pulseiras, fios de missanga, brincos de contas e de metal, cruces, berloques. As nhembas nesses dias põem na cabeça umas coroas de plumas — *malengui* — que lhes emprestam um ar altivo e exótico.

Dos dentes também procuram os indígenas tirar partido para o seu embelezamento.

Os quiôcos limam os dentes todos, que ficam ponteagudos.

Os ganguelas e ambuelas limam apenas em triângulo a parte interna dos incisivos médios superiores (1).

Sôbre a pele, e com fins puramente estéticos, executam êles coisas interessantes.

As mais constantemente observadas são as tatuagens — *muchita* —, sobretudo na face, no tórax e no ventre, e pequenas cicatrizes lineares provenientes de incisões feitas por todo o corpo, mas principalmente no tronco — *tchimbumbatchato*.



Fig. 4 — Uma nhemba em dia de festa

Na cabeça observa-se uma pluma e várias ordens de fios de missanga como enfeite. No pescoço uma cruz de metal, adôrno muito usado pelas mulheres desta região de Menongue.

As tatuagens consistem geralmente num traço longitudinal a meio da testa, desde a inserção dos cabelos à raiz do nariz. Outras vezes são pequenos traços oblíquos e paralelos, rodas, cruzeiros, ao nível das regiões malares, no peito, etc.

As tatuagens são obtidas pela impregnação da derme com

(1) Veja-se sôbre o assunto: — Hernâni Monteiro e Melo Adrião, *Mutilações dentárias*, in «Trab. 1.º Cong. Nac. de Ant. Colonial», vol. II. Pôrto, 1934.

um pó de carvão vegetal, havendo indígenas especializados nesses trabalhos.

Como armas de defesa e ataque, e além das que já mencionamos no decorrer dêste capítulo, temos a assinalar as zagaias.

As zagaias (*muivo* em quiôco, *muchiri* em ganguela) são, em geral, de madeira. Numa das extremidades — a anterior — está fixa uma lâmina de ferro, de forma variada (triangular, lanceolada, etc.).

Na outra extremidade um tufo de penas de ave dá ao conjunto uma nota curiosa de exotismo.

As zagaias são lançadas por um arco de madeira (*lucussa*), ligado nas duas pontas por uma corda de pele bem tensa.

O indígena maneja esta arma com grande destreza, sendo a sua companheira nas viagens pelo mato.

Os ambuelas — sobretudo os do Cuito — usam muito lanças em vez de zagaia.

O *jimbo*, pequeno machado com cabo de madeira ou de metal, embora sirva geralmente para cortar árvores e lenha, também se pode incluir entre as armas gentílicas.

Vi por êste interior de Menongue jimbos feitos com muito gôsto e arte. Os que pertencem aos sobas são quasi sempre objectos muito interessantes, servindo ao mesmo tempo de simbolo de fôrça e autoridade.

Organização social — Usos e costumes

A organização social dos indígenas desta região tem por base fundamental a família.

Sôbre o valor que esta assume, são muito elucidativas estas palavras do Rev. Willoughby, transcritas pelo eminente autor de *L'Âme primitive*:

« Ils (les bantou) ne peuvent admettre un seul instant qu'aucun

homme, excepté un chef, naissse libre, et ils ne peuvent concevoir comment deux hommes quelconques pourraient être égaux. Dans leur système politique, tout se fonde sur le statut personnel, et ce statut est affaire de naissance... Eh bien! tout cela veut dire que dans la société bantou, l'individu n'existe pas. L'unité est la famille».

Entre as famílias ganguela, quiôca e ambuela a diferença consiste em reinar na primeira o direito paternal e nas segundas o maternal.

Isto é, para os ambuelas e quiôcos a mãe e a sua linha é que têm os maiores direitos e domínio sobre os filhos, sendo os tios (irmãos da mãe) os que mais forte influência exercem sobre eles. A herança, de harmonia com este princípio, é feita de tio para sobrinho.

Para os ganguelas, o pai predomina sobre a mãe nos direitos sobre a sua descendência, sendo a herança transmitida de pais para filhos.

Nos três grupos étnicos é regra normal a poligamia, constituindo as mulheres uma riqueza, pois a elas compete exclusivamente o cultivo e o trabalho da terra.

Em relação ao casamento (melhor seria dizer «união sexual permanente», para empregar a expressão de W. E. Roth), é curioso constatar que esse acto é quasi sempre um prolongamento ou consequência da base da estrutura social ser a família, pois é esta que delibera e impõe a sua vontade em tais circunstâncias.

Entre quiôcos, ambuelas e ganguelas encontramos uma diferença: nos primeiros, a rapariga não é consultada, dirigindo-se o pretendente directamente à família dela. Entre os ganguelas tal «démarche» só é efectuada depois do noivo (chamemos-lhe assim) ter previamente feito a sua proposta de casamento à rapariga.

Mas em todos os grupos étnicos a sequência é depois igual:

o pretendente tem de pagar à família da escolhida uma compensação (*matemó* em ganguela, *hiahaco* em quiôco), constituída geralmente por dinheiro, gado, mantas, etc.

Este costume está extremamente espalhado, como é sabido, entre todos os povos primitivos (na África, Austrália, Nova-

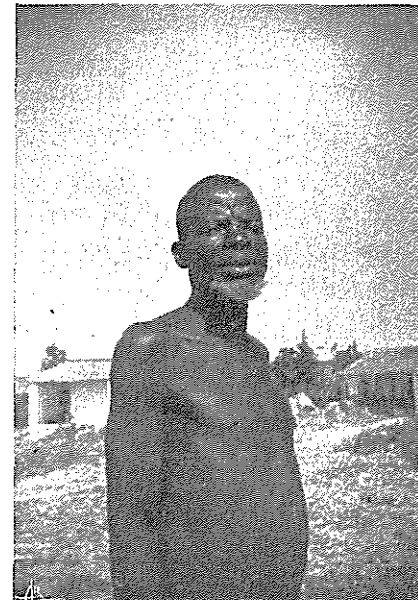


Fig. 5 — Um ganguela

Os ganguelas propriamente ditos habitam as regiões de Menongue e do Cuchi. É uma raça atrasada, indolente, rebelde à civilização europeia. Vivem ainda em estado bastante primitivo.

-Guiné, etc.), e este *matemó* ou *hiahaco* de Menongue não é mais do que o *bogadi* dos Bechuanas ou a *lobola* de muitos outros povos bantus.

O significado e a interpretação desta compensação foi proficientemente versado, entre outros autores, por Thurnwald Junob e Levy-Bruhl, parecendo-me pois inútil insistir sobre este assunto.

O adultério é aqui extremamente freqüente, principalmente entre os ganguelas.

Mas ao falar de adultério devemos esclarecer que não lhe podemos dar entre os primitivos o mesmo aspecto ou significado que entre nós.

Para o indígena o adultério é simplesmente «um roubo», como diz Levy-Bruhl, e como tal o ladrão tem de indemnizar o roubado.

Esta indemnização (o *upite*), que soluciona por completo o caso, consiste no pagamento de dinheiro, gado, roupas, enxadas, etc.

Neste particular o ganguela é bem mais exigente que o quiôco, — não sei se por ganância, se por dar maior aprêço à coisa roubada...

Outro costume muito freqüente entre os indígenas é a prática da *cussoloca*, que consiste na troca mútua das mulheres, por uma ou mais vezes, entre dois casais.

Os filhos também representam uma riqueza para o indígena e o seu nascimento é sempre desejado.

Além desta razão de ordem material, há aqui também uma razão de ordem mística que leva os pais a quererem que lhes nasça um filho.

Para eles êsse filho representa a continuidade da sua vida e nêle também têm quem lhes faça, a quando do seu falecimento (e isto é de uma importância transcendente para o indígena), as cerimónias fúnebres que são indispensáveis para o sossego e tranquillidade do morto.

Entre os ganguelas, o nome a dar aos recém-nascidos obedece a certas regras. Assim, o primeiro rapaz que nasce recebe sempre o nome de Dala, o segundo o de Cambinda e o terceiro o de Samba.

Quando nascem raparigas, a primeira chamar-se-á sem-

pre Tumba, a segunda Cacuho, a terceira Mutango e a quarta Baco.

Entre os ambuelas e quiôcos encontramos prática diferente. É ao pai que compete dar o nome aos filhos, nome êsse que é sempre o de um seu antepassado. Se acontece nascer o filho durante a ausência do pai, espera-se sempre o seu regresso para se dar o nome ao recém-nascido, pois só a êle compete fazê-lo.

Quando nasce uma criança, o pai durante os primeiros dias deve conservar-se sempre em casa ou nas suas imediações, não podendo de forma alguma entregar-se a trabalhos ou exercícios violentos.

Interrogando vários indígenas sôbre êste costume, todos me responderam sempre que o pai devia ficar em casa para tratar e olhar pela mãe da criança e por esta, e que se tal não fizesse o Calunga, que lhe dera o filho, não veria isso com bons olhos.

Isto dizem os indígenas. Mas não há dúvida alguma que êste curioso costume oferece grandes semelhanças com o que se observa, muito longe daqui, entre os índios da América do Sul e Central (Bolívia, Equador, etc.), onde o pai tem de se abster de tudo o que possa representar um esforço violento, pois pai e filho não representam, nos primeiros dias da vida dêste, senão uma e única pessoa e, assim, tudo que possa acontecer ao pai terá imediatamente repercussão e eco sôbre o recém-nascido.

Aqui, em Menongue, êste período de vigilância e cuidados do pai dura geralmente até à queda do cordão umbilical.

Haverá nisto qualquer relação com a crença tão espalhada entre os Malinkés de Ségou e de Kaarta de que a criança só nasce definitivamente depois da queda do cordão umbilical?

Cada quimbo, aglomerado mais ou menos importante de cubatas e famílias, tem o seu chefe — o *sécilo*. Êste é o representante directo do soba, pessoa que exerce a sua autoridade e influência sôbre grandes massas populacionais, por vezes.

É a êle que compete derimir as várias e complicadas questões que se levantam entre os indígenas, algumas extremamente curiosas quando entram no domínio de ocorrências que êles atribuem a fenómenos de magia: feitiços, tentativas de morte e envenenamento a distância (lei da participação de Levy-Bruhl), etc.

A dignidade de soba transmite-se geralmente por herança, passando de pais a filhos ou de tios a sobrinhos, sendo nesta região prerrogativa do sexo masculino o exercício de tal dignidade.

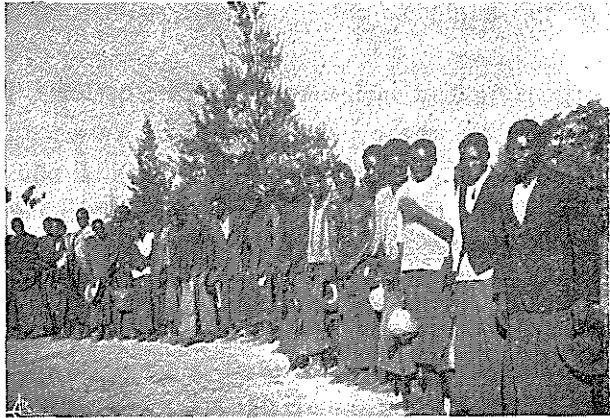


Fig. 6 — Um grupo de "sécúlos"

O *sécúlo* é a autoridade gentílica imediatamente inferior ao soba.

Cada soba tem sob a sua dependência vários *sécúlos*, que são os chefes de um ou mais quimbos (aldeias gentílicas).

A Arte

A Arte — somatório de tôdas as manifestações estéticas e vibrações anímicas do homem — também se encontra aqui, entre os negros de Menongue, facto que, aliás, não nos deve surpreender, pois é elementar em Etnografia o conhecimento de que não há nenhum povo sem arte, embora esta suba mais ou menos alto, conforme o potencial de sensibilidade e riqueza emocional dos variados grupos étnicos.

Neste pequeno trabalho, como arte consideraremos o que diz respeito à música e à dança, o que se refere às artes plásticas e ainda, até certo ponto, os contos e fábulas que andam de bôca em bôca e que os indígenas contam uns aos outros quando se reúnem nos *jangos*, acocorados em tórno das fogueiras.

É certo que muitos desses contos e fábulas estão intimamente ligados à vida religiosa e psíquica do indígena, mas muitos outros também representam apenas um passatempo para as horas de ócio.

É incontestável que a música e a dança assumem para o negro um valor mais alto que qualquer outro elemento artístico, o que se compreende facilmente, pois no sub-consciente da alma primitiva vamos encontrar essas duas modalidades de arte entrelaçada com elementos de ordem religiosa e sobrenatural, que por completo dominam e regem a mentalidade pre-lógica do primitivo.

A música está intimamente ligada à dança — e ambas, inegavelmente, às cerimónias mágico-feiticistas tanto em uso nesta região.

É música a toada monótona, sempre triste, que os negros cantam no trabalho colectivo, transporte de cargas, amanho da terra, etc., etc.

É música — embora música pobre de valor artístico — o ruído compassado, ensurdecedor, dos instrumentos do batuque, a tocar sempre, sempre a mesma coisa, com essa tendência inexorável à repetição que tão bem se nota entre os negros de Menongue.

É música ainda (e agora mais variada, menos apoiada exclusivamente no ritmo) o som agradável do quissange, sempre triste, porém, como tôda a música negra.

Como instrumentos principais temos a considerar o *tchinguvo*, o *gingoma* e o *quissange*, só a êste último, talvez, se podendo rigorosamente dar tal designação.

O gingoma é uma espécie de tambor comprido, mais ou menos cilíndrico, feito de um tronco de árvore ôco, com uma pele de animal bem esticada numa das extremidades, e na qual se percute com as mãos. Tem estreitas semelhanças com os atabaques dos candomblés brasileiros, cuja origem bantu é, de resto, conhecida.

O tchinguvo é também um instrumento de madeira, feito de um tronco de árvore ôco e polido e em cuja superfície se bate com um pau a que se chama *muxipo*.

O quissange é constituído por um pedaço de madeira leve, de feitio quási sempre rectângular, gravado a fogo, tendo num dos extremos e prêsas a uma haste horisontal uma série de linguetas de metal de variados tamanhos, linguetas essas que vibram ao tocar-se-lhes, servindo a madeira de caixa de ressonância.

O quissange não é pròpriamente um instrumento de batuque, cabendo essa designação ao gingoma e ao tchinguvo. Serve geralmente para instrumento de acompanhamento, resultando por vezes um conjunto agradável para os ouvidos europeus a voz dos negros entoando uma cantiga, enquanto o quissange vibra com tonalidades melódicas harmoniosas.

Para terminar esta breve, brevíssima resenha dos instrumentos musicais genílicos, direi que, segundo a classificação de Mabilion, Hornbostel e Sachs (citada pelo Prof. Artur Ramos), devemos considerar o tchinguvo, o gingoma e o quissange, respectivamente, como instrumentos idiofones, membranofones e cordofones.

O batuque é a dança negra — e dança que se projecta intencionalmente em todos os campos da vida do primitivo.

Vamos encontrar o batuque como elemento de diversão pura e simples e também ligado às cerimónias da medicina mágica, da iniciação, do ritual funerário, etc.

De um modo geral, é pobre como arte coreográfica. E ainda

aqui, como há pouco na música, vamos de novo identificar o *Wiederholungszwang* na pobreza e na monotonia do seu ritmo.

Assisti a batuques de quiôcos, de nhembas, de ganguelas, de ambuelas.

E a todos se pode aplicar, sem excepção, o que atrás fica dito.

Uma só dança foge à regra: é a *cauema*, ou dança do fogo dos ganguelas. Essa, sim. Cheia de movimento e de vida ela é, no panorama etnográfico destas terras, uma nota vibrante de beleza — dessa beleza que (na expressão de Keats) é uma fonte eterna de alegria:

A thing of beauty
It's a joy for ever...

De mãos dadas com a música e a dança encontramos geralmente o teatro, mesmo nas sociedades primitivas.

Das duas primeiras modalidades de arte tratamos já, embora sumária e imperfeitamente.

Com relação ao teatro, nada se pode aqui encontrar que nêle se filie, a não ser, possivelmente, os *muquixes*, cujas danças e pantomimas assumem, até certo ponto, um carácter de representação.

Como artes plásticas farei menção da escultura em madeira (figuras de seres humanos, de animais, de animais-homens) e da gravura a fogo que serve de ornamentação aos punhais, zagaías, instrumentos musicais, etc.

É inegável que certas esculturas em madeira revelam uma notável intuição artística e, às vezes, uma feliz realização.

Na grande maioria dos contos, fábulas e lendas do gentio vamos encontrar como personagens principais, agindo e falando como o homem, diversos animais, sendo a lebre um dos mais vulgares.

Êste facto dos animais figurarem nos contos e lendas como figuras reais e «humanas» é sobejamente conhecido de todo o estudioso das questões ligadas à alma primitiva, pois desde as longínquas regiões do Polo Norte às remotas paragens da Austrália se observa essa curiosa representação colectiva em relação aos animais.

Mais adiante, na segunda parte dêste trabalho, incluo alguns contos e lendas ouvidas da bôca dos negros de Menongue, e que confirmam o que acabo de dizer.

Religiosidade — A alma do indígena

Nenhum estudo como o das manifestações e sentimentos religiosos dum povo nos pode levar ao melhor conhecimento do que êle tem de mais íntimo e quási impenetrável — a sua alma. E nada melhor e mais ideal do que a perfeita compreensão da alma dum povo para chegarmos a poder levantar um pouco o véu que encobre os segrêdos e mistérios da sua vida.

Nos dois capítulos precedentes, muito embora em breves linhas, aponte alguns elementos que estão ligados com a alma do indígena. Ao tratar agora da religiosidade de outras manifestações da esfera da sua actividade espiritual, procurarei trazer mais alguns outros elementos que possam contribuir para a «devassa dos seus horizontes psíquicos», devendo porém confessar desde já que se tratam apenas de simples e desprezenciosos apontamentos.

Se há campo onde se esbarra com dificuldades enormes, é precisamente êste. Muito mais fácil se torna o estudo da actividade material do indígena, que êle mais confiadamente põe a nu. Mas no tocante à sua vida psíquica, é sempre maior a sua relutância em devassá-la e, além disso, mesmo quando nos seja possível observar e estudar muitas das suas manifestações, sentimos

que neste campo o indígena se move num terreno para nós ingrato de pisar, dada a dificuldade que tantas vezes temos em poder abarcar muitas das suas representações e manifestações anímicas colectivas.

Ganguelas, ambuelas, quiôcos, todos acreditam na existência dum ente superior que rege o mundo e os homens.

Êste ser supremo é o *Calunga* (os quiôcos dizem, muitas vezes, *Zambi*) e dêle não têm os indígenas mais do que uma idea vaga, indefinida e confusa. Temem-no e adoram-no, numa ambivalência em que, de longe, o temor suplanta a adoração.

É conhecida a influência que exerce esta divindade — o *Calunga* — sobre os povos bantus e mesmo sobre aquêles que com êles se cruzaram. Os trabalhos de Artur Ramos mostram bem como a influência religiosa bantu se verifica entre os negros brasileiros.

Num dos excelentes livros dêste ilustre etnólogo vem a citação dum trabalho de Heli Chatelain onde êste autor assinala, em Angola, várias significações da palavra *Calunga*. Nesta região, além da divindade religiosa suprema, também se dá a *Calunga* a significação de mar e de interjeição exclamativa, mas não as de morte e de título de respeito a todo o homem de importância (como refere Chatelain) e que, naturalmente, serão empregadas noutras zonas de Angola.

Além do Deus supremo, os indígenas acreditam também na existência de espíritos maus — *Dumbaisunto* — que errariam de noite pelos lugares êrmos e solitários, e que é fácil identificar, por exemplo, aos Tupapaus dos Tahitianos ou às almas penadas e do outro mundo ainda tanto da credence do nosso bom povo português.

Mas é na medicina mágica, no fetichismo e nos ritos funerários que vamos encontrar maior soma de elementos ligados à religiosidade do indígena.

Doas figuras dominam a medicina mágica do indígena: o *quimbanda* e o *adivinhador* ou *tahi*.

Sentindo-se doente vai o prêto primeiro ao adivinhador. Êste goza sempre de muito prestígio entre os do seu quimbo e quimbos próximos, e o seu segrêdo (como o dos quimbandas) transmite-se sempre e apenas de um para outro indivíduo.

O adivinhador dispõe de um arsenal complicado para as suas cerimónias mágicas. Consultado, êle começa por poisar cuidadosamente no chão, com gestos de ritmo misterioso, um arco de metal que é a representação do «quimbo» do paciente. Depois, sucessivamente, vai colocando em tórno pequenas figuras de madeira (que são o doente, a família, etc.), pedras, unhas e cascos de animais, moedas, tudo besuntado num líquido oleoso e avermelhado que só êle sabe preparar.

Assoprando num chifre de boi e levando à bôca pedacinhos de certa comida por êle preparada o adivinhador vai dizendo, em palavras rituais, o que vê e sentenciando a causa do mal: ou o indivíduo está doente do corpo — e neste caso o adivinhador diz que só o quimbando o poderá curar —; ou, então, está doente da «alma» (à falta de melhor expressão nossa), talvez porque quando da morte dalgum parente seu não lhe tivessem sido convenientemente feitas as cerimónias clássicas do ritual funerário — e nesse caso será necessário fazer uma *mahamba*.

A *mahamba* é uma cerimónia mágico-fetichista que perfeitamente se integra no quadro geral das manifestações dessa natureza.

Ao fazê-la, pretendem os indígenas libertar o doente duma influência maligna, dum «espírito» que se apoderou do indivíduo e o faz sofrer. É quasi sempre à noite que se realiza esta cerimónia. Em redor das fogueiras sentam-se o invocador dos espíritos — o homem do *mahamba* —, o doente e sua família, e tôda a gente que acorre a assistir à cerimónia. A um canto, um ou

mais tocadores de *gingomas* e *tchinguvos* preparam-se também para intervir com a música ensurdecadora dos seus instrumentos.

O homem da *mahamba* tira duma cabaça um *milongo* (remédio) por êle preparado e vai, com sinais cabalísticos, pintando o corpo do doente. Os *tchinguvos* e *gingomas* entram a rufar monòtonamente. Homens e mulheres começam então a dan-



Fig. 7 — Mulher "luena"

Tal como os *luchazes*, também os *luenas* estão representados no xadrez étnico de Menongue por vários núcleos de habitantes.

A notar a maneira como a mãe traz a filha às costas. Assim também fazem *quiôcos* e *ganguelas*. A pequenita já tem os cabelos untados com *mucundo* como a mãe, e traz nos tornozelos dois aros metálicos como adorno.

çar e a cantar, sendo aqui a música e dança elementos adjuvantes da evocação mágico-fetichista.

A certa altura, sempre entre cânticos e danças, e sempre com as frases rituais do homem da *mahamba*, o doente (ou, por vezes, algum parente seu) entra num estado de excitação, num tremor

quási convulsivo. Então levanta-se, grita e dança, tremendo dos pés à cabeça: é a possessão feiticista, aqui chamada *cusasa-mahamba*.

Depois, durante alguns dias, o doente terá que continuar com o corpo marcado com os sinais da mahamba e a porta da casa, num suporte especial chamado *gimbundi*, ficará uma panela com certos milongos que vão contribuir para a cura integral do indígena.

Em tôdas as sanzalas se encontram profusamente espalhados êsses paus da mahamba, que também servem de preventivo contra as doenças e feitiçarias e para tornar abundante a caça (mahamba do caçador), a colheita do mel (mahamba da abelha), etc.

O quimbanda é o homem que cura as doenças.

Mais adiante, a-propósito dos ritos funerários, veremos quão grande é o seu prestígio (a que se mistura um pouco de temor) e quanta influência exerce sôbre o espírito dos companheiros.

O quimbanda é sempre uma figura de alto relêvo no mundo indígena. Todos lhe votam profundo respeito e consideração, principalmente entre os ambuelas, o que está de acôrdo com o conhecido e comprovado destaque que o *medecine-man* sempre teve em tôdas as sociedades primitivas.

Na arte de curar o quimbanda é quási sempre um fitoterapeuta, sendo êle o único que conhece as espécies botânicas que lhe servem para os seus infusos e macerados.

Muitas vezes também, em vez de serem ingeridas, as plantas são aplicadas «loco dolenti», onde ficam durante horas para actuarem convenientemente.

Não está no âmbito dêste breve trabalho a enumeração e o estudo das plantas que constituem o arsenal terapêutico dos quimbandas.

Estamos agora em face da Morte.

Eis como os indígenas a encaram. Morreu um indivíduo. O seu espírito não ficará tranqüilo e sossegado além-túmulo se nessa altura lhe não forem feitas determinadas cerimónias funerárias (*cuchirica*) antes do seu enterramento.

Quando lhas não fazem, uma inquietação angustiosa apodera-se da alma do morto, que virá à terra e exercerá uma influência nefasta sôbre aquêles a quem competia ter feito as «festas» que eram condição indispensável para o seu sossêgo *post-mortem*.

Estas cerimónias fúnebres competem aos parentes mais próximos do morto. Consistem quási sempre em batuques infernais, onde o carpir dos negros anda de mãos dadas com o som monótono e lúgubre dos tambores, em comensinas que variam conforme as posses do morto e sua família e em libações desenfreadas. Estas cerimónias duram um ou dois dias, geralmente.

É curioso constatar que quando morre um estranho, um indígena que não pertencia ao quimbo ou viera de longe e não tinha família, nenhum rito funerário é observado, indo o cadáver a enterrar sem qualquer cerimónia especial.

É o que acontece também, segundo relatos de etnólogos que os estudaram, entre os Thomga, os Malukele e os Hleugwe (entre estes últimos o cadáver é, muitas vezes, queimado).

Quando morre alguém de importância os ritos funerários tornam-se mais complicados, mais demorados e espantosos.

Assim, se se trata de um soba, o cadáver fica em casa durante cinco dias, velado por vários homens, e só ao sexto dia é que baixa à sepultura. Durante êsse tempo os batuques seguem-se uns aos outros, ininterruptamente, matam-se bois, cabritos, galinhas, de modo que a *cuchirica* seja em tudo digna do morto.

O cadáver do soba quando vai a enterrar é deitado sôbre uma pele de leão ou de onça e recoberto com mantas, panos e mais peles.

O adivinhador tem as mesmas cerimónias fúnebres que o soba.

O quimbanda morto (e por aqui se vê o seu grande prestígio) fica em casa oito dias sem ser enterrado. Durante estes dias também haverá batuques e comesainas e um outro quimbanda virá, mesmo de muito longe se fôr necessário, a fim de proceder a determinadas cerimónias sôbre o cadáver.

Crêem os indígenas que se tal coisa se não fizer o quimbanda falecido transformar-se-á num leão, onça ou serpente e virá depois matar a gente do quimbo.

Quando morre um feiticeiro ou alguém sôbre cuja vida pese qualquer mistério ou suspeita de feitiço, o seu cadáver é queimado.

É a sorte que quási todos os povos bantus reservam aos feiticeiros.

Mais duas observações interessantes em relação à atitude dos indígenas em face da morte.

Uma consiste no costume sempre seguido de se queimar ou destruir a casa do morto. Isto tem sido observado em vários pontos e por vários autores.

A casa, por ser propriedade pessoal do morto, é considerada uma «extensão da sua individualidade» e, assim, não poderia servir de habitação a mais ninguém. Habitá-la é expressamente vedado. É uma *chigila* (tabu).

Outra observação extremamente curiosa (mas de resto frequente entre os primitivos de vários sítios) é o temor do «con-tágio» da morte.

Crêem os indígenas que o tocar num cadáver lhes pode acarretar graves prejuízos materiais e espirituais que os podiam levar à morte também. E tanto assim é que, quando morre um soba ou pessoa de haveres, os individuos que o arranjam e o levam à sepultura são sempre generosamente remunerados. E ainda recen-

temente, em serviço médico-legal, tendo eu tido necessidade de proceder à exumação dum cadáver que fôra sepultado na véspera, vi-me em grande dificuldade para poder conseguir que os indígenas lhe tocassem.

É que êles pensam que o contacto com o morto lhes causa um mal — o *vissaco* — que seria a própria morte.

E, para dêle se libertar, para se purificar, aquêle que tocou num cadáver, terá de dormir só, durante três dias, longe dos companheiros. Findos estes dias, virá um quimbanda com determinadas plantas que serão esfregadas no seu corpo depois de previamente terem sido ensopadas no sangue duma galinha morta na ocasião.

Nessa noite o prêto dormirá com uma mulher — e no dia seguinte pode retomar a sua vida habitual, livre e liberto do *vissaco*.

Agora duas palavras consagradas aos feitiços, que tão grande lugar ocupam na vida psíquica do indígena.

Para êle, feiticeiro (*muloge* em ganguela, *chingange* em quiôco) é todo o individuo que dispõe dum poder sortílego e invencível pelo qual, mesmo a distância, poderá causar aos corpos e aos espíritos os maiores e mais temíveis malefícios.

Nas suas práticas de magia o feiticeiro dispõe de duas espécies de feitiço: o feitiço material ou directo e o indirecto ou simbólico, para seguirmos a classificação do Mestre brasileiro Nina Rodrigues que tão bem se aplica ao caso presente.

O feitiço directo é constituído por venenos especiais por êle preparados e que são postos na comida, na água, etc.

O feitiço indirecto, muito mais interessante e curioso, é pôsto em acção por dois modos principais. Ou o feiticeiro, por forças espirituais emanadas do seu ser, consegue mesmo de muito longe causar o mal que pretende; ou, então servir-se-á para isso do *muquiche*.

O muquiche (os ganguelas dizem *litiche*) é uma criação do feiticeiro. Dum morto de que se apoderou, e por suas artes mágicas, transformou o feiticeiro nessa figura temerosa e lendária que, pela calada da noite, iria por seu mando cometer crimes, roubos, e tôda a casta de temíveis tropelias.

Ao muquiche deu o indígena forma material e corpórea nesses dançarinos mascarados que aparecem nos grandes batuques e nas cerimónias da iniciação, e que divertem o público com os seus saltos, gritos e bailados.

II

A Cauema ⁽¹⁾

(DANÇA DO FOGO DOS GANGUELAS)

É noite. Noite negra, cerrada, sem uma estrêla, sem um clarão na abóbada infinita dos céus.

Dumbaiamuntos devem andar pelas sombras, fantasmas errantes e imaginários que povoam de sustos e temores a alma mística do primitivo.

Só numa noite destas se pode dançar a Cauema—que as pretas para a dançarem gostam que as chamas as envolvam num torvelinho de fogo, sob o negrume impenetrável da noite escura.

É ao ar livre. A um canto estão os homens, reünidos em tórno de dois ou três que batem nos gingomas.

Emquanto os dedos ágeis percutem sempre nos tambores, erguem-se as suas vozes num côro forte, quási alegre.

(1) Já foi publicado, com ligeiras modificações, na revista *Ocidente*, n.º 8. Dezembro, 1938.

Mais longe, em outro grupo, as mulheres vão respondendo, entoando uma cantiga que sobe alto, muito alto mesmo.

E quando os gingomas soam apressados—*panc, panc, panc...*—e as vozes dos negros parecem mais claras e mais fortes, ergue-se além, da escuridão, um novo côro de vozes femininas. E então, num deslumbramento, não se vê mais nada que não sejam chamas, faúlhas loucas que rodopiam num fantástico bailar, descrevendo no espaço largas curvas caprichosas.

São as mulheres de Cauema. Nuas, completamente nuas, trazem nos tornozelos, nos pulsos e em volta do tronco uma espécie de cordas a que pegaram fogo. E os seus braços erguendo-se para o alto em atitudes rítmicas deixam pelo ar centelhas fosforescentes, pétalas de fogo que o vento arrasta enamoradamente.

Não se aproximam dos homens; que aos homens é vedado vê-las assim, e enquanto ao longe êles cantam—oh Cauema, oh Cauema!—elas, as mulheres nuas, cantam também, enquanto se movem num bailado estranho, fantástico, indescritível.

Anda no ar um som cantante de chocalhos, que elas agitam nas mãos, e luz, mais luz, miríades de luzes que esvoaçam desordenadamente, caíndo aqui, tombando além, sempre embaladas pelas canções dos negros e pelo bater compassado dos gingomas, num redemoínho de fantasmagoria!...

Oh Cauema!... Oh Cauema!...

*

* *

Em breves e descoloridas palavras (soubesse eu torná-las fortes e impressivas!), eis o que é a Cauema.

Ignoro se alguém tentou já, aqui em Angola, a interpretação desta curiosíssima dança.

À luz da psicanálise, que muito contribuiu (à parte alguns exagêros) para a interpretação e melhor conhecimento de tanta manifestação da psicologia primitiva, afigura-se-me fácil a compreensão da Cauema. É sobejamente conhecido em psicanálise o



Fig. 8 — Mulheres quiôcas em dia de festa

Depois dos povos ganguelas são os quiôcos o elemento populacional que mais domina nesta região.

Esta mulher quiôca encontra-se vestida com seus trajes de gala. Notam-se: Nos braços — grande número de pulseiras metálicas, fabricadas pelo próprio indígena. Ao pescoço — vários colares de missanga, cruzes de metal, etc. Na cabeça — um fio de missanga.

significado simbólico do fogo, que a dança da Cauema glorifica e celebra.

Ouçamos agora estas palavras do ilustre etnólogo Artur Ramos:

«Fogo é líbido. *Fogo de amor* é uma imagem sediciosa dos poetas de toda a época.

«Acender o fogo simboliza em alguns povos o acto sexual e

na Índia, por exemplo, aquêl acto era representado com a imagem do coito. Frobenius mostrou a difusão desta representação entre os povos de África.

«Jung, em sua monumental obra sobre as *Metamorfoses e símbolos da libido*, insiste repetidas vezes sobre essa significação sexual do fogo, que êle amplia, até fazer do fogo (como da libido) a própria fonte da Vida.»

Assim, parece-me, pois, que a curiosa e bela dança da Cauema deve ser integrada no quadro das manifestações colectivas de glorificação do fogo, como símbolo eterno do Amor e da Vida.

Como os cães deixaram de ser gente

(LENDA GANGUELA)

No comêço do mundo o Calunga fêz uma mulher. E esta mulher desceu à terra, onde teve dois filhos: um rapaz e um cão.

Tempos depois, mais dois filhos lhe nasceram: outro rapaz e outro cão.

Um dia, um dos rapazes morreu. E a mãe disse, então, para os outros filhos: Eu vou lá abaixo ao rio buscar água para lavar o morto, e enquanto não venho fiquem vocês aqui, a olhar pelo vosso irmão que morreu.

Mas mal a mãe se foi embora os dois cães saltaram sobre o corpo do irmão e comeram-no todo, a-pesar dos esforços do rapaz para que tal não fizessem.

Voltando a casa, estranhou a mãe não ver o cadáver do filho. E foi o rapaz que disse: Minha mãe, foram os meus irmãos que o comeram.

A mãe ficou perplexa, e não sabendo o que fazer resolveu ir com os filhos ao Calunga, para que êle dissesse se os filhos podiam comer o irmão ou se algum castigo, por isso, mereciam.

Quando chegaram ao céu, e depois de ser pôsto ao corrente do que se passára, o Calunga falou assim: Vocês nunca deviam ter comido o morto, que era da vossa carne, vosso irmão, filho da vossa mãe. Por isso, e por todo o sempre, enquanto o mundo fôr mundo, mais nenhum cão poderá falar, como até aqui o fazia. Mais nenhum cão poderá arranjar a comida por suas mãos e há de ficar tôda a vida a viver com os homens, mas sem ser igual a êles, deixando de ser seu irmão, e para comer há de esperar que os homens lhe estendam por caridade uns restos de comida...

... E foi assim que os cães deixaram de ser gente, e são hoje aquilo que são...

Como as mulheres aprenderam a enganar os homens

(CONTO GANGUELA)

O velho ganguela acorrou-se no meio do jango e chamou os mais novos para roda de si.

Era quási noite. Um silêncio triste, impressionante, pairava sôbre tudo, envolvendo homens e coisas na mesma atmosfera de resignação e melancolia.

Os companheiros sentaram-se à roda do velho. E êste principiou: Querem vocês saber como foi que as mulheres aprenderam a enganar-nos, e a ser hoje dum, amanhã doutro? Então oiçam. Isto foi no comêço do mundo, ainda os brancos nem sabiam que estas nossas terras existiam.

Havia um homem que tinha a sua rapariga. Certo dia, chegou ao quimbo dêles um outro homem, e êsse homem gostou tanto da mulher do outro que lhe pediu para fugir com êle. E ela disse que não podia ser, porque já era casada e já tinha marido.

Mas o homem, que estava doido por ela, voltou a dizer-lhe:

Ouve bem, eu veu ensinar-te a maneira de poderes deixar o teu marido e de seres minha, só minha. Amanhã muito cedo — *chimememene* — tu vais para a lavra e deixas ficar uma panela coberta, a fingir que tem dentro qualquer coisa. Quando volta-

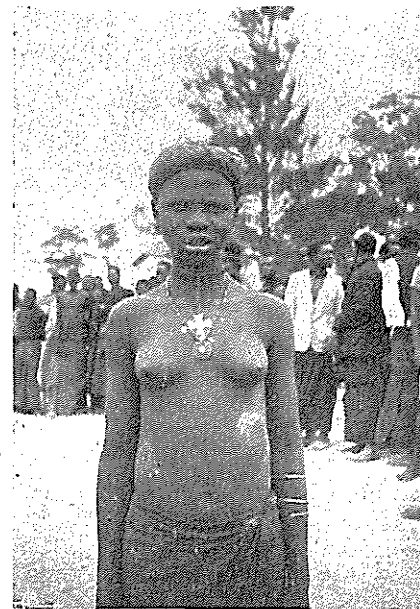


Fig. 9 — Rapariga luchazes

Embora não originários desta região, encontram-se espalhados por tôda a vasta extensão destes territórios vários núcleos de povos luchazes.

A fig. 9 apresenta uma rapariga luchazes. Notam-se vários adornos (pulseiras, contas, cruzes) e a maneira de se vestir, com o tronco completamente nu.

O penteado é interessante. O cabelo fica com uma cor avermelhada, devida a um barro das margens dos rios que os indígenas dissolvem em óleo de ricino, untando com êsse produto os cabelos.

res para casa perguntas ao teu marido o que fêz êle do que lá deixáras e assim verás que êle se zanga contigo e então poderás deixá-lo, e vir para mim.

No outro dia fêz a rapariga o que o homem lhe ensinara. Ao voltar para casa chamou o marido e perguntou-lhe em tom zangado: Que fizeste tu das coisas que eu aqui deixei? — e levanta-

tando a tampa da panela, mostrou ao marido que esta estava vazia.

O marido respondeu-lhe que não mexera em coisa alguma e que nada vira na panela. Voltou a rapariga a insistir que êle lhe roubara as coisas e tão grande milonga se levantou entre os dois que o homem, fora de si, agarrou num pau e desancou-a.

Com êste pretexto fugiu da cubata e foi para junto da mãe, dizendo que já não podia viver mais com o homem que a espancara tão barbaramente.

A mãe concordou. E no dia seguinte o rapaz que lhe ensinara tudo isso foi pedir à mãe que lha desse para sua mulher.

E aqui têm vocês — concluiu o vého ganguela — como as mulheres, desde o começo do mundo, aprenderam a fugir aos homens.

Atiçou o vého a chama clara da fogueira e ficou calado, como que num sonho. Seus olhos de linca não viam agora nada, todo êle estava longe, distante, quem sabe se a pensar nalguma rapariga que lhe fugira, nos tempos já longínquos da mocidade!...

O Homem, o Leão e a Lebre

(CONTO QUIÔCO)

Manhã cedo, muito cedo mesmo, saiu o prêto do quimbo a caminho do mato. Ia contente. Levava consigo as zagaias, bem afiadas na véspera, e os quatro cães que eram seus companheiros nas caçadas. Assim, esperava voltar carregado para o almoço, e lá ia caminhando todo prazenteiro.

Algum tempo depois, já o sol ia subindo alto e começava a aquecer tudo, sentiu o negro em pleno mato ruídos suspeitos.

Cauteloso, avançou devagarinho, com a zagaia pronta a ser lançada, — e que viu êle? Um leão! Sim, um grande e possante leão. Mas não teve tempo de lhe atirar a flecha porque o animal,

em voz submissa e branda, lhe disse: Não, não atires. Repara que somos companheiros, pois se tu és o caçador do quimbo eu sou o caçador do mato. Ambos temos fome e ambos nós viemos aqui ver se encontrávamos alguma caça para comer. Peço-te que me ajudes a sair donde estou que muito te agradecerei. Isto foi ontem, meu amigo. Ao dar um salto para agarrar uma cabrinha que me fugia, não reparei nestes troncos e enfiei por êles, ficando prêso. Há horas que me debato aqui a ver se consigo safar-me, mas não há meio de consegui-lo.

Ainda desconfiado, chegou-se o prêto para junto da fera. Não havia dúvidas: ela lá estava entalada entre os troncos, imobilizada, e sem possibilidade de sair sòzinha.

Condoído, resolveu-se a ajudar o bicho, e ao cabo de muitos esforços lá o conseguiu tirar.

Vendo-se livre, mestre leão deu uns passos pelo mato a desentorpecer as articulações um pouco perras pela forçada imobilidade e depois, lambendo os beiços, disse para o prêto: Há muito tempo que não sei o gôsto que a carne tem e sinto-me fraco para me meter agora pelo mato à procura de caça. Por isso, meu caro, peço-te que me dês um dos teus cães — só um — a ver se consigo matar esta maldita fome que me atormenta.

Embora nada satisfeito com o pedido, o negro não teve outro remédio senão sacrificar um dos cachorros.

Mas, mal o leão acabara de engulir o último bocado, novamente pediu mais outro cão.

— Não, disse-lhe o prêto. Então eu faço-te o favor de te salvar, já te dei um dos meus cães e ainda por cima queres outro mais?

— Deixa lá ver o cão, respondeu-lhe o leão, que a fome, quando aperta, não se contenta com razões sentimentais.

E o pobre do prêto não pôde deixar de dar à fera insaciável mais um dos seus queridos cães.

Ao ser-lhe pedido o terceiro animal, revoltou-se o prêto em altos berros, e tão grande milonga se levantou entre êle e o leão que a lebre, que passava próximo, os ouviu e acudiu a ver do que se tratava.

Em breves palavras puseram-na ao facto da questão.

Fazendo um sinal ao homem, disse-lhe a lebre em sêgrêdo: não, agora que êle já te comeu os cães, que está à solta e se sente forte, não podemos tentar vencê-lo senão pela astúcia.

E depois, em voz alta, disse para o leão: mas ouve lá, eu ainda não consegui perceber como foi que ficaste entalado entre as árvores. Por mais voltas que dê ao miolo não há meio de descobrir como tal coisa foi possível. Dá lá o salto outra vez, a ver se eu consigo descobrir isso.

— Não — retorquiu a fera — eu não me vou meter outra vez em trabalhos.

— Não te acontece nada, podes crer, pois estou aqui com o prêto e se ficares prêso nós te ajudaremos, redarguiu a lebre.

Confiado, o leão pôs-se a certa distância e com fúria arremeteu contra uma suposta cabra para mostrar à lebre como a coisa se passara na véspera.

Sentindo-se de novo prêso, pediu o leão que o soltassem. Mas em resposta só ouviu uma gargalhada garota da lebre, que se afastou com o prêto dizendo-lhe: Bem, meu amigo, desta estás tu salvo, pois certamente depois dos cães serias tu o almôço do bicho.

O negro não sabia como agradecer à lebre tão alto favor. Mas para lhe mostrar a sua gratidão falou-lhe assim: eu não me posso esquecer que te devo a vida e como nada te posso dar, juro-te que nunca mais matarei nem comerei lebre alguma, em lembrança do muito que te devo.

— Bem, bem, disse-lhe a lebre. E agora vamos à vida que o sol já aperta.

E, dizendo isto, deu um pulo, perdendo-se no capim.

— Vamos a ver se êste figurão cumpre o que promete, pensou a lebre.

Num segundo galgou uma boa distância e foi-se deitar à beira da estrada por onde o prêto deveria passar, fingindo-se morta.

Algum tempo depois lá vinha o prêto com os cães que deram logo sinal.

Chegando junto da lebre, disse o prêto consternado: — Pobrezinho do animal! Ainda há pouco me salvou da morte e venho já encontrá-lo aqui sem fôrças e sem vida!

Com infinito cuidado arrastou a lebre para a orla do mato, cobriu-a com fôlhas e ramos sêcos, e lá se foi de novo estrada fora.

Amiga lebre, mal o sentiu distante, deu nova corrida e foi-se pôr outra vez deitada como morta à beira do caminho.

— Outra lebre morta! exclamou o prêto ao vê-la. Vamos lá tratar dela, que a vida devo-a a um bichinho como êste.

E com todo o carinho tornou a fazer o que fizera à outra lebre. Novamente a lebre se levantou para ir fingir de morta mais além, na curva do caminho.

Ao deparar com ela disse o prêto: *Áca!*... Tanta lebre morta!... E eu ainda sem caça para levar! E vendo bem, quem me salvou foi a primeira lebre, não foram estas. Por isso, toca a levá-la para o quimbo.

Chegado à cubata, veio a mulher ter com êle, e o prêto satisfeito apresentou-lhe a lebre, que tão bem fingia estar morta.

Pediu-lhe a mulher que esfolasse o animal, e, quando o prêto ia enterrar a faca na barriga da lebre, esta deu um grande salto e disse-lhe em tom severo: — Então é assim que tu cumpres a jura que há tão pouco fizeste, meu maroto? E deitou a correr pela casa fora, perdendo-se depois no mato.

Mal a lebre se foi embora o negro sentiu na cabeça uma impressão indescritível, torturante, e caiu para o chão — redondamente morto.

Noite de batuque (1)

Tunc, tunc, tunc...

E no remanso da noite silenciosa e triste reboa pelo ar o eco monótono do tchinguvo chamando os negros para o batuque: Tunc, tunc, tunc...

No terreiro, em frente das cubatas, arde uma fogueira de altas labaredas ensangüentadas. Meia dúzia de negros acorados em volta dela — homens? mulheres? — parecem não se importar com a fumarada espessa que me faz saltar lágrimas dos olhos.

E batendo no tchinguvo — tunc, tunc, tunc... — o negro vai chamando os companheiros das sanzalas próximas, que vão chegando aos grupos, devagarinho.

Agora já são umas dezenas. Em redor da fogueira que crepita continuam os mesmos vultos acorados, a que a sombra das chamas dá um ar misterioso de fantasmas. Fumam em silêncio, espevitando o lume de vez em quando.

O homem que bate no tchinguvo anima-se de repente. São mais fortes as pancadas que vibram no instrumento, cujo som se espalha e se perde na planície deserta e mergulhada em profunda escuridão.

Uma grande roda se formou, os homens dum lado, as mulheres do outro. E começam a girar lentamente, entoando uma canção triste, monótona.

É o clássico automatismo de repetição, o «Wiederholungs-zwang»

(1) Já foi publicado, com ligeiras modificações, na revista *Século Ilustrado*, n.º 19, de 7 de Maio de 1938.

do Mestre de Viena que se vem encontrar aqui, nas terras do sertão de Menongue.

Um prêto esguio salta para o meio da roda. Todos se calam. É êle agora que canta só, batendo as palmas compassadamente. E ainda é mais triste, mais lúgubre a voz do negro tenor.

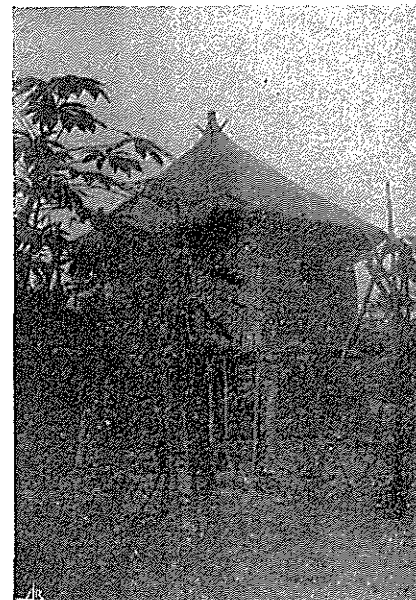


Fig. 10 — Um "tchissete"

O tchissete é o celeiro indígena. Erguido sobre estacas e coberto de capim, serve para a recolha do milho, massango, etc.

Depois o tocador bate rapidamente no tchinguvo, acelerando o ritmo do batuque. Os homens páram, e são as mulheres que se desengonçam, em meneios lúbricos e provocantes.

Arde-lhes nos olhos feiticeiros uma chama inquieta de desejo, que vai subindo, crescendo sempre, entontecendo os homens que as contemplam.

Reparo numa garota que não tem mais de dez ou doze anos:

também ela já sabe imprimir aos quadris um lento movimento circular, estonteante, como as companheiras já mulheres.

As chamas da fogueira sobem mais alto. Um tom avermelhado invade tudo e nessa côr de incêndio tomam aspectos indescritíveis os negros que dançam, dançam, entoando sempre a mesma triste cantiga, que deve vir de há séculos, talvez...

Soam mais fortes, mais claras, as pancadas no tchinguvo. Mais rápido se torna ainda o rodar dos dançarinos. Salta um negro para o meio e vem em frente da mocinha de olhos negros bater as palmas, num saracotear de possesso.

Depois é ela, um pouco tímida, que vai até junto dêle bater as palmas também. Ganha animação o batuque. No tchinguvo o negro continua a rufar desesperadamente.

As mulheres põem, então, nos tornozelos umas pulseiras feitas de minúsculas cabaças e fazem-nas soar (oh! ilusão!!...) como castiças castanholas...

Já vai alta a noite. Anda no ar um arrepiço excitante de sensualidade negra — dessa sensualidade que os arrasta aos maiores excessos e loucuras...

Tunc, tunc, tunc... diz a voz cansada do tchinguvo, acordando as estrélas que dormiam, lá longe, no céu distante...

Não deixam os negros de bailar, no louco rodupiar do batuque...

Só os vultos acorados à volta da fogueira, que vai morrendo lentamente, continuam a fumar em silêncio a sua mutopa, distantes, vagos, longe do mundo e da vida...

... E talvez sejam êles os que se divertem mais...

Vila Serpa Pinto, Abril de 1938.

Psicopatologia Criminal ⁽¹⁾

UXORICÍDIO

POR

LUIZ DE PINA

Professor da Faculdade de Medicina, Director do Instituto de Criminologia
Pôrto

Em determinado dia do verão de 1924, numa povoação minhota, A. S. agrediu violentamente sua legítima mulher, na via pública e de tal sorte que a vítima poucas horas durou.

O depoimento das testemunhas e o relatório da autópsia confirmaram a violência ou barbaridade da agressão. Do processo criminal consta: «Agressão violentíssima... após ter arrastado a vítima pelos cabelos. Essa agressão incidiu, principalmente, no peito, a sôco e a pontapé, calcando-a aos pés, depois dela ter caído, inanimada, no solo.»

Do citado relatório médico-forense colhe-se que houve violentíssima agressão com agente contundente, ou que actuou como tal, especialmente sôbre a caixa torácica, donde resultou congestão pulmonar intensa, que teve por causa única, imediata e directa, o referido traumatismo.

O delinqüente é prêso e condenado a pena maior. Defende-o um distinto advogado a quem o prêso acusa, depois de se ver condenado, de subôrno, de má-fé, de desleixo, injustificadamente,

(1) Trabalhos do Instituto de Criminologia do Pôrto (Portugal).

é claro. Isto em virtude de A. S. pretender a revisão do processo, inexequível.

O condenado insulta-o por cartas e verbalmente, uma vez, desta com intuitos agressivos e ameaças de morte. Entretanto, demonstrava irregularidades de conduta que faziam duvidar da sua integridade mental, psico-moral. Do exame a que foi submetido num dos Institutos de Criminologia inferem-se provas que avolumam essas dúvidas, embora pouco concretamente. Todavia, seu bom comportamento, em certo período, sugestionou os vigilantes carcerários e A. S. é proposto para indulto ao fim de alguns anos de segregação.

Porém, o insulto e ameaças de morte que dirigiu ao referido seu advogado obrigaram o proponente do indulto a modificar a primitiva opinião, tanto mais quanto era premente uma queixa, sobre tais atitudes, apresentada por aquêlé jurisconsulto às competentes autoridades.

Essas atitudes foram de tal ordem que o distinto advogado compreendeu que estava em presença dum alucinado e que a sua vida correria perigo, desde o momento em que o prêso fôsse pôsto em liberdade. Daqui adveio ser pedido exame ao delinqüente num dos Institutos de Criminologia, em cumprimento da Lei. Coube a tarefa ao do Pôrto, que tenho a honra de dirigir.

*

* *

Convém desde já dizer que A. S. pretendeu justificar o seu crime acusando de adúltera a espôsa, sua vítima, facto menos verdadeiro, como se demonstrou em Tribunal. É curioso notar que dos boletins biográficos elaborados nos estabelecimentos prisionais onde A. S. esteve internado e que se lhe referem, só um desabona a sua regularidade mental.

Eis as indicações pertinentes ao criminoso:

— A. S. 48 anos em 1938. Pais falecidos. Viúvo. Negociante de madeiras e taberneiro. Lê e escreve. Um dos citados boletins elucida: constituição física = forte; temperamento = nervoso; estado mental = duvidoso.

Antecedentes pessoais, segundo a leitura do processo

O homicida, comerciante de lenha e taberneiro, A. S., revelou sempre tendências agressivas, mórmente quando se encontrava excitado pelo alcool, de que parece ter abusado.

Sofrera já duas condenações por ofensas corporais. Andava sempre armado, ameaçando alguns individuos com a pistola que possuía.

Assim aconteceu no momento do crime, quando os vizinhos acudiam à vítima, chegando a disparar a dita arma para um dos circunstantes. Jogador e amante do vinho e de mulheres, era fama corrente que desde alguns anos antes do crime maltratava barbaramente sua mulher, *dizem que por ciúmes*.

É sugestiva a declaração, em processo, da mãe da vítima, que se transcreve (Doc. 10):

«Que já há anos por vezes o argüido maltratara a filha dela declarante e, mulher dêle, sucedendo que, quando alguém ia acudir afugentava tôda a gente com armas; que também a ela declarante lhe infligia maus tratos, batendo-lhe e dizendo, até, que ainda havia de matar. Que era tão freqüente o argüido bater na sua mulher que sucedia dar-lhe três ou quatro coças por semana, intimando de pistola em punho tôdas as pessoas que acudiam, motivos porque muitas vezes era impossível evitar as agressões e o seu mau procedimento; que o argüido é conhecido por tôda a freguesia

pela ruindade dos seus sentimentos e pelo descaroadvel tratamento que dava à sua mulher.

Que na quarta-feira passada a infeliz A. R. fugida de casa do argüido, seu marido, como de resto já por várias vezes tinha feito, por não poder suportar a crueldade com que a tratava, refugiando-se em casa da sua amiga F. P., do lugar de S., da freguesia de Santa L., e dizendo que não podia voltar para casa dêle, visto ser impossível aturá-lo.

Que no último sábado (dia do crime) o argüido foi a casa desta mulher e depois de bater na falecida, bem como noutras pessoas que ali estavam, levou-a com violência e à fôrça para casa, visto que a infeliz não queria ir, continuando a bater-lhe no caminho, até que junto à porta dêle redobrou de violência, pisando-a, calcando-a, arrastando-a pelos cabelos e deixando-a emfim, por terra, no meio da estrada...»

O seguinte trecho, extraído da informação do agente investigador, revela, não só a fôrça como foi praticado o crime, mas indica, também, uma facêta do carácter do agressor (Doc. 11).

Das diligências empregadas para a descoberta do crime resultou apurar-se o seguinte:

«O acusado confessou o crime com grande serenidade e até com certa minudência, alegando apenas que quando a agrediu, não tinha a intenção de a matar, pois se tal intenção tivera tê-lo-ia feito a tiro, pois que estava munido de uma pistola.

Que o motivo da agressão fôra o ela ter-se retirado de casa, abandonando-lhe o lar, para ir alojar-se em casa de seus pais, onde costumava refugiar-se sempre que percebesse que seu marido se preparava para a espancar, o que diversas vezes tinha acontecido.

Ouvidas as testemunhas aludidas na participação junta, estas

provaram com grande clareza a horrorosa e hedionda forma porque tão monstruoso crime foi praticado. Lançando-a ao chão, dando-lhe pontapés no peito, ventre; calcando-a, arrastando-a pelos cabelos, etc., etc...»

Interessa, também, a êste parecer o seguinte passo das declarações do réu (Doc. 12):

«Que é verdade, por vezes bater na sua mulher a infeliz A. R., por ela se desleixar no govêrno da sua casa. Arreliando-o e gastando dinheiro com amigas e outras pessoas, deixando a sua casa e cinco filhos de tenra idade. Na última quarta-feira saindo com êle, aquela sua mulher fugiu-lhe de casa pelo respondente lhe perguntar por um pedaço de um suspensório que encontrou em cima da cama e que não era do respondente, indo para casa de uma sua amiga, na frêguesia de Santa L. desta comarca, M. da C. e daqui para outra sua amiga F. P., na mesma frêguesia, onde o respondente a foi buscar, levando-a para casa com uma criança de tenra idade.

Quando o respondente ia abrir a porta de sua casa a referida sua mulher deitou a criança que levava nos braços ao chão, assim como uma saca de tabaco que o respondente lhe tinha entregado ao meio do caminho, fugindo e indo o respondente em sua perseguição, agarrou-a com o fim de a levar para casa o que não conseguiu por se deitar ao chão, dando-lhe o respondente dois murros e levando-a novamente até à porta de sua casa donde a referida sua mulher lhe tornasse a fugir, indo para casa de sua mãe, por dois indivíduos da sua frêguesia, intervirem e agredirem o respondente, de nome J. A. F., A. de F.

Que o respondente nunca teve intenção de matar sua mulher, pois que, se o quisesse fazer, o faria com a pistola, ou navalha de que estava munido e para o que tem a respectiva licença. Que

estes factos se passaram no sábado passado, nove do corrente, seria às vinte e uma horas e meia, quando o respondente levou a referida sua mulher, de Santa L. para C. Instado, respondeu que disse a verdade.»

As testemunhas ouvidas no processo confirmaram a brutalidade da agressão a sua mulher, durante a qual o criminoso afirmou *que havia de acabar com ela* (pág. 22).

Mais se confirma o seu *procedimento muito irregular com mulheres, com vinho e jôgo* (págs. 23, 25, 25 v.º, 28, etc.).

Do depoimento do réu, em juízo, por bôca do seu advogado de defesa, depreende-se, em resumo, que sua mulher havia sido deshonrada por determinado indivíduo que se ausentara para o estrangeiro, que a-pesar-de ela ser pobre e estar naquele estado com ela casou por amor; que ela, passados dois anos de casar, começou a portar-se mal, segundo lhe diziam pessoas amigas; que desde então começou a tratá-la com antipatia e indiferença; que a não abandonou por causa dos filhos; que ela os abandonava, descuidando o govêrno da casa e gastando muito dinheiro com amigas, em casa das quais passava muito tempo; que êsse dispêndio de dinheiro se reflectia na boa marcha do seu negócio de taberneiro; que começara a castigá-la por tudo isso; que, também por isso, ela lhe fugia de casa; que certo dia encontrara, *sobre a sua cama a prezilha duns suspensórios de calças que a êle não pertencia, considerando a prova dela manter relações sexuais com alguém; vendo isso, sua mulher fugiu de casa; que passados quatro dias, indo procurá-la para a trazer para o seu lar, a socou pelo caminho, estando êle completamente embriagado.*

Essa foi a agressão que a vitimou. Mais declarou o réu, por bôca do seu advogado, que não quis matá-la; que imediatamente providenciou, com ordens e dinheiro, para ser assistida medicamente.

Do mesmo processo se inferem as seguintes conclusões:

— A infidelidade conjugal de sua mulher, não ficou provada (quesito 3.º, pág. 68, v.º), como não ficou provado, também, o cometimento do crime em desagravo de sua honra (quesito 6.º, pág. 69).

— O próprio marido era o propagador de tal calúnia, dizem as testemunhas que para justificar os maus tratos que lhe dava.

— Também se provou o estado de embriaguez incompleta do autor na ocasião do delito (quesito 5.º, pág. 69) e o mau comportamento anterior do réu (quesito 10.º, pág. 69, v.º), bem como a intenção de matar a vítima, segundo exclamações suas no acto do crime (págs. 22, v.º e 23, v.º).

O Douto e Meritíssimo Juiz, que lavrara sentença (de 5 de Dezembro de 1924), apontou as *agravantes* que se congregaram no réu (sucessão de crimes, ser a vítima sua espôsa) e as *atenuantes* (embriaguez incompleta, ausência de propósito criminoso e anterior ao projecto do crime, confirmação dos factos e prisão preventiva).

Em virtude de tudo o que ficou exposto, foi o réu condenado em oito anos de prisão maior celular, seguida de degrêdo por doze, ou, em alternativa, na pena fixa de degrêdo por vinte-e-cinco anos em África, em possessão de 1.ª classe e em duzentos escudos de indemnização para o Estado. A sentença foi confirmada.

Em 3 de Junho de 1931 o condenado requeria ao Meritíssimo Juiz de Direito do Tribunal Criminal da Comarca de B..., como consta do processo, que lhe fôsse feito um exame médico forense *a-fim-de se apurar toda a verdade* e visto estar o recluso

de bem com a sua consciência, julgando-se incapaz de cometer semelhante crime, não podendo isso (sic) conformar-se com a pena que injustamente lhe foi imposta, possuindo documentos suficientes que provam a sua inocência, para levar a efeito a revisão do seu processo.

Nesse requerimento indica uma carta do seu novo advogado em..., que o anima a solicitar a revisão do processo, sendo, contudo, tarefa muito onerosa.

Em 12 de Junho de 1931, por virtude dêsse requerimento, o doutor Juiz da Comarca de B... despachou que se pedisse à Penitenciária de..., onde o réu se encontrava, exame ao seu estado mental.

O respectivo parecer deixa pensar em anormalidade mental, embora indefinida.

Antecedentes pessoais

Trata-se dum indivíduo de 48 anos de idade, robusto, cujos antecedentes pessoais e familiares, *por informação sua*, carecem de relêvo.

Ignora tudo o que respeita a seus avós paternos e maternos. Seu pai era exposto da roda de... e faleceu com 63 anos. Sua mãe, com 66. Um tio materno é vivo e conta 90 anos de idade. Uma irmã de seu Pai faleceu com idade que ignora.

Das doenças sofridas por êsses seus ascendentes nada conhece. Tem dois irmãos, saúdáveis, segundo informa. Uma irmã morreu aos três anos de idade, não sabe de quê.

Seus quatro filhos (3 varões e 1 fêmea) são também saúdáveis, sem nunca terem moléstia alguma. Dois outros morreram precocemente, não explicando a causa da morte.

Sua mulher sofreu um abortamento. Não houve filhos nado-mortos.

O examinado manifesta a aquisição de doenças venéreas (sifi-

lis?) e o uso excessivo e freqüente do vinho (começou a ingerir bebidas alcoólicas aos 7 anos de idade).

O seu passado patológico nada acusa — sòmente um ataque de icterícia, de que curou relativamente depressa e sôbre o qual não presta informações que habilitem a supor tratar-se de qualquer acção nefasta sôbre o fígado.

Exame ffsico

Não apresenta elementos morfológicos anormais. Trata-se, como dissemos, de um individuo forte, regularmente bem conformado, de constituição *atlético-pícnica* (segundo Kretschmer) ou *normolíneo-longilíneo* (segundo Viola).

Não se notam estigmas de degenerescência.

Exame clínico

Nada de especial a referir, na generalidade dos aparelhos e sistemas. Visão reduzida. Audição boa.

No que respeita ao aparelho circulatório, nota-se um aumento do número de pulsações (média 80), que se intensifica rapidamente sob a influência de emoções (90 por minuto) ou excitações.

Leve hipotermia ou abaixamento da temperatura do corpo (36°,4 centígr.). Tensões sangüíneas (Pachon) regulares (7 e 10.5. Índice oscilométrico, 3).

No que respeita ao sistema nervoso, verifica-se trémulo dactilar e lingual.

Reacções psico-motoras irregulares, o que demonstra certa anormalidade dos respectivos centros.

Exame psíquico

Foi no campo do seu psiquismo que incidiu, em particular, o exame solicitado, que nos prestou elementos muito suficientes para estabelecer-se um diagnóstico.

O recluso apresenta-se confiante, senhor de si, caminhando com segurança e revelando regular educação: obediente e paciente.

A sua loquacidade é digna de nota. E mal se lhe consente que fale, o observado toma a palavra e conversa animadamente, expondo com um copioso documentário de papéis de tóda a sorte, que traz nos bolsos, bem acondicionados, tóda a história do seu caso, que resume a isto: *condenado injustamente porque nunca devera tê-lo sido! A absolvição devera ter rematado o seu julgamento, pois cometeu o crime em defesa da sua honra, porque sua mulher era adúltera. Não aceita, de forma alguma, ter sido classificado de Homicídio Voluntário o seu delito; entende que a justa classificação seria a de ofensas corporais de que resultou a morte da agredida.*

Como se não bastasse isso, o advogado seu defensor não tratou o seu caso como devia: — prescindiu das suas testemunhas de defesa, que lhe indicara, não conseguindo provar, assim, o adultério da sua mulher. Não satisfeito com isso, o referido advogado procedeu incorrectamente, não lhe tratando da revisão do processo, que teve de entregar a outro, em.... Acresce que o dito causídico tem ameaçado os seus parentes, o que representa uma verdadeira vingança e perseguição.

Emfim, o causador de todo o seu mal, da sua condenação e da desgraça da sua vida presente foi sòmente o citado advogado.

E para provar tudo isto, indica testemunhas, aponta artigos do Código Penal, mostra correspondência variada, patenteia minutas de requerimentos redigidos por si a pedir revisão do processo, afirmando ter em seu poder provas irrefutáveis do adultério de sua mulher e da perseguição do advogado.

Comprou, já na Cadeia, o Código do Processo Penal, cujos artigos e comentários respeitantes a ofensas corporais, homicídio e alienação mental conhece bem.

Refere-se rancorosamente à vítima e ao citado causídico, afirmando com energia que está em seu juízo perfeito. Nestas oca-

siões, de-facto, o examinado perde a serenidade, encoleriza-se e revela involuntariamente os seus impulsos.

Das ameaças dirigidas ao mencionado jurista dá conta a exposição do mesmo, a que se aludiu.

Conseguiu-se, com tóda a facilidade, que o recluso redigisse o que entendesse sôbre as suas alegações e provas que diz possuir e que, em seu entender, justificam as suas opiniões.

Êsses documentos, redigidos pelo próprio, passam a ser transcritos, por ordem cronológica, conservando a ortografia e a forma, porque são necessários para a avaliação de sentimentos, ideas e actividade psíquica do examinado (Docs. n.ºs 14 a 19):

Declaração — A. da S. viubo de 48 anos de idade filho de C. A. Exposto ja falecidos natural da freguesia de... da Comarca de..., deseja que Vç^{as} Exci.^{as} lhe apuren toda a verdade tanto sobre o adultério de sua legitima mulher como arrespeito do seu adebugado afim de lhe ser feita justiça.

Cadeia Sivel do Pôrto 17 de Dezmbro de 1937 — a) A. S.

Ex.mmº. Sr. Director do Entituto de Antropologia Criminal do Pôrto.

Eu abaicho acignado proba a V^a. Exci.^a. com todas com todos os presos i arrematantes das oficinas da Cadeia Penitenciaria de... i da Cadeia de sua Comarca i ate mesmo alguns que se acham prezos nesta Cadeia Sivil do Porto em como nunca se encontrou fóra do seu joízo nem tam pouco sinais de doido como o seu defençor o que por motibus vingança por eu lhe ter dito que me tinha atraído no seu julgamento como proba com ser-tos decomentos que tem em seu poder.

Cadeia Sivil do Porto 29/12/1937 — A. S.

Ex.^m Sr. Director do Entituto de Antrópologia Criminal do Porto.

Eu abaicho acignado juro a V.^a Exci.^a. pela minha palavra de Onra i pela voa sôrte dos meus filhinhos que não amiacei nem amiço o seu defençor Sr. Dto. E. M. da Comarca de... , prometo a V.^a Exci.^a. que nunca mais me derigo a ele que pode istar descansado e andar socegado por toda a parte que não sou perigoso como ele me julga sou incapaz de lhe fazer mal voluntariamente.

Cadeia Sivil do Porto 29/12/1937 — A. S.

Testemionhas do adulterio de A. R. F. legítima mulher do preso A. S. morador no lugar do... freguesia de... da Comarca de... — (seguem-se 15 nomes, com as respectivas profissões).

Cadeia Sivil do Pôrto 29/12/1937 e 5 de Janeiro de 1938. — A. S.

« Declaração — Foi abisado por diversas peçôas muitas das quais me garantiam em como minha legitima mulher, A. R. F., me era infiel me roubando i enganando com o seu visinho J. M. C. solteiro tamanqueiro morador no lugar do... da freguesia de... da Comarca de... »

Onde eu não queria acarditar, mas como a vós publica falou cada vez mais, ali por meados de 1921 principiei a vigiala o que me era uma tarefa dificil não so por ter muito que fazer mas tambem por que a casa não era própria i alem diço era muito vigiado pelas alcoviteiras de sua mulher que a emcovriam na sua desonrra.

Mas mesmo acim pela primeira vez que a ispreitei pelas trazeiras da casa onde moraba, viu sua mulher a porta da sua taverna, dizendo para o amante que podia vir que se encontrava

so i tanto acim que nem os filhos se encontrabam em casa, mas na mesma altura entrou um fregues chamado J. F., i sua mulher mudandoce da porta da taverna para outra porta da cosinha que fica mais perto da casa do amante para o avisar de que se encontrava com um fregues mas como ele não apareceu ela teve de semorar e o fregues a ispera, eu então neça altura istando com sede imporei a porta, i foi logo direito a cosinha beber mas como não encontrava uma malga limpa, perguntando-lhe se ainda não tinha tido tempo para labar a louça ao que sua mulher respondeu que não, dizendo-lhe eu então não tens tempo para lavar a louça i tens tempo para istares a chamar o J. C. dando-lhe na mesma altura dois murros pondoce logo em fuga para fora de casa, aparecendo la a noite juntamente con seu irmão para tomar quanta dela, deichandoa eu entrar para tomar conta dos filhos.

Pela segunda vez que a ispreitou encontrou o amante junto a ela na cosinha ela a cosinhar um velo jantar sertamente para os dois comerem, estando ele um pouco emcoberto com uma meza entrei em casa nessa mesma altura e tornei a sair so entrando a noite encontrandoa muito triste i atrapalhada.

Pela 3.^a vez que a ispreitei indo ja perto de sua casa vi o amante sair de minha casa para a casa dele que era enfrente, i como eu entrace em casa sem ele ver-me sua mulher logo que me viu sobiu a 1.^o andar para avizar o amante da minha chegada mas como ele a não isperaba em sima no primeiro andar, mas sim em baicho na cosinha onde a tinha deichado, ia a entrar a porta para dentro mas logo que se isbarrou comigo fugindo logo todo atrapalhado já nem atinando com a porta da casa dele.

Pela quarta vez no dia 5 de Agôsto de 1924 pelas 11 horas da noite indo dos seus negocios da sidade de... bateu a porta e logo ouviu paços de homem. Vindo sua mulher abrir a porta da frente mas quando esta foi aberta ja outra das trazeiras da casa istaba ja aberta por onde o amante se tinha lebedo, fugindo sua

mulher também pela mesma porta levando os dois um para cada lado, indo eu então encontrar o leito ainda quente e uma presilha de um sopencorios em cima do lençol do seu leito, andando então fugida até ao dia 9 sem seu marido ter conhecimento onde ela se encontrava, só a noite e que foi chamado quando seguia de... a caminho de minha casa, pelo, P. V. para lhe dizer que minha mulher se encontrava na casa de uma filha ali próxima foi então que a pedido dele a foi buscar pela última vez.

Tendo ela já por mais vezes fugido abandonando o lar e os filhos para ir para casas suspeitas fazer jantaras onde o tal amante acudia sempre.

Cadeia Civil do Porto 5 de Janeiro de 1938 — A. S. ».

Emfim, no dia 11 de Fevereiro corrente, recebemos ainda o seguinte requerimento, que consideramos muito importante e a que aludiremos em devido tempo:

Doc. 20 — «Ex.^{mo} Senhor Director do Instituto de Criminologia do Porto.

A. da S. viuvo negociante de 48 anos de idade, natural da freguesia de..., concelho de... actualmente preso na cadeia Civil do Porto em cumprimento da pena de 15 meses de degredo que lhe faltam cumprir e por sentença de 5 de Dezembro de 1924, em processo que correu seus termos na comarca de... e por crime de homicídio, precisando para fins convenientes duma certidão do exame médico a que foi submetido vem rogar a V.^a Ex.^a, se digne mandar passar.

e assim respeitosamente

P. deferimento

a) A. S.

Cadeia Civil do Porto, 11 de Fevereiro de 1938 ».

A-fim-de, com mais segurança, documentar este exame, procedeu este Instituto a inquirições na freguesia onde viveu e praticou o crime, inquirições essas tendentes a colher elementos que nos auxiliassem na parte respeitante ao passado patológico do criminoso, ao ambiente que o cercava, ao seu temperamento, à sua conduta familiar e social e, também, obter outros esclarecimentos que pudessem fornecer-nos indicações sobre a personalidade morfo-psico-moral de seus mais próximos parentes, elementos esses de máxima importância.

Como é de supor, tendo o crime sido executado há cerca de 14 anos, não é fácil obter-se informações pormenorizadas.

Todavia passamos a resumir-las, porque, com os esclarecimentos prestados, alguns de sumo valor, havemos de entrar em linha de conta nas páginas seguintes:

— Filhos relativamente saudáveis. Porém, no que respeita ao sistema nervoso, um deles é muito *nervoso*, outro, o mais novo, sofre de cefaleias e ataques frequentes, caindo no chão (possivelmente *epilepsia*).

Parece que o pai demonstra pouca afectividade por eles.

As pessoas residentes na freguesia do recluso, a maior parte delas por ele apresentadas como abonatórias do seu carácter, são contraditórias nas suas informações. O Pároco, por exemplo, considera-o *fraco carácter, doido com mulheres, alcoólico, ateu*.

Outra, a professora oficial, abona a sua boa condição; outro chama-lhe *homem perdido* e outro, ainda, *homem genioso*. A maior parte considera-o boa pessoa.

Três dessas pessoas acham que *sofria da cabeça*. Uma delas, garante que o recluso quisera, um dia, matar o pai, deitando-o à água. A alcunha porque é conhecido revela o conceito geral que sobre a sua personalidade psíquica fazia o povo da sua terra. Concordes são quasi todas, porém, em afirmar que era irritável e mal humorado, especialmente quando bebia vinho, outras vezes

por causa de sua mulher. Não demonstrava, no parecer de alguns, grande amor aos filhos.

Os seus hábitos alcoólicos são confirmados pela maior parte das testemunhas. Uma disse até que *com vinho é que ele era torto*.

Da causa da morte de seus pais não se colheram notícias seguras. Uma irmã do recluso *é meia lúria e davam-lhe ataques*, diz uma testemunha, o que é confirmado por outra: *quere dizer, o seu estado não é são e, possivelmente, não se alheia dêsse estado a epilepsia*.

Quási unânimemente (as que a conheceram) afirmam que a vítima, sua mulher, não era boa mãe, nem boa dona de casa, embriagando-se frequentemente, espancando os filhos. Além disso, era infiel ao marido. O homem que se lhe apontava como amante era o mesmo de quem o marido suspeitava.

Por seu turno, o advogado que tomou parte no seu julgamento, defendendo-o, prestou-se obsequiosamente a fornecer, pessoalmente, informações sobre o crime e o criminoso. O referido causídico fêz-se acompanhar duma das testemunhas do processo, que prestou mais estes esclarecimentos: — o recluso quisera um dia matar o próprio pai, tentando lançá-lo a um poço, pela simples razão de não ceder ao filho determinado campo de terra.

Além das duas condenações por agressão, certo dia, por questões desconhecidas, na cidade de . . . , *desatou aos tiros* a uns indivíduos. Foi prêso, mas absolvido.

De outra ocasião, com um machado, rompeu em fúria contra a porta do depoente, danificando-a, pela razão de suspeitar que seu filho fôsse o amante da vítima, como o povo dizia e diz ainda. Muita vez ele e outros vizinhos souberam que a vítima dormiu freqüentes vezes nos campos, ao relento, quando fugia aos maus tratos do marido.

Por ser primacial, resumiremos, em seguida, as informações do carcereiro da Cadeia Civil de . . . , prestadas a êste Instituto: —

revelou durante o seu internamento indícios de doença mental e de mau carácter. Irritando-se muitíssimo, o que deu origem a que o desstituisse do cargo de encarregado ou fachina que lhe distribuira.

Insciável, devido ao seu mau humor.

Mais notou que se embriagava, algumas vezes. Na própria cadeia mantinha namoro com uma reclusa (pudemos verificar a exactidão dêste esclarecimento, porque lemos, sem o recluso de tal suspeitar, uma das cartas que lhe dirigia em têrmos imensamente apaixonados).

Sabe que o recluso maltratava de tal forma sua mulher que chegou a prendê-la pelos cabelos em gavetões dos móveis, depois de lhes ter dado nós, para que difficilmente pudessem soltar-se.

*

* *

Eis, resumidamente, tudo o que pudemos colhêr para documentação do exame do recluso. A isso podemos juntar os seguintes esclarecimentos, apreendidos em observação directa de cerca de mês e meio, tempo, aliás, insufficiente para investigação de tal monta.

O recluso, desde que foi transferido para a Cadeia Civil do Pôrto, aproximadamente há dois meses, tem-se comportado muito regularmente, obedecendo a quem de direito e demonstrando instinto de sociabilidade perante os demais detidos.

No Instituto de Criminologia, sempre que era chamado para observação, nunca manifestou qualquer repugnância pelas minudências do longo exame a que foi submetido, comportando-se bem junto do respectivo pessoal. Obedecia incondicionalmente a tudo o que dêle se exigisse, como, v. g., referir, por escrito, as suas declarações verbais.

Sossegado durante os exames e nos seus intervalos, a sua

conversa favorita era o seu caso: contínuas queixas contra o advogado de defesa, contra sua mulher, contra as testemunhas, jurados e juizes, tôdas acompanhadas pela apresentação de inúmeros papéis que considera como provas do adultério da vítima e, principalmente, da vingança do referido advogado (*que roubou do cartório da comarca de... o seu processo de revisão*), diz e da injustiça do Tribunal que o julgou de tal forma, que nos expôs esta lógica: «os que matam com tiro e faca têm penas diferentes; e quem ofende corporalmente, do que resulta a morte, é condenado assim. Por isso é que me revolto contra essa injustiça! Eles — os magistrados — até condenam os inocentes, quanto mais eu que dei só duas bofetadas na minha mulher, que era minha e podia fazer dela o que quizesse! Logo que saia daqui, vou requerer novas investigações e novo processo. Não tenho dinheiro, mas que o faça a Justiça, que é o seu dever!»

Quanto ao seu advogado, exclama, sempre rancorosa e teimosamente, como atrás escrevemos: *ele é o culpado disto tudo. Prescindiu de testemunhas que eu apontei e que provavam o adultério da minha mulher. Por isso fui condenado, quando podia estar na rua há muitos anos. Até houve um advogado que por três contos de réis me punha em liberdade! Ainda por cima escreveu e disse que eu estava bêbedo no momento do crime. É tudo uma traficância dele, nem o autorizei a dizer isso. Não estava bêbedo, estava em meu devido juízo!*

O meu interêsse é responder outra vez.

Nega que o tivesse insultado em cartas e na Cadeia de... Nega que tivesse querido matar a mulher. Nega que seja dotado de maus instintos. Nega que seja doente da cabeça, afirmando que se há-de rever o processo, porque o Código Penal diz que basta ser-se nervoso para se autorizar a revisão! *Eu conheço bem o Código, diz com vaidade, pois comprei-o em Coimbra.*

Quanto ao adultério de sua espôsa, que tão afincadamente

apregoa, não ficou provado em Tribunal, como já tivemos ocasião de referir.

O próprio advogado de defesa e uma das testemunhas do tempo, ainda viva, e que foi ouvida no Instituto, garantem que era o próprio marido que lhe levantava *essa fama*, combinando com o suposto amante, já mencionado, a urdidura dessa calúnia, por cartas que lhe enviara da Cadeia, após o crime.

Foi o próprio examinado que declarou, ao interrogarmos-lo nesse ponto: *no processo lá se diz que ela me era infiel. Pode não estar provado, mas o povo é que o dizia!*

E, de-facto, o recluso nunca colheu a mais rudimentar prova concreta e iniludível, do adultério da vítima.

O seu relatório (Doc. 19) é suficiente.

Porém, consoante o exame ia avançando, o recluso ampliava o que aí afirmou, deformando, adulterando: «os amantes eram muitos; um filho (o mais novo) não é seu; agrediu o suposto amante (quando era um sòmente), pelo que não respondeu, visto ser arquivado o processo; fizera um orifício no soalho para espreitar o que fazia a mulher na loja, vendo-os em posição que não deixava dúvidas; todos lhe diziam que ela se portava mal; confessa que tem batido em várias pessoas e deitado tiros para o ar».

É o momento de salientar que, durante o julgamento e nos depoimentos anteriores a êste, o recluso não aludia ao adultério da mulher (Doc. 11, do parecer).

No documento n.º 12 o réu aludia sòmente a desconfianças, por ter encontrado uma presilha de suspensórios, que não era sua, na cama da mulher.

A causa das agressões foram, segundo seu próprio depoimento, o desmazêlo da vítima, que se desleixava no govêrno da casa, descuidando-se dos filhos e esbanjando o dinheiro com amigas!

Só depois de prêso o recluso começou a alegar a causa do adultério, estabelecendo a necessária comprovação, como se viu nos documentos atrás transcritos. E assim, já em pleno Tribunal, o advogado, representando o réu, focou êsse aspecto. Por informações das testemunhas já citadas, a verdade é que o recluso, antes do crime, era o primeiro a propagar o mau porte da mulher no que respeita a fidelidade conjugal.

Um outro facto digno de atenção: — sòmente depois de condenado é que o réu começou a manifestar animosidade ao seu advogado, animosidade que se estendeu a magistrados e jurados, com nítidas ameaças pessoais ao primeiro.

Durante o exame que fizemos, a uma intencional suspeita lançada sòbre uma das testemunhas que me apresentou como conhecedora da sua vida, dizendo-lhe que ela me escrevera em sentido contrário às informações dêle recluso, esboçou indefinível gesto de cólera, irritando-se e exclamando:

— *quando sair daqui eu lhe farei as contas!*

De tôdas as testemunhas que o acusaram forma o pior conceito: *vendidas ao advogado, vingativas, patifes, etc.*

Protesta contra a demora da solução do seu caso por parte das instâncias superiores do Ministério da Justiça e do próprio Titular, pois não está a fazer nada aqui e deseja voltar para a cadeia comarcã. Com certeza, diz, *é o Dr. M.* (seu advogado de defesa) *que mexe os pausinhos por lá! É capaz de tudo, para se vingar de mim. Se êle até já ameaçou a minha família!*

Freqüentemente nos pergunta pelo têrmo do exame a que se sujeitava, pelas datas da correspondência oficial trocada a seu respeito, etc. Não revelou, uma só vez, qualquer indício de remorso pelo mal que praticou. Pelo contrário, justifica-o com bom humor, risonhamente, com a mesma tranqüila confiança dum Juiz que julgou conscientemente.

Negava, a princípio, que matara a sua vítima, pois lhe dera

sòmente duas bofetadas. Por fim, confessou, incompletamente, a forma como a agrediu. Raramente fala na família. Aos filhos alude, sem qualquer sinal de afectividade, quando por êles se pergunta.

O *déficit* moral dêste indivíduo é notável; as suas atitudes já mencionadas, a auto-crítica do delito, as suas relações amorosas epistolográficas com a reclusa de... (infanticida e ladra), o seu comportamento anterior à prisão e tantos outros factos que se avaliam na leitura dos documentos atrás transcritos justificam esta nossa asserção.

Responde com certa sobrançaria, julgando-se o único que sabe o que diz e o que faz.

De poucas letras, como se verifica pelos documentos que redigiu, insiste em demonstrar que tudo compreende. Aos *testes* vários a que foi submetido, para avaliação do seu psiquismo e da sua personalidade moral, sujeitava-se fàcilmente, mas respondia com manifesta desconfiança, limitando as reacções, exclamando a cada passo, que *não podia responder, para não se enganar!*

A sua sistemática atitude de defesa e de negativismo prejudicou, sensivelmente, o exame.

A alguns *testes* respondia confiadamente: *eu sei isso muito bem, isso é fàcil, isso todos sabem.*

Revelou, em resumo, forte egocentrismo e vaidade.

Em tudo o que respeita ao seu caso, revela boa memória. Porém, através do exame a que foi submetido, verificaram-se sensíveis falhas.

A inteligência, no seu complexo, não sofreu grandes danos e manifesta-se regular. Todavia, no sector da imaginação, do raciocínio e, portanto, da interpretação, apresenta-se-nos deficitária.

Entre outros o *teste* de Rorschach deu-nos prova cabal do que se acaba de afirmar:

| | | | |
|---|--------------------------------------------|--------|-----------|
| ↑ | I — 1 — Bicho | G F | + A. V |
| | 2 — Bôca e mãos | D F | + A. V |
| | 3 — Asas (deve ser ave) | D F | + A. V |
| ↑ | II — 1 — Duas pessoas sem cabeça | G F | + H. O |
| ↑ | III — 1 — Gente | G F | + H. V |
| | 2 — Gravata (mancha encarnada). | D. G F | + Obj. V. |
| ↑ | IV — *** | | |
| ↑ | V — *** | | |
| ↑ | VI — *** | | |
| ↑ | VII — *** | | |
| ↑ | VIII — Bichos quaisquer | G F | ± A. V |
| ↑ | IX — *** | | |
| ↑ | X — Bichos | G F | ± A. V |

Tempo: — 8' (muito reduzido do normal).

Conclusão — Esteriotipia animal (50 %), anatômica, humana. (Inteligência inferior; depressão). Vulgaridade. Choque à côr. Impulsividade, excitabilidade, reacções anti-sociais (estado nevrótico com tendências instintivas muito fortes, domináveis). Defensivo, contraído, coartado (interpretações F) (1).

Estamos perante um indivíduo de regular constituição morfológica, sem notáveis estigmas de degenerescência. Clinicamente, bom. Irregularidades do sistema nervoso em relação com o seu estado psíquico, que passamos a definir.

Trata-se dum tipo psico-moral a que ordinariamente se chama *perverso constitucional*. Desta forma, cabe no sub-grupo das *psicoses constitucionais*, do quadro geral das doenças mentais (psicopatias sem lesões orgânicas), da classificação de Delmas & Boll (2).

(1) Luiz de Pina, *O Psicodiagnóstico de Rorschach em Criminologia*. «Boletim dos Institutos de Criminologia». 1.º sem., 1938, Lisboa.

(2) Delmas & Boll, *La personnalité humaine. Son Analyse*. Paris, 1935.

São em número de 5 essas psicoses constitucionais: paranoica, loucura moral ou constituição perversa, mitomaniaca, ciclo-tímica e hiperemotiva.

Vejamos, pois, e antes de mais, o que vem a ser constituição perversa ou loucura moral (também *instintos perversos*) como lhe chama Dupré, que assim os define: — anomalias constitucionais das tendências do indivíduo, considerado na sua actividade moral e social (1).

Essas tendências são instintivas porque, como os instintos, diz aquêlo psiquiatra, elas se manifestam primitivas, espontâneas, anteriores à aparição da consciência e da inteligência, e exprimem, por sua natureza, seu grau e suas formas, o próprio fundo da personalidade. Lembra êsse autor que a tal dinamismo instintivo se chamava, antigamente, mas justamente, *penchants innés, inclinations natives*.

Outras designações foram dadas a tais perversões, como indica Dupré: — *depravação dos instintos, loucura de acção, mania instintiva, idiotia moral, loucura moral, perversões dos sentimentos, perversões morais, imoralidade constitucional, invalidez moral, «moral insanity», cegueira moral, anestesia do senso moral, daltonismo moral, etc., etc.*

São os instintivos perversos ou loucos morais, escreve Dupré, os que se inclinam a seguir *une conduite anormale, à adopter des moeurs singulières, et surtout à commettre des actes préjudiciables à eux-mêmes et dangereux pour autrui, qui créent entre la loi pénale et ces êtres antisociaux un perpétuel état de conflit*.

Êsse conflito permanente traduz-se por *une délinquance à répétition et une criminalité fréquente. Aussi la prison est-elle, bien plus que l'asile, le lieu de sélection et d'observation de tels sujets, clients prédestinés de cette clinique pénitentiaire*.

(1) Ernest Dupré, *Pathologie de l'Imagination et de l'Emotivité*. Paris, 1925.

Dupré assinala, nestes indivíduos perversos, o recidivismo da falta e a sua incorrigibilidade.

Delmas & Boll (1) escreveram:

«Pendant tout le cours de leur vie ils présentent les deux stigmates essentiels: amoralité et inactivité par les quels Régis caractérise leur déséquilibre» e, adiante: — «ces opinions s'appliquent surtout aux cas les plus nettement pathologiques, à ceux qu'on groupe sous le terme générique de «folie morale» ou de psychose perverse.»

Escreveu também Kretschmer, um dos mais distintos psiquiatras da Alemanha (2):

«Contrairement à l'affectivité supérieure, beaucoup plus plastique et malléable, les impulsions instinctives s'affirment comme des forces aveugles de la nature, renversent toutes les barrières qui ne leur opposent pas une résistance suffisante et provoquent facilement des déviations psychiques, toutes les fois qu'elles se heurtent à des obstacles.»

Régis, que Delmas & Boll citaram, disse, de-facto, que o fundo mental do perverso constitucional ou instintivo se compõe de *amoralidade e inatividade*; mas junte-se-lhes, ainda, como ensina Régis, a *inadaptabilidade e a impulsividade* (3), características a que também alude André Barbé (4), psiquiatra eminente dos hospitais de Paris, a-propósito de degenerescências.

(1) Delmas & Boll, *Ob. cit.*

(2) E. Kretschmer, *Manuel théorique et pratique de Psychologie médicale*. Paris, 1927.

(3) Cit. por Lévy-Valensi, *Précis de Psychiatrie*. Paris, 1926.

(4) André Barbé, *Psychiatrie*, T. II da coleção de *Pathologie Médicale*, dirigida por Sergent. Paris.

Lévy-Valensi afirma, a respeito da incorrigibilidade destes indivíduos e das suas características: *incapable de mener une vie normale, de faire un métier régulier, passe sa vie en marge de la Société et du code; c'est l'hôte de l'asile et de la prison, jusqu'au jour où un incident tragique termine sa lamentable carrière. Dupré le considère incurable. Il ne faut pas décourager le zèle des pédagogues. C'est une question de degré et de méthode.*

À descrição da patologia dos instintos (de conservação, de reprodução e de associação, correspondentes, respectivamente, ao indivíduo, à espécie e à sociedade), dedicou importante trabalho o já referido psiquiatra Barbé, no também já mencionado livro *Psychiatrie*, ao descrever a loucura moral. Aí traslada a opinião de Rogues de Fursac, que destarte resume tal estado moral: *un ensemble d'anomalies psychiques d'ordre morale et d'origine constitutionnelle, qui, en dehors de tout état de faiblesse intellectuelle évidente, rendent le sujet inadaptable aux conditions imposées par les lois naturelles et sociales.* É o mesmo Fursac a dizer que a loucura moral é a síntese de dois elementos: *positivo*, perversões instintivas; *negativo*, indiferença moral.

Legrain, citado por Barbé, define-a como associação dum número maior ou menor de perversões, independentemente de qualquer impulsão, acompanhadas de certo grau de inconsciência. Escreve Barbé (1):

«La folie morale commence à se manifester de bonne heure et les sujets de ce genre font rapidement le désespoir de leurs parents, par leur caractère, leurs tendances, leur égoïsme, leur manque d'affection, leur méchanté et leur cruauté vis-à-vis de leurs frères et soeurs, de leurs camarades et des animaux. Ces

(1) André Barbé, *Ob. cit.*

enfants sont dissimulés, menteurs, simulateurs, indisciplinés, turbulents, paresseux et vaniteux.»

Quanto ao prognóstico destes casos, Arnaud, referido por Barbé, disse: *est très grave, car il s'agit d'un trouble constitutionnel, et la folie morale dure autant que la vie du malade.*

Por outro lado, os psiquiatras franceses Henri Colin e G. Demay escreveram (1) uma bela exposição sobre *Les anormaux pervers*, caracterizados, em seu entender, por *un arrêt de développement de l'affectivité et du sens moral, et la perversion des instincts, contrastant avec l'intégrité relative des facultés intellectuelles et déterminant des réactions antisociales permanentes.*

Em seguida, descrevem a vida dos anormais perversos na infância, na actividade militar, na vida social como adultos, nos asilos onde se recolhem. Traçam, sumariamente, os elementos essenciais de que se compõe a fisionomia clínica desses anormais:

- insociabilidade;
- inafectividade;
- integridade relativa das faculdades mentais;
- ausência de delírio e de perturbações sensoriais;
- impulsividade e fraqueza de vontade (instabilidade);
- sensibilidade ao alcool.

Os sintomas físicos são, *pour ainsi dire, négatifs.*

Quanto ao prognóstico, é sombrio. Idênticamente no que respeita à correcção de tais personalidades: *Les espoirs conçues à ce sujet par certains esprits généreux sont malheureusement démentis par les faits* (2). Já o nosso psiquiatra Júlio de Matos considerava o

(1) Henri Colin & G. Demay, *Les aliénés délinquants et criminels*, in colec. Sergent, já cit.

(2) Id., id., *Ob. cit.*

prognóstico da loucura moral *fechado a toda a esperança*; no tratamento apontava o sistema profilático e penal (1).

Emfim, para justificar a nossa opinião sobre a personalidade perversa constitucional do examinado, achamos suficientes as alegações que se apresentaram e o seu enquadramento no que se registou anteriormente, a-propósito da personalidade psico-moral do mesmo que, por isso, deve ser considerado um degenerado.

Pômos em relêvo o seu comportamento anterior ao crime, a sua indiferença moral actual, sua relativa lucidez, a brutalíssima agressão na pessoa de sua mulher, as suas explosões de ódio ameaçador.

A sua loucura moral — a que bem podemos chamar *anarquia psico-moral*, parece que fica bem definida.

*

* *

Êste, pois, o fundo psíquico do examinado, em que assentam outros desvíos, a complicar notavelmente aquêlo: — é que, na actividade psíquica do recluso logramos colhêr evidentes sinais de errada interpretação dos factos, ideas fixas, obcecantes, nitidamente mórbidas e respeitantes a

- a) ciúme
- b) perseguição
- c) reivindicação de justiça.

Quere dizer, estamos em frente de ideas delirantes que nos habilitam a considerar no examinado a existência de *delírios siste-*

(1) Júlio de Matos, *Elementos de Psychiatria*. Porto, 1923.

matizados crônicos, não alucinatórios, enxertados no fundamental terreno instintivo perverso, delírios que Kraepelin englobou na designação simples de *paranóia*.

Para documentarmos o nosso diagnóstico — um dos mais difíceis, pela complexidade, no fóro da Psiquiatria, começaremos por provar tal simbiose (instintos perversos + delírios sistematizados). Transcreve-se o texto de dois dos mais ilustres e autorizados alienistas dos manicômios do Sena, Sérieux & Capgras (1):

«La manière dont l'interpréteur réagit à son délire résulte, en effet, non seulement de la nature des idées délirantes, mais surtout de son caractère, c'est-à-dire de la constitution psychopathique originelle associée à la constitution interprétative: constitution hyperémotive, perverse, hypersthénique, dépressive, etc. A ce point de vue, il existe deux groupes pour ainsi dire opposés de malades: d'un côté les persécuteurs, de l'autre les résignés.»

Julgamos ser oportuno incluir, neste ponto, o seguinte esquema de taras psíquicas familiares do examinado:

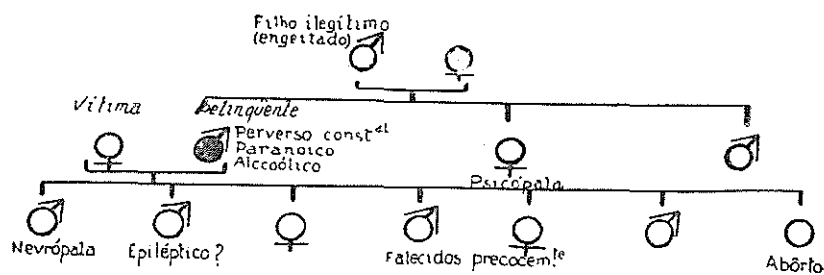


Fig. 1

Por aqui se vê que o recluso é filho dum *exposito*, facto de certo valor: — de modo geral o enfeitado é sempre produto de

(1) Sérieux & Capgras, *Délires systématisés chroniques*, in *Traité de Pathologie Médicale*, já cit., dir. por Sergent.

cópula ilegal e realizada em péssimas condições eugénicas, algumas vezes incestuosa, sacrílega ou adúlterina, muita vez por fortuitos desejos sexuais. Estas circunstâncias são expressivamente más para garantir a normalidade do fruto de tais conjunções carnaís.

Nos filhos do recluso reflectem-se anomalias de compleição neuro-psíquica (nervosismo, talvez epilepsia). A sífilis — enfermidade altamente lesiva dos centros nervosos e de intensa influência na hereditariedade, não seria alheia ao abortamento referido, para já não falar da morte precoce de dois outros filhos. Recordemos os hábitos alcoólicos do examinado e a psicose, desconhecida, duma sua irmã e a sistemática negativa do recluso a propósito de tudo o que respeita a informações d'êste género.

Do que fica exposto não é de estranhar a existência de psicopatia neste indivíduo, cuja constituição se agravou com o alcool.

É tempo, também, de dizer-se que o exame a que foi submetido, em 1931, na Penitenciária de..., revelou que o recluso não apresentava *bom estado mental*, embora o Instituto de Criminologia da mesma cidade o considere *regular*.

Por seu turno, o Boletim Biográfico do recluso, elaborado na Cadeia Civil de..., declara que o seu temperamento é *nervoso*, e *duvidoso* o seu estado mental. Por sua vez o carcereiro d'êste último estabelecimento prisional, ouvido pelo Instituto de Criminologia do Pôrto, declarou que o recluso se embriagava algumas vezes, revelando mau carácter e indícios de perturbação mental.

De tudo se depreende: ou o agravamento do estado mental do prêso, se atendermos à discordante conclusão registada no boletim do Instituto de Criminologia de..., e, de outra parte, nos da Penitenciária dessa cidade e da Cadeia Civil de...; — ou o recluso logrou ocultar o seu estado, o que não se nos afigura possível.

O exame nestes indivíduos tem de ser profundo, tenaz, cau-

teloso e demorado; mesmo assim, os examinados conseguem des-nortear os observadores. É ponto de referir, a tal propósito, o que ensinam os alegados Capgras & Sérieux:

«A première vue, les délirants systématiques ne présentent aucun des symptômes bruyants qu'on a accoutumé de considérer comme pathognomoniques des troubles mentaux: ni agitation, ni dépression, ni confusion, ni affaiblissement intellectuel. Ce sont des sujets lucides, capables de raisonner, de discuter, d'exercer leur activité professionnelle.

Leurs allures sont normales. Ils ne paraissent pas aliénés... Aussi bien, à l'examen de l'un de ces sujets, de l'interpréteur et du revendicateur surtout, ce n'est pas chose facile que de savoir si l'on a vraiment affaire à un malade (1).»

E Genil-Perrin escreveu, também, a-propósito da defensiva do delirante no exame e fora dêle, dissimulando, como no nosso caso aconteceu e já referimos (2):

«Le paranoïaque délirant ne se croit pas malade, mais il se rend parfois très bien compte que ses conceptions peuvent paraître extraordinaires et laisser penser qu'il est atteint d'aliénation mentale.

S'il les entendait exprimer par un autre, il n'hésiterait pas à le traiter de fou. Mais quand il s'agit de lui, c'est différent... Il évitera de parler de ses préoccupations, même, et surtout, quand on l'interrogera. Il affectera un comportement naturel. Il s'efforcera de jouer le rôle d'un homme sain d'esprit.»

(1) Sérieux & Capgras, *Ob. cit.*

(2) Genil-Perrin, *Les paranoïaques*. Paris, 1927.

Ora o nosso examinado insiste continuamente e veementemente em idêntica atitude. Nada informa, porque nada tem, clama firmemente:—nem insónias, nem pesadelos; sonhos tranqüilos povoam-lhe os mais tranqüilos sonhos; não sabe o que são vertigens, nunca teve alucinações de qualquer espécie! Através dum interrogatório não é fácil desmenti-lo:—sòmente a psicotécnica e um pouco de psicanálise, que empregamos, pelos meios mais rudimentares, conseguiram descobrir irregularidades, mormente da memória, do senso crítico, do raciocínio, da imaginação e, até, fácil fadiga intelectual (método de Rorschach e outros testes).

Recordemos, neste momento, o caso de certo psicópata (delírio de ciúme), observado por Miguel Bombarda (1), caso já citado por autores estrangeiros (v. g. Sérieux & Capgras e outros), respeitante a um indivíduo ao qual cêrca de 20 médicos se recusaram a atestar qualquer psicose, de tal sorte o doente se identificava a um sujeito hígido!

O caso do nosso examinado assemelha-se-lhe. De tal forma urdiu a teia das suas errôneas interpretações (infidelidade contínua e desbragada da espôsa — perseguição que lhe move o advogado e vice-versa — crença em injustiças), que, aos primeiros contactos do observador com a sua psique, desarmado aquêle com os elementos que atrás se apresentaram, seria relativamente difícil considerá-lo um psicópata, um paranóico que, no conceito de Delmas & Boll (2), termina a sua actividade patológica psico-motriz em uma de duas psicoses:—a de interpretação e a de reivindicação.

(1) Miguel Bombarda, *O delírio do ciúme*, págs. 14-15. Lisboa, 1896.

(2) Delmas & Boll, *Ob. cit.*

Através do que fica dito, êste homem apresenta, já sofrivelmente sistematizados:

- a) Delírio de perseguição;
- b) Delírio processivo;
- c) Delírio de ciúme.

Exploremos cada um de per si:

a) Delírio de perseguição

Pode caracterizar-se como Sérieux & Capgras exemplificam na sua já mencionada obra; atrás apresentamos provas suficientes para essa classificação. Porém, o nosso examinado é um *perseguido-perseguidor* que o Prof. Régis aproxima do *reivindicador* (1), para obstar à difícil, delicadíssima e, digamos, dispensável destriça dêsses dois géneros de psicópatas.

Lévy-Valensi fala-nos, também, na obra que registamos, do mecanismo do delírio de reivindicação à custa de ideias *prevalentes*, ao passo que os delírios puros de interpretação são movimentados à custa de *interpretações*.

Fixemo-nos, pois, em delírio de reivindicação, *délire systématisé raisonnant ou des persecutés-persécuteurs*, de Régis (2), porque *les deux ressortissent à la mentalité paranoïaque* (3).

O recluso é, portanto, um reivindicador, porque nêle se encontram os dois elementos fundamentais que Sérieux & Capgras se exigem:

(1) Régis, *Traité de Psychiatrie*. Paris, 1914.

(2) Régis, *Ob. cit.*

(3) Genil-Perrin, *Ob. cit.*

a) Idea directriz, noção clara dum fim a atingir, concepção completa de conjunto, imutável e obcecante (idea prevalente).

b) Estado passional, com hiperstenia que pode atingir a hipomania, mas sempre circunscrita, orientada para o mesmo fim e exacerbada pelos obstáculos.

Dos sintomas que êsses autores apresentam, eis os dois fundamentais: — *idea obcecante e exaltação passional mórbida*. Quanto ao seu fundo mental, eis um trecho seu, bem aplicável ao caso que estamos a estudar:

«Tous ces malades sont des dégénérés; ils en ont les stigmates physiques et mentaux: déséquilibre des facultés, égocentrisme, obsessions, impulsions, «perversions instinctives», préoccupations hypocondriaques, hyperémotivité, et surtout hypersthénie constitutionnelle.»

Quanto ao primeiro sintoma — *idea obcecante* — dizem assim os mencionados autores Sérieux & Capgras:

«Un procès perdu, un héritage manqué, des fiançailles rompues, un avancement retardé, un concours raté, un emploi refusé, une opération ou un remède inefficaces, un dommage ou une déception quelconque, si minimes soient-ils, dès qu'ils sont «jugés immérités», deviennent une préoccupation obsédante et suscitent le besoin impérieux, non seulement d'une revanche, mais d'un châtiment des coupables. ... Ce peut être enfin un état passionnel morbide, amour, haine, «jalousie», qui dirige l'activité.»

Tal no caso por nós observado, os reivindicadores de Sérieux & Capgras cometem graves erros de critério, mais apaixonados que delirantes:

«Les juges... sont des vendus, leurs propres avocats sont payés par leurs adversaires, les témoins ont accumulé mensonges sur mensonges, on a violé la loi...»

E, assim, caímos na frente de certa variedade de delírio de reivindicação, que os autores franceses chamam de *querulance* (*processivo* ou *litigante*) e os alemães *querulanten Wanhsin*, de *Krafft-Ebing*.

b) Delírio processivo

Escreveu Barbé (1):

«Les persécuteurs processifs ont la folie des querelles et des procès; leur tendance malade et absurde les pousse rarement aux actes violents, mais ils s'adressent continuellement aux magistrats et aux tribunaux, déposent des plaintes, lancent des assignations, et invoquent continuellement le Code...»

Compare-se o que acaba de transcrever-se com o que deixamos registado neste parecer respeitante ao recluso, chamando a atenção para o seu pedido de revisão do processo, para o esclarecimento da verdade, etc.

Mais sombriamente, Sérieux & Capgras dizem, a-propósito destes psicópatas:

«Contestant non seulement l'équité, mais la validité des jugements rendus contre eux, ils refusent de payer l'amende et en arrivent aux voies de fait, et même à l'homicide.»

(1) André Barbé, *Ob. cit.*

É tempo de lembrarmos e sublinharmos que o recluso A. S. manifesta esta psicose desde o próprio ano da sua condenação: — quere dizer, 14 anos de sequestração não lograram diminuir a gravidade do mal; pelo contrário, suas erradas interpretações conjugaram-se em sistematização definida.

Em 14 anos, também, não se modificaram o rancor à vítima e ao advogado, nem à Justiça que o condenou.

Quanto ao segundo sintoma do delírio de reivindicação, isto é, a *exaltação passional*, são concludentes estes excertos do referido estudo de Sérieux & Capgras:

«Le revendicateur se multiplie de tous côtés, aborde mil entreprises, écrit aux personnages en vue, consulte des avocats, demande des audiences, passe ses nuits à rédiger de volumineux mémoires, dépose des plaintes...»

Devenus «persécuteurs», ils en arrivent aux tentatives de chantage, aux injures, aux actes de violence et parfois, s'érigent en justiciers, ils organisent un guet-apens et frappent mortellement celui qu'ils ont condamné.»

A história criminológica e psiquiátrica abunda em exemplos. Nas atitudes do indivíduo por nós observado há sobejos motivos para o incluir naquele grupo.

Na eclosão de tal estado neuro-psíquico não seria estranha a acção do álcool: sabe-se como as infecções e intoxicações podem preparar psicopatias, alterando fundamente o carácter. Entre mais investigadores, dizem Fattovitch & Niccolai (1):

«L'alcool in certi casi, pur senza condurre alla confusione e

(1) Fattovitch & Niccolai, *La criminalità negli stati psicopatici iniziali*. «Neopsichiatria», III, n.º 4, 1937.

a una vera decadenza mental, può, a causa dell'indebolimento della critica e dell'affectività, rivelando una dispozione latente, dar luogo a un delirio paranoide.»

Isto a-propósito de delírios de ciúme e perseguição, nos alcoólicos, semelhantemente aos paranóicos: o alcool seria, assim, factor revelador e adjuvante.

Outros elementos intervêm na elaboração do delirio de reivindicação: entre mais, a constituição perversa, como se verifica no presente caso.

Resta-nos dizer, como Sérieux & Capgras, *que les persecutés lucides les plus reticents sont souvent les plus dangereux*. E, no que respeita ao tratamento dêstes indivíduos, exclamam: *l'interpréteur, le délitant passionnel ou imagiatif, pas plus que l'halluciné, ne peuvent être tenus pour responsables*.

c) Delírio de ciúme

Seria natural termos começado pelo estudo dêste, porquanto é convicção nossa que as ideas delirantes de ciúme apresentadas por êste homem são bastante antigas, anteriores ao homicídio que cometeu. Os documentos e testemunhos atrás apresentados justificam esta asserção.

É também muito de presumir que os seus hábitos alcoólicos concorressem para isso. Leia-se o seguinte, devido a Raymond Mallet (1):

«L'idée de jalousie est une variété d'idée de persécution. Elle peut être physiologique (Othelo), se rencontrer dans l'obses-

(1) Raymond Mallet, *Sémiologie mentale*, in *Traité de Path. Méd.*, ob. cit.

sion (douteur jaloux), dans la psychose hallucinatoire ou interprétative chronique, mais elle est surtout fréquente chez l'alcoolique.»

Por seu turno, escrevem Sérieux & Capgras:

«On rencontre dans l'alcoolisme une psychose interprétative, le «délire de jalousie», dont le tableau clinique est analogue de tous points à celui du délire d'interprétation (Mignot). Le jaloux alcoolique, comme le jaloux interpréteur, trouve des preuves d'infidélité dans le moindre geste de son conjoint: un sourire, un regard, un changement de physionomie deviennent suspects; la manière de se vêtir, les promenades, le sommeil même servent de prétexte aux interprétations.»

Ao tratarmos dêste assunto, com prazer registamos os estudos de psiquiatras portugueses, como Júlio de Matos e Miguel Bombarda, de cuja casuística poderíamos extrair exemplos, se pretendessemos alongar êste relatório.

Diz o primeiro dêstes autores (1) que, rapidamente preparado, o delírio de ciúme entra, de-pressa, no período de sistematização, com ou sem alucinações. Noutro ponto afirma: *como o delírio processivo, o ciumento é muitas vezes partilhado pelos amigos e parentes do paranóico*.

Os crimes cometidos sob o domínio desta psicose são, infelizmente, frequentes, como se sabe.

Chamemos para nós, ainda, Sérieux & Capgras, a-fim-de ouvi-los dizer (2):

«Les interprétations des jaloux gardent souvent un tel caracté-

(1) Júlio de Matos, *Ob. cit.*

(2) Sérieux & Capgras, *Ob. cit.*

tère de vraisemblance qu'on peut les croire justifiés, et il est souvent difficile de distinguer le délire interprétatif du délire passionnel ou même de la passion sans délire.»

E, noutro ponto:

«Toute jalousie qui se manifeste pendant des mois et des années par ces signes: idée obsédante, excitation morbide, erreurs grossières de jugement, «relève de la psicose» et non de la passion simple.»

Por vezes é grandemente custosa a destrinça, porque, na expressão de Bombarda, *o doente queixa-se de que a mulher o atraiçoa, fornece provas, melhores ou piores, das suas suspeitas, poderá mesmo não possuir tais provas porque lhe basta a desconfiança intraduzível em pormenores positivos... e nada mais, nem ideas ridículas ou extravagantes, nem vozes reveladoras, nada, nada.*

Como demonstrar que é um alienado?

De resto, como também certamente comenta o mesmo autor, isto de apreciar destealdades conjugais, fora de prova testemunhal, *afigura-se-me problema de alta dificuldade* (1). É o que diz Henry Bordeaux: — *sauf le cas de flagrant délit ou les maladdresses d'une correspondance bien rare à la campagne, la preuve en matière d'adultère est assez difficile* (2).

O nosso examinado nunca logrou colhêr a espôsa em flagrante delito de adultério, a-pesar-de ter urdido em redor da vítima uma apertada rêde de vigilância, inclusivamente através dum orifício adrede aberto por êle no soalho da casa e por onde poderia escogitar tudo o que se passasse na loja.

(1) Miguel Bombarda, *O delirio do ciúme*, ob. cit.

(2) Henry Bordeaux, *Le lac noir*. Paris.

Por outro lado, as testemunhas embrulham-se no *diz-se*, no *consta*. Por isso o douto Tribunal não provou o adultério da vítima.

O ciumento que estudamos conta factos que nada provam, como mostrei, semelhantes a tantos mal interpretados, que cita Bombarda na sua monografia.

Passaram-se 14 anos: o seu delírio caminhou e sistematizou-se, ampliando o campo das interpretações falsas, ennegrecendo as côres do quadro, adulterando e sujando com novas manchas a memória da espôsa que matou e era mãe de 6 filhos seus.

Em seguida e para finalizar, resume-se a personalidade dêste delinqüente no *psicograma* junto:

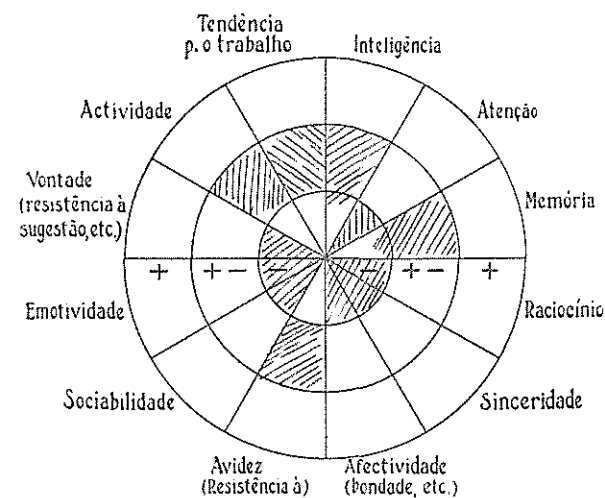


Fig. 2

Eis o que se nos oferece dizer em resposta ao officio da digna Direcção Geral dos Serviços Prisionais.

As conclusões que seguem devem habilitar suficientemente a organização das providências a que o mesmo se refere, tendo em

conta o art. 137.º, com referência aos artigos imediatamente anteriores do *Código do Processo Penal* e o art. 148.º da *Nova Reforma Prisional*.

- I—A. S., homicida voluntário na pessoa de sua própria mulher, é um *perverso constitucional*.
- II—A essa constituição perversa junta-se a *paranóia*, psicose revelada por delírios (reivindicação e persecutório, processivo e de ciúme), já sistematizados, crónicos.
- III—Tal estado psíquico patológico deve ser antigo, possivelmente anterior à data do crime e no que respeita ao delírio de ciúme.
- IV—A constituição perversa é innata ou congénita.
- V—A corrigibilidade dessa constituição e correlativa psicose afigura-se-nos impossível.
- VI—É muito acentuado o grau de temibilidade deste indivíduo.

Por considerá-lo merecedor de ser presente a esta Sociedade a ela trouxe este relatório, base de outro que oficialmente foi entregue à Direcção Geral dos Serviços Prisionais. Ele documenta, também, o método de exame de delinquentes adoptado no Instituto de Criminologia do Pôrto; do exame de delinquentes ou, como acertadamente diz o doutíssimo Prof. Agostinho Gemelli, a *diagnose da personalidade*.

Escusado será dizer que toda a documentação relativa a tal exame está arquivada no mencionado Instituto.

O método, a que chamo—e julgo que apropriadamente—*propedêutica criminológica*, está traçado em linhas gerais, em recentes trabalhos meus (1). Método integral, morfo-psico-moral, isto é,

(1) Luiz de Pina, *Os Serviços de Antropologia Criminal e Identificação Civil*

incidente nas três fundamentais compleições humanas: morfológica, psíquica e moral, tal como de há muitos anos se vem preconizando. Entre nós, lembro a intervenção do Prof. Mendes Correia.

Bem está de ver que o orienta, indispensavelmente, o protocolo clínico ou médico. Tudo em regras ultimamente expostas com alto saber, derivado de longa prática, pelo ilustre psicólogo e criminólogo de Milão, pois, em seu entender, *l'attività psichica è espressione della persona umana considerata nella sua totalità psicofisica* (1).

Assim se procede no Instituto de Criminologia do Pôrto desde 1929; neste ano comecei a reorganização da sua antecessora Repartição de Antropologia Criminal, reorganização essa orientada naquele sentido. Por isso em 1931 existiam fichas de protocolo de exame justificativas dessa orientação. Em próximo livro exporei circunstanciadamente o referido protocolo (2).

Dediquei e dedico ao exame da personalidade dos delinquentes a máxima atenção; mas não esqueço jamais, como recomenda

do Pôrto. «Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Pôrto». Vol. I, fasc. I. Pôrto, 1931.

—*A Antropologia Criminal em Portugal e Itália*. «Id., id.». Vol. I, fasc. III. Pôrto, 1931.

—*Investigação biológica criminal no Pôrto*. «Id., id.». Id.

—*O Psicograma em Antropologia Criminal*. «O Instituto», 93.º. Coimbra, 1938 e «Giustizia Penale», VII. Roma, 1938.

—*O Psicodiagnóstico de Rorschach em Criminologia*. «Boletim dos Institutos de Criminologia». Vol. I, fasc. II. Lisboa, 1938.

—*L'observation des délinquants et la Nouvelle Réforme des Prisons au Portugal*. Lisboa, 1939.

—*L'Anthropologie Criminelle et l'Institut de Criminologie de Pôrto. Aperçu historique*. Lisboa, 1939.

(1) Agostino Gemelli, *Il delinquente per tendenza*. «Rivista di Diritto Penitenziario». Fasc. VI. Roma, 1938.

(2) Luiz de Pina, *Estudos de Antropologia Criminal*. I—*Observação do delinquentes*. (Em preparação).

Gemelli e eu próprio recomendo, a análise profunda do delito, para o que a nossa legislação prisional de 1936 oferece as maiores facilidades. É que, no conceito de Gemelli, o exame do delito deve fazer-se, não como expressão de um estado patológico ou anormal, mas como revelação da personalidade. Esta é a sua principal razão de ser!

Acho oportuno esclarecer que no recente «I Congresso Latino-Americano de Criminologia» (Buenos-Aires, 1938) foi aprovado o voto de ser adoptada oficialmente a ficha de observação criminológica elaborada por Osvaldo Loudet, insigne professor daquela capital, psiquiatra e criminólogo distintíssimo, por certo um dos maiores das Américas (1).

Muita honra tenho em ser o introdutor, no nosso país, das linhas gerais da referida ficha de Loudet, que adoptei há um ano, a-par das de outras fichas estrangeiras, como informei em recente trabalho. Por isso a que actualmente se usa oficialmente nos Institutos de Criminologia portugueses, representa as mais modernas regras propostas por vários cientistas. Devo esclarecer que a parte pessoal na elaboração da nossa ficha provém duma anterior, por mim criada em 1931 (2).

Sòmente mais duas considerações, ao rematar êste trabalho. Gerou-se, talvez, na mente de quem o ouviu, a idea do *delinqüente por tendência*, tipo criminal do Código Penal Italiano, que Gemelli acaba de estudar, convencendo-se da sua inexistência, no ponto de vista da Antropologia e da Psicologia criminais. Para o eminente reitor do «Sacro Cuore» essa concepção é puramente pragmática, jurídica, definida naquele Código e, modernamente, na Nova Reforma Prisional portuguesa (1936), art. 110.º.

(1) *Primer Congreso Latino Americano de Criminologia*. «Revista de Ciencias Penales». Ano IV, t. IV, 21.º. Santiago. Chile, 1938.

(2) Luiz de Pina, *A investigação biológica criminal no Pôrto*. Ob. cit.

Passo a ler:

«Serão considerados delinqüentes por tendência os que... cometerem um crime doloso, frustrado, tentado ou consumado de homicídio ou ofensas corporais a que corresponda pena maior, e que, atentos o fim ou motivos determinantes, os meios empregados e mais circunstâncias, e a sua conduta anterior, revelarem perversão e malvadez que os faça considerar gravemente perigosos.»

(Decreto n.º 26:643, de 28 de Maio de 1936).

A letra dêste artigo concorda com a do Código italiano. Mas neste ressaltam-se os delinqüentes que se inclinam ao delito por acção de certas enfermidades. Na lei portuguesa a declaração de delinqüência é feita na decisão condenatória, pelos respectivos juizes, devidamente fundamentados.

Ao criminoso A. S., que estudei, applica-se com rigor o artigo da lei portuguesa. Esta não duvida da classificação e resolve, em poucas linhas, um dos mais delicados problemas da Antropologia Criminal, senão o mais delicado e fundamental de todos os que faz erguer a etiologia delinqüencial! Problema êsse que tanto se relaciona com as concepções de *criminalidade nata*, de *loucura moral* ou de *constituição delinqüencial*.

A Jurisprudência é mais avançada, neste ponto, que a Biologia. Quem vencerá na pugna? Ninguém, em boa verdade, poderá, no estado actual da ciência criminológica, prever para onde penderá a vitória. É que a etiologia criminal, digam o que disserem, continua a desafiar os mais perspicazes investigadores dêsse informe, incongruente e vário mundo que povôa as cadeias!

Perante a lei portuguesa poder-se-ia classificar como *delinqüente por tendência* o recluso A. S. Mas perante a Biologia? Possivelmente. Prefiro rematar com estas palavras de Agostinho

Gemelli, escritas a-propósito de dez criminosos assim etiquetados, que observou no seu laboratório do «Sacro Cuore» (1):

«Se por delinqüente por tendência se entende um indivíduo que não é um psicópata, que não é um degenerado, que não é um doente; que é, em suma, um indivíduo cuja responsabilidade não se pode eliminar ou não é diminuída por doença; se o delinqüente por tendência não é o *louco moral* ou o *delinqüente nato*; se como delinqüente por tendência se considera aquêle cuja estrutura psíquica revela uma inclinação natural para o delito cometido com malvadez, isto é, por inclinação que não se relaciona com a própria estrutura psíquica e *che ne è espressione*, deve dizer que em nenhum dos indivíduos que examinei posso demonstrar a existência dêste tipo de criminoso.»

(1) Agostinho Gemelli, *Il delinquente per tendenza*. Ob. cit.

Três casos de albinismo total (1)

POR

MARIA IRENE LEITE DA COSTA

Bolseira do Instituto para a Alta Cultura

A palavra albinismo, de origem portuguesa, refere-se a uma anomalia congénita, caracterizada pela ausência total ou parcial do pigmento epidérmico, a melanina.

Os indivíduos portadores desta anomalia têm sido designados por nomes diversos, conforme os países em que têm sido observados. E assim na Índia dão-lhes o nome de *bedhos*, nas Filipinas e Guatemala *filhos do sol*, em algumas regiões da América do Sul *olhos de lua*, em Java, na Oceânia, *Kakerlaks*, etc.

Desde a mais remota antiguidade que os casos de albinismo, quer humano, quer animal, têm interessado a humanidade. Já Plínio na sua *História Natural* faz referência à existência de albinos.

Considerou estes indivíduos como pertencentes a tribus de tez mais clara, que êle designou com o nome de «leucaethiopes». Galeno, Ctésias, Aristóteles, etc., fazem referência à existência de albinos.

Mas é só no fim da idade média, na época das grandes viagens, que, em presença do contraste apresentado pelos albinos nas raças de côr, se repara com atenção nesta anomalia.

Fernando Cortez, numa carta a Carlos V, menciona a existência de albinos na côrte de Montezuma. Fr. João dos Santos também, na *Etiópia Oriental*, fala de albinos.

(1) Trabalho apresentado à V Reunião da Sociedade Anatómica Portuguesa em Fevereiro de 1937.

Muitos autores, como Buffon, Fontenelle, Voltaire, Maupertuis, Blumenbach, Labat, etc., estudaram os albinos. Lineu chegou mesmo a considerar os albinos como uma raça particular do género *Homo*.

Mansfeld em primeiro lugar, seguido de Seeler, Isodore Geofroy-Saint-Hilaire, Dr. Wilde Dublin, Cornaz, etc., estabeleceram uma classificação para os diferentes casos de albinismo.

A classificação mais seguida é a de Geoffroy-Saint-Hilaire, o qual divide o albinismo em completo, incompleto e parcial. O 1.º é caracterizado pela ausência de pigmentação na pele, no sistema piloso e nos olhos; o 2.º por ser a pigmentação geral inferior à normal; o 3.º quando no indivíduo normal a pigmentação falta ou é em muito menor quantidade numa parte determinada do tegumento. O albinismo parcial é mais evidente nas raças de côr. É o caso dos negros que apresentam manchas brancas.

O albinismo encontra-se na mesma proporção no homem e na mulher, se bem que Marshall, Brochet, Fouillent o tenham observado com mais frequência na mulher.

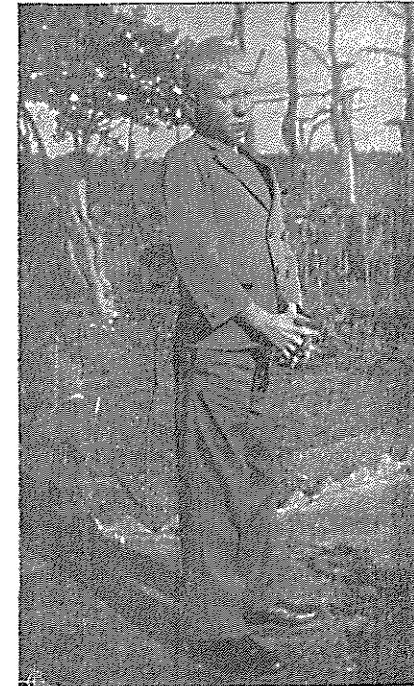
Segundo alguns autores, o albinismo seria muito mais frequente nos climas quentes do que nos climas frios, e seriam as raças de côr aquelas em que os indivíduos albinos apareceriam com mais frequência.

Evidentemente esta opinião é baseada no facto de o maior número de albinos observados pertencerem à raça negra, mas, a meu ver, se estão registados mais casos de albinismo nos indivíduos de côr, é porque na raça branca nos passam muitos casos despercebidos, sobretudo nos indivíduos nórdicos.

Nos animais, o albinismo encontra-se sobretudo nos mamíferos e nas aves. Em algumas espécies chegam a formar verdadeiras raças como os ratos e os coelhos brancos. Estão distribuídos mais ou menos por todos os climas.

A muitas causas tem sido atribuído o albinismo. Desde Mau-

pertuis, Buffon, Blumenbach, Labat, Euseb de Salles, etc., que pensavam ser o albinismo um fenómeno atávico, o regresso do negro a um antepassado branco e, portanto, a prova de que a côr primitiva dos homens seria branca, até à opinião recente defen-



Joaquim, o albino mais novo

da por médicos distintos, que consideram o albinismo como um estado patológico, quanto se tem escrito?

E afinal está verificado que o albinismo não é mais do que uma anomalia, de carácter recessivo, e não um fenómeno patológico.

No homem está estudada a hereditariedade do albinismo. Encontra-se frequentemente como consequência de casamentos

consangüíneos, o que, como se sabe, é próprio do carácter recessivo.

Evidentemente que não é a consangüinidade a causa do albinismo. Êste surge quando nos dois cônjuges o factor é latente.

Quando estive na vila de Margaride, concelho de Felgueiras, no Natal de 1934, tive notícia da existência de três irmãos albinos.

Tratava-se de um caso muito conhecido e muito discutido na vila, pois o pai, ignorando as leis da hereditariedade, sempre que nascia um filho *branco*—é assim que lá lhe chamam—zangava-se com a mulher, queria matá-la, custando-lhe muito a acreditar que os rapazes fôsem seus filhos.

Complicava o caso o facto de haver na família um primo da mulher também albino. E é de notar o cuidado que os informadores tinham em me dizer que a mulher nem sequer conhecera êsse tal primo.

Ê claro que êste assunto me interessou imediatamente. Tratar-se-ia de um verdadeiro albinismo, e não de uma doença de pele? No caso de se tratar de verdadeiro albinismo, seriam as leis de Mendel seguidas?

Foram estas as perguntas que surgiram no meu espírito e a que eu procurei dar uma solução, fazendo o estudo minucioso dos três irmãos albinos e da família.

Poucos elementos consegui obter. Os pais são pessoas saudáveis, tendo tido treze filhos, dos quais quatro raparigas e nove rapazes. Dos rapazes morreram dois, ainda crianças, e outros dois vítimas de acidentes.

A única pessoa albina existente na família, de que me souberam dar notícia, além daqueles cujo estudo especial faço neste trabalho, é um primo da mulher já em 5.º ou 6.º grau.

Era meu desejo fazer a árvore genealógica da família, mas só com estes dados foi-me impossível.

Caracteres descritivos dos três irmãos

Joaquim—14 anos de idade. Pele branca, leitosa, deixando perceber os capilares superficiais. Nas partes expostas à luz, apresentava-se avermelhada, côr característica dos indivíduos



Henrique

louros, quando queimados pelo sol. A pele é macia ao tacto e húmida, o que não está de acôrdo com as afirmações feitas por Dalpé e Montreal, que dizem terem os albinos a pele sêca e áspera nas palmas das mãos e plantas dos pés. Eu pude verificar que, tanto no Joaquim, como nos irmãos albinos, a-pesar-de se tratar de rapazes que trabalham na lavoura, a pele se conserva macia,

o que não é vulgar encontrar em pessoas que se dedicam a trabalhos pesados.

Cabelo muito abundante e branco, translúcido. Sobrancelhas, pestanas e penugem brancas hialinas. É difícil dizer a cor dos olhos. Quando observados com o indivíduo voltado para a luz,



Manuel, o albino mais velho

têm um tom avermelhado, se bem que se não possa observar nitidamente a cor, porque o indivíduo fecha os olhos.

Estando o rapaz com as costas voltadas para a luz, os olhos apresentam cor azulada. A cor vermelha dos olhos é devida à falta de pigmentação da camada própria retiniana. O tom azulado deve somente atribuir-se à falta de pigmentação no estroma da íris.

A luz forte do sol incomoda muito o Joaquim, o qual tem a cabeça sempre baixa, para fugir aos raios luminosos.

Quando para o fotografar, lhe pedi que olhasse direito para mim, foi-lhe impossível, o que se vê muito bem na fotografia junta. Os seus globos oculares têm um nistagmo muito rápido, como é freqüente nos albinos.

Devo não entanto dizer que o rapaz, quando a luz é pouco intensa, vê muito bem, e para isso coloca freqüentemente as mãos em pala sobre os olhos, posição esta característica dos albinos.

A esclerótica é branca e a conjuntiva incolor. Os olhos pouco abertos, têm a abertura oblíqua voltada para cima e para fora. Tem uma testa muito baixa, plana e vertical. A face é perfeitamente ortognata e mesoprósopa. O indivíduo é leptorrínico. Ouve muito bem.

Henrique — 24 anos.

Os caracteres descritivos coincidem quasi em tudo com os do irmão Joaquim. A barba é branca e pouco abundante.

Nota-se-lhe no rosto a velhice precoce, facto este considerado por alguns autores como sendo uma característica dos indivíduos albinos.

Manuel — 27 anos, apresenta também caracteres análogos aos dos irmãos.

Caracteres métricos

Não determinei os caracteres métricos no Joaquim por ainda não ter atingido a puberdade.

| | Henrique | Manuel |
|-----------------------------------------------|----------|--------|
| Estatura | 1,680 | 1,680 |
| CRÂNIO: | | |
| Diâmetro antero posterior da cabeça | 154 | 196 |
| Diâmetro transverso da cabeça. | 144 | 142 |
| Índice cefálico. | 93,50 | 72,44 |
| FACE: | | |
| Diâmetro frontal mínimo. | 105 | 111 |
| Diâmetro bizigomático | 118 | 116 |
| Diâmetro bigoniaco | 100 | 112 |
| Diâmetro vertical. | 178 | 164 |
| Altura facial total | 161 | 172 |
| Altura facial morfológica | 122 | 125 |
| Altura morfológica superior. | 114 | 129 |
| Altura facial superior | 78 | 77 |
| Largura inter-orbitária interna | 31 | 31 |
| Largura inter-orbitária externa. | 100 | 100 |
| Índice facial total. | 73,29 | 68,60 |
| NARIZ: | | |
| Altura do nariz | 51 | 50 |
| Largura do nariz | 34 | 31 |
| Comprimento do nariz | 44 | 44 |
| Índice nasal | 66,66 | 62,00 |
| BÔCA: | | |
| Altura bilabial | 11 | 12 |
| Altura do lábio superior. | 3 | 5 |
| Largura da bôca. | 62 | 55 |
| ORELHA: | | |
| Comprimento da orelha | 58 | 53 |
| Largura da orelha | 25 | 28 |
| ROBUSTEZ: | | |
| Coefficiente de Pignet. | 18 | 24,5 |
| Índice bárico | 1,28 | 1,20 |

Pelos coeficientes de robustez verificamos que Henrique tem uma constituição regular; Manuel é fraco.

Joaquim tem uma fisionomia pouco inteligente e, segundo informações da mãe, muito mau génio, o que eu pude em parte verificar, pois foi difícil tirar-lhe o retrato. Se chamo a atenção



Os três irmãos albinos

para este facto, é porque Montreal, que se ocupou do estudo do albinismo, é de opinião que os albinos têm muito mau génio. Se isso fôr verdade (os três casos observados por mim não permitem tirar uma conclusão), creio que a explicação está no facto de estes indivíduos serem considerados como pessoas diferentes de todas as outras e de procurarem a compensação da sua inferioridade (Adler).

Henrique é também muito estúpido. Manuel é o mais inteligente. Foi da sua boca que consegui obter tôdas as informações de família, sendo o único que compreendia o que eu perguntava.

Todos êles sabem ler e escrever, não tendo feito nenhum exame por terem estado pouco tempo na escola.

São fracos, se bem que isso os não impeça de se entregarem aos trabalhos da lavoura. Diz a mãe que são *fracos de sangue* cobrindo-se-lhes o corpo de feridas na primavera. Além de terem tido, enquanto crianças, as doenças próprias da idade, um dêles, Henrique, foi atacado aos 23 anos de pneumonia grave.

Os pais, indivíduos normais, deram origem a estes três filhos albinos, entre 13 filhos. Os progenitores são forçosamente heterozigotes. Indicando por *a a* o albino e *A A* o normal, os pais são $A a \times A a$; a probabilidade de nascerem albinos é de 25 %.

Ora o número de três albinos existentes entre os 13 irmãos corresponde pouco mais ou menos a $\frac{1}{4}$ ou seja à proporção mendeliana.

CONCLUSÃO

Como conclusão direi que, nos albinos estudados por mim, se verifica a proporção mendeliana, tornando-se impossível saber pelo momento se esta se continua a verificar na descendência.

Ao ilustre director do Instituto de Anatomia da Universidade do Pôrto, sr. prof. dr. J. A. Pires de Lima, exprimo o melhor agradecimento pelos úteis conselhos e esclarecimentos que me concedeu.

BIBLIOGRAFIA

- BLANCHARD (R.) — *Sur un cas inédit de négresse pie au XVIII^e siècle*. « Zoologische Annalen ».
- BUFFON — *Histoire naturelle*, t. v, p. 197, 1779.
- CORNAZ — *De l'albinisme*. Gand, 1856.
- COUSINET (J.) — *Contribution à l'étude de l'Albinisme*. Paris (s. d.).
- DOTT A. DE BLASIO — *L'albinismo in Napoli*, « Estratto dalla Rivista Mensile di Psichiatria Forense, Antropologia Criminale e Scienze affini », ano vi, 1903.
- FRASSETTO (T.) — *Casi di Albinismo Parziale Ereditario nella famiglia Anderson*, « Estratto dagli Atti della Società romana di Antropologia », vol. xv, fasc. II, 1910.
- LECAT — *Traité de la couleur de la peau humaine*. Amsterdam, 1756.
- MAHOUDEAU (P. G.) — *L'Albinisme*. « Revue mensuelle de l'École d'Anthropologie de Paris », 15 Octobre, 1895.
- MORTILLET (G. DE) — *Formation de variétés albinisme et gauchissement*. « Extrait des Bulletins de la Société d'Anthropologie ». Séance du 3 Juillet, 1890.
- PLINE (L'ANCIEN) — *Histoire naturelle*. Livre XIII, ch. II.
- W. H. DALPÉ, B. A., MONTREAL — *Albinism*. « Reprinted from Montreal Medical Journal », June, 1897.

VÁRIA

Congresso do Mundo Português (Pre-história e Proto-história)

O Congresso do Mundo Português que se realiza por ocasião dos Centenários da Fundação e Restauração da Nacionalidade, abrange, na verdade, vários Congressos, o primeiro dos quais, relativo à pre- e proto-história de Portugal (e história até à Reconquista cristã), se efectuará no Pôrto em 4 de Julho de 1940, com o seguinte programa:

1.ª SECÇÃO — Pre-história

1 — Paleogeografia: Relações do território com antigas terras atlânticas. O homem terciário. Glaciarismo, terraços, fauna e flora quaternárias no País.

2 — O paleolítico português, seus problemas estratigráficos e tipológicos, suas divisões, suas relações com culturas de outras regiões. Os concheiros mesolíticos do Ribatejo. Os problemas do asturiense português.

3 — Origens e cronologia do neo-eneolítico português. A cultura do vaso campaniforme em Portugal. Expansão das culturas indígenas.

4 — Os problemas cronológicos da nossa idade do bronze. Origem da metalurgia no País. Relações com o Mediterrâneo e o norte da Europa. A introdução do uso do ferro em Portugal.

5 — Contribuição portuguesa para o estudo da pre-história geral. Sobrevivências folclóricas e folclore dos monumentos pre-históricos em Portugal.

6 — Bibliografia.

2.ª SECÇÃO — Proto-história e história até à Reconquista cristã

1 — As mais antigas referências históricas ao território português. Os fenícios e os gregos no Ocidente e as mais antigas colonizações. Os problemas lígure e etrusco. O poema de Avieno e a geografia e etnologia antigas de Portugal. A invasão celta.

A cronologia e divisões da idade do ferro. Síntese da cultura dos castros. Celtiberos e Lusitanos. Os cartagineses na Lusitânia.

2 — Papel histórico dos Lusitanos e Calaicos. Viriato.

3 — A história da Lusitânia depois da morte de Viriato. Ser-tório. César na Península. Augusto.

4 — As ocupações romana, germânica e árabe e sua influên-cia, no povoamento, na vida social, na língua, na cultura, na toponímia, no folclore.

5 — As cidades, as vilas, as póvoas marítimas e os muni-cípios, núcleos político-sociais e dêmicos do futuro Portugal. Cale e Portucale.

3.^a SECÇÃO — Antropologia pre- e proto-histórica

1 — Tipos físicos humanos nos concheiros de Muge.

2 — Síntese da antropologia do neo-eneolítico português.

3 — Antropologia da idade do ferro e das épocas romana, germânica e árabe em Portugal.

4 — Relações entre a antropologia do português actual e a dos tempos pre- e proto-históricos.

5 — Depoimentos portugueses sôbre a etnologia geral.

6 — Bibliografia.

A secção dos Congressos da Comissão Executiva dos Cen-tenários é assim constituída:

DR. JÚLIO DANTAS, antigo ministro, presidente da Academia das Ciências de Lisboa, membro da Academia Portuguesa da His-tória e da Academia Brasileira de Letras, procurador à Câmara Corporativa, membro da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, presidente da Comissão Executiva dos Centenários, director da Secção de Congressos, presidente do Congresso do Mundo Português; DR. ANTÓNIO GARCIA RIBEIRO DE VASCON-CELOS, professor jubilado da Faculdade de Letras da Universi-dade de Coimbra, presidente da Academia Portuguesa da Histó-ria, membro da Academia das Ciências de Lisboa; CONDE DE PENHA GARCIA, antigo ministro, presidente da Sociedade de Geo-grafia, director da Escola Superior Colonial, presidente da Comis-são organizadora do Congresso Colonial; ENG. FRANCISCO NOBRE GUEDES, deputado, secretário geral do Ministério da Educação Nacional, director geral do Ensino Técnico, comissário nacional da Mocidade Portuguesa, presidente da Comissão organizadora do Congresso Internacional da Mocidade; DR. JOSÉ MARIA DE QUEIROZ VELOSO, professor jubilado e antigo director da Facul-

dade de Letras da Universidade de Lisboa, antigo director geral do Ensino Superior, membro da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História; DR. JOÃO DA PROVIDÊNCIA E COSTA, professor e director da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, director da Biblioteca central da mesma Universidade; DR. ANTÓNIO AUGUSTO ESTEVES MENDES CORREIA, professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto, membro da Academia das Ciências de Lisboa e da Aca-demia Portuguesa da História, procurador à Câmara Corporativa, presidente da Câmara Municipal do Pôrto, presidente da Comissão organizadora do Congresso de Ciências da População; JOAQUIM LEITÃO, secretário geral da Academia das Ciências de Lisboa, secretário da Assembleia Nacional; AFONSO DE DORNELAS, se-cretário geral da Academia Portuguesa da História, membro da Academia das Ciências de Lisboa; COMANDANTE HENRIQUE QUI-RINO DA FONSECA, membro da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História; DR. MANUEL MÚRIAS, membro da Academia Portuguesa da História, director do Arquivo Histórico Colonial, secretário geral do Congresso do Mundo Por-tuguês.

A sede da Comissão Executiva dos Centenários, da secção de Congressos e da Secretaria do Congresso do Mundo Portu-guês: Avenida da Liberdade, 226, Lisboa.

Algumas indicações regulamentares:

1.^o — Podem inscrever-se como congressistas, em qualquer congresso, portugueses, brasileiros e súbditos estrangeiros de tôdas as nações com as quais Portugal mantenha relações diplo-máticas.

2.^o — As comunicações não devem exceder 16 páginas dacti-lografadas, e podem ser acompanhadas de mapas, gráficos ou fotocópias.

3.^o — Tôdas as comunicações relativas aos seis primeiros congressos têm de dar entrada na Secretaria geral (Avenida da Liberdade, 226, Lisboa) até 30 de Novembro de 1939, impreter-ivelmente; serão remetidas provas tipográficas aos autores, para revisão, até 31 de Janeiro de 1940; até 30 de Abril todos os congressistas receberão, já impressas, as comunicações da secção ou secções em que forem inscritos.

4.^o — Para o Congresso luso-brasileiro de história, o prazo da entrega das comunicações termina em 31 de Dezembro de 1939, recebendo os congressistas provas tipográficas até 28 de Feve-reiro, e, até 30 de Abril, os textos impressos.

5.º — Tõdas as Universidades, Academias, Institutos e outras colectividades estrangeiras especializadas que o desejem (com a reserva expressa no número 1.º) e assim o notifiquem à Secretaria geral dos Congressos até 31 de Dezembro de 1939, poderão aderir ao Congresso do Mundo Português e fazer-se representar no acto de inauguração solene, que se realiza na Assembleia Nacional, sob a presidência do Chefe do Estado, na noite de 1 de Julho de 1940.

Congresso Nacional de Ciências da População

A inclusão de um Congresso Nacional de Ciências da População no programa das comemorações nacionais de 1940 traduz um oportuno interesse pelo estudo das raízes, virtualidades profundas e capacidade realizadora do povo português.

Sem deixar de abordar questões gerais daquelas ciências, hoje na ordem do dia em paízes que se preocupam com a vitalidade e o futuro das respectivas populações, o Congresso tratará de modo especial êsses problemas no que respeita à população portuguesa.

Estudar a nossa população é procurar encontrar no campo da investigação científica uma das razões mais explicativas da vincada personalidade lusitana, chave, sem dúvida, do segrêdo da nossa actuação histórica de oito séculos. Ao mesmo tempo é delinear perspectivas e directrizes de acção nacional.

Se o meio subordina a si o homem, é inegável que o homem valoriza o seu esforço orientando essa adaptação. E nisto, positivamente, está o melhor elogio da sua condição de ser superior.

É de esperar que dêste Congresso resultem elementos da mais alta importância, não só para o esclarecimento científico de problemas nacionais de carácter especulativo, mas ainda para providências e realizações no sentido do aperfeiçoamento e maior valorização da gente portuguesa.

A divisão em secções e sub-secções impôs-se como conveniente pela multiplicidade das especializações a versar. Essa subdivisão variou do Congresso Internacional de Roma de 1931 para o de Berlim de 1935, e ainda nas conferências da União Internacional das Ciências da População, em Paris. São essas diferenças consequência natural das múltiplas relações e interferências desses ramos de estudo uns com os outros, podendo o mesmo assunto ser encarado simultâneamente, por exemplo, como tema de sociologia, de demografia, de economia política ou de geografia humana.

Na organização do Congresso foram previstas cinco secções: 1.ª, Demografia e higiene; 2.ª, Antropologia; 3.ª, Etnografia; 4.ª, Problemas sociais da população; 5.ª, Problemas económicos da população. Cada uma das secções foi dividida, por necessidade de método, nas sub-secções indispensáveis. Dada a vastidão da matéria geral, são propostos, em quadro anexo, alguns temas que especialmente se recomendam para estudo. A parte do programa relativa às colónias versar-se-á nas sessões do Congresso Colonial (IX da série do Congresso do Mundo Português).

A organização em secções é a seguinte:

1.ª SECÇÃO — Demografia e higiene

a) Distribuição da população; b) Natalidade, nupcialidade e mortalidade. Crescimento da população; c) Morbilidade; d) Profilaxia e higiene.

2.ª SECÇÃO — Antropologia

a) Biometria diferencial e biotipologia; b) Biologia racial; c) História étnica; d) Eugenia; e) Psicologia da população.

3.ª SECÇÃO — Etnografia

a) Ergografia; b) Folclore.

4.ª SECÇÃO — Problemas sociais da população

a) Geografia humana; b) Organização social; c) Educação e assistência; d) Criminalidade.

5.ª SECÇÃO — Problemas económicos da população

a) A população e os recursos naturais; b) A produção, o trabalho e o corporativismo; c) Migrações internas e externas; d) O custo da vida.

Os principais temas propostos são:

1.ª SECÇÃO — Demografia e higiene

1 — Crescimento e distribuição da população.
2 — Morbilidade e mortalidade, nas suas relações com as instituições de assistência e de profilaxia.

3 — Correcções higiénicas a introduzir na vida rural portuguesa.

4 — Higiene da alimentação no povo português, educação dêste nos respectivos princípios e de acôrdo com as produções regionais.

5 — Salubridade dos aglomerados populacionais e a da habitação pobre nos meios urbanos.

6 — Profilaxia contra doenças evitáveis e defesa permanente contra endemias.

7 — Elementos demográficos utilizáveis na definição dos meios de revigoramento, aproveitamento e expansão da gente portuguesa, tanto na Europa como além-mar.

8 — Bibliografia.

2.^a — Antropologia

1 — Origens antropológicas do povo português.

2 — Robustez física, condições fisiológicas e vitalidade do nosso povo.

3 — Tipos constitucionais e psicológicos e fórmulas endocrínicas na população portuguesa.

4 — Factores degenerativos na nossa população; seu combate; medidas eugénicas aconselháveis.

5 — Elementos alógenos no povo português.

6 — Bibliografia.

3.^a SECÇÃO — Etnografia

1 — O mar na vida popular:

a) Razões da atracção do mar sôbre o homem; *b)* A luta entre o mar e a terra; *c)* Síntese da influência do mar na vida popular.

2 — A família:

a) Tradições dêste elemento social; *b)* A trilogia da vida (nascimento, casamento e morte); *c)* Tentativa da filiação das tradições da organização familiar no quadro das civilizações antigas.

3 — A arte popular portuguesa:

a) Bosquejo histórico da origem dos motivos decorativos; *b)* Relações com a simbólica; *c)* Valor estético da arte popular.

4 — O povo e a simbólica:

a) Possível origem dos vélhos símbolos; *b)* A representação gráfica dos símbolos; *c)* Necessidade que o povo tem do seu emprêgo.

5 — Influência dos mouros, judeus e negros na etnografia portuguesa.

6 — Música popular portuguesa: os arcaísmos.

7 — Bibliografia.

4.^a SECÇÃO — Problemas sociais

1 — Robustecimento e protecção da família portuguesa:

a) Plano de providências a adoptar; *b)* O casal de família; *c)* A questão do divórcio.

2 — A assistência material e espiritual:

a) Plano de providências a adoptar; *b)* A prostituição em Portugal: sua repressão; *c)* O factor económico e a saúde moral da população.

3 — A influência do factor moral e religioso no desenvolvimento da população.

4 — Condições geo-sociais da fixação na planície alentejana do excesso demográfico do noroeste português.

5 — Criminalidade de adultos em Portugal:

a) Elementos etiológicos; delinqüência e alcoolismo; *b)* Delinqüência e biotipologia portuguesa; *c)* Métodos de análise delinqüencial e propedêutica criminológica.

6 — Criminalidade infantil no nosso país e meios de a combater.

7 — Bibliografia.

5.^a SECÇÃO — Problemas económicos

1 — O enquadramento geo-económico da população portuguesa através dos séculos.

2 — A indústria agrícola como elemento da vida da nacionalidade.

3 — O condicionamento actual do trabalho da grei.

4 — O factor económico no aumento da população.

5 — A emigração para o Brasil na história económica e demográfica de Portugal.

6 — Orientação da actividade portuguesa para um destino nacional.

7 — Bibliografia.

Algumas indicações regulamentares:

O Congresso de Ciências da População será essencialmente constituído por portugueses e para versar assuntos portugue-

ses, mas esperam-se e desejam-se colaborações estrangeiras idóneas.

Este Congresso realizar-se-á no Pôrto em 1940, sendo inaugurado em 12 de Setembro.

Os manuscritos de todos os trabalhos anunciados devem ser apresentados no Secretariado do Congresso de Ciências da População (Delegação, no Pôrto, da Comissão Executiva dos Centenários, Avenida dos Aliados, 41-4.º) até 31 de Janeiro de 1940, a-fim-de serem impressos.

Os estudos sôbre os temas propostos não poderão exceder 30 páginas de vinte e cinco linhas dactilografadas, devendo ser acompanhados das respectivas bibliografias.

Quanto às comunicações livres, não poderão exceder 16 páginas dactilografadas.

A Comissão Organizadora é assim constituída:

PROF. DR. ANTÓNIO AUGUSTO ESTEVES MENDES CORREIA, professor catedrático da Faculdade de Ciências do Pôrto, director do Instituto de Antropologia, procurador à Câmara Corporativa, membro efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História, presidente da Comissão; PROF. DR. ABEL DE ANDRADE, antigo director geral da Instrução Pública, professor aposentado da Faculdade de Direito de Lisboa, procurador à Câmara Corporativa; PROF. DR. EUSÉBIO TAMAGNINI DE MATOS ENCARNAÇÃO, antigo ministro, professor catedrático da Faculdade de Ciências de Coimbra e director do Instituto de Antropologia; DR. JOSÉ ALBERTO DE FARIA, director geral de Saúde; PROF. DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras de Lisboa, director honorário do Museu Etnológico Português do Dr. Leite de Vasconcelos, membro efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História; PROF. DR. RUI ENNES ULRICH, antigo embaixador, professor catedrático e director da Faculdade de Direito de Lisboa, procurador à Câmara Corporativa, da Academia das Ciências de Lisboa; DR. ALBERTO PINHEIRO TORRES, advogado e director da Cadeia Civil do Pôrto; PROF. DR. ANTÓNIO DE ALMEIDA GARRETT, professor catedrático e director da Faculdade de Medicina do Pôrto, director da Maternidade Júlio Deniz; DR. AUGUSTO CÉSAR PIRES DE LIMA, professor do Liceu Rodrigues de Freitas, presidente da Comissão de Etnografia e História do Douro-Litoral; PROF. DR. JOAQUIM ALBERTO PIRES DE LIMA, da Academia das Ciências de Lisboa, professor catedrático da Faculdade de Medicina do Pôrto, director

do Instituto de Anatomia; PROF. DR. TOMAZ JOAQUIM DIAS, professor catedrático e director da Faculdade de Engenharia do Pôrto; DR. ANTÓNIO PEDRO PINTO DE MESQUITA, advogado; DR. FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA, médico do Conservatório de Música do Pôrto; DR. JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR, assistente da Faculdade de Ciências do Pôrto; DR. MÁRIO CARDIA, director do Hospital e do Dispensário anti-tuberculoso de Matozinhos; DR. TOMAZ LOPES CARDOSO, advogado e director do Refúgio da Tutoria Central da Infância do Pôrto; DR. ALFREDO MENDONÇA DA COSTA ATAÍDE, naturalista do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Pôrto, secretário da Comissão.

As figuras papilares digitais nos aborígenes de Angola

(Contribuição para o seu estudo)

I

Tem o presente trabalho um único objectivo: contribuir, embora com mínima e desvaliosa parcela, para a grande obra do estudo científico dos aborígenes das nossas Províncias Ultramarinas — campo onde (forçoso é reconhecê-lo) ainda há muitíssimo por fazer.

Versa este trabalho, que tenho a honra de apresentar à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, a distribuição das figuras papilares digitais em dois importantes grupos étnicos de Angola: Quiôcos e Nhembas.

É assunto interessante — este do estudo das impressões digitais. Interessante e oportuno, pois que, muito recentemente, num dos últimos números da excelente revista *L'Anthropologie*, ao referir-se a investigações desta natureza, o ilustre professor H. V. Vallois escreveu que «ces recherches sont toujours à l'ordre du jour».

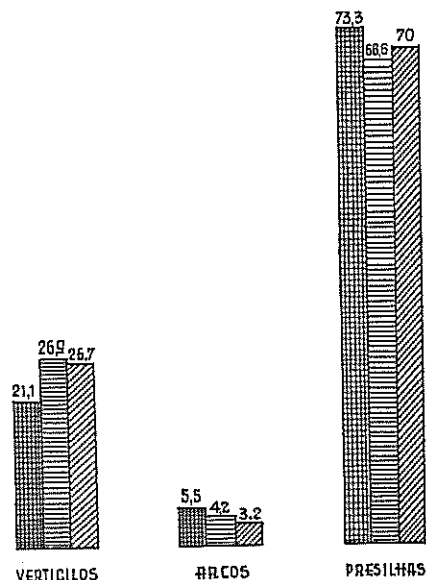
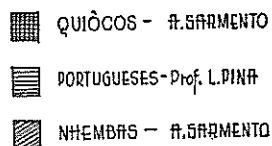
Sôbre o estudo das impressões digitais, distribuição das figuras papilares, etc., creio que pouco ou quási nada há ainda feito aqui em Angola.

Interessante e indispensável seria, pois, que mais investigadores se dedicassem também a este assunto. Dos resultados por todos obtidos seria, então, mais fácil e seguro tirarem-se conclusões que permitissem a comparação entre os tão diversos grupos

étnicos espalhados pelos vastos territórios de Angola, e entre eles e os das outras províncias do Ultramar, dos portugueses da Metrópole, etc.

II

Incidiu o presente trabalho sobre indígenas quiôcos e nhembas da região de Menongue, província e distrito de Bié — região



Distribuição de arcos, presilhas e verticilos em Portugueses brancos e indígenas Quiôcos e Nhembas (de Angola)

onde venho exercendo as funções de Delegado de Saúde e que tenho procurado estudar sob o ponto de vista etno-antropológico o melhor que sei e posso, trazendo assim à nossa investigação científica colonial a modesta contribuição que me é possível dar-lhe.

Foram estudados 113 nhembas (ganguelas) e 107 quiôcos, todos indivíduos do sexo masculino e adultos.

É relativamente pequena a série por mim estudada, mas os resultados obtidos não são destituídos de interesse, pois neste género de estudo há alguns que têm sido levados a efeito com séries consideravelmente menores.

A exemplo de diversos autores em trabalhos desta natureza (como, por exemplo, o ilustre professor Dr. Luiz de Pina), considerarei como figuras papilares três tipos: o arco, o verticilo e a presilha, incluindo nesta última designação as variedades interna e externa.

Eis os resultados que obtive:

I — NHEMBAS (*Ganguelas*).

a) Mão direita:

| | |
|----------------------|-----|
| Presilhas | 395 |
| Verticilos | 153 |
| Arcos | 17 |

b) Mão esquerda:

| | |
|----------------------|-----|
| Presilhas | 396 |
| Verticilos | 149 |
| Arcos | 20 |

Totalizando as diversas figuras papilares observadas nas duas mãos, temos a seguinte percentagem da sua distribuição:

| | |
|----------------------|--------|
| Presilhas | 70 % |
| Verticilos | 26,7 % |
| Arcos | 3,2 % |

II — QUIÔCOS.

a) Mão direita:

| | |
|----------------------|-----|
| Presilhas | 384 |
| Verticilos | 122 |
| Arcos | 29 |

b) Mão esquerda:

| | |
|----------------------|-----|
| Presilhas | 401 |
| Verticilos | 104 |
| Arcos | 30 |

Totalizando também, como para os Nhembas, as figuras nas duas mãos, obtemos as seguintes percentagens para os Quiôcos:

| | |
|----------------------|----------|
| Presilhas | 73,3 0/0 |
| Verticilos | 21,1 0/0 |
| Arcos | 5,5 0/0 |

III

Comparando os valores obtidos para os Nhembas com os dos Quiôcos, verifica-se que entre estes dois grupos étnicos existem diferenças, havendo nos primeiros um predomínio de verticilos em relação aos segundos e nestes um excesso de presilhas e arcos em relação àqueles.

Mas sou de opinião que essas diferenças não são de molde a permitir só por elas a distinção entre os dois grupos étnicos que foram objecto deste estudo.

IV

Ao Primeiro Congresso Nacional de Antropologia Colonial, refinado na Cidade Invicta em 1934, apresentou o professor Dr. Luiz de Pina um trabalho sobre a distribuição das figuras papilares digitais nos negros de Angola, Moçambique e Guiné que se encontravam reunidos na Exposição Colonial.

Desse magnífico estudo vou extrair os valores obtidos pelo illustre Professor, aos quais junto outros, também posteriormente obtidos pelo mesmo investigador e que conheço através duma citação no número de Junho de 1938 da revista *L'Anthropologie*:

| | Portugueses | | Negros da Expos. Colonial | Quiôcos | Nhembas |
|----------------------|----------------|----------------|---------------------------|-------------------|-------------------|
| | L. PINA (1000) | L. PINA (1000) | L. PINA (275) | A. SARMENTO (107) | A. SARMENTO (113) |
| Arcos | 4,2 | 5 | 5,1 | 5,5 | 3,2 |
| Presilhas | 68,6 | 70 | 68,3 | 73,3 | 70 |
| Verticilos | 26,9 | 25 | 26,5 | 21,1 | 26,7 |

Do estudo comparativo deste quadro, somos levados a concluir (conclusão esta que se harmoniza completamente com a do

professor Luiz de Pina no seu citado estudo) que entre os portugueses europeus e os indígenas quiôcos de Angola há pequenas diferenças na distribuição das figuras papilares digitais, havendo nos primeiros maior percentagem de verticilos e nos segundos de arcos e presilhas.

Com os indígenas nhembas (ganguelas) as diferenças são enormes. Mas, englobando-se os valores obtidos para os quiôcos e ganguelas, mantêm-se as diferenças apontadas entre os portugueses europeus e os negros africanos.

Vila Serpa Pinto (Angola—Bié). Novembro de 1938.

ALEXANDRE ALBERTO SARMENTO

Médico dos Serviços de Saúde de Angola
Sócio efectivo da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Notas arqueológicas sobre o castro de Lanhoso

Quem algum dia atravessou a risonha vila de Póvoa-de-Lanhoso — pátria da semi-lendária heroína Maria-da-Fonte, figura de avantajado relêvo na revolução popular de 1846 — por certo notou a enorme e alcantilada penedia granítica que, imóvel e majestosa (fig. 1), destacando-se a muitos quilómetros de distância, lhe guarda a entrada e sobre a qual, no seu extremo N. e no ponto mais elevado, assenta ainda a torre de menagem do velho castelo de Lanhoso, dominando o vasto horizonte que à sua volta se desenrola a perder de vista; ao lado da veneranda torre, como acolhida à sua protecção, ergue-se branquejante a igreja da Senhora-do-Pilar, com os seus nichos que, escalonados pela encosta, descem até à margem da estrada que de Braga se dirige a terras de Basto e corta de lés a lés o pequeno burgo.

O castelo de Lanhoso remonta, segundo vários autores, aos tempos romanos, tendo P. Leal chegado a afirmar que na torre existira uma lápide com a inscrição «Crastinus aedificavit»; foi residência durante muito tempo da rainha D. Tereza que ali assinou com sua irmã D. Urraca o célebre *tratado de Lanhoso* que pôs termo às dissensões que entre as duas havia (1121). Diz ainda a lenda — e só a lenda pelo que hoje está averiguado — que Afonso Henriques ali encerrara prisioneira sua mãe após a batalha de S. Mamede.

Em 1680 um negociante rico, de Lanhoso, teve a infelicíssima ideia de fazer demolir grande parte das obras do velho reduto

para edificar com a pedra o santuário da Senhora-do-Pilar. Sobre os magros vestígios de alicerces que ainda ficaram está-se hoje procurando reconstituir o antigo e venerando monumento.

Este rochedo, de paredes abruptas, escorregadias e inacessíveis, talhadas quasi a pique por todos os lados, pela fácil defesa e situação dominante que ocupa, estava naturalmente indicado para servir de baluarte ou abrigo aos indefesos povos de anta-

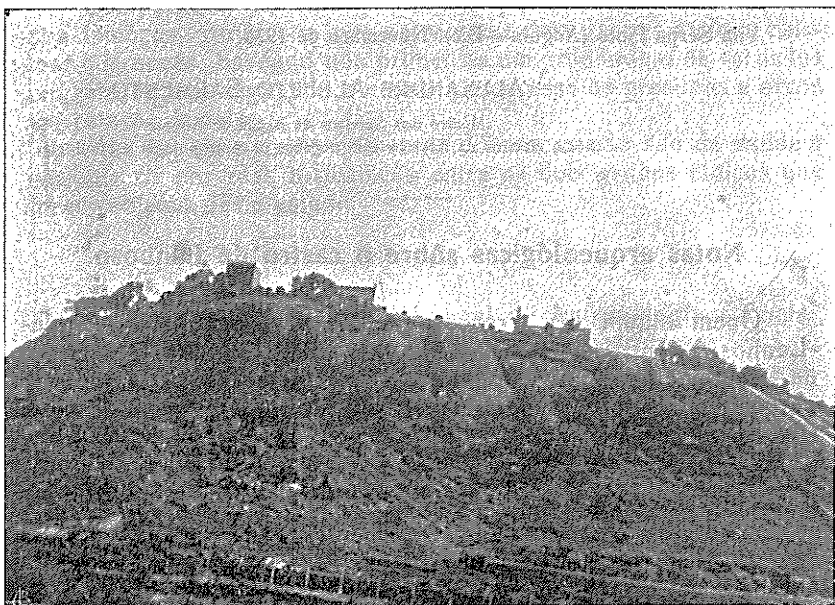


Fig. 1

no. E não foram só os romanos invasores ou os guerreiros medievos que sobre o inexpugnável rochedo estabeleceram o seu reduto, tiveram os seus arraiais.

Muito antes dêles, no decurso dos tempos da Pre e da Proto-história, servira já o mesmo local de assento a uma modesta povoação castreja, que se estendeu, sem dúvida, primeiro pela larga plataforma rochosa onde hoje se vê a torre de menagem e a igreja, e mais tarde veio ainda ocupar pequenos terraços socalcados, adrede construídos na meia encosta ocidental da elevação granítica menos abrupta e escarpada.

Com efeito, ao abrir uma estrada destinada a facilitar o acesso ao alto do Pilar e ao castelo (fig. 2), foram postas a descoberto ruínas de construções castrejas e encontrados muitos vestígios dos seus remotos habitantes.

Apareceram assim alicerces de casas circulares, do tipo vulgar dos castros, tendo de diâmetro cerca de 4^m,5 e com uma espessura de paredes aproximadamente de 40 cm. (fig. 3).



Fig. 2

Numa destas casas vê-se ainda, no centro, uma pedra achatada, de pequena espessura e contôrno trapezoidal, irregular, com cerca de 0^m,50 de largura máxima, mostrando no centro uma cova circular de 8 cm. de diâmetro, que serviu talvez de apoio ao sustentáculo da cobertura.

Esta casa, porque ficava em plano inferior a outras que se encontram a pequena distância, foi resguardada do lado de cima por um muro de suporte.

A estrada cortou, na encosta, quatro ou cinco destas casas,

muitas outras se adivinhando dum e doutro lado, à superfície, no terreno inculto.

Diz Pinho Leal que, além do castelo, havia no local ruínas de outras fortificações, referindo-se, talvez, aos restos castrejos.

Entre os objectos agora encontrados há várias mós manuais



Fig. 3

(Foto cedida pelo jornal *O Primeiro de Janeiro*)

do tipo comum dos castros romanizados, trituradores de pedra com vestígios de utilização, polidores, calhaus rolados, pedras cilíndricas com a forma de marco e cêrca de 70 cm. de altura, muita cerâmica, etc.

Quanto à cerâmica abundam os fragmentos de *tegulae* e *imbrices* e os restos de vasos de variadíssimos tamanhos e feitios. Notam-se grandes vasos de bordo largo e grosso (fig. 4), vasos de asa interior, queimados exteriormente, com as características e

o formato peculiar, pequenos vasos de fundo plano e asa em arco, quasi do tipo dos actuais, etc.

O barro é amarelo ou, em menor número de casos e só nos

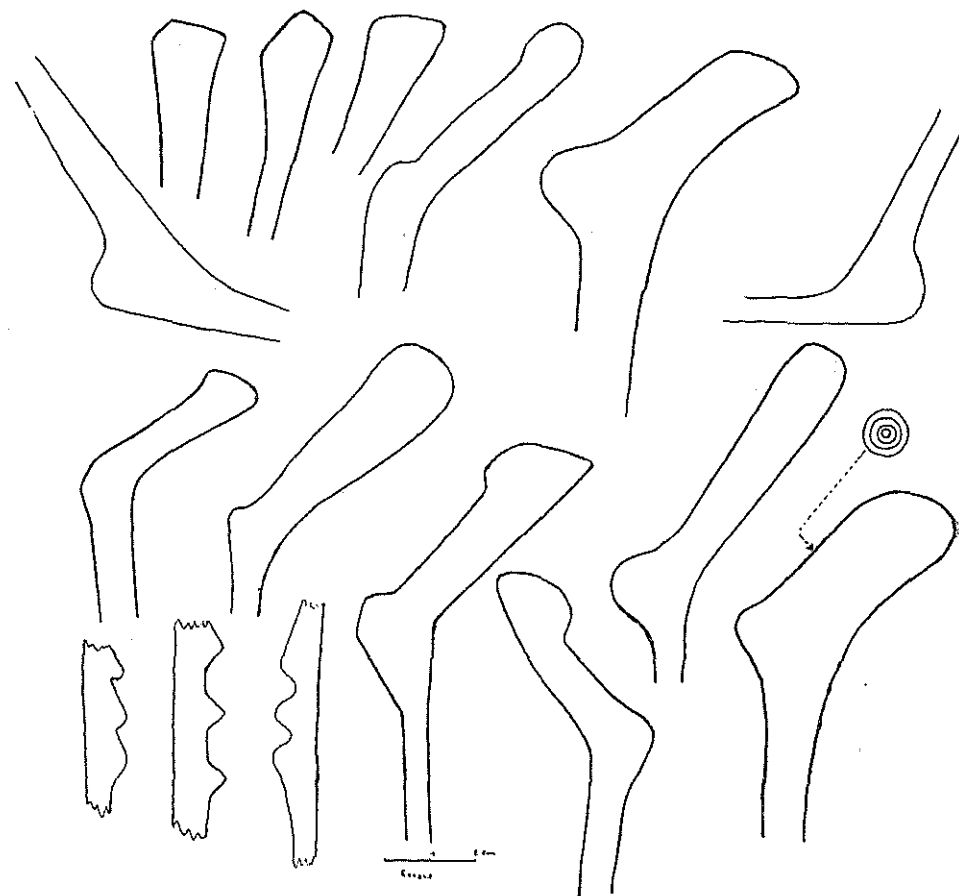


Fig. 4

pequenos vasos, negro, mas sempre muito micáceo, como é de uso na cerâmica castreja.

Pouca é a cerâmica ornamentada. Os motivos ornamentais assinalados são constituídos por sulcos incisos, paralelos ou entrecruzados, formando conjuntos triangulares, em espinha de peixe, etc., por covas alinhadas, por séries de *palmipedes* estam-

pados, ladeados de sulcos paralelos (fig. 5), etc., motivos, como se vê, tipicamente castrejos.

Dois fragmentos do bordo dum grande vaso mostram na

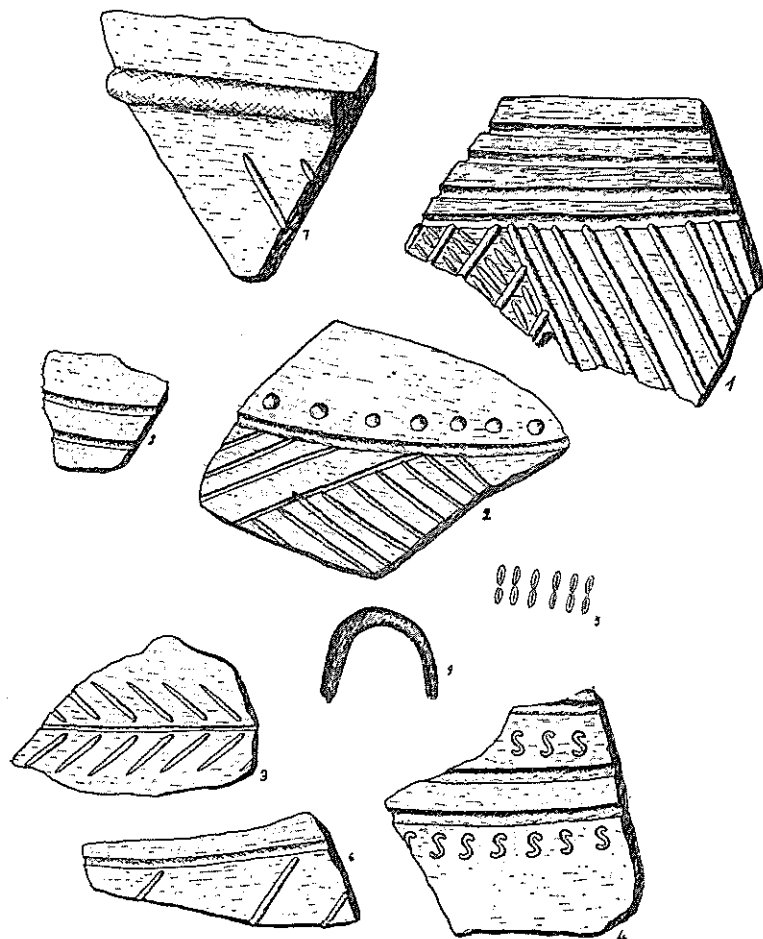


Fig. 5

face superior daquele, a meio, uma pequena marca constituída por círculos concêntricos (fig. 4).

São vulgares, especialmente em vasos de tamanho médio, cordões salientes, lisos, em série dupla ou tripla, percorrendo o bojo do vaso a tóda a volta (figs. 4 e 5).

Entre muitos cossoiros aparecidos, alguns simples fragmentos cerâmicos arredondados e furados no meio, há um certo número com ornatos estampados na face lateral (fig. 5, 5).

Os fragmentos de cerâmica castreja aparecem não só na encosta oriental, onde estão os restos de casas, como também



Fig. 6

junto dos muros da tórr de menagem, no alto do môrro, onde foram encontrados fragmentos de grandes vasos.

Quanto a objectos metálicos foram encontrados um arco de fíbula (fig. 5, 9) e uma lâmina de cobre. Recentemente apareceram três valiosos torques de ouro de que já noutro lugar dei notícia (1).

(1) C. Teixeira, *Os torques d) Castro de Lanhoso* « Anais da Fac. de Ciências do Pórrto », vol. XXIV, fasc. IV, 1939.

*
* * *

No intervalo de duas casas circulares apareceu uma sepul-



Fig 7

(Foto cedida pelo jornal *O Primeiro de Janeiro*)

tura do tipo luso-romano, sem dúvida alguma, posterior às construções que a rodeiam.

Tem a forma quadrangular (fig. 6), sendo formada por *tegulae*;

as *tegulae* das testeiras têm a face do rebordo voltada para o exterior; a cobertura era constituída por *tegulae* justapostas, com as juntas cobertas por *imbrices*. A sua largura na base era de 36 cm., igual à altura, sendo o comprimento cêrca de 1^m,5. Na terra que a enchia apenas apareceram grossos pregos de ferro muito oxidados.

*
* * *

Cêrca de 50^m distante dos primeiros restos de casas aparecidos, foi encontrada uma escultura de granito, de pequeno tamanho (20 cm.) representando um individuo sentado numa cadeira de braços, já sem cabeça, de braços estendidos e mãos apoiadas sôbre os joelhos, escavada pela parte inferior, que foi apresentada em notícia de jornais como um *ídolo* (fig. 7).

Mostra na parte correspondente às costas da cadeira e no braço direito vestígios de pequenos furos, num dos quais há ainda um pedaço de ferro muito oxidado.

A sua utilização e primitiva proveniência são incertas, não podendo fazer-se sôbre ela mais do que simples conjecturas.

*
* * *

O castro de Lanhoso está, como se vê, dentro do tipo comum dos castros desta região. O estudo comparativo do seu espólio mostra as profundas afinidades que existem com os castros vizinhos, já explorados e conhecidos, como seja com o castro de Sabroso, a Citânia, o Castro Máximo, etc.

Para se avaliar da importância que êste maravilhoso local representaria para os Romanos, bastará dizer que a importante estrada romana da *Geira* lhe passava perto, avistando-se dali em larga extensão. Por isso são tão evidentes os vestígios de romanização.

Pôrto, Agosto, 1939.

CARLOS TEIXEIRA.

Recentemente, já depois de estarem prontas para impressão estas notas, foi encontrado no castro de Lanhoso um interessantíssimo capacete de bronze, primitivo, mostrando, em especial, um motivo ornamental constituído por uma série de *escudetes com besantes*, como os de alguma cerâmica castreja e de certas jóias arcaicas.

Molde de fundição para machados de bronze de duplo anel

Sobre os conhecimentos metalúrgicos dos povos pre-históricos do ocidente peninsular são escassos os elementos de que dispomos.

É sabido que grande número de jazigos mineiros desta parte da Península foi intensivamente explorado durante a Idade do Ferro e, mais tarde, durante o domínio romano. Em especial as minas de ouro mereceram a estes últimos interesse particular, como o atestam os vestígios de exploração deixados em Valongo, em Alfarela de Jales, em Boticas ⁽¹⁾, Laundos, Barcelos, etc. Porém, os processos de metalurgia usados são-nos quasi absolutamente desconhecidos.

Pelo que diz respeito à Idade do Bronze, o aparecimento de numerosos esconderijos de fundidor, sobretudo no centro de Portugal e ao Norte do Douro (Abelheira, Bujões, Carpinteira, Covilhã, Ferreira de Aves, Ganfei, Monte da Saia, Paredes de Coura, Torre de D. Chama, Viatodos, Vilar de Mouros, Vilar de Punhe ⁽²⁾, etc.), a existência conjuntamente com aquêles de escórias de fundição e de bôlos de metal ⁽³⁾, e o facto de muitos dos objectos encontrados apresentarem ainda rebarbas de fundição, e, ainda, o aparecimento de moldes destinados à confecção daqueles objectos mostram o desenvolvimento extraordinário que, neste ponto da Península, teve a metalurgia nesse recuado período da Pre-história.

A abundância das matérias primas necessárias para a obtenção do bronze facilitou, sem dúvida alguma, extraordinariamente, esta actividade. O estanho encontra-se largamente espalhado em todo o centro e norte de Portugal e na Galiza, enquanto que o cobre, como se sabe, abunda no Alentejo e no Algarve.

Que os povos que na Idade do Bronze povoavam o ocidente peninsular conheciam perfeitamente a técnica da metalurgia e fundição do bronze é incontestável; porém, os processos e pormenores desta indústria difícil é hoje descobri-los ou adivinhá-los.

⁽¹⁾ Vid. A. de Melo Nogueira, *Uma exploração de minas de ouro da época romana*, in «Revista de Arqueologia», t. III, pág. 201.

⁽²⁾ Rui de Serpa Pinto, *Activité minière et métallurgique pendant l'âge du bronze en Portugal* — Pôrto, 1933.

⁽³⁾ Vid., por exemplo, *O Tesouro de Viatodos*, in «Portugália», II, pág. 110.

*

* *

Como elemento valioso para o estudo da metalurgia pre-histórica do bronze no nosso país, há a assinalar o curioso achado, nos arredores de Castro-Daire, de um molde de fundição de machados de duplo anel (*palstaves*), objecto que, por intermédio do Dr. A. Rozeira, foi oferecido pelo seu detentor—o Dr. J. Marques— ao Museu do Instituto de Antropologia da Universidade do Pôrto.

É um molde bivalve, de bronze, patinado, coberto de verdete, medindo cêrca de 40 centímetros de comprimento e cujo pêso total é aproximadamente 3^k,900 (fig. 1).

Foi encontrado por um pedreiro, junto dum penedo, nos limites do lugar de Vila-Boa do concelho atrás referido.

Para melhor ajustamento das valvas, uma delas possui quatro espigões laterais e uma saliência inferior que encaixam em reentrâncias correspondentes da outra valva.

Superiormente as valvas são escavadas em concha, formando, depois de justapostas, uma espécie de funil destinado a receber a matéria em fusão utilizada na moldagem.

Cada valva possui, um pouco acima do meio do dorso, uma asa, mostrando uma delas sinais de ter sido quebrada e posteriormente soldada de novo (fig. 2).

Os machados fundidos por este molde eram do tipo vulgar, de duplo anel, do noroeste peninsular (*palstaves*) (fig. 2). O seu comprimento atingia cêrca de 26 centímetros. São conhecidos desta região vários machados de bronze de idênticas características morfológicas.

No Museu Municipal do Pôrto existe um machado de duplo anel proveniente de Santa Justa, Valongo, cujo desenho é idêntico ao do modelo de Castro-Daire, sendo, de entre a valiosa colecção ali exposta, o único que apresenta como aquêles, inferiormente ao ressalto médio (ou *talão*), um ornato em forma de triângulo com terminação esférica.

*

* *

O aparecimento de moldes de fundição, quer de bronze, quer de pedra ou de argila, uni ou bivalves, destinados ao fabrico de objectos vários característicos da Idade do Bronze, tem sido assinalado em quasi todos os países da Europa, atestando, dêsse

modo, a extraordinária difusão dos conhecimentos metalúrgicos daquele tempo.

De bronze foram encontrados moldes na França, na Inglaterra, na Suíça, na Itália (1), etc.; segundo Dechelette estes moldes

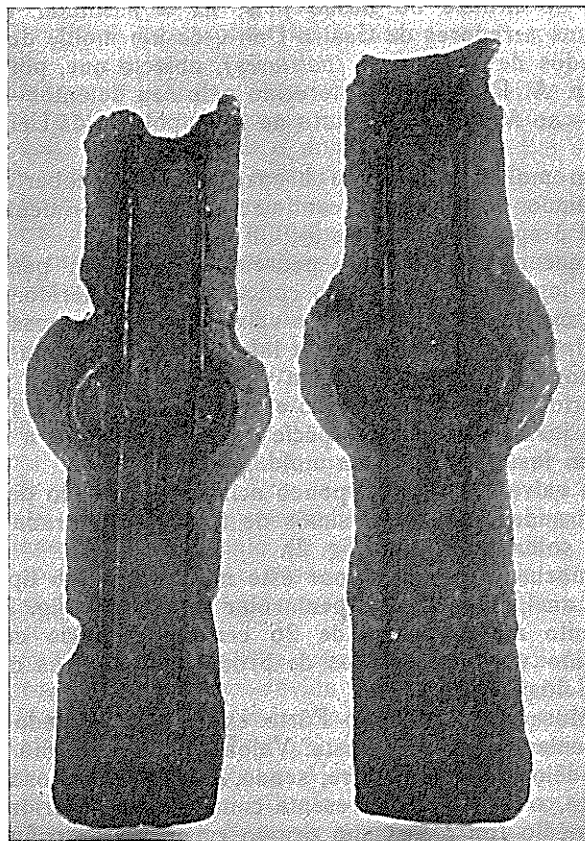


Fig. 1

serviam talvez para o fabrico de modelos de cera que, em seguida, eram utilizados na confecção de moldes de argila; derretida a cera depois de sêco o molde, a cavidade deixada era facilmente

(1) J. Dechelette, *Age du Bronze*, Manuel d'Archeologie, pág. 184.

cheia com o bronze em fusão; pela fractura dêste molde argiloso obtinha-se o objecto moldado, que apenas necessitava de ligeiros retoques.

Pelo que diz respeito à Península Ibérica conhecem-se achados diversos de moldes da Idade do Bronze.

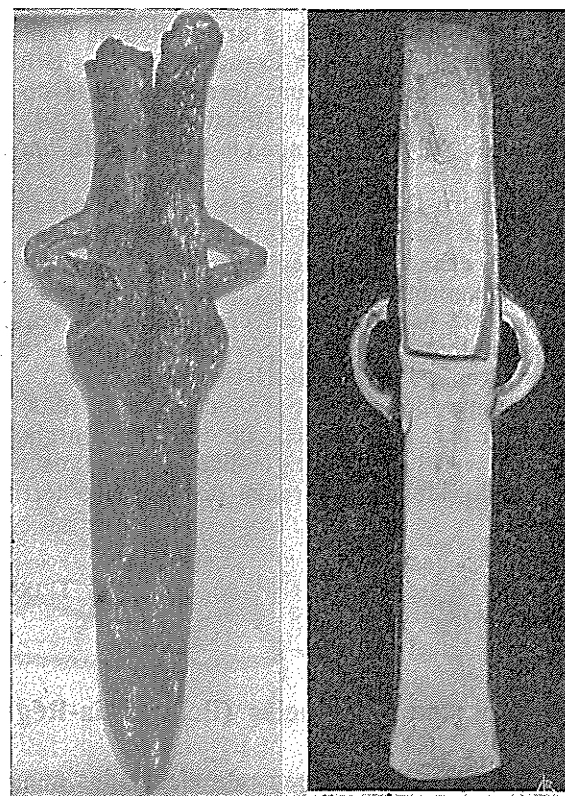


Fig. 2

Na Galiza (1) e nas Astúrias foram encontrados moldes para o fabrico de machados e, em Portugal, foi assinalado o apareci-

(1) F. Cuevillas e B. Brey, *Os Oestrinnios, os Saefes e a Ofiolatria em Galiza*, pág. 79.

mento de um molde de pedra para *foicinha*, em Casal de Rocanes (Cacem), estudado pelo Dr. J. Fontes (1) (1916).

O molde de Castro-Daire agora descrito constitue, pois, um importante achado e um elemento precioso sob o ponto de vista arqueológico.

É sabido que os machados de bronze do tipo dos que este molde podia fornecer, de duplo anel e ressalto médio (*haches à talon*), são próprios da Europa Ocidental e originários da Península Ibérica, de onde passaram ao sul da França e às Ilhas Britânicas (2). São particularmente frequentes nas terras do norte do Douro e na Galiza (3), isto é, no noroeste peninsular (4).

Proveniente do sul do Tejo apenas é conhecido um machado de duplo anel (5).

Quanto a Castro-Daire, é uma das mais importantes regiões estaníferas situadas entre Tejo e Douro. Nos seus subúrbios têm sido assinalados achados arqueológicos da Idade do Bronze, nomeadamente numerosos machados de duplo anel (6), como pode ver-se na carta de distribuição destes objectos em Portugal, elaborada pelo malogrado Rui de Serpa Pinto (Ferreira de Aves, Castendo e Laudamio, Mondim da Beira, Guifães, etc.).

O aparecimento do molde agora descrito é, pois, mais um elemento a confirmar a existência de uma metalurgia indígena, com certas características de originalidade, entre os povos que durante a segunda Idade do Bronze povoaram o território que hoje ocupamos.

Pôrto, Outubro de 1939.

CARLOS TEIXEIRA.

Estação romana de Canelas (Poiares-da-Régua)

Durante trabalhos de arroteamento efectuados numa encosta da Quinta da Fonte do Milho, em Canelas, próximo de Poiares-da-Régua, num local já assinalado, ao que ouvi dizer, por acha-

(1) J. Fontes, *Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocanes*, in « Bull. de la Soc. Port. de Sc. Nat », 1916.

(2) J. Dechelette, *ob. cit.*, págs. 248 a 251.

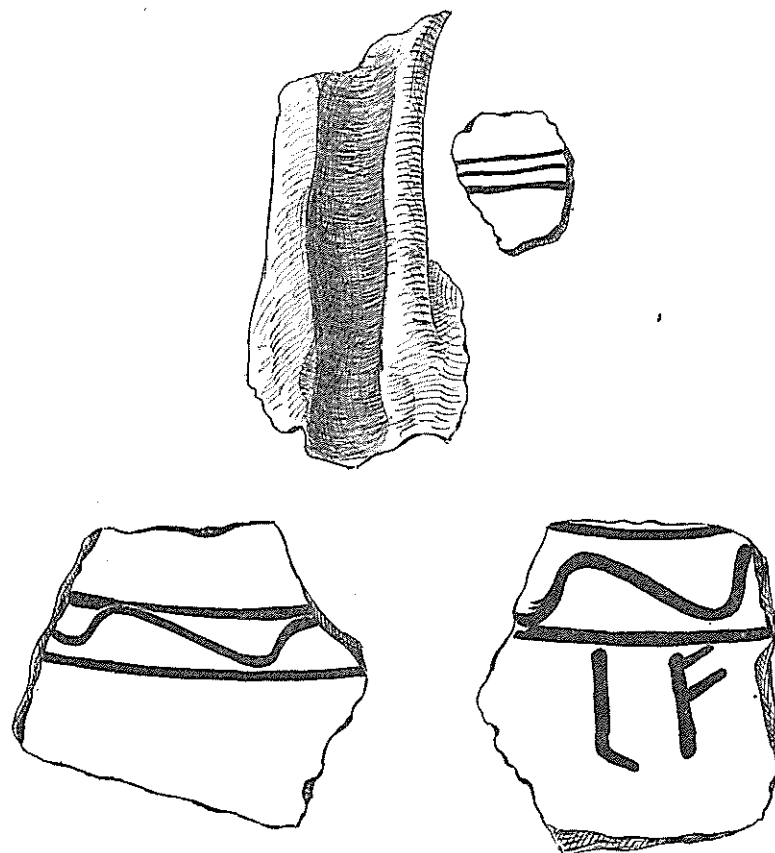
(3) Vid. A. del Castilho, *Haches de bronze de talon*, 1927.

(4) Rui de Serpa Pinto, *ob. cit.*, fig. 4.

(5) Rui de Serpa Pinto, *ob. cit.*, fig. 3.

(6) Cfr. F. Cuevillas e B. Brey, *ob. cit.*, págs. 71 e segs.

dos arqueológicos diversos, foram postas a descoberto ruínas que, segundo todos os indícios, pertenceram a uma villa romana, solitária casa de campo que foi talvez centro de longínqua exploração agrícola destas íngremes lombas onde a vinha tam admiravelmente medra e frutifica.



Fragmentos cerâmicos provenientes das ruínas romanas de Canelas

Só uma pequena parte destas ruínas, segundo tudo leva a crer, foi desempedida do entulho que a soterrava, não podendo por isso avaliar-se a sua verdadeira extensão e possível riqueza. Nota-se, porém, a sua continuação sob as terras não removidas. Os restos mais importantes até agora descobertos constam de uma espécie de recinto quadrangular, que foi, sem dúvida, uma

piscina (fig. 1), com cêrca de 1^m de altura, tendo de um dos lados quatro degraus que permitem descer até ao fundo (fig. 1) e, apresentando as suas paredes totalmente recobertas por interessantíssimo mosaico policrómico — *opus vermiculatum* —, o que dá a esta estação excepcional valor.

O bôrdo superior dêste recinto é arredondado, formando o mosaico sôbre êle um friso em forma de cordão entrelaçado (figs. 1, 2 e 3), motivo comum em monumentos congêneres.



Parte da muralha do castro sobrejacente às ruínas romanas de Canelas

Os panos laterais dêste curioso recinto são preenchidos por figurãs pisciformes (figs. 2 e 3), em graciosas atitudes, entre os quais parece destacar-se um golfinho aprisionando um pequeno teleosteio (fig. 4).

Nos degraus da escada, também recoberta de mosaico, apenas se notam motivos geométricos.

As *tesselae* que constituem êste mosaico são pequeninos cubos de calcáreo justapostos e assentes sôbre argamassa, formando bloco relativamente espêsso e resistente.

O fundo do *panaux* é constituído por blocositos de calcáreo branco e as figuras delineadas com calcáreo prêto e róseo.

Na parte superior das escadas, em continuação com o último degrau, o mosaico prolonga-se em superfície horizontal formando pavimento, decorado com motivos geométricos mas cuja extensão não pode avaliar-se por estar coberto de entulho.

Entre os vários objectos encontrados no local figura uma coluna de granito, cilíndrica, com um pequeno capitel, pedaços de cerâmica de grandes e grossos vasos, talvez *dolia*, uma asa de ânfora, fragmentos de louça *arretina*, moedas romanas, etc.



Aspecto geral da piscina romana de Canelas

Num dos fragmentos de grandes vasos, de ornatos simples, vê-se profundamente grava a a marca L F.

Encontram-se ainda ossos, dentes, terras carbonosas, etc., vestígios evidentes da ocupação humana.

Logo por cima destas ruínas, a poucos metros, no alto da íngreme encosta, sobranceiro ao rio que corre lá em baixo, notam-se os restos de um castro de que a fotografia junta mostra parte de um pano da muralha. Em cima, no interior do castro, na terra recentemente removida para cultura, abundam restos cerâmicos variados e típicos.

*

* *

Dêste lado do Douro, na região transmontana, são estas as segundas ruínas romanas com mosaicos de que tenho conhecimento.

Com efeito, a poucos quilómetros de Poiães, em Tralhariz, no concelho de Carraceda-de-Anciães, foram há alguns anos postas a descoberto as ruínas de uma outra *villa* ⁽¹⁾, em situação idêntica, sôbre o rio Tua, onde apareceu um mosaico policrômico com ornatos geométricos.

Na região minhota, são notáveis os mosaicos encontrados em Vizela, local que nos tempos romanos atingiu grande importância pelas suas águas minero-medicinais. Os mosaicos de Vizela mostravam interessantes desenhos geométricos ⁽²⁾.

A presente descoberta das ruínas de Canelas reveste-se por isso de excepcional importância, vindo salientar o valor da penetração e da ocupação romana desta região montanhosa e agreste onde se cria o precioso nectar... de tão longa data conhecido e apreciado.

Certamente foi a cultura da vinha, da oliveira, etc., que motivou o estabelecimento destas *villas* em regiões onde nem a amenidade do clima nem a beleza dos horizontes seria motivo justificável da sua localização. A via natural de comunicação estava, ali bem perto, no curso do Douro, estabelecendo ligação fácil com as povoações da Foz do rio, onde passava importante via romana.

Sôbre o valor e o interesse dos mosaicos de Canelas direi apenas que são bastante raras as figurações de peixes nos monumentos dêste género ⁽³⁾, predominando as representações zoomórficas só muito tardiamente (séc. IV-VI). No sul de Portugal são, porém, vulgares estas representações pisciformes ⁽⁴⁾, o que não acontece no norte, onde são agora, segundo julgo, pela primeira vez assinaladas.

A sua figuração neste local devia estar relacionada com a finalidade da construção. O pequeno recinto quadrangular, atrás

(1) Vid. R. Severo, «Portugalia», I, 391; J. L. de V., «O Arch. Port.», vol. V, pág. 193 e segs.; V. Correia, *O domínio romano*, in «História de Portugal», ed. de Barcelos, pág. 282 e segs.

(2) Vid. «O Arch. Port.», vol. VIII, pág. 243 e segs.

(3) Vid. sôbre êste assunto Cagnat et Chapot, *Manuel d'Arch. Romaine*, vol. II.

(4) Vid. Luiz Chaves, *Mosaicos lusitano-romanos em Portugal*, «Rev. de Arqueologia», 1936-38.

descrito, hoje meio arruinado já, foi por certo elegante piscina ⁽¹⁾ onde cristalina água reflectia as colunatas e as garridas decorações da solitária *villa*.

*

* *

Em companhia do Sr. A. Marques de Almeida, funcionário do Instituto de Antropologia da nossa Universidade, visitei esta estação em Outubro de 1938, tendo-nos acompanhado na visita o Sr. Pinto de Figueiredo e o Rev. abade de Poiães, a quem apresento agradecimentos.

Infelizmente, levado pela ingénua crença de que debaixo daquelas pedras existe enterrado um grande tesouro, o proprietário do terreno não consentiu que se fizesse a exploração das ruínas e se levasse por diante a remoção do entulho.

Dado o interesse e a raridade de monumentos similares a norte do Douro é, porém, absolutamente necessário que tal exploração se faça, metódica e progressivamente, de modo a patentear aos estudiosos os elementos que por certo hão-de surgir quando fôr removido o caótico amontoado de pedras e terras que recobrem as ruínas.

Seria mesmo de desejar que, idênticamente ao que foi feito com a estação de Tralhariz, o Estado declarasse estas ruínas como Monumento Nacional, expropriando o terreno, subsidiando as explorações e resguardando do vandalismo dos curiosos o local onde assentam tão interessantes restos por qualquer construção apropriada.

Pôrto, Faculdade de Ciências, Julho de 1939.

CARLOS TEIXEIRA.

(1) Cfr. por ex. Estácio da Veiga, *Antiguidades monumentaes do Algarve*, in «Arch. Port.», vol. XV.



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3

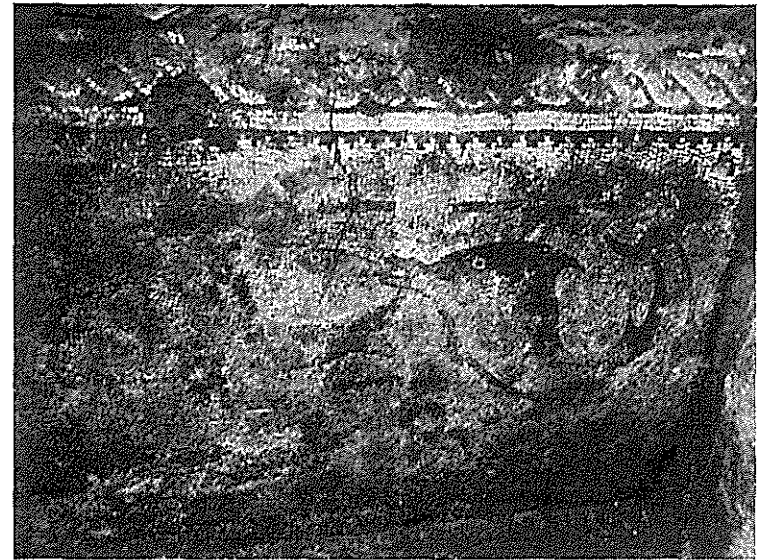


Fig. 4

REVISTA BIBLIOGRÁFICA

GEORGE MONTANDON—*Les dents des Paranthropiens*—«*Revue Scientifique*», 77^e année, Paris, 1939.

O ilustre professor da Escola de Antropologia de Paris dá o maior relêvo às recentes descobertas de Primatas fósseis na África do Sul, que, em geral, estava esquecida nas especulações de filogênese humana. Ocupa-se especialmente dos dentes dos *Paranthropianos*, grupo que abrangeria os restos atribuídos ao *Australopithecus*—já há anos conhecido—e aos chamados *Plesioanthropus* e *Paranthropus*, ultimamente descobertos.

Segundo Montandon, trata-se de sêres intermediários, mais vizinhos do homem do que dos símios nos caracteres dentários, sendo, porém, os dentes muito volumosos.

O estudo de Montandon é minucioso e proficiente. A classificação definitiva dos restos encontrados é, entretanto, difícil, dada a escassez de restos não dentários. Mais difícil, senão impossível, parece, até agora, o estabelecimento da cronologia geológica dos achados feitos. Segundo os autores sul-africanos o *Australopithecus* seria ou plioceno superior ou pleistoceno inferior, ao passo que o *Plesioanthropus* (= *Australopithecus transvaliensis*) e o *Paranthropus* seriam talvez do pleistoceno médio.

Apesar destas dúvidas stratigráficas, os achados levados a efeito e os estudos de Dart, Broom, Montandon, etc., a seu respeito, são do maior interêsse.

MENDES CORRÊA.

PROF. ALFREDO CASTELLANOS, I—*Anotaciones sobre la Linea Filogenética de los Clamitérios* (publicaciones del Instituto de Fisiografía y Geología de la Facultad de Ciências Matemáticas, Físico-Químicas y Naturales aplicadas a la Indústria, de la Universidad Nacional del Litoral). Rosário—Argentina, 1937, 35 págs., com estampas e figuras no texto.

É problema sempre de difícil solução o parentesco—a filogênese—de qualquer forma animal, em particular quando se

trata de espécies de grupos desaparecidos, há muito, sob as camadas geológicas. Nesta monografia, o autor encara esse problema, relativamente ao grupo dos *Clamitérios*, que se aparentam de perto com os *Glyptodontes*. Primeiro rectifica a nomenclatura dos *Chlamydotheria* e assina-lhes a posição própria na classificação regular.

Semelhantes animais pertencem ao agrupamento natural dos *Dasyпода*, segundo estabeleceu Anueghino, o qual teria estudado a origem destes estranhos mamíferos couraçados, ao reconhecimento integral dos quais o Prof. Castellanos vem, desde muitos anos, consagrando o mais exaustivo trabalho. Restos encontrados em diversas camadas do território argentino são outros tantos achados, que permitem ao autor refazer com elementos seguros a história natural destes seres, que se caracterizam não só pela existência das peças dérmicas protectoras, mas pela dentição, suficientemente visível nos fósseis encontrados. Este carácter muito importante revela as etapas da evolução filogénica. De comêço cónicos, passaram a ser cilíndricos e sub-cilíndricos até à constituição bilobar. O esqueleto dérmico teve também a sua variação, de modo a verificar a existência do duplo escudo escapular e pélvico. Não é menos difícil e delicada a classificação dos terrenos em que se acharam os restos dos *Clamitérios* e a sua equivalência com os estratos designados no Antigo Continente. O autor esclarece-nos, porém, metódicamente, *pari passu*, o que nos ajuda na compreensão do parentesco estabelecido em segura hipótese, fundada no exame minucioso dos factos geológicos e paleontológicos. As ilustrações que acompanham a monografia, são bastante elucidativas da teoria exposta.

BETHENCOURT FERREIRA.

PROF. ALFREDO CASTELLANOS, II — Nuevos restos del Hombre fósil y de hornos de tierra cocida en Santiago del Estero (publicaciones del Instituto de Fisiografía y Geología de la Facultad de Ciencias Matemáticas, Físico-Químicas y Naturales aplicadas a la Indústria, de la Universidad Nacional del Litoral) — Nota preliminar. Rosário, Argentina, 1938, in-4.º, 33 págs.

Nesta memória trata o autor, com a costumada proficiência, dos novos achados de fósseis humanos nos jazigos, já explorados, de Santiago del Estero. A estes achados juntam-se os de

fornos de barro cozido. Todos os restos fossilizados foram encontrados em Fragua, local situado na proximidade do rio Dulce, a 800 metros da confluência do Sali, na província de Tucuman, com o Graneros, em terrenos sedimentares, de origem fluvial, em local onde os materiais eólicos são raros. A natureza destes depósitos é dada pela existência de margas e argilas lacustres e por camadas arenosas, o que atesta aquela sua origem. Como nas anteriores memórias, o autor expõe com precisão a sobreposição e a espécie de tais sedimentos, de modo a caracterizá-los geològicamente. Estuda os jazigos encontrados e descreve os restos humanos e a situação deles, conforme a indicação das gravuras, que ilustram esta monografia.

Data de 1906 a descoberta de restos fossilizados nesta província argentina, na pesquisa feita por Enrique de Carles, nas margens do rio Dulce. A estes restos humanos primitivos deu F. Ameghino o título de *Raça de Ovejero*. Mais restos foram encontrados por Hrdlicka e Bailey Willis, assim como por Carlos Ameghino, o que permitiu ao primeiro dar a denominação de *Raça de Ovejero* aos da primeira data e de pequena estatura, enquanto estes últimos apresentam mais elevada estatura (tipo patagónico). É a estes que se refere actualmente o Prof. Alfredo Castellanos.

O exame dos fósseis humanos interessa, em particular, aos arqueólogos e aos antropologistas e etnógrafos. O seu estudo metódico tem grande valor elucidativo. Falta-nos espaço para a longa referência que merecem.

É sobremaneira interessante nesta obra a descrição dos fornos de barro cozido, conhecidos desde 1920, na província de Santa Fé, a que, a princípio, foi dada a explicação de restos de lareiras ou fogareiros, constituídos por loess arenaceo. Semelhantes objectos, de curiosa indústria rudimentar, se afiguraram primeiro ao autor, em 1924, de forma hemisférica, abertos para cima, e embebidos no solo. A sua cronologia refere-se ao *Platense*, que na classificação estratigráfica europeia corresponde ao *Solutrense*, isto é, à época sub-denominada de *Cro-Magnon*.

A coexistência de restos carbonizados e de cinzas atestava a aplicação destes vasos a fornos ou fogareiros.

Recentes explorações das localidades e dos materiais nelas encontrados permitiram verificar que se trata de urnas funerárias, pois que alguns destes recipientes se descobriram esqueletos humanos, o que juntamente com os fragmentos de carvão e cinzas parece indicar que eles teriam, em remota antiguidade, servido para fornos crematórios.

A reconstituição de tais objectos misteriosos, que os autores

(Rusconi, E. Wagner, Castellanos e outros) atribuem a ritos funerários é, sem dúvida, muito hábil e interessante, no ponto de vista arqueológico, e apresenta novidade.

A opinião do Prof. A. Castellanos é de que estes fornos serviriam aos primitivos habitantes da região para cozinhar seus alimentos, o que é provável.

B. F.

ALLES HRDLICKA — *The femur of the old Peruvians* — «*American Journal of Physical Anthropology*», vol. 23, Washington, 1938.

O dr. Alles Hrdlicka resume nesta memória os resultados do seu estudo de alguns milhares de fêmures humanos da época pre-colombiana da «cidade santa» de Pachacamac e de túmulos pre-hispânicos do vale do Chicama, ao norte de Trujillo. Esses fêmures são mais homogêneos, mais curtos e menos robustos do que os dos actuais Índios da América do Norte. O índice platimérico é nêles menor do que o desses Índios e dos Esquimós, e muito menor do que o dos brancos dos Estados-Unidos.

O trabalho de A. H. funda-se na determinação dos comprimentos, diâmetros da secção média e da secção subtrocantária e índices pilástrico e platimérico dos fêmures. Estatísticas, tábuas comparativas e gráficos, esclarecem a valiosa memória.

M. C.

JOSÉ PÉREZ DE BARRADAS — *Nuevas excavaciones en San Agustín (Colombia)* — «*Anais da Fac. de Ciências do Pôrto*», t. XXIII. Pôrto, 1938.

Durante a sua estada na Colômbia em 1936, por ocasião da guerra civil em Espanha, o ilustre prehistoriador madrileno fêz largas e valiosas investigações arqueológicas naquele país americano, especialmente em San Agustín, a sul. Estuda estátuas (algumas das quais colossais), sepulcros, santuários, cerâmica, etc., ali aparecidos, e traça no final uma resenha das conclusões a que chegou sobre a sucessão de culturas e migrações naquela área.

A cultura de San Agustín corresponde ao grupo de culturas megalíticas andinas, de acôrdo com a tese de Júlio Telo. P. de Barradas considera infundada a teoria de Max Uhle segundo a qual se trataria duma cultura maióide. A uma fase arcaica de

sepulcros megalíticos teria sucedido uma fase inicial de estátuas cilíndricas e dos primeiros templos, sendo a religião preferentemente lunar. Novas formas de sepélio, de cerâmica e de religião correspondem talvez a uma migração ou infiltração tupi-guaraní. Cêrca de 400 depois de Cristo constróem-se novos templos sobre as ruínas dos antigos e a religião torna-se preferentemente solar.

É um estudo muito bem documentado e de séria originalidade científica.

M. C.

AFONSO DO PAÇO & EUGÉNIO JALHAY — *A Póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro* — Sep. da «*Brotéria*», vols. XXVIII e XXIX. Lisboa, 1939.

Relato e comentário das importantes escavações levadas a efeito pelos AA., como delegados da Associação dos Arqueólogos Portugueses e com subsídio do Instituto para a Alta Cultura, em 1937 e 1938, no alto do «Castelo», perto de Vila Nova de S. Pedro, a 7 kms. a NO do Cartaxo, onde em fins de 1936 o sr. Hipólito Cabaço descobriu uma povoação eneolítica.

É feita a meticolosa descrição do local, das tradições com êste relacionadas, do abundante espólio lítico, ceramológico, ósseo e metálico, e dos adornos, concluindo o estudo por um ensaio de classificação cronológica. Segundo os AA., o castro de Vila Nova de S. Pedro é uma sobrevivência da cultura eneolítica de Palmela, tendo afinidades com Los Millares e Alcalar, e ainda porventura prolongada até à cultura argárica. Deveria ter sido habitado entre os princípios do segundo milénio e 1400 ou 1200 antes de Cristo.

O valioso trabalho é bem ilustrado.

M. C.

CARLOS TEIXEIRA — *Os torques do Castro de Lanhoso* — «*Anais da Faculdade de Ciências do Pôrto*», t. XXIV. Pôrto, 1939.

Estudo consciencioso e modelar de três interessantíssimos torques — dos quais só um quási intacto — encontrados nas ruínas castrejas da encosta oriental do monte em que assentou o histórico castelo de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso), dando-se a descoberta quando se abria uma estrada de acesso ao mesmo castelo.

O dr. C. T. descreve minuciosamente os três exemplares e as suas decorações, acentuando que êles diferem dos representados no trabalho de conjunto de F. Cuevillas pela magnificência da decoração e pela redução do pêso real do ouro em vista da existência dum núcleo central de cobre. No entanto, os tipos ornamentais e a forma geral dos novos achados não diferem essencialmente dos registados em jóias arcaicas do NO peninsular. Por várias razões, o A. entende que a data dos torques de Lanhoso deve ser posterior à 2.^a idade do ferro, mesmo talvez correspondente a uma época avançada da romanização.

M. C.

BETHENCOURT FERREIRA — *Contribuição para o estudo das representações da serpe no culto ofiolátrico*, in «Anais da Faculdade de Ciências do Pôrto», t. XXIV, Pôrto, 1939, 15 págs. e 6 figs.

O A., em análise sumária, passa em revista os sinais serpentiniformes existentes em monumentos de vários tipos e de várias idades, desde o neolítico à proto-história, monumentos que aparecem na Europa Ocidental, bem como na África, na América e no Oriente.

A larga difusão daqueles sinais, entre raças e civilizações manifestamente diferentes, é um facto pôsto em justo relêvo.

Um outro facto, e é esta a tese que o Prof. Bethencourt Ferreira defende, é o de tôdas as representações serpentiniformes espalhadas pelo mundo terem o mesmo carácter de símbolos religiosos, ou amuletos destinados à propiciação duma divindade protectora; dêste modo elas recordariam aos adeptos do culto ofiolátrico o poder sobrenatural da cobra e serviriam à evocação dêsse poder num sentido favorável aos crentes.

SANTOS JÚNIOR.

ALES HRDLICKA — *Practical Anthropometry* — 1 vol. de 231 págs. e 20 figs. — Filadélfia, 1939.

Poucos antropólogos estariam tão indicados como o ilustre conservador da secção de Antropologia Física do Museu Nacional dos Estados Unidos, para elaborar um manual do género do que estamos analisando. O dr. Hrdlicka tem-se consagrado, na sua

brilhante carreira científica, a uma interessante tarefa antropométrica sôbre variadas populações, devendo-se-lhe numerosas resenhas de observações no vivo e em séries osteológicas e concentrando-se os seus esforços investigadores nesse domínio, sem dispersão para outras ordens de estudos.

Poucos possuirão tão longa e aturada experiência na matéria como êle. Assim, a feição dêste volume é eminentemente prática.

Nada de dissertações eruditas ou de divagações desnecessárias. Definições sóbrias, regras precisas e claras. Os instrumentos, os pontos de referência, a bibliografia, a técnica das mensurações, os índices principais e respectiva classificação, são descritos por A. H., que não esquece os processos de identificação, a encefalometria, os grupos sangüíneos, etc.

Não podemos deixar de recomendar vivamente êste livro, que está em lugar honroso na série dos de Broca, Topinard, Frassetto, Martin, Anton, etc.

M. C.

CARLETON STEVENS COON — *The Races of Europe* — 1 vol. de 739 págs., 13 figs., 16 mapas e 46 estampas — New-York, 1939.

Êste tratado, com excelente apresentação, lembra à primeira vista o livro clássico de Ripley, publicado em 1900, e é mesmo dedicado por Carleton Stevens Coon àquele autor. Na verdade, porém, distingue-se sensivelmente dêle, não só pelas matérias novas com que entra em conta, como sobretudo por se confinar num domínio restrito de Antropologia física, evitando largas especulações sôbre as relações genealógicas das populações, além de pôr de parte qualquer apreciação nos pontos de vista de hierarquia racial e psicologia étnica.

O A., depois de tratar do conceito de raça e dos métodos antropológicos, sucessivamente se ocupa do «homem branco» do pleistoceno, das populações mesolíticas, das «invasões» neolíticas, da idade do bronze, da idade do ferro, do estudo do vivo, das populações do norte da Europa, ilhas Britânicas, Mediterrâneo, zona central, etc.

Não trata dos grupos sangüíneos, o que é tão intencional como a exclusão da psicologia. Utiliza numerosíssimos materiais.

Embora não seja difícil apontar no livro de Stevens Coon passagens que podem suscitar a nossa fundada discordância ou que poderiam ser desenvolvidos mais latamente ou de modo

diverso, não seria justo deixar de reconhecer grande mérito e oportunidade a este trabalho.

M. C.

GIUSEPPE GENNA—*I Samaritani*—(Série quinta, spedizioni scientifiche dirette da Corrado Gini—seconda spedizioni)—Vol. I: Antropologia—1 vol. de 278 págs. e numerosos gráficos e estampas, Roma, 1938.

Mais uma publicação valiosa devida ao Comité Italiano para o Estudo dos Problemas da População, da presidência do ilustre prof. Corrado Gini, que prefacia o trabalho.

O prof. G. Genna reúne neste os resultados do minucioso estudo antropológico de 171 samaritanos dos dois sexos, a série mais numerosa até agora estudada deste grupo étnico—hoje representado apenas por cerca de 1:200 indivíduos. São examinados os diversos caracteres antropológicos, concluindo o A. que os samaritanos que na história bíblica surgem diferenciados dos hebreus, têm, porém, os mesmos elementos étnicos deste grupo, isto é, pertencem às raças oriental e asiática anterior (ou armenóide), a primeira dolicoide e predominante para o sul, a segunda braquimorfa e predominante para o norte.

É um trabalho exaustivo que honra o seu autor e a Antropologia italiana.

M. C.

EUGÈNE PITTARD & MARGUERITE DELLENBACH—*Aspects de l'indice skélique chez quelques populations de l'Eurasie*—Extr. de «Mémoires du Globe», t. LXXVI, Genève, 1939.

Estudo sobre o índice esquélico nos Romanos, Búlgaros, Sérvios, Lazes, Tártaros, Ciganos e Anatólios. Nenhuma destas populações eurasiáticas é braquisquélica em média. Todas são macrosquélicas, excepto os Búlgaros e Tártaros que são mesatisquélicos.

Este valioso trabalho completa, relativamente aos Balcans e Ásia anterior, os importantes documentos sobre o índice esquélico publicados pelo saudoso Giuffrida-Ruggeri, mas este não utilizava, como Pittard, o índice de Manouvrier.

M. C.

GEORG O. TH. MAIER—*Anthropologische Untersuchungen im Bezirke Wolfstein des Bayrischen Waldes*, Zürich, 1938.

A presente tese de doutoramento defendida perante a Faculdade de Filosofia da Universidade de Zurique refere-se à investigação que o A. fez no distrito de Wolfstein-Freyung, da Baviera.

Foram observados 144 indivíduos adultos dos dois sexos e 205 crianças, tendo sido empregada a técnica preconizada por Martin.

Alguns dos caracteres notados foram correlacionados entre si em relação centesimal.

Depois de estudar os caracteres isoladamente, o A. compara os resultados com os obtidos por outros investigadores em alemães e suíços e conclui por mostrar que se trata duma população de estatura média, braquicéfala, leptorrínia, tendendo os homens para a leptoprosopia, enquanto que as mulheres apresentam mesoprosopia. Segundo os resultados das correlações estudadas, o A. pôde separar quatro tipos: o primeiro de estatura elevada, pigmentação clara, perfil do nariz recto; o segundo alto com pele e olhos escuros, perfil do nariz convexo; um terceiro de pequena estatura, cabelos escuros, euriprósopo, de olhos muito pigmentados; e, finalmente, um quarto, pequeno, louro, de olhos claros, também euriprósopo.

Estes resultados permitem ao A. afirmar que a população estudada apresenta uma mistura de raças em que predominam os elementos alpinos ligados a tipos nórdicos-alpinos.

A. ATHAYDE.

HEDWIG BOSSHART—*Anthropologische Untersuchungen im Engstligen- und Frutigtal*, Zürich, 1938.

É mais uma contribuição para o estudo antropológico da Suíça que se deve à actividade do Instituto de Antropologia de Zurique de que é director o prof. Otto Schlaginhaufen.

Foram observados 663 indivíduos de menos de 19 anos de idade e 444 adultos, de ambos os sexos, calculando o A. as médias e combinações de alguns caracteres.

Pelos resultados apresentados verifica-se que se trata duma população de estatura mediana (165,93 sexo masculino e 156,97

sexo masculino), mesaticéfala, com grande percentagem de braquicéfalos, de índice nasal relativamente um pouco elevado.

A côr do cabelo dos homens é acentuadamente preta, enquanto nas mulheres predomina a côr castanha; a pigmentação da pele é clara nos dois sexos.

Está êste trabalho muito bem apresentado, cuidadosamente elaborado, com numerosos gráficos muito elucidativos, concorrendo, portanto, dum maneira muito apreciável para o conhecimento antropológico do povo suíço.

A. A.

P. HUARD ET A. BIGOT—*Les Caractéristiques Anthro-biologiques des Indochinois*—«Travaux de l'Inst. Anatom. de l'Éc. Supér. de Médecine de l'Indochine», t. IV, Hanoi, 1938.

Dados numerosos recolhidos na população da Indochina sobre a antropometria, caracteres descritivos, tipos morfológicos, partes moles, sangue, fisiologia, etc. São várias e de diferentes números de indivíduos as séries utilizadas. Encontram-se no trabalho em questão excelentes elementos de informação e confronto.

M. C.

WILFRID D. HAMBLY—*Anthropometry of the Ovimbundu Angola*—*Anthropological series*, Field Museum of Natural History, vol. XXV, n.º 2, Chicago, 1938.

Monografia antropológica sobre 53 adultos masculinos Ovimbundu, de Elende, Angola. Os resultados são postos em confronto com os obtidos pelo autor destas linhas sobre observações levadas a efeito em Quiocos, Luimbes, Luenas e Luchazes por Fonseca Cardoso. Hambly considera os seus Ovimbundu como mais antigos no planalto do que essas quatro tribos. Na verdade, êles são, em média, mais dolicocefalos e menos platirrínicos do que estas últimas. Crê o antropologista americano que o isolamento e a influência da altitude terão determinado aquelas diferenças das Ovimbundu em relação às quatro outras tribos.

M. C.

A. HARRASSER—*Beziehungen zwischen Rasse und Erbpsychose*—Sep. das actas do «Congrès International de la Population», Paris, 1937.

Baseando-se nas observações feitas na Baviera em alienados, o A. estuda as relações entre a raça e as psicoses hereditárias.

Quanto aos tipos constitucionais, o A. encontra na raça dinárica uma freqüência maior de tipos musculares no sexo masculino e de leptosomas no feminino, o que difere dos resultados obtidos por Kretschmer.

Embora esta diferença se possa explicar pela estrutura racial da população estudada, em todo o caso não se deve perder de vista que as técnicas dos dois investigadores não são iguais.

Mas as medidas e índices escolhidos pelo A. são, na verdade, muito próprios para a diagnose das constituições.

A. A.

A. HARRASSER—*Zur Methode des Konstitutions- und Rassendiagnose bei Schizophrenen*—Sep. da «Zeitschrift für menschliche Vererbungs- und Konstitutionslehre», fasc. 4, vol. 22, Berlin, 1938.

Baseado em 900 observações feitas na Baviera, o A. trata de analisar a importância de alguns caracteres para a diagnose da constituição e da raça. Entre os caracteres observados, como a estatura, a altura relativa da cabeça, a forma do tórax, a forma e as proporções das pernas e dos braços, forma da face, forma da mandíbula e do queixo, etc. O A. encontrou uns, como a estatura, proporções das extremidades, forma da mandíbula e do queixo, etc., mais aproveitáveis na diagnose das raças do que outros, que são de preferir para a distinção dos tipos constitucionais.

Este estudo auxilia bastante o investigador que pretenda estudar tipos constitucionais e raças, guiando-o na escolha que tem a fazer dos caracteres a empregar.

A. A.

G. POMMERANZ-LIEDTKE UND G. RICHERT—Portugal—1 vol. de 204 págs. e numerosas estampas, Berlin, 1939.

Relance sugestivo e bem informado sobre a geografia, a história, a etnografia, as principais cidades, a arte, a literatura e a moderna vida política portuguesa. Apesar do carácter geral e da feição de simples impressões de viagem que este livro reveste, alguns aspectos interessam muito directamente à etnologia portuguesa.

M. C.

JOAQUIM LACAZ DE MORAES—Estudos de Antropometria Constitucional dos brancos nativos do Estado de São Paulo—Tese de doutoramento, São Paulo, 1939.

A escola anátomo-antropológica de S. Paulo, fundada pelo saúdoso Prof. Bovero, continua a sua actividade fecunda, agora sob a orientação do novel professor Renato Locchi. Depois dos trabalhos de biotipologia de Machado de Souza, temos os estudos de Lacaz de Moraes sobre os tipos constitucionais de Viola em 300 brancos nativos daquele Estado. Observações meticulosas, exposição cuidada e clara, conclusões interessantes sobre assunto tão debatido e, na sua aparente simplicidade, bastante complexo.

M. C.

J. A. PIRES DE LIMA—Hermafroditismo e inter-sexualidade—«A Medicina Contemporânea», Lisboa, 1939.

O sábio director do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Pôrto, que não afrouxa na sua prestante actividade científica, deu à estampa esta interessantíssima conferência que fez na «Liga Portuguesa de Profilaxia Social», a-propósito de novas observações e pesquisas respeitantes ao pseudo-hermafroditismo e à intersexualidade. São registados e classificados vários casos citados na nossa literatura e na tradição popular.

M. C.

JOSÉ PINTO NOVAIS—O serviço de saúde na Escola Central de Recrutadas e a Antropometria nos efectivos da Fôrça Armada—1 vol. de 174 págs. com um vol. à parte de mapas antropométricos. Lisboa, 1939.

Depois de considerações gerais sobre o que devia ser a organização do serviço de saúde duma escola de recrutadas da Armada, o A., que já nas antigas escolas de alunos marinheiros e noutros estabelecimentos navais havia mostrado o seu dedicado interesse por esta ordem de estudos, ocupa-se sucessivamente da antropometria nas inspecções militares, dos critérios de robustez mínima de alunos marinheiros e recrutadas, do confronto das fórmulas empíricas com os resultados da espirometria para avaliação da capacidade pulmonar, etc.

O sr. Dr. Pinto Novais verificou que os índices de robustez sueco e de Pignet são bem superiores aos de Tartièrre, Termein e Boureau-Gaulégac. Sobre as fórmulas indicadoras da capacidade pulmonar, o A. diverge dos resultados do Prof. Serrano. A simples medida do perímetro torácico Vallin no repouso equivale às melhores compostas como representativas da capacidade pulmonar.

A meticulosidade do A. na colheita e interpretação dos elementos métricos para o seu estudo é digna de louvor, como são de louvar a perseverança e extensão do labor desenvolvido. Pena é que a exposição não seja metódica e clara.

M. C.

JOAQUÍN LORENZO FERNANDEZ—Die Bremse am Galizischen Wagen (O travão do carro-de-bois da Galiza)—Sonderdruck aus Volkstum und Kultur der Romanen, XI. Jahrgang-Heft 3/4, pág. 282 a 289, 8 figs.

O carro de bois da Galiza que tem sido estudado por vários etnógrafos espanhóis e estrangeiros, é uma vez mais estudado.

Joaquín Lorenzo, que é um etnógrafo apaixonado e sabedor, discípulo de Risco e Cuevillas, antes de abordar o estudo dos travões, ocupa-se do carro de bois de Lobeira, dando dêle dois esplêndidos desenhos com tôda a nomenclatura das suas diferentes peças.

As variantes dos nomes com que essas diferentes peças são conhecidas em muitas aldeias galegas, foram registadas pelo A.

em lista que acompanha os desenhos referidos. Nela figuram 126 (!) sinonímias para as 22 peças do carro de bois.

Isto é um índice que mostra bem o interesse que o A. tem dedicado ao assunto.

A segunda parte do trabalho consta do estudo dos diferentes tipos ou modelos de travões usados no velho carro de bois de eixo móvel.

Excelentes desenhos e descrição elucidativa, põem o leitor a par dos diferentes tipos de travões: o de cunhas em que estas peças convenientemente postas e batidas fazem apertar os *apeladoiros* nas *cantadeiras* e dessa forma tornar maior o atrito; o do cadeado ou corrente de ferro, prêso adiante, passando por baixo do eixo e prêso atrás, de tal modo que, repuxando atrás o cadeado, êste aplica-se fortemente contra o eixo, obrigando-o a girar com mais atrito de encontro à *chumaceira*; nos três outros tipos o travão é constituído por um caibro resistente de madeira, que, por intermédio de cordas ou correntes de ferro, é fortemente aplicado quer à superfície dum cilindro de ferro que reveste a cabeça do eixo da roda, quer à face externa desta ao nível do estrado do carro, quer ainda à ferragem que reveste a roda.

Outra indicação que mostra bem a importância desta publicação e o critério com que o A. trabalha, é a de o estudo presente ser baseado em grande número de desenhos, fotografias e observações directas, feitas em cerca de 80 aldeias das quatro províncias da Galiza.

S. J.

P.^o FIRMINO A. MARTINS—*Folklore do concelho de Vinhais*—
2.^o vol., Lisboa, 1929.

Em continuação da meritória tarefa de que resultou o 2.^o volume desta obra, o Rev. Firmino Martins dá agora à estampa mais uma riquíssima colectânea folclórica do concelho transmontano de Vinhais: numerosas peças do romanceiro e cancionero locais, folclore religioso, vocabulário, apodos populares e geográficos, jogos de roda, adagiário, notas etnográficas sobre medicina, costumes, organização social, etc.

São devidos todos os louvores ao benemérito folclorista.

M. C.

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO—*Vaqueiros e Cantadores*—1 vol. de 268 págs. da «Biblioteca de Investigação e Cultura», Pôrto Alegre, 1939.

Repositório valioso de romances e canções do sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. As «gestas» dos bois que andaram fugidos anos e anos, os romances tradicionais como os da Donzela Teodora e da Princesa Magalona, as canções ao desafio, o cancionero de aventura e crime dos «cangaceiros», as poesias mnemónicas do ABC e das orações, o cancionero relacionado com o Padre Cícero e com outros protagonistas de grandes movimentos de mórbida superstição colectiva, são, com múltiplos informes sobre poética, música, bibliografia, instrumentos, etc., temas sugestivos dêste volume em que as raízes folclóricas portuguesas aparecem, mesmo através da mentalidade do mestiço e do negro e num ambiente geográfico distinto do nosso.

O livro de Câmara Cascudo honra a investigação folclórica brasileira.

M. C.

MANUEL LIGONDO BORDA—*Tucuman indigena*—Tucuman, 1938.

Êste volume, publicado pelo Instituto de História, Lingüística e Folclore da Universidade Nacional de Tucuman (República Argentina), contém uma análise de alguns vocábulos dos falares dos índios diaguitas, lules e tonocotes no século XVI, servindo essa análise lingüística ao A. para, dentro do possível, se pronunciar sobre as origens e as afinidades daqueles povos.

O estudo feito termina com uma tentativa de determinação do significado da palavra *Tucuman*, que, em tonocoté, quereria dizer a terra dos homens grandes.

M. C.

G. H. LUQUET—*Sur les mutilations digitales*—«Journal de Psychologie Normale et Pathologique», Paris, 1938.

Documentadíssimo trabalho sobre as mutilações étnicas dos dedos em numerosas populações do globo, suas causas mágico-religiosas, profanas ou ignoradas, sua técnica, etc. Para se ajuizar da vasta informação do A. sobre o assunto, basta indicar que a bibliografia dêste estudo compreende mais de 300 espécies.

M. C.

ARNOLD VAN GENNEP—*Manuel de Folklore Français Contemporain*—Tomos 3.º e 4.º, Paris, 1937 e 1938.

Dois grossos volumes que completam útilmente a magnífica obra do autor. No tomo III reproduzem-se alguns questionários, indicam-se as províncias e regiões francesas e inicia-se uma extensa bibliografia metódica do folclore do grande país. Essa bibliografia é concluída no quarto e último tomo no qual o eminente folclorista dá ainda os índices por autores e províncias.

M. C.

JAIME LOPES DIAS—*Etnografia da Beira* (Lendas e romances. Costumes. Tradições, crenças e superstições). Lisboa, 1939, 232 págs. e 17 figs.

O volume que analisamos, é o V da bela série que, subordinada ao título *Etnografia da Beira*, o A. desde 1926 vem publicando, afirmando-se em cada um deles observador atento, folclorista meritório e prosador de estilo leve, correntio e elegante.

É tão rico o material etnográfico recolhido numa larga zona da Beira Baixa, especialmente nos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Sertã, Oliveira e Penamacor que não é fácil separar aqui ou ali o que se nos afigure de maior interesse. No entanto é digno de especial referência o capítulo «do pão que se semeia ao pão que se come», excelente compilação de velhos usos, práticas habituais, lendas e tradições ligadas à cultura, apanha, moenda e cosedura dos cereais. O capítulo «sangue negro e sangue vermelho» tem não só interesse etnográfico mas também etnológico, pois dá a conhecer a existência na freguesia de Várzea de Cavaleiros (conc. da Sertã) de duas verdadeiras castas em que se dividia a população. Esta diferenciação, ciosamente mantida pelos de sangue negro, a que andavam adstritas certas regalias e privilégios, era defendida com exageros por vezes ridículos, como o que o A. refere passado a quando da organização duma procissão de Quinta-feira Santa.

Oxalá que bem breve o dr. Jaime Lopes Dias nos possa dar novos trabalhos sobre a etnografia da região beiroa que o viu nascer e que êle tem estudado com tanta paixão e entusiasmo.

S. J.

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

NA FACULDADE DE CIÊNCIAS

PORTO

SUMÁRIO:

ALEXANDRE SARMENTO:

Gente de Menongue (Pág. 5).

LUIZ DE PINA:

Psicopatologia Criminal (Pág. 49).

MARIA IRENE LEITE DA COSTA:

Três casos de albinismo total (Pág. 93).

Vária: — Congresso do Mundo Português (Pre-história e Proto-história; Congresso Nacional de Ciências da População; As figuras papilares digitais nos aborígenes de Angola (ALEXANDRE ALBERTO SARMENTO); Notas arqueológicas sobre o castro de Lanhoso (CARLOS TEIXEIRA); Molde de fundição para machados de bronze de duplo anel (Id.); Estação romana de Canelas (Poiares-da-Régua) (Id.) (Pág. 105).

Revista bibliográfica: — BETHENCOURT FERREIRA (142); BORDA (151); BOSSHART (145); CÂMARA CASCUDO (151); CASTELLANOS (137 e 138); COON (143); GENNA (144); HAMBLY (146); HARRASSER (147); HRDLICKA (140 e 142); HUARD & BIGOT (146); LACAZ DE MORAES (148); LIEDTKE & RICHERT (148); LOPES DIAS (152); LORENZO FERNANDEZ (149); LUQUET (151); MAIER (145); MARTINS (150); MONTANDON (137); NOVAIS (149); PAÇO & JALHAY (141); PÉREZ DE BARRADAS (140); PIRES DE LIMA (148); PITTARD & DELLENBACH (144); TEIXEIRA (141); VAN GENNEP (152).

TRABALHOS DA
SOCIEDADE PORTUGUESA DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA



VOL. IX—FASC. 3

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA
PORTO. 1941

BIB

TECA
gal
2

Congresso Nacional de Ciências da População

O Congresso Nacional de Ciências da População, integrado no programa dos Centenários, inaugurou-se no Pôrto no dia 12 de Setembro de 1940, prolongando-se até ao dia 16 daquele mesmo mês.

SESSÃO INAUGURAL

A sessão inaugural efectuou-se no salão nobre da Faculdade de Ciências, tendo presidido o sr. Dr. Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva dos Centenários e que representava Sua Excelência o sr. Ministro da Educação Nacional, ladeado pelos srs. Prof. Dr. José Pereira Salgado, Reitor da Universidade, Prof. Dr. António Augusto Estêves Mendes Corrêa, presidente do Congresso e presidente da Câmara Municipal do Pôrto, Joaquim Leitão, secretário geral da Academia de Ciências e director-adjunto dos Congressos, Dr. António de Sousa Machado, governador civil substituto do distrito do Pôrto, Prof. Dr. António de Almeida Garrett, director da Faculdade de Medicina e presidente da Junta da Província do Douro Litoral, e Dr. Alfredo Ataíde, secretário geral do Congresso. À direita da mesa da presidência sentava-se em lugar especial o sr. Bispo do Pôrto, D. António Augusto.

Em lugares de honra encontravam-se os srs. Drs. Gustavo Barroso e Oswaldo Orico, da Academia Brasileira de Letras, Prof. Dr. Enrique Suñer, presidente da Academia de Medicina de

Espanha, Prof. Dr. Corrado Gini, presidente da Comissão Italiana de Estudo dos Problemas da População, Prof. Dr. Raymond Warnier, director do Instituto Francês em Portugal, Engenheiro Tovar de Lemos, director do Instituto Nacional de Estatística, P.^o G. Schmidt, director do Museu de S. João de Latrão, representantes da I Região Militar, Polícia de Segurança, Departamento Marítimo do Norte, Ordem dos Médicos, Ordem dos Advogados, Assistência Nacional aos Tuberculosos, Casa da Imprensa e do Livro, Associação dos Comerciantes, Club dos Fenianos, Associação Comercial, Associação Industrial, etc.

Nas doutorais assistiam os directores das Faculdades, professores, congressistas e representantes da Alemanha, Bélgica, Brasil, Espanha, França, Itália e Polónia, representantes consulares e magistratura.

Na sessão usaram da palavra os srs. Prof. Dr. José Pereira Salgado, Prof. Dr. António Augusto Estêves Mendes Corrêa, Dr. Gustavo Barroso, Prof. Dr. Enrique Suñer, Prof. Dr. Corrado Gini e Dr. Júlio Dantas.

O sr. Dr. Alfredo Ataíde, secretário geral do Congresso, leu cartas e telegramas de entidades várias, que, não podendo assistir, se fizeram representar.

VISITAS, FESTAS E RECEPÇÕES

Durante o Congresso foram realizadas várias visitas, entre as quais ao Instituto de Puericultura, ao Museu Antropológico da Universidade, à Tutoria Central da Infância, à Colónia Penal de Santa Cruz do Bispo, aos monumentos da cidade, ao Palácio da Bólsa, à Foz do Douro e às obras do Pôrto de Leixões.

No dia 12, foram os congressistas recebidos na Câmara Municipal pelo seu Presidente, Prof. Dr. Mendes Corrêa, rodeado dos srs. vereadores. No salão dos Espelhos foram-lhes dirigidas as

saudações pelo sr. Presidente, em nome da cidade. Em nome dos congressistas estrangeiros, respondeu o sr. Dr. Oswaldo Orico, que agradeceu, realizando-se no final um *Pôrto de Honra* oferecido pela Câmara.

No dia 14, na quinta de Nova Sintra, a Universidade ofereceu um almôço aos congressistas, realizando-se no mesmo dia um passeio à Póvoa de Varzim, onde os congressistas tiveram uma recepção entusiástica por parte da população e autoridades daquela terra, tendo havido sessão solene na Câmara na qual falaram o Presidente, o sr. Prof. Dr. Mendes Corrêa, presidente do Congresso, e os srs. Drs. Gustavo Barroso e Oswaldo Orico. Depois, foi visitado o Museu Etnográfico e à noite realizou-se um banquete no Casino daquela praia, durante o qual foram exibidas danças regionais e apresentados grupos folclóricos, efectivando-se depois o regresso ao Pôrto.

No dia 15 os congressistas assistiram à inauguração oficial da Feira das Colheitas e Exposição Etnográfica do Douro Litoral, no Palácio de Cristal, com a assistência do sr. engenheiro André Navarro, sub-secretário de Estado da Agricultura.

No dia 16 realizou-se a visita às caves, em Gaia, da Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Pôrto (Ferreirinha).

E às 21 horas dêsse mesmo dia, no Palácio de Cristal, efectuou-se o banquete no qual usaram da palavra os srs. Profs Drs. Mendes Corrêa e Rui Ulrich, Dr. António de Sousa Machado, governador civil em exercício no Pôrto, Prof. Dr. José de Oliveira Lima, vice-reitor da Universidade e Dr. Oswaldo Orico, delegado brasileiro.

TRABALHOS DAS SECÇÕES

Os trabalhos do Congresso foram repartidos por cinco secções: Demografia e Higiene, Antropologia, Etnografia, Problemas Sociais da População e Problemas Económicos da População.

As sessões dos trabalhos começaram no dia 13, às 10 horas da manhã, prosseguindo até ao dia 16. Às diferentes secções foram apresentados os seguintes trabalhos:

«Para uma sistematização racional da Biotipologia», pelo Prof. Dr. Fábio Frassetto (Catedrático da Universidade de Bolonha); «A luta anti-tuberculosa da Junta de Província da Beira Litoral», pelo sr. José dos Santos Bessa (Médico-pediatra, Director clínico do Ninho dos Pequenos de Coimbra); «Grupos sanguíneos nos portugueses do Norte», pelos Drs. António Fânzeres & Ernesto Morais; «Les buts et les méthodes des enquêtes sur la structure sociale des agglomérations humaines», pelo Dr. Stéphane Wlocewski (Docteur ès-lettres de l'Université de Paris, lauréat de l'Institut, rapporteur de la Pologne à la Conférence Internationale des Sciences Sociales); «Tendências demográficas de Portugal metropolitano», pelo Prof. Dr. António de Almeida Garrett (Professor-director da Faculdade de Medicina do Pôrto); «População e Império», pelo Dr. José Aires de Azevedo (Assistente do Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina do Pôrto); «Les facteurs de la décroissance de la natalité à l'époque contemporaine», pelo Prof. Dr. Corrado Gini; «Natalidade, mortalidade e selecção da raça», pelo Prof. Dr. João Avelar M. de Loureiro (da Faculdade de Medicina de Lisboa); «A mortalidade na população portuguesa e suas principais causas», pelo Dr. José Firmino Sant'Anna (Prof. do Instituto de Medicina Tropical); «Antropodinâmica regional espanhola», pelo Prof. Dr. Luis de Hoyos Sainz (Catedrático da Universidade de Madrid); «Para a aplicação preventiva das instituições de assistência e medicina social», pelo Dr. José Al-

berto de Faria (Director Geral da Saúde Pública); «Um exemplo de sanidade em Portugal», pelos Drs. Fausto Landeiro & Joaquim Facha; «La Escuela nacional de puericultura de Madrid», pelo Prof. Dr. Enrique Suñer (Catedrático na Universidade de Madrid, Presidente da Academia Espanhola de Medicina); «Organização da luta contra a tuberculose: assistência e previdência», pelos Drs. Mário Cardia & Alvaro Morais; «Costumes alimentares dos portugueses», pelo Prof. Dr. António de Almeida Garrett; «O valor social do leite», pelo Prof. Dr. Américo Pires de Lima (Prof. catedrático da Faculdade de Ciências do Pôrto); «A colocação familiar rural é a melhor forma de assistência à infância», pelo Prof. Dr. António de Almeida Garrett; «Antropologia das populações dolicocefalas da Europa meridional e da África setentrional», pelo Prof. Dr. Jules Guiart (Prof. da Faculdade de Medicina de Lyon); «O povoamento ibérico e céltico na Grã-Bretanha», pelo Prof. Dr. Jacques Chevalier (Decano da Faculdade de Letras de Grenoble, França); «São os portugueses dolicocefalos? Um novo índice cefálico», pelo Prof. Dr. Américo Pires de Lima (Catedrático) & Leopoldina F. Paulo (Assistente da Faculdade de Ciências do Pôrto); «Estudo antropológico e etnográfico das povoações de Argozêlo e Garção», pelo Dr. José Bernardo de Matos; «Cráneos procedentes de las cuevas da isla de Samar (Filipinas) existentes en el Museo de Antropologia de Madrid», pelo Prof. Dr. Francisco de las Barras y de Aragon (da Universidade de Madrid); «A mulher portuguesa do Norte. Estudo antropológico», pelo Prof. Dr. Luís de Pina (Professor da Faculdade de Medicina e Director do Instituto de Criminologia do Pôrto); «A mulher portuguesa e o seu papel bio-sociológico», pelo Dr. Carlos Teixeira; «A pureza bioquímica do povo português», pelo Dr. José Aires de Azevedo; «Os mancebos dos concelhos da Maia e de Gondomar (alguns dados antropométricos)», pelo Dr. José Martins Barbosa (Capi-

tão-médico); «O normótipo do homem da zona de Coimbra e o normótipo dos portugueses», pelo Dr. Luís A. Duarte Santos (Assistente de Clínica Médica na Universidade de Coimbra); «Novos métodos de estudo da pigmentação e sua importância racial», pelo Dr. José Antunes Serra (Assistente da Faculdade de Ciências de Coimbra); «Contribuição para o estudo da pigmentação dos portugueses», pela Dr.^a Leopoldina Paulo; «Ensaio sobre a determinação de tipos constitucionais e de fórmulas endocrínicas dos portugueses», pelo Dr. Alfredo Athayde (Naturalista do Museu de Antropologia da Faculdade de Ciências do Pôrto); «Morfologia do Esterno», pelo Dr. José Antunes Serra; «Alguns diâmetros e proporções no sacro dos portugueses», pelo Dr. António de Queiroz Lopes (Assistente da Faculdade de Medicina de Coimbra); «Factores degenerativos na população portuguesa: seu combate», pelo Prof. Dr. A. A. Mendes Corrêa; «A Gerontíase precoce. Causas e factores da decadência orgânica prematura, que influem na população», pelo Prof. Dr. J. Bethencourt Ferreira (Médico, naturalista e prof. da Universidade); «Hereditariedade e profilaxia eugénica das doenças mentais», pelo Dr. Barahona Fernandes (Assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa); «O povo e a simbólica», pelo sr. Luís Chaves (Conservador do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos); «A arte popular portuguesa», pelo Dr. Armando de Matos (Director dos Museus Municipais e Biblioteca Pública de Gaia); «Síntese da influência do mar na vida popular dos Açores», pelo Dr. Luís da Silva Ribeiro; «Influência dos Mouros, Judeus e Negros na Etnografia Portuguesa», pelo Prof. Dr. J. A. Pires de Lima (Catedrático da Faculdade de Medicina do Pôrto); «O simbolismo cristão na cantiga popular», pelo Dr. Fernando de Castro Pires de Lima; «Uma canção popular minhota e sua origem litúrgica», pela sr.^a D. Maria Clementina Pires de Lima Tavares de Sousa; «A alimentação da criança na primeira infância. A amamentação materna», pelo

Dr. A. Lima Carneiro; «Supersticiones y costumbres de la gestación en España», pelo Prof. Dr. Luiz de Hoyos Sainz (Catedrático da Universidade de Madrid); «As cerimónias nupciais portuguesas no quadro dos usos românicos», pelo Prof. Dr. Wilhelm Giese; «Referências a uma eutanásia familiar primitiva no folclore galaico-português», pelo Dr. Fermin Bouza-Brey Trillo (Juiz da 1.^a Instância da Instrução de Espanha); «Lápides sepulcrais galegas de arte popular», pelo sr. Joaquim Lorenzo Fernandez; «Uns reis em Pôrto Manso», pelo Dr. Joaquim Fernandes Figueira; «Pisões de Barroso», pelo sr. Joaquim Fernandes Figueira; «O Careto de Valverde e o *Chocalheiro* de Vale de Porco e as suas máscaras de pau», pelo Dr. J. R. dos Santos Júnior (do Instituto de Antropologia do Pôrto); «Las Brañas (Contribuição para a história das casas redondas no espaço asturo-galaico-português)», pelo Prof. Dr. Fritz Krüger (Hamburgo); «A contribuição de Portugal para as Ciências da População da Europa», pelo Prof. Dr. Fritz Krüger (Hamburgo); «A sobrevivência de elementos megalíticos nas construções rústicas do Alentejo», pelo Dr. Georg Leisner (Sócio correspondente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia); «Sobrevivência folclórica dos berrões da Vilariça», pelo Dr. J. R. dos Santos Júnior (do Instituto de Antropologia do Pôrto); «A Família, fonte das virtudes sócio-morais indispensáveis ao Estado», pelo Rev. P.^o Schmidt (Suíça); «O divórcio concorre eficazmente para a dissolução da família portuguesa», pelo Prof. Dr. Abel de Andrade (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa); «O casal de família protege a família portuguesa», pelo Prof. Dr. Abel de Andrade; «A questão do divórcio», pelo Dr. Ulisses Cortês; «Medicina social. Assistência às crianças anormais. Uma orientação médico-pedagógica», pelo Prof. Dr. Vítor Fontes; «Revisão geral do ensino e educação, para que seja consoante com o desenvolvimento natural do corpo, do cérebro e do sistema nervoso sensorial, em perfeito relacionamento com o senso muscular

e com a coordenação das energias nervosas e cerebrais, para acções metódicas, capazes de persistência e de potencial forte nos momentos precisos», pelo Dr. José de Matos Braamcamp; «Movimento da criminalidade em Portugal», pelo Dr. Augusto de Oliveira (Director Geral dos Serviços Prisionais); «Alguns aspectos da criminalidade infantil em Portugal à face da estatística», pelo Dr. Tomás Lopes Cardoso (Director do Refúgio da Tutoria Central da Infância do Pôrto); «Papel do médico na solução do problema da delinqüência infantil», pelo Prof. Dr. Leonídio Ribeiro (Professor de Medicina Legal, Director do Instituto de Identificação e fundador do Laboratório de Biologia Infantil do Juízo de Menores); «Subsídios para a etiologia criminal. Coeficientes culturais e morais nos delinqüentes», pelo Prof. Dr. Luís de Pina; «O método de Vermeulen na propedêutica criminológica», pelo Dr. José Vaz Guedes de Bacelar; «Delinqüência e alcoolismo. Investigação bioquímica», pelo Dr. José Vaz Guedes de Bacelar; «Contribuição para o estudo do nível intelectual dos delinqüentes portugueses adultos», pelo Dr. Armando Tavares de Sousa; «Elementos para a psicologia criminal. O conceito de justiça nos delinqüentes», pelo Prof. Dr. Luís de Pina; «Delinqüência e alcoolismo de adultos em Portugal», pelo Dr. Mário Simões dos Reis (Assistente do Instituto de Criminologia de Lisboa); «Biotipologia criminal», pelo Prof. Dr. Lionídio Ribeiro (Professor de Medicina Legal e Director do Instituto de Identificação) & Prof. Dr. W. Bernardineli (Professor de Clínica Propedêutica da Faculdade de Medicina e Antropologia do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro); «A biotipologia na propedêutica criminal. Método de Viola-Barbara», pelo Prof. Dr. Luís de Pina; «Prevenção do crime por meio de identificação civil», pelo Prof. Dr. Leonídio Ribeiro; «Criminalidade e execução penal», pelo Dr. Giulio Andrea Belloni (Roma); «O ambiente diluviano do homem em Portugal», pelo Prof. Dr. Hermann Lautensach (Catedrático da Universidade de



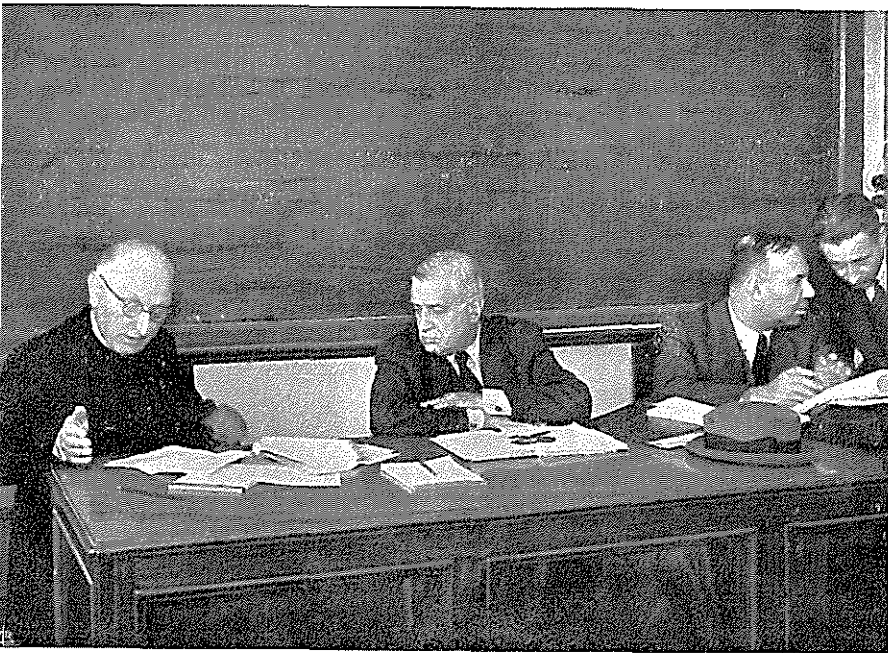
Mesa da 4.ª secção durante a conferência de S. Ex.ª Rev.ª o Arcebispo-Bispo de Aveiro



Um grupo de congressistas após o almoço oferecido pela Universidade



Um aspecto da mesa da sessão inaugural



A mesa da 4.ª secção durante a conferência do Rev. P.º W. Schmidt

Greifswald); «Impossibilidade de fixar no Sul do país o excesso demográfico do Noroeste português», pelo Prof. Dr. Aristides de Amorim Girão (Catedrático da Faculdade de Letras de Coimbra); «Cañadas ganaderas españolas», pelo Dr. Juan Dantin Cereceda; «O enquadramento geo-económico da população portuguesa através dos séculos», pelo Prof. Dr. Ezequiel de Campos (Catedrático da Faculdade de Engenharia do Pôrto); «A indústria agrícola como elemento da vida da nacionalidade portuguesa», pelo Dr. Augusto César Pires de Lima; «O Cachão da Valeira e o regime demográfico-económico da região do Douro Superior», pelo Eng.º Agr. José Joaquim da Costa Lima (Director do Instituto do Vinho do Pôrto); «Ensaio sôbre a organização dos mesteres no Pôrto através dos séculos», pelo Dr. António Cruz (Director do Gabinete de História da Cidade, da Câmara Municipal do Pôrto); «Aspectos Económicos e Sociais do trabalho das mulheres na indústria», pelo Dr. António F. Teixeira; «Influência do factor moral e religioso no desenvolvimento da população», pelo sr. Arcebispo Bispo de Aveiro, D. João Evangelista de Lima Vidal.

SESSÃO PLENÁRIA

No dia 13, realizou-se a conferência plenária proferida pelo sr. Prof. Dr. Eusébio Tamagnini, intitulada *Os grupos sanguíneos dos Portugueses*.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Às 17 horas e meia do dia 16, realizou-se a sessão de encerramento do Congresso, assumindo primeiro a presidência o sr. Prof. Dr. José de Oliveira Lima, vice-reitor da Universidade, que, depois de um breve discurso, convidou para a presidência o sr. Prof. Dr. Mendes Corrêa, usando em seguida da palavra o secre-

tário geral do Congresso, sr. Dr. Alfredo Ataíde, que fez o relatório de tudo o que se passou naquele Congresso. E terminado este discurso, procedeu-se à leitura dos votos de cada uma das secções, discursando depois os presidentes das respectivas secções e os seguintes delegados estrangeiros: Prof. Fritz Imren, alemão; Prof. Enrique Suñer, espanhol; Prof. Stéphane Wlocewski, polaco; Prof. Défontaines, francês; Prof. Frassetto, italiano; Rev. P.º G. Schmidt, suíço; e Dr. Oswaldo Orico, brasileiro. Por último falou o sr. Prof. Dr. Mendes Corrêa com cujo discurso se encerrou o Congresso Nacional de Ciências da População.

São do teor seguinte os votos aprovados pelo Congresso:

VOTOS DO CONGRESSO

1.ª SECÇÃO

1.º — Reconhece-se que o abaixamento da natalidade, nos últimos anos, se vai acentuando nos centros urbanos e ameaça estancar a fonte da vitalidade portuguesa se se estender à população rural;

2.º — Reconhece-se que essa quebra natalícia depende, em grande parte, da diminuição da fecundidade dos matrimónios legítimos, e, porque a família é o elemento fundamental da Nação, cumpre ao Estado decretar medidas que dêem às famílias prolíferas uma protecção material condigna e efectiva;

3.º — A instauração de uma política demográfica, coibidora das causas do abaixamento da natalidade e impulsora dos meios de reduzir a mortalidade, representa, para Portugal, uma necessidade instantânea para garantir o futuro da Nação;

4.º — A assistência médico-social, bem como a medicina preventiva, são funções públicas com tão íntimas relações que devem entrelaçar-se dentro de um plano geral;

5.º — Tudo o que existe neste campo, quer mantido ou subsidiado pelos Poderes Públicos, quer de organismos particulares, assim como o muito que há necessidade de criar, deve integrar-se num plano esquemático de organização nacional, única forma de se resolver a série de problemas que, encarados um a um, são insolúveis, por motivo das suas mútuas interferências;

6.º — Para o estudo da ordenação das actividades da assistência médico-social e medicina preventiva, o Congresso oferece o relatório apresentado pelo ex.º sr. Dr. José Alberto de Faria, estando certo de que o Governo encontrará a seu lado, em leal colaboração, todos os que em Portugal se dedicam ao estudo destes problemas;

7.º — Neste campo o incremento da luta contra a tuberculose é uma das mais instantes necessidades da população portuguesa;

8.º — A luta contra a tuberculose, nos seus aspectos profiláticos e de assistência aos doentes, deve estar dependente: quanto a Dispensários e à orientação clínica e científica de toda a luta anti-tuberculosa, de um organismo único, como a Assistência Nacional aos Tuberculosos; quanto à parte económica, do Estado e, especialmente, de uma Caixa Nacional de Seguros contra a Tuberculose. A defesa da criança contra a tuberculose, embora funcionando em íntima colaboração com o organismo nacional que oriente toda a luta anti-tuberculosa, poderá estar descentralizada por Províncias, e as respectivas despesas a cargo das Juntas de Província, Câmaras Municipais e Organismos Corporativos;

9.º — Deve ser instituído, rapidamente, o seguro obrigatório para a tuberculose, como primeiro passo para a instituição de uma previdência geral organizada;

10.º — Para beneficiação dos hábitos alimentares dos portugueses, é da maior importância o fomento da produção de leite e lactínicos, por forma a tornar mais acessível o consumo destes géneros alimentícios, em boas condições sanitárias.

2.^a SECÇÃO

1.º—A 2.^a Secção, ouvido o relatório do Prof. Frassetto sôbre a sistematização racional da Biotipologia, exprime o voto de que os antropologistas e os biotipologistas tomem na maior consideração as orientações metodológicas estabelecidas por aquêl professor;

2.º—O Congresso, em inteiro acôrdo com a opinião expressa pelo eminente Prof. Oskar Vogt na comunicação com que nos honrou, reconhece a necessidade e a importância da fundação de um Instituto Português de Investigação do Cérebro;

3.º—Que o ensino da Antropologia figure no quadro dos estudos médicos.

3.^a SECÇÃO

1.º—A Exposição Etnográfica mostra a urgência de se criar no Pôrto um Museu Etnológico Provincial onde se reúnam todos os objectos expostos, cuja dispersão seria lamentável;

2.º—É necessário continuar a colheita tanto no campo da ergologia como no do folclore, de modo a evitar-se a perda de elementos etnográficos preciosíssimos;

3.º—A colheita deve ser feita com a maior probidade, evitando-se, quanto ao folclore musical, o processo de organização precipitada de ranchos, os ensaios desordenados donde podem sair estilizações prejudiciais, e a perda de arcaísmos de grande valor;

4.º—Entende êste Congresso, em nome da estética e da tradição, que deve haver maior rigor na aprovação dos projectos dos edifícios à margem das vias públicas e no meio de paisagens mais características;

5.º—Nas obras de reedificação dos monumentos deve haver o maior escrúpulo na recolha de tudo quanto possa interessar à

história, e o maior respeito pelas sepulturas, respectivo mobiliário e cinzas dos antepassados;

6.º—Impõe-se a protecção do Estado para que não desapareçam as indústrias tradicionais.

4.^a SECÇÃO

1.º—É necessário garantir a vida moral e a vida física e económica da família—fonte das virtudes e fôrças sociò-morais indispensáveis ao Estado;

2.º—O factor moral e religioso exerce influência decisiva sôbre o desenvolvimento da população;

3.º—Deve ser ensinada à prole a tradicional moral cristã que a instrua na prática dos deveres para com Deus, os seus semelhantes e consigo mesmo;

4.º—Convém orientar a educação e a instrução da prole, tanto quanto possível pela observação directa dos factos, na certeza de que a felicidade individual e a prosperidade do Estado dependem da sadia organização da família;

5.º—O interêsse dos esposos, dos filhos e da sociedade exige que o casamento seja indissolúvel. Portanto, é necessário revogar a lei que autoriza o divórcio;

6.º—Convém instituir eficazmente o regime do casal de família para evitar em certas regiões do país a excessiva fragmentação da propriedade que não permite à família, que cultiva leiras de pequenas dimensões, viver da respectiva exploração;

7.º—É necessário isentar de qualquer imposto as transmissões de pequeno valor em linha recta descendente;

8.º—A assistência material e espiritual deve ser organizada nas seguintes bases:

a) Coordenação de todos os órgãos de assistência pública de maneira que os respectivos fundos produzam maior rendimento;

b) Ao estabelecimento da assistência deve ser preferido, em regra, o auxílio prestado à família que dêle carecer, criando-lhe as necessárias condições de vida na sua própria residência;

c) O regime interno dos estabelecimentos de assistência não deve, em regra, alterar fundamentalmente as condições de vida habitual dos internados ou semi-internados sem prejuízo da indispensável higiene e alimentação.

9.º— O interêsse dos menores e a multiplicidade de problemas que estabelecem o seu regime jurídico justificam a publicação do Código da Infância;

10.º— O mais eficaz processo da luta contra a criminalidade infantil consiste em melhorar as condições sociais do povo português para o que deve o Estado intensificar a respectiva acção;

11.º— Preconiza-se o aperfeiçoamento das estatísticas judiciais e o seu ajustamento à actividade das Tutorias e dos estabelecimentos jurisdicionais de menores;

12.º— Na prevenção e combate contra a criminalidade devem aplicar-se métodos fundados em bases científico-morais no sentido de se descobrirem as irregularidades e deficiências físicas e psíquico-éticas; e as conclusões dessa aplicação, feitas com o concurso permanente do Serviço Social, devem servir de base à reeducação e a outras medidas de melhoramento individual e colectivo;

13.º— Impõe-se a criação de novos estabelecimentos de protecção à Infância.

5.ª SECÇÃO

1.º— Impõe-se o respeito pela lavoura, e, tanto quanto possível, o regresso à terra, confirmando assim a nossa orientação tradicional;

2.º— É necessário:

a) Adoptar-se a rega dos campos pela máxima superfície do país;

b) Estender-se a arborização por tóda a terra de fâcies florestal;

c) Transformar o pousio e o descanso da terra no cultivo e erva semeada como correctivo conveniente da fertilidade e aumento da riqueza pecuária;

d) Promover a electrificação de modo a obterem-se preços apropriados da energia indispensável para a rega e trabalhos de lavoura, bem como para melhoramento e ampliação da actividade industrial.

3.º— Deve generalizar-se a política dos salários mínimos como salários suficientes ao agregado familiar que dispensem a necessidade da mulher procurar, com o seu trabalho, ocorrer à insuficiência do orçamento familiar;

4.º— O trabalho das mulheres na indústria deve limitar-se quanto possível, admitindo-as de preferência nas indústrias que exijam menos esforço físico;

5.º— É necessário que o Govêrno da Nação determine a recolha de todos os documentos que interessem à história das corporações em Portugal.

TÓDAS AS SECÇÕES

Tôdas as secções exprimem o voto de que, pelos institutos especializados do País e sob todos os aspectos, se intensifique o estudo sistemático da população portuguesa, mediante um plano orientador estabelecido por uma comissão central em que estejam representadas as várias modalidades de pesquisas.

Todos os votos foram aprovados por aclamação.

I Congresso do Mundo Português

(PRÉ- E PROTO-HISTÓRIA)

No salão nobre da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto, foi inaugurado em sessão solene, a 4 de Julho de 1940, pelas 22 horas, o I Congresso do Mundo Português, que versou a Pré- e Proto-história do país até à Reconquista e que fêz parte do sistema dos Congressos daquele nome, incluídos no programa das Comemorações Centenárias.

Antes, porém, na secretaria do Congresso, fôra feita a distribuição dos convites respectivos assim como dos programas e teses aos srs. congressistas.

À sessão solene presidiu o sr. Dr. Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva dos Centenários, que representava Sua Excelência o sr. Ministro da Educação Nacional, e ladeavam S. Ex.^a o sr. Prof. Dr. José Pereira Salgado, reitor da Universidade do Pôrto; Dr. Trigo de Negreiros, governador civil do Pôrto; Prof. Dr. António Augusto Estêves Mendes Corrêa, presidente do Congresso e da Câmara Municipal desta cidade; embaixador A. Kammerer; D. António Augusto de Castro Meireles, Prelado da diocese; ministro plenipotenciário Dr. Edmundo Luís Pinto, representante da Embaixada Extraordinária do Brasil, e Dr. Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, secretário do Congresso.

Em lugares de honra sentaram-se os srs. major Caravana, representante do sr. Comandante da Região Militar; comandante Afonso de Carvalho, chefe do Departamento Marítimo do Norte; António de Oliveira Cálem, presidente da Associação Comercial

do Pôrto; Raúl de Sousa Ferreira, representando a Associação dos Comerciantes; tenente Geraldo dos Santos, representando a Brigada Naval; Dr. António de Oliveira, pela Casa da Imprensa e do Livro; Dr. Carteador Mena, pela Ordem dos Médicos; Dr. Simeão Pinto de Mesquita, pela Ordem dos Advogados; e eng.º Mário Borges, presidente da Associação Industrial.

Nas doutorais encontravam-se os directores das Faculdades, professores, congressistas e representantes do Brasil, Espanha, França, Itália e Alemanha, assim como os representantes consulares e a magistratura.

Usaram da palavra os srs.: Prof. Dr. Pereira Salgado; Prof. Dr. Mendes Corrêa; Prof. Dr. Hernandez Pacheco, da Universidade de Madrid; Raymond Warnier, do Instituto Francês; e Dr. Edmundo Luís Pinto, delegado brasileiro.

*

* *

No dia 5 começaram os trabalhos das três secções do Congresso, assim repartidas:

1.ª secção — Pré-história; 2.ª secção — Proto-história e história até à Reconquista cristã; 3.ª secção — Antropologia pré- e proto-histórica.

Nelas foram apresentados os seguintes estudos:

«Menhir da Turrinheira», pelo sr. Dr. Fernandes Figueira; «Revisão dos problemas do paleolítico, mesolítico e asturiense», pelo sr. tenente Afonso do Paço; «Evolução do meio geográfico na pré-história de Portugal», pelo sr. Prof. Dr. Carrington da Costa; «Património visigótico da língua portuguesa», pelo sr. Dr. J. Piel; «As Cassitérides e o comércio do estanho», pelo sr. Dr. Cotelos Neiva; «Antigualhas lusitano-romanas», pela sr.ª Dr.ª Rosa Capéans; «A população de Portugal na época mesolítica», pelo

sr. Prof. H. V. Vallois; «Novos esqueletos humanos dos concheiros mesolíticos de Muge», pelo sr. Dr. Alfredo Ataíde; «Figurinhas de barro da Pedra de Ouro» e «Placas de barro de Vila Nova de S. Pedro», pelo sr. tenente Afonso do Paço; «Origens pré-históricas dos povos hispânicos», pelo sr. Prof. Hernandez Pacheco; «Contribuição para a pré-história geral» e «Novas estações líticas de Muge», pelo sr. Prof. Dr. Mendes Corrêa; «Os terraços do Minho e as suas relações com problemas da época glaciária», pelo sr. Dr. Hermann Lautensach; «Um método arqueológico», pelo sr. Dr. A. Grenier; «Algumas observações sobre as pinturas esquemáticas da Península Ibérica», pelo abade H. Breuil; «Arte rupestre», pelo sr. Dr. Santos Júnior; «O símbolo solar no N. W. da Península», pelo sr. Joaquim Lorenzo Fernandez; «Os problemas do asturiense espanhol», pelo Rev. José T. Menendez; «Inscrições rupestres serpentiformes de Lugo e a ofiolatria na Galiza e no Norte de Portugal», pelo sr. D. Fermin Bouza-Brey Trillo; «Tentame topográfico da arqueologia pré-romana e luso-romana do concelho de Guimarães», pelo sr. Dr. Luís de Pina; «A pedra votiva do Monte Eiró (Marco de Canavezes), e vestígios do culto ofiolátrico na Lusitânia», pelo sr. Dr. Bethencourt Ferreira; «Sobrevivências folclóricas dos monumentos em Portugal», pelo sr. Luís Chaves; «A romanização da Lusitânia», pelo sr. Prof. Dr. Vergílio Correia; «A população visigótica em Portugal», pelo sr. Prof. Dr. João Gualberto Barros e Cunha; «A necrópole e o esqueleto de S. Paio d'Antas (Espozende) e o problema dos vasos de largo bordo horizontal», pelos srs. Drs. Alfredo Ataíde e Carlos Teixeira; «Restos humanos pré-históricos do Monte de Pedregal», pela sr.ª Dr.ª Leopoldina Ferreira Paulo; «O menhir de Luzim», pelos srs. Rev. Monteiro de Aguiar e Dr. Santos Júnior; «Pedra com inscrições de carácter pré-histórico encontrada em Cedeira», pelo sr. Frederico Maciñeira Pardo Lama; «Os problemas do asturiense português», pelo sr. Abel Viana; «Sobrevi-

vências folclóricas e folclore dos monumentos pré-históricos em Portugal », pelo sr. Júlio Martinez Santa Olalla; « Rotas do Império português nos tempos pré-históricos », pelo sr. Jesus Carballo; « A cronologia das sepulturas antropomórficas cavadas em rocha », pelo sr. Dr. António Cruz; « Nova estação asturiense na Foz do Cávado (Gandara-Espozende) », pelo sr. Dr. Santos Júnior; « Contribuição para o estudo das origens do povo português », pelo sr. Jules Guiart; « O Castro de Lanhoso e o seu espólio », pelo sr. Dr. Carlos Teixeira.

*

* *

Durante o Congresso houve visitas várias como a Vila Nova de Gaia, tendo sido os congressistas recebidos na Câmara Municipal onde o sr. Presidente lhes deu as boas vindas, que agradeceu o sr. Dr. Júlio Dantas.

Depois, os congressistas dirigiram-se para o mosteiro da Serra do Pilar em cujos claustros foi servido um almoço oferecido pela Universidade do Pôrto. Terminado o almoço, os congressistas seguiram para o Monte do Murado, nos Carvalhos, em passeio ao santuário de Nossa Senhora da Saúde. À noite, no Palácio de Cristal, realizou-se um festival, de iniciativa da Municipalidade do Pôrto.

No dia 6, acompanhados pelo sr. Prof. Dr. Mendes Corrêa, os congressistas visitaram o Instituto de Antropologia e foram depois ao Palácio da Associação Comercial e a seguir à igreja de S. Francisco, Foz do Douro e igreja românica de Cedofeita.

*

* *

Na sala em que se realizaram as sessões da I secção, procedeu-se ao encerramento do Congresso, na tarde de 6, assumindo a presidência o Reitor sr. Prof. Dr. Pereira Salgado, ladeado pelos srs. Prof. Dr. Mendes Corrêa e Dr. Santos Júnior.

Usaram da palavra os srs. Prof. Dr. Pereira Salgado, Dr. Santos Júnior e Prof. Dr. Mendes Corrêa, com cujo discurso foi encerrado o I Congresso do Mundo Português.

DERMOPAPILOSCOPIA e TERATOLOGIA ⁽¹⁾

(NOVOS MATERIAIS)

POR

LUÍS DE PINA

Professor da Faculdade de Medicina, Director do Instituto de Criminologia
Pôrto

Num estudo recente publicado na revista de Paris *L'Anthropologie* ⁽²⁾, enfeizei uma série de 31 casos referentes à distribuição das cristas dermopapilares em dedos ou palmas anómalos de Portugueses do Norte, série essa que hoje amplio com 6 outros observados no Instituto de Criminologia do Pôrto e no Arquivo de Identificação (Secção do Pôrto), que tenho a honra de dirigir.

Não circunscrevi nesse trabalho, como neste não circunscrevo, as minhas considerações às referidas anomalias em si, assunto já suficientemente estudado por outros, cabendo-me ressaltar na galeria dos investigadores do nosso país o Prof. Dr. J. A. Pires de Lima, com seus múltiplos e variados trabalhos, a que já me referi com a amplidão que merecem.

Interessou-me então, como hoje, o quási bravio terreno que é, para o investigador, ao menos no nosso País, o campo da Dermopapiloscopia digital, palmar ou plantar; e muito mais bravio no que toca ao estudo das relações entre o arranjo ou geo-

(1) Comunicação à « Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia », em 9 de Janeiro de 1940.

(2) Luís de Pina, *Les anomalies de la main et la morphologie des crêtes papillaires*. « *L'Anthropologie* », 49.º, 1-2. Paris, 1939.

grafia cristal dermopapilar e as variadas anomalias ou monstruosidades. Encetei a cava sistemática em tal coirela e não dei de mão à alverca, tanto que aqui estou a apresentar, novamente, a seqüência da lavoira.



Fig. 2

Era natural pensar-se nas condições em que essa relação pode manifestar-se, considerando-se a extrema delicadeza dessa filigrana dos desenhos cristais dos dedos (da terceira falange, em particular) que, forçosamente, acompanha a anarquia que a natureza abre, por vezes, na complexidade morfológica do

corpo humano.

No referido estudo apresentei as necessárias conclusões, que passo a repetir:

I — Não há dedo sem figura papilar; noutros termos, a figura papilar é um elemento do dedo ⁽¹⁾.

II — Todo o apêndice da mão que é desprovido de figura papilar (arco, presilha, verticilo ou figura composta) não é um verdadeiro dedo.

III — Embora dois dedos se soldem, há uma figura papilar em cada um, se a fusão não atinge os correspondentes esqueletos.

IV — Cada figura pode ter um ou mais centros (presilha dupla ou tripla, verticilo e presilha, etc.); neste caso, não há relação entre o número dos centros e a anomalia.

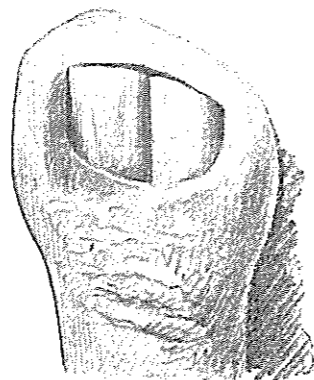


Fig. 3

(1) Entende-se que se trata de normalidade. São raríssimos os casos em que não existem cristas papilares, fora de processos patológicos. Vd. Luís de Pina: — *Dactiloscopia*, cap. 1, 2.^a parte, pág. 119, Lisboa, 1938.



Fig. 1 (tamanho natural)

Destaca-se, à direita do observador, a impressão da polpa do polegar

V.— Existem sempre as figuras papilares nas anomalias da mão; só faltam em casos de grandes distrofias morfológicas.

VI.— Só o Homem e os Primates superiores apresentam tais figuras.

VII.— Nos polegares bífidos há, por vezes, uma só figura completa ou incompleta. Neste último caso, cada peça proveniente



Fig. 4

da segmentação constitui uma só falange e um só elemento ósseo, com duas unhas.

VIII.— Se a bifurcação é completa, se cada um dos dois pequenos polegares apresenta duas falangetas, com esqueleto correspondente, ou se há esbôço de divisão da primeira falange, cada polpa mostra uma figura, geralmente de tipo diferente.

IX.— A ausência natural de unha acompanha-se da de figura papilar.

X — A existência de duas unhas em um dedo não corresponde sempre à de duas figuras papilares na polpa do mesmo dedo (cfr. conclusão VII).

XI — Em quasi todos os casos estudados as figuras são, apesar de tudo, mais ou menos imperfeitas ou grosseiras, quere dizer, são levemente teratológicas.



Fig. 5

Depois de ter apresentado estas conclusões, escrevi: — « o assunto merece bem a atenção dos embriólogos, porque a observação minuciosa das pequenas particularidades da pele poderá esclarecer a questão, já esboçada pela Dr.^a Bonnevie (1), da influência e da evolução dos nervos e dos vasos sanguíneos na formação destas figuras, tão importante em Antropologia ».

(1) Vd. Edmond Locard, *Traité de Criminalistique. Les empreintes et les traces dans l'enquête criminelle*. Lião, 1931, págs. 34-35.

Novamente ponho em relêvo estas palavras, para passar ao tema da comunicação, que será curta.

Entendo, todavia, informar que no meu já citado estudo propuz uma nomenclatura abreviada para designar as anomalias dos membros, particularmente da mão, nomenclatura essa que,



Fig. 6

pela sua simplicidade e clareza, evitaria utilizarem-se longas frases definidoras. Assim, por exemplo, esta:

Hipodactilia da mão esquerda, com existência de dois únicos dedos, pode, como proponho, reduzir-se a isto:

S. 2

S significa *sinistra* e 2, dois dedos.

Vejamos estoutra:

Hiperdactilia da mão direita, existência dum dedo supranumerário anexo ao bordo interno da mão: será muito mais curta a notação

D. 6 int.



Fig. 7

E semelhantemente para outras variações morfológicas.

Para o caso da notação na fórmula dactiloscópica, em casos de dedos anómalos, noutra lugar propuz ⁽¹⁾ que se utilizassem letras minúsculas designativas do dedo anormal. Assim, no caso de polidactilia (6 dedos em cada mão, inserção no bordo interno das mesmas) a fórmula seria, no caso do dedo supranumerário direito apresentar um verticilo e o esquerdo uma presilha interna (cabendo aos restantes 10 a fórmula V2221-E3333):

v V 2 2 2 1 - i E 3 3 3 3

(1) Luís de Pina, *Dactiloscopia, ob. cit.*

Outro caso: microdactilia do anular direito (fórmula total usual, por ex.: I 2 2 2 2 - E 3 3 3 3); para designar a anormalidade desse dedo, escrever-se-ia: I 2 2 i 2 - E 3 3 3 3. Quere dizer, substitue-se por letra minúscula o número designativo da figura (1=a, 2=i, 3=e, 4=v).

Pôsto isto, apresento os 6 casos a que me referi:

1.º caso — *Macroductilia do dedo polegar da mão esquerda (polegar gigante) ou Macd. S. I.*

A. P. da M., filho de M. P. da M. e F. A., natural de Cinfães. Nasceu em 13 de Junho de 1911.

(Obs. colhida no Arquivo de Identificação — Secção do Pôrto). Vid. fig. 1.

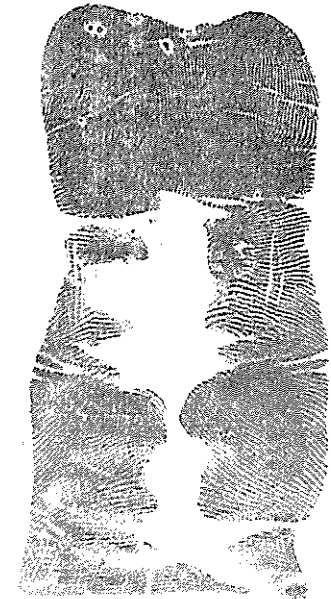


Fig. 8.

2.º caso — *Macroductilia do dedo polegar da mão direita, com bifidez da unha ou Macd. D. I., biung.*

J. M. da S., recluso da Cadeia Civil do Pôrto.

(Obs. colhida no Instituto de Criminologia do Pôrto). Vid. figs. 2 e 3.

3.º caso — *Polidactilia das duas mãos, seis dedos em cada ou D. 6. + S. 6.*

M. R., filho de F. R. e de O. da J. R., natural de Resende. Nascido em 4 de Abril de 1906.

(Obs. colhida no Arquivo de Identificação — Secção do Pôrto). Vid. figs. 4 e 5.

4.º caso — *Sindactilia dos médio e anular das duas mãos, ou D. III/IV + S. III/IV.*

P. R. M., recluso da Cadeia Civil do Pôrto.

(Obs. colhida no Instituto de Criminologia do Pôrto). Vid. figs. 6 e 7.



Fig. 9

5.º caso — *Sindactilia dos médio e anular da mão esquerda, ou S. III/IV.*

A. F. C., filho de J. F. C. e N. C. F., natural de Poiares, nascido em 25 de Agosto de 1923.

(Obs. colhida no Arquivo de Identificação — Secção do Pôrto).

Vid. figs. 8 e 9.

6.º caso — *Hipodactilia, existência de três dedos na mão direita, ou D. 3.*

A. M. F. da S., filho de A. F. da S. e E. F. A., natural de Vila Nova de Gaia, nascido em 5 de Março de 1923.

(Obs. colhida no Arquivo de Identificação — Secção do Pôrto). Vid. figs. 10, 11 e 12.

*

* *

Vejamos, agora, a respectiva disposição dermocristal de cada caso:

1.º caso — O giganteo desenvolvimento da região tenar e do polegar não impediu o aparecimento do desenho dermopapilar.

Apenas, o que é natural, se verifica o extraordinário desen-



Fig. 10

volvimento das cristas papilares, como se pode observar comparando-as com as dos outros dedos. Também existe figura

dermopapilar, *verticilo oblongo*. Este caso confirma as minhas conclusões I, V e XI.

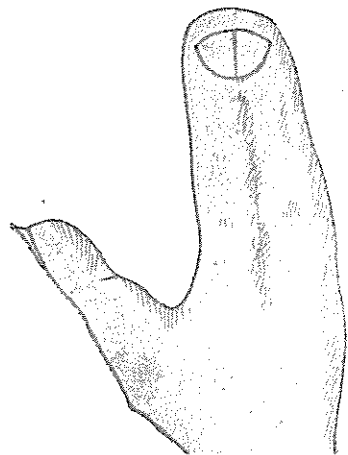


Fig. 11

2.º caso — Polegar desenvolvido, em espátula, com um só esqueleto bifalângico e unha dupla.

Existe uma só figura dermopapilar (presilha externa), de cristas um pouco mais desenvolvidas que ordinariamente. Confirmam-se as minhas conclusões I, V, X e XI.

3.º caso — Existe um dedo supranumerário em cada mão, no bordo externo, cada um com sua figura dermopapilar (direito: presilha *externa*; esquerdo: presilha

interna). Assim se confirmam as minhas conclusões I e V.

4.º caso — Os dedos anular e médio de cada mão estão ligados pela pele, havendo esqueleto distinto e normal em cada um. Cada polpa apresenta uma figura dermopapilar (anular direito = v, médio direito = v, anular esquerdo = i, médio esquerdo = v).

Confirmam-se as conclusões I, III e V.

5.º caso — Os dedos anular e médio da mão esquerda estão soldados, acentuando-se a soldagem na região pulpar, onde não existem vestígios de separação. Há dois esqueletos distintos e duas unhas, embora soldadas. Na parte correspondente a cada uma das



Fig. 12

polpas aparece uma figura. São de tipo diferente os desenhos dermopapilares de cada uma (anular = i, médio = v).

Confirmam-se as conclusões I, III e V.

6.º caso — O dedo polegar é perfeito. Os restantes dois, fundidos, possuem cada um seu esqueleto perfeito. Nas partes correspondentes às polpas, intimamente fundidos pelas suas partes moles, há uma figura para cada dedo (1.º dedo = e, 2.º dedo = v). Duas unhas. Assim se confirmam, também, as conclusões I, III e V.

*
* *

Já depois de apresentado este trabalho, recolhi outros casos de variações dos membros, que confirmam o que acabo de expor e que revelarei em ocasião oportuna.

Para rematar, direi que, do meu conhecimento, a primeira representação dermopapiloscópica (1) de uma anomalia dos membros deve-se ao Prof. Dr. J. A. Pires de Lima (2); a seguinte ao Prof. Dr. Alberto Saavedra (3). Em trabalho de 1932 estudei alguns casos de variação dos membros nos Portugueses, ilustrando o trabalho com a reprodução de algumas impressões dermopapilares (4) que relacionei com as respectivas anomalias.

(1) O vocábulo *dermopapilosopia*, que propuz no meu livro *Dactiloscopia* (ob. cit.) acha-se já registado no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (1940), trabalho doutíssimo da Comissão especial presidida pelo ilustre Prof. Dr. Rebêlo Gonçalves, da Universidade de Coimbra, e publicado pela Academia das Ciências de Lisboa. Nesse trabalho propuzera eu a divisão da *dermopapilosopia* em três espécies: *digital*, *palmar* e *plantar*, segundo se trata, como é óbvio, do estudo das cristas papilares dérmicas dos dedos, das palmas e das plantas.

(2) J. A. Pires de Lima, *Sobre alguns casos de sindactilia congénita*. «An. Scient. da Fac. de Med. do Pôrto», 1917-1918, 3-4, IV, Pôrto.

(3) Alberto Saavedra, *Um caso de polegar bifido*. «Portugal Médico», xv, n.º 1, 1931, Pôrto.

(4) Luís de Pina, *Quelques cas de variation des membres chez les Portugais*. «Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis», vol. VII, 1932, Coimbra.

Foi, porém, no citado estudo de 1939 que estudei sistematicamente a relação do arranjo topográfico das cristas papilares com as correspondentes anomalias ⁽¹⁾.

Justo é que recorde, neste lugar, um dos mais activos estudiosos desta matéria no estrangeiro, o Prof. Harold Cummins, da «Tulane University of Louisiana», Nova-Orleães, que, no seu trabalho fundamental de 1926 ⁽²⁾, expõe valiosos ensinamentos àcerca da configuração das cristas papilares e sua correspondência com as anomalias das mãos e dos pés.

Dum modo geral, os comentários que já publiquei a propósito do assunto concordam com os de Cummins, cujo citado trabalho só veio ter às minhas mãos, oferecido gentilmente pelo autor, depois de publicado o meu estudo na revista *L'Anthropologie*, já referido.

Nos Capítulos tratados por Cummins sublinho os seguintes títulos: *The configuration in syndactylism; the configurations in other developmental defects; the correlation of contours and configurations; the mechanism conditiotining ridge direction e philogeny of configurations.*

Este trabalho de Cummins é indispensável a todos os que pretendam estudar o problema de que acabei de apresentar alguns pontos.

⁽¹⁾ Luís de Pina, *Les anomalies de la main et la morphologie des crêtes papillaires*, ob. cit.

⁽²⁾ H. Cummins, *Epidermical configurations in developmental defects, with particular reference to the ontogenetic factors wich conditions ridge direction.* «American Journal of Anatomy», vol. XXXVIII, n.º 1, 1926.

DACTILOSCOPIA ANGOLANA

(NOVOS SUBSÍDIOS PARA O SEU ESTUDO)

POR

ALEXANDRE SARMENTO

Médico dos Serviços de Saúde de Angola
Da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Tendo como base 174 boletins dactiloscópicos colhidos para o meu estudo «Impressões digitais nos indígenas de Angola» e 18 boletins de bacangalas da região de Menongue e Cuando, elaborei o presente estudo, no qual apresento a distribuição das figuras papilares por mãos e por dedos.

São ao todo 192 boletins, referentes a 1:917 dedos, pois em três dos indivíduos observados havia a amputação de um dedo.

Sucessivamente, vou mostrar como se faz nos indígenas angolanos a distribuição dos arcos, verticilos e presilhas, procurando estabelecer se há diferenças com outras populações que sob o mesmo aspecto já tenham sido examinadas.

I

Comecemos pelos *arcos*.

Farei primeiro a distinção por sexos, visto que dos 192 boletins que tenho à minha frente 74 referem-se a indivíduos do sexo feminino. Depois englobarei em um único grupo homens e mulheres.

Mulheres

Mão direita 15 arcos
 Mão esquerda. 23 arcos

Por dedos: I-10 II-18 III-9 IV-1 V-0

Homens

Mão direita 36 arcos
 Mão esquerda. 39 arcos

Por dedos: I-26 II-28 III-14 IV-6 V-1

Total geral

Mão direita 51 arcos
 Mão esquerda. 62 arcos

Por dedos: I-36 II-46 III-23 IV-7 V-1

Em relação à distribuição dos arcos, podemos, pois, dos valores acima apresentados, tirar as seguintes conclusões:

1.^a — Os arcos são mais freqüentes na mão esquerda do que na direita, em ambos os sexos.

2.^a — O dedo que apresenta maior número de arcos é o 2.^o, seguindo-se-lhe, em ordem decrescente, o 1.^o, o 3.^o, o 4.^o e o 5.^o dedos.

Estas conclusões são aplicáveis aos dois sexos e harmonizam-se com as que se podem tirar da leitura de um trabalho do Prof. Luís de Pina sobre dactiloscopia de negros de Angola, Guiné e Moçambique, e de um estudo meu sobre o mesmo assunto. (Vd. Bibliografia — N.º 1 e 3).

O Prof. Luís de Pina obteve os seguintes valores em relação aos arcos:

Mão direita 57 arcos
 Mão esquerda. 84 arcos

Por dedos: I-42 II-44 III-33 IV-11 V-11

E eu, em quiôcos e nhembas da região de Menongue, estes:

Nhembas: — Mão direita 17 Mão esquerda 20
 Quiôcos: — Mão direita 29 Mão esquerda 30

II

Passemos agora aos *Verticilos* ou *Turbilhões*, seguindo a mesma ordem de apresentação adoptada para os arcos:

Mulheres

Mão direita 110
 Mão esquerda 106

Por dedos: I-71 II-40 III-29 IV-62 V-14

Homens

Mão direita 174
 Mão esquerda 145

Por dedos: I-113 II-65 III-64 IV-82 V-24

Total geral

Mão direita 284
 Mão esquerda 251

Por dedos: I-184 II-105 III-64 IV-144 V-38

Conclusões:— Os verticilos são mais frequentes na mão direita do que na esquerda, tanto nos homens, como nas mulheres.

Quanto à sua distribuição por dedos, temos, por ordem decrescente, em ambos os sexos: 1.º, 4.º, 2.º, 3.º e 5.º dedos.

Ainda aqui estas conclusões estão de acôrdo com as que se tiram dos dois trabalhos acima citados, do Prof. Luís de Pina e meu, pois os resultados obtidos foram estes:

(Prof. Luís de Pina):

Mão direita 376
Mão esquerda 351

Dedos: I-266 II-150 III-108 IV-157 V-49

(A. Sarmento):

Nhembas:— Mão direita 153 Mão esquerda 149
Quiôcos:— Mão direita 122 Mão esquerda 104

III

Vejam os a seguir o que se observa em relação às presilhas, começando pelas *Presilhas externas*:

Mulheres

Mão direita 240 presilhas externas
Mão esquerda 7 presilhas externas

Por dedos: I-29 II-48 III-58 IV-45 V-67

Homens

Mão direita 370 presilhas externas
Mão esquerda 13 presilhas externas

Por dedos: I-42 II-70 III-95 IV-72 V-104

Total geral

Mão direita 610 presilhas externas
Mão esquerda 20 presilhas externas

Por dedos: I-71 II-118 III-153 IV-117 V-171

Podemos, pois, concluir:— As presilhas externas são, em ambos os sexos, muito mais frequentes na mão direita. Quanto à sua distribuição por dedos, observa-se que, quer em homens, quer em mulheres, são mais frequentes no 5.º dedo, sendo o 1.º dedo aquêle onde são menos frequentes.

*

* *

Consideremos agora as *Presilhas internas*:

Mulheres

Mão direita 6 presilhas internas
Mão esquerda 230 presilhas internas

Por dedos: I-38 II-41 III-51 IV-39 V-67

Homens

Mão direita 13 presilhas internas
Mão esquerda 390 presilhas internas

Por dedos: I-54 II-73 III-92 IV-77 V-107

Total geral

Mão direita 19 presilhas internas
Mão esquerda 620 presilhas internas

Por dedos: I-92 II-114 III-143 IV-116 V-174

Concluindo:— As presilhas internas são, nos dois sexos muito mais frequentes na mão esquerda.

Por dedos, a sua distribuição em decrescente frequência observa-se nos seguintes dedos: 5.º, 3.º, 4.º, 2.º e 1.º (no sexo masculino), e 5.º, 3.º, 2.º, 4.º e 1.º (nas mulheres).

*

* *

Englobando na designação única de «presilhas» as duas variedades externa e interna, vemos que são mais frequentes na mão esquerda do que na direita, pois nos 192 boletins que têm sido objecto do presente estudo encontramos a seguinte distribuição:

| | |
|------------------------|---------------|
| Mão direita | 629 presilhas |
| Mão esquerda | 640 presilhas |

No já algumas vezes citado trabalho do Prof. Luis de Pina vemos a seguinte distribuição:

| | |
|------------------------|---------------|
| Mão direita | 939 presilhas |
| Mão esquerda | 940 presilhas |

E no meu estudo sobre a dactiloscopia de nhembas e quiôcos de Menongue encontrei estes valores:

| | | | |
|------------------------|-----|--------------|-----|
| Nhembas: — Mão direita | 395 | Mão esquerda | 396 |
| Quiôcos: — Mão direita | 384 | Mão esquerda | 401 |

Como se vê, sempre maior número de presilhas na mão esquerda.

IV

O número 3-4, t.º 49, de Julho de 1939, da revista *L'Anthropologie*, publica a análise bibliográfica do trabalho de H. Piebenga, intitulado: *Systematische und erbbiologische Untersuchungen über das Hautleistensystem der Friesen, Flamen und Wallonen*, onde este investigador apresenta, entre outras, as seguintes regras:

1.ª — Há mais arcos e presilhas radiais no 2.º dedo, e menos no 4.º e no 5.º. Para as presilhas cubitais o máximo verifica-se no 5.º dedo e para os verticilos no 4.º. Estas conclusões são aplicáveis a todas as populações examinadas até aqui.

2.ª — A mão esquerda apresenta uma proporção elevada de arcos e de presilhas cubitais comparativamente à direita, que apresenta mais verticilos e presilhas radiais. Estas conclusões são também aplicáveis a todos os povos.

Os resultados a que cheguei no presente trabalho mostram que as citadas conclusões de H. Piebenga são, de facto, applicáveis às populações angolanas, excepto no que diz respeito à distribuição, por dedos, dos verticilos e das presilhas externas.

Segundo Piebenga, o máximo dos verticilos corresponde ao 4.º dedo. Neste meu trabalho mostro que o exame de 192 boletins dactiloscópicos de angolanos revela maior frequência de verticilos no 1.º dedo, vindo o 4.º dedo em segundo lugar.

A condizer com estes meus resultados, estão os do Prof. Luis de Pina que nos seus negros encontrou também maior número de verticilos no 1.º dedo, seguindo-se-lhe depois o 4.º.

V

Sintetizando, para mais fácil consulta, os resultados deste estudo, podemos afirmar que nos indígenas de Angola (quiôcos, nhembas, quimbundos, lubas, luimbos) se observa o seguinte:

1.ª — Maior frequência de arcos e presilhas internas na mão esquerda, e de presilhas externas na mão direita.

Idêntico facto, segundo Piebenga, se observa em todos os outros povos.

2.ª — Maior número de presilhas na mão esquerda, comparativamente à direita.

3.^a — Maior número de arcos no 2.^o dedo, e menor no 4.^o e no 5.^o.

Idêntico facto, segundo Piebenga, se verifica também nos outros povos.

4.^a — Maior número de verticilos no 1.^o dedo.

Segundo Piebenga, é o 4.^o dedo aquêlê em que se verifica, em todos os povos, maior número de verticilos. Mas, pelos meus resultados, conjugados com os de Luís de Pina, vê-se que esta conclusão de H. Piebenga não pode ser aplicável às populações angolanas.

5.^a — Maior número de presilhas internas no 5.^o dedo, o que está de acôrdo com as conclusões de Piebenga.

6.^a — Maior número de presilhas externas no 5.^o dedo, o que contraria a conclusão de Piebenga que diz ser neste dedo que, em todos os povos, se observa menor número de presilhas externas.

Vila General Machado (Angola), Junho de 1940.

BIBLIOGRAFIA

- 1) — LUÍS DE PINA — *A distribuição das figuras papilares dos dedos nos Indígenas Negros das Colónias Portuguesas*. Pôrto, 1934.
- 2) — H. PIEBENGA — *Systematische und erbbiologische Untersuchungen über das Hautleisteuseptem der Friesen, Flamen und Wallonen*, (nota bibliográfica in «L'Anthropologie», n.º 3-4, Tómo 49. Julho de 1939).
- 3) — ALEXANDRE SARMENTO — *As figuras papilares digitais nos aborígenes de Angola*. Pôrto, 1940.

VÁRIA

Subsídios para o estudo do índice cefálico dos indígenas de Angola

Na oração proferida na sessão inaugural do primeiro Congresso de Antropologia Colonial, realizado na cidade do Pôrto em 1934, o eminente Professor Dr. Mendes Corrêa disse: «Tenho a declarar aqui que, em geral, falta mesmo à nossa investigação científica colonial o concurso valioso que lhe poderia ser dado, como noutros países, por pessoas não especializadas no assunto, funcionários, militares, professores, médicos, engenheiros, missionários, industriais, agricultores, comerciantes».

E assim é, realmente.

Do muito que ainda há por fazer no domínio dos estudos antropológicos, aqui, em Angola, muito menos poderia estar já por fazer se houvesse, de facto, o concurso das pessoas indicadas pelo Professor Mendes Corrêa.

É certo que algumas delas têm trazido a sua apreciável contribuição para o estudo da antropologia angolana, mas o ideal seria que êsse exemplo fôsse seguido por todos aquêles que pudessem trazer quaisquer elementos que servissem para completar, aperfeiçoar e ampliar os nossos conhecimentos sôbre a antropologia desta grande parcela do Império Português.

Prosseguindo na minha série de pequenos e despreziosos trabalhos sôbre a etno-antropologia de Angola mais não faço do que responder ao apêlo do ilustre director do Instituto de Antropologia da Universidade do Pôrto, de que acima falei, e com isso apenas procuro trazer à nossa investigação antropológica colonial aquêlê pequeno e desvalioso concurso que lhe pode dar um médico não especializado no assunto, mas que a essa ciência dedica, com bastante interêsse, algumas das suas poucas horas vagas.

*

Sôbre o valor do índice cefálico muito se tem escrito, tendo havido autores que lhe deram importância excepcional e outros, pelo contrário, que lhe recusaram qualquer significado como carácter racial.

No seu livro *Raízes de Portugal*, o Professor Mendes Corrêa, ao assinalar essa divergência de critérios, disse: «Assim encarado, o índice cefálico, não no indivíduo isolado mas em grupo de população, tem evidente valor antropológico. É uma constante étnica, indubitavelmente interessante».

Apoiado em tão autorizada opinião creio, pois, que não é destituído de interesse o estudo dêsse importante índice antropométrico, que é o índice cefálico, e isso me levou a determinar o seu valor em vários grupos étnicos de Angola.

O presente trabalho encerra os resultados das minhas observações, tôdas realizadas na área da Circunscrição Administrativa de Menongue, distrito e província do Bié, e dizem respeito aos seguintes grupos étnicos: quiôcos, nhembas, bacangalas e luchazes.

Nos meus livros de apontamentos encontro também algumas observações referentes a Ambuelas e Luenas, mas são em número bastante diminuto para que me possam, desde já, servir de base para qualquer trabalho.

Feitas estas considerações, entro agora pròpriamente na matéria do presente estudo.

I — QUIÔCOS

Foram observados 76 indivíduos, todos adultos e do sexo masculino.

Embora não originários da região de Menongue, os quiôcos encontram-se bastante espalhados e fixados por tôda a área dessa Circunscrição Administrativa.

Dos 76 quiôcos examinados, 65 eram naturais da Circunscrição de Menongue (Postos Administrativos da Sede, Cuchi, Longa e Cuito), 8 de Postos limítrofes (Catota e Alto Cuito), e 3 da região do Cassai.

O valor médio do índice cefálico por mim determinado nos quiôcos foi de 74,5.

Eis alguns dados referentes às minhas observações:

| | |
|--------------------------------|------|
| Valor médio | 74,5 |
| Valor máximo | 80,5 |
| Valor mínimo | 67,1 |
| Máximo de frequência | 74,3 |

Agrupando agora os índices obtidos, segundo a classificação de R. Martin, obtemos o seguinte quadro:

| | | |
|------------------------------------|--------------------|--------|
| Dolicocéfalos (até 75,9) | 56 casos | 73,7 ‰ |
| Mesocéfalos (76 a 80,9) | 20 casos | 26,3 ‰ |

Há, portanto, uma grande maioria de dolicocéfalos, não tendo eu observado nenhum caso de braquicefalia. O valor mais alto por mim obtido foi de 80,5 (um único caso), valor que ainda está dentro da mesocefalia.

Nos quiôcos mensurados pelo falecido antropólogo Fonseca Cardoso, e cujos valores e resultados foram calculados e apresentados pelo Prof. Dr. Mendes Corrêa, o valor médio do índice cefálico foi de 77,1.

Há, pois, uma certa discordância entre esta média e a minha — o que talvez se possa explicar por se tratar de quiôcos de regiões diferentes e, por consequência, poderemos admitir a intervenção de cruzamentos com outros grupos étnicos.

II — NHEMBAS

Entre os grupos étnicos autóctones da região de Menongue contam-se os Nhembas ou Banhembas, que pertencem ao grande ramo ganguela.

Observei 59 nhembas, todos adultos e masculinos e todos também naturais da região de Menongue.

Resultados obtidos:

| | |
|--------------------------------|----------------|
| Valor médio | 73,5 |
| Valor máximo | 78,4 |
| Valor mínimo | 67,1 |
| Máximo de frequência | 71,0—72,9—74,0 |

Fazendo agora a distribuição dos índices obtidos, temos:

| | | |
|------------------------------------|--------------------|--------|
| Dolicocéfalos (até 75,9) | 48 casos | 81,3 ‰ |
| Mesocéfalos (76 a 80,9) | 11 casos | 18,6 ‰ |

Do exame dêste quadro claramente se vê que entre os banhembas predominam, em grande escala, os dolicocéfalos.

Não conheço qualquer trabalho sobre o índice cefálico dêste grupo étnico angolano, um dos mais importantes da região das Ganguelas.

III — BACANGALAS

Os bacangalas por mim estudados foram duas comitivas de carregadores que do Cuando haviam ido a Vila Serpa Pinto (Menongue).

Os indígenas componentes da primeira dessas duas comitivas

serviram-me para elaborar o meu trabalho *Notas sobre a Antropologia dos Bacangalas*, onde estabeleci o valor de 73,7 para o seu índice cefálico.

Com as mensurações levadas a efeito nos bacangalas da segunda comitiva modificou-se ligeiramente a média do índice cefálico, que de 73,7 passou para 73,9.

Os bacangalas estudados, em número de 30, eram naturais das margens dos rios Quembo, Cuando, Cuanavale, Cõa e Cubangui.

Estabelecendo para este grupo os mesmos quadros que para os anteriormente estudados, obtemos o seguinte:

| | |
|------------------------------------|-----------------------------|
| Valor médio | 73,9 |
| Valor máximo | 79,5 |
| Valor mínimo | 70,2 |
| Máximo de frequência | 73,5 |
| Dolicocéfalos (até 75,9) | 25 casos 83,3 0/0 |
| Mesocéfalos (76 a 80,9) | 5 casos 16,6 0/0 |

Assim vemos que entre os bacangalas existe uma nítida percentagem de dolicocéfalos.

Não tenho conhecimento de qualquer trabalho, a não ser o meu há pouco citado, onde seja estudado este grupo étnico de Angola.

IV — LUCHAZES

Observei 26 luchazes, todos adultos e do sexo masculino. Dêstes 26 indivíduos, 3 eram naturais da região do Lungue-Bungo e os restantes 23 da área da Circunscrição de Menongue (Postos da Sede, Cuito e Longa).

Eis os valores que obtive:

| | |
|------------------------------------|-----------------------------|
| Valor médio | 73,0 |
| Valor máximo | 78,8 |
| Valor mínimo | 69,3 |
| Máximo de frequência | 73,0 |
| Dolicocéfalos (até 75,9) | 23 casos 88,4 0/0 |
| Mesocéfalos (76 a 80,9) | 3 casos 11,5 0/0 |

São, pois, dolicocéfalos, em grande maioria, os luchazes observados.

Nos luchazes que foram estudados por Fonseca Cardoso e Prof. Mendes Corrêa o valor médio do índice cefálico foi de 75,1.

V — CONCLUSÕES

Incidiu o presente trabalho sobre 191 indígenas de Angola, pertencentes a quatro grupos étnicos diversos, e teve por fim estabelecer o valor médio do índice cefálico nesses indivíduos.

Pelo exame do que nestas páginas ficou escrito, conclui-se que o tipo médio dos grupos étnicos estudados é dolicocéfalo, cabendo aos Luchazes a maior dolicocefalia (73,0) e aos Quiôcos a menor (74,5).

Entre estes dois grupos étnicos situam-se os Bacangalas com 73,9 e os Nhembas com 73,5.

A discordância entre alguns dos meus valores e os obtidos por ilustres investigadores pode-se talvez explicar pelo facto de os indivíduos estudados, apesar de pertencerem ao mesmo grupo étnico, estarem estabelecidos em regiões diferentes e ter havido, por consequência, cruzamentos com outros grupos.

A meu ver, torna-se mesmo quasi impossível, hoje em dia, estabelecer uma pureza absoluta para qualquer destes grupos étnicos — sejam quiôcos, nhembas, luchazes, bacangalas — pois as ligações entre esses indígenas fazem-se livremente, havendo, portanto, uma grande mistura entre eles, sendo vulgaríssimo encontrar filhos de quiôcos e luchazes, de luchazes e nhembas, etc.

Angola, Setembro de 1939.

ALEXANDRE SARMENTO

Médico dos Serviços de Saúde de Angola
Sócio da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Folclore avariado (1)

Foi há anos, por ocasião duma jornada arqueológica pela serra nortenha do Alvão. Anoitecera havia muito. Aguardávamos numa aldeia serrana, junto da estrada de Fafe a Vila Pouca, a chegada dum carro que, desta última localidade, nos viria buscar. Entretanto, íamos utilizando esses momentos de espera na colheita de algumas notas etnográficas, fornecidas pelo interrogatório de bons montanheses que se haviam aproximado de nós com benevolência. Era num humilde redil, anteriormente taberna, com as

(1) Publicado em *O Século*, de 9 de Março de 1940.

ovelhas recolhidas por detrás do antigo balcão, à luz bruxoleante duma candeia, que nós fomos escrevendo.

Uma moçoila simpática e robusta, desfeito o acanhamento das primeiras respostas, desembaraçadamente nos ditava um sem número de quadras populares, de admirável sabor tradicional. De repente, entoa uma canção imprevista, discordante das anteriores, nem mais nem menos as coplas duma revista teatral, exibida no Rio de Janeiro. Não era só a grosseira obscenidade que a tornava diferente, estranha, naquele conjunto duma adorável simplicidade aldeã. Também são lamentavelmente obscenas muitas canções populares da nossa terra, sobretudo nalgumas regiões em que o povo é menos religioso. Tudo, naquelas coplas, destoava, porém, do nosso folclore autêntico.

Não foi difícil determinar a patogenia daquele malefício. Um «brasileiro» da localidade fôra o veículo do mal e o difundira na pequena aldeia, introduzindo no cancionero local esse elemento exótico, aberrante, impuro.

É a gênese de muitos casos análogos, que todos os etnógrafos e folcloristas podem testemunhar. Torna-se mesmo, às vezes, difícil distinguir entre o pecúlio genuíno, puro, verdadeiramente folclórico, e as aluviões destruidoras, perturbantes, dissolventes.

É mesmo difícil distinguir entre o folclore real, de origem popular, e o pseudo-folclore, inventado por pessoas cultas que, aliás, lhe imprimem semelhanças mais ou menos profundas com aquêlé.

Quantas poesias de autores consagrados não têm passado como poesias populares?! Num concurso de quadras populares realizado no Brasil, o primeiro prêmio foi concedido a uma que mais tarde veio a averiguar-se ser, nem mais nem menos, da autoria dum dos mais ilustres escritores brasileiros contemporâneos. Infelizmente abundam as estilizações e desfigurações cultas de manifestações folclóricas que não há o direito de deformar, de desvirtuar!

*

O folclore está na moda. Porém, mais nominalmente do que na realidade. Há uma verdadeira «mania folclórica» que atinge não os idôneos cultores da especialidade mas simples curiosos, dum diletantismo perigoso e sem conhecimentos seguros da matéria, ou até pessoas que não sabem sequer, ao certo, o que é folclore...

Há domínios de investigação e estudo que estão mais sujeitos do que outros às incursões ousadas do primeiro que se lembra

disso, embora desprovido de elementar preparação para tal. É o caso do folclore e da etnografia, como é o da arqueologia, da sociologia, ou da... política. Ninguém se ocupa de cálculo infinitesimal sem preparação matemática. Ninguém se abalança à investigação física ou química, sem saber física ou química. Mas o folclore é como a política. Qualquer pessoa se julga autorizada a investigações folclóricas ou detentora da solução exacta dos mais transcendentes problemas políticos.

E, no entanto, o folclore tem um domínio determinado como os de outros ramos de saber, tem métodos rigorosos e sérios de estudo. Não abrange, como muitos supõem, todos os factos da vida popular, mas apenas o que, na vida do povo, é de criação própria, espontânea, anónima, constituindo um riquíssimo pecúlio tradicional, independente das sugestões cultas, distinto da religião organizada, do direito escrito, da literatura propriamente dita. Não é decerto imóvel, anquilosado; é vivo, susceptível de evolução, de renovações, de variantes, de transformações. Mas, em todo o caso, é sempre autónomo em relação à cultura erudita, ao urbanismo, à civilização.

E, embora se admita que cada facto folclórico teve início na mentalidade *individual*, a verdade é que a narrativa, o costume, a tradição, se propagou aos membros do grupo que o assimilaram ou modificaram, o transmitiram a outros grupos e a outras gerações, esquecendo para sempre o nome do autor e convertendo em obra *colectiva* toda a manifestação folclórica.

Contos, lendas, jogos, superstições, remédios, provérbios, canções, danças, ritos e cerimónias, adivinhas, concepções do mundo, das coisas e dos seres, vestuários, ornatos; presságios, crenças, etc., constituem os temas vastos e variados do folclore. Mas só quando de origem anónima, quando populares e tradicionais.

*

A civilização vai desfigurando e aniquilando, dia a dia, o que resta dêsse precioso e imenso filão de pesquisas, tão interessantes para a definição psicológica dum povo. É, portanto, de toda a conveniência procurar arquivar com brevidade essas tradições e costumes, sujeitos a desaparecerem.

Mas não se chame folclore à música de revista ou de opereta, não se chamem «cortejos folclóricos» ou «festivais folclóricos» a mascaradas burlescas de fantasia e arbitrio que nada têm de folclóricas ou em que, pelo menos, se não respeita, com o devido rigor, o que é verdadeira, genuinamente, popular e tradicional.

Há, felizmente, no nosso País, muitas pessoas competentes, especializadas nestes assuntos. Não falta, portanto, quem possa organizar satisfatoriamente pesquisas ou reconstituições dessa ordem. Não falta quem possa orientar e aconselhar as pessoas bem intencionadas e escrupulosas que alimentem o desejo de pôr em marcha iniciativas dessa natureza. Mas condenem-se, sem piedade, tôdas as deturpações, tôdas as falsificações do folclore, as quais representam não só uma lamentável inconsciência, mesmo improbidade, pela falta de objectividade científica, mas também verdadeiros atentados ou sacrilégios contra a pureza e autenticidade dum dos maiores tesouros dum povo: as suas tradições ingénuas e singelas.

MENDES CORRÊA.

—

Le culte du feu à la Péninsule Ibérique
 — Les fêtes solstitiales — Les Pâques — Le Noël
 — Les rites du feu et le folclore peninsulaire

Le foyer a été, de tout temps, un lieu de vénération, tant soit pour les primitifs, que pour les peuples qui sont parvenus à un certain degré de civilisation. Le feu a été toujours l'objet d'un culte d'une très noble austérité, pour les peuples de différents âges et de races très diverses. C'est ce que l'on aperçoit en comparant les rites et les fêtes instituées à l'égard du feu, dans les temps anciens, aussi bien qu'à l'époque présente, chez les peuplades sauvages, ou à demi-civilisées. Ce culte, ce rituel du feu consacré se manifeste, encore aujourd'hui, par des cérémonies parfois bien simples; d'autres fois, par des rites compliqués et bizarres, et des fêtes votives très bruyantes, qui ont, selon les différences ethniques, un caractère très original. Il y a sur ce motif la danse du feu, à la fête de S. Constantin, en Bulgarie, ce qui est un rite populaire, qui consiste à traverser, les pieds nus, sur des braises mal éteintes, tout en ayant le soin de fouler d'abord du sel marin. A cette coutume régionale s'associent encore d'autres actes d'intention religieuse, comme le passage des icônes, les processions, etc.

On observe aussi le rituel du feu en Orient, comme à l'Occident, surtout chez les gens qui habitent aux bords de la Méditerranée et près de l'Atlantique, en particulier, à la Péninsule Ibérique, où les célébrations du feu aux fêtes annuelles du Solstice prennent une exaltation caractéristique et païenne, même parmi les habitants qui se groupent autour des églises chrétiennes. Il semble,

d'après Zaborowski, que les anciens avaient comme base de leur religion le foyer. Pour les grecs et pour les romains, le feu ne se bornait simplement à satisfaire le besoin de se chauffer ou de cuire les aliments, mais plutôt il faisait partie des éléments ou des principes de toute religion. Parfois l'autel se convertissait en pyre flamboyante, dans les sacrifices dont parlent les historiens. Pendant l'âge héroïque, le foyer représentait la famille.

La religion chrétienne a pris aussi cette vénération du feu parmi ses pratiques et nous voyons encore de nos jours très répandues les cérémonies et les fêtes, où le feu prend une place importante. Ce n'est pas simplement par un désir ingénu de divertissement que plusieurs populations, par exemple, à la Péninsule pyrénéenne, allument les feux de la S. Jean, au milieu du mois de Juin et pratiquent les ablutions rituelles avec de l'eau froide, à l'aube de ce jour (*orvalhadas*), encore en usage dans les provinces du N. du Portugal (Minho et Douro).

Ces pratiques alacres se complètent, à la fin de la journée, comme la veille, par des feux d'artifice, qui sont, à ce qu'il semble, d'un usage très ancien. Cette conjugaison des éléments si disparés, — le feu et l'eau —, ne se mêle pas par hasard à la fête rituelle du Solstice d'été, mais c'est probablement la réviviscence d'anciens actes de magie, tout en considérant ces révélations des forces naturelles, comme des agents qu'il faut appeler en aide aux productives activités agricoles.

*

Le *folklore* ibérique est riche de ces manifestations jubilaires et rituelles, qui constituent, à bien des endroits, la grande célébration solstitiale d'été. Plusieurs légendes et superstitions populaires sont connues, surtout dans le N. de la Péninsule hispanique, en particulier au Portugal, où il y a notamment des réminiscences de l'ancien culte du feu. En général, le foyer est vénéré par les paysans, à différentes époques de l'année et en des situations, ou au moment de fêtes spéciales. C'est ce qui se vérifie le Noël. La soirée du réveillon, on allume un bon feu dans un large foyer, autour duquel toute la famille se réunit, même les membres qui acourent parfois de très loin (La fête de la famille — institution religieuse et sociale).

Un gros tronc de châtaignier brûle à la cheminée et, près de son feu entretenu avec soin, se passe la grande soirée, à peine interrompue par la Messe de Minuit. La coutume d'illuminer, la veille de Noël, l'arbre de pin, devenue traditionnelle depuis le Nord de l'Europe, a été modernement introduite chez nous; mais elle

se rapporte encore au rites du feu, quoique elle semble avoir trait à plaire surtout aux enfants et aux jeunes gens.

Le Solstice d'été correspond, pour les peuples méridionaux, à la fête de Jean le Précurseur (St. Jean Baptiste), la quelle est fixée dans le calendrier, le 24 Juin. Cette date se rapproche du commencement des cérémonies musulmaines, qui sont tenues au mois de Juillet. Certains rites connus du Moyen-Age, à l'Europe centrale et occidentale, se rattachent de loin à ces coutumes barbares.

Les feux que l'on allume en Alsace et à la Lorraine, ainsi que dans le cours du Rhin ⁽¹⁾ sont des remembrances d'une religion primitive, ayant aussi rapport avec les fêtes solstiales de l'été. En d'autres régions de la France et encore en d'autres pays européens, le peuple conserve les restes de ce culte traditionnel. Pour quelques auteurs, ces habitudes seraient tenues des envahisseurs romains. Nous supposons qu'elles ont une origine plus ancienne.

*

Chez les peuples actuels, quoique représentant des degrés supérieurs ou inférieurs de civilisation, les formes de vénération du feu, d'une simplicité austère, se trouvent à plusieurs centres, où persistent les croyances lointaines et les pratiques de magie, ainsi que des superstitions invétérées à l'égard de tout foyer allumé.

On note, par exemple, les cérémonies et les feux de joie chez les populations de l'Atlas, selon Laoust ⁽²⁾. Ce rite n'est pas exclusivement islamite, car il se rencontre aussi à des fêtes israelites; mais, en tout cas, sa signification est douteuse.

*

Jean, le prêcheur du désert (*Vox clamantis in deserto*), fut celui qui institua la pratique de l'aspersion symbolique, a-fin-de purifier les gens. Il se servait des eaux de la rivière Jourdan. Il initia de cette façon le sacrement du baptême, et c'est pour cela qu'on l'a appelé — *le Baptiste* —. Ce sujet très suggestif se trouve admirablement traité par les peintres anciens et la religion du Christ l'a pris en honneur, comme le premier sacrement.

«Il adviendra un Autre, disait S. Jean, qui vous baptisera dans le Saint Esprit et dans le feu».

(1) A. Glory, *Les Feux de la Saint-Jean*, in «La Nature», Juin, 1935.

(2) Cf. F. Benoit, *Le rite de l'eau dans la fête du solstice*, in «Rev. Anthropologique», 1-3, 1935.

Comme on sait, à l'occasion solennelle du baptême, les cierges sont allumés près de la coupe sacrée et aux mains des personnages qui figurent à cette cérémonie.

Un autre aspect de l'adaptation chrétienne de ce symbolisme du feu réside dans la bénédiction du *cierge pascal*, dans le Samedi Saint (*Alleluia*), et aussi de la flamme ⁽¹⁾. C'est un usage très commun chez les chrétiens en Portugal faire allumer ce cierge, ou quelqu'autre bougie de cire apportée de l'Eglise, quand la tempête est imminente et les tonnerres se répercutent dans l'espace.

Les populations du NW. de la Peninsule ibérique répètent toutes les années les feux de joie — (*Lumes de San Johan, lumeiradas*, en Galice; — *fogueiras* — en Portugal; Hoyos Sainz, *Festas populares de España*, «Act. Congr. Intern. d'Anthropol.», Pôrto, 1930).

*

Il y a plusieurs poèmes et des hymnes, ainsi que des chants populaires, à propos du feu. L'on peut rapeller à ce sujet les Hymnes de *Rig Veda* ⁽²⁾ et les vers et chansons, qui se rapportent à cet élément, dans la Provence et en Galice (Galiza).

La vénération du feu se dénonce encore à certaines croyances superstitieuses, qui ne sont que des formes frustes de ce culte très ancien: par exemple, l'acte de cracher sur le foyer ou près de lui est considéré, tant en Portugal, comme en Galice, comme un grave péché.

Les gens du peuple croient encore que le feu possède une *ame*, et dans tous les foyers chrétiens, à ces doux pays peninsulaires, l'on voit assiduellement les marques de respect envers le foyer et la flamme qui l'alimente et l'illumine ⁽³⁾.

(1) La mort de Jésus-Christ c'est pour les croyants l'extinction du feu vivant. Pendant la Ressurrection, qu'on célèbre le Dimanche de Pâques, le Christ prend une nouvelle forme de Vie et se présente comme le *Feu Sacré* de la Nouvelle Foi. L'Eglise adore et considère symboliquement ce *Nouveau Feu*, avec un haut sentiment mystique et une belle signification morale de régénération commune. La *bénédiction du feu* étant faite, l'on allume le chandelier à trois branches, qui symbolise la SS. Trinité, et le diacre prononce alors l'invocation «Lumière du Christ», en mémoire de la *Nouvelle Lumière* qu'il répand dans les âmes.

(2) Zaborowski, *Le Culte du foyer chez les Slaves contemporains*, in «Bull. Mem. Soc. d'Anthropologie de Paris», 1900.

— V. Risco, *Notas en col do culto do lume na Galiza*, in «Homenagem a Martins Sarmiento», publié à Pôrto, 1933.

(3) Dans les villes du Portugal et en province, on a l'habitude de faire suivre l'allumage des lumières, vers le soir, par des phrases bénévoles: — *Dieu soit béni; bonne nuit; sainte nuit* —, ou par quelque formule équivalente, qui se ratache, à coup sûr, aux rites cultuels du feu.

Pour ce qui se rapporte, de près ou de loin, au feu rituel ou symbolique, il vient à propos de noter les flammes qui se rallument près des morts, aux tombeaux, aux mausolées, ainsi que la figuration de la flamme sacrée dans les monuments mortuaires, sur des urnes, près des images ou de la croix, symbole chrétien par excellence. C'est encore une modalité de culte et de symbolisme, où le feu ou la représentation de la flamme occupe encore une place si évidente, qu'on ne peut se passer d'y faire une attention spéciale, avec une certaine émotion.

J. BETHENCOURT FERREIRA.

Prof. à l'Université de Porto

As doze verdades

As linhas que seguem, constituem uma publicação póstuma do abade Sousa Maia. Inserindo-as, prestamos homenagem ao nosso consócio, recentemente falecido, que tanto e tão proveitoso interesse manifestou pela arqueologia e pela etnografia. Enviando-nos esta nota, o saúdoso investigador recordava o estudo publicado no fasc. I do tomo VIII dos "Trabalhos", pelo dr. F. Bouza-Brey:

Na freguesia de S. Pedro de Canidêlo, concelho de Vila-de-Conde, nasceu, viveu e morreu, de 78 anos de idade, em 4 de Fevereiro de 1930, Genoveva Rosa de Jesus, viúva de Romualdo da Costa Ramos, a qual era pessoa crente e costumava visitar os agonisantes para ajudá-los a morrer, recitando-lhes junto à cabeceira, na presença dos que rodeavam o moribundo, as doze seguintes verdades:

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá a primeira?!

—A primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as duas?!

—As duas são as duas tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés, e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as três?!

—As três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as quatro?!

—As quatro são os quatro Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as cinco?!

—As cinco são as cinco chagas, as quatro são os Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as seis?!

—As seis são os seis círios bentos, as cinco são as cinco chagas, as quatro são os Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as sete?!

—As sete são os sete sacramentos, as seis são os seis círios bentos, as cinco são as cinco chagas, as quatro são os Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as oito?!

—As oito são as bem-aventuranças, as sete são os sete sacramentos, as seis são os seis círios bentos, as cinco são as cinco chagas, as quatro são os Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as nove?!

—As nove são os nove meses que Nossa Senhora trouxe o seu filho no ventre, as oito são as bem-aventuranças, as sete são os sete sacramentos, as seis são os seis círios bentos, as cinco são as cinco chagas, as quatro são os Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés

onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as dez?!

—As dez são os dez mandamentos, as nove são os nove meses que Nossa Senhora trouxe o seu filho no ventre, as oito são as bem-aventuranças, as sete são os sete sacramentos, as seis são os seis círios bentos, as cinco são as cinco chagas, as quatro são os quatro Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as onze?!

—As onze são as onze virgens, as dez são os dez mandamentos, as nove são os nove meses que Nossa Senhora trouxe o seu filho no ventre, as oito são as bem-aventuranças, as sete são os sete sacramentos, as seis são os seis círios bentos, as cinco são as cinco chagas, as quatro são os quatro Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as doze?!

—As doze são os doze apóstolos, as onze são as onze virgens, as dez são os dez mandamentos, as nove são os nove meses que Nossa Senhora trouxe o seu filho no ventre, as oito são as bem-aventuranças, as sete são os sete sacramentos, as seis são os seis círios bentos, as cinco são as cinco chagas, as quatro são os quatro Evangelistas, as três são as três pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Treze raios tem o sol, treze raios tem a lua — « arrenego-te » daqui demónio que esta alma é de Deus, não é tua.

A. SOUSA MAIA.

Pescadores do Alto — Os « Valboeiros »

Entre os núcleos piscatórios que no século passado povoavam a costa-norte, àquem Douro, distinguiam-se e caracterizavam-se os *Valboeiros*, *Póveiros*, *Vianezes* e *Gontinheiros*. Eram os pescadores do Alto, os *lanchões*, que iam lançar as suas rêdes junto ao *Profundo*, passando as noites no mar. Pesca árdua e arriscadíssima, o lanchão era tido, entre os seus companheiros de outras pescas, como símbolo da ousadia e bravura, perfeito conhecedor da costa, dos mares e dos fundos — desde o mar da *Cartola*, ao sul, cujo enfiamento de referência é *Baltar* à ponta da *Serra do Monte* (sul de Aveiro) ao *Mar sueste dos galegos*, ao norte, cujo extremo é o enfiamento do *Cóto* (pequeno monte na costa espanhola) a Santa Técla.

Tôdas as mantas de pedra e os *limpos*, que servem de planalto ao *Profundo*, quebrada tão funda que engole as caças quando a corrente da água é forte e para ali as arrasta, foram pelos pescadores-lanchões demarcadas nas suas extensões, larguras e fundos.

É grande a afinidade entre estes quatro núcleos de pescadores.

Se o *póveiro* se podia considerar o orientador, decerto por ser o mais numeroso destes grupos, saindo dos seus estaleiros e dos seus serões grande parte das embarcações e aparelhos para os outros núcleos, como de resto sucedia, quanto a barcas, para a costa galega, desde La Guardia, na fronteira, a *Vigo*, *Valboeiros*, *Gontinheiros* e *Vianezes* eram dignos émulos do *póveiro*, com êste compartilhando de todos os riscos duma pesca do alto, bem temerosa para as frágeis embarcações que tripulavam. E quando a tempestade os surpreendia no seu labor, as suas lanchas, salpicando o mar revoltado com a brancura das suas velas, confundiam-se no mesmo ardor de luta, elevando ao cume a lendária valentia destes pescadores incomparáveis, verdadeiros lóbos marinhos da nossa costa.

Eram, então (meados do século passado), numerosíssimas as lanchas da pescada, abastecedoras das cidades e vilas nortenhas. Embarcações de *bóca aberta* de 43 a 48 palmos de quilha (as *valboeiras* tinham 52 a 55 palmos), cada uma tripulada de 30 a 35 homens, a frota da pescaria do alto achava-se assim distribuída: *Valboeiros* (Valbom, Campanhã e S. João da Foz), 30; *Póveiros*, 52; *Vianezes*, 14; *Gontinheiros* (Gontinhais, Ancora), 12; podendo bem comportar-se em 3:500 os seus pescadores-tripulantes.

Bem diferente de hoje era, então, a função piscatória. Nada

de armadilhas, câncos ou arrastos. A *volante* (malha de 6×6) para a pescada, o goraz, a viúva, o cação, a melga, o ruivo — o chamado peixe do alto —; a *rasca* (malha de 8×8) para a raia, rodobalho, eroga, lagosta e carangueijos; a *sardinheira* (malha de 2×2) para a sardinha, chicharro e cavala; a *linha* para a faneca, o congro, o cherne, o capatão, o mélo. Nada de *vapores-traineiras* nem *vapores-parelhas*, com beliches para repousar e guinchos para o colhêr das rêdes. Era a *lança*, o *batêl*, a *catraia*, o *caico*, o *larote*, com a *polé*, à proa para se alar, a pulso, a caça ou a *poita*, em arrancadas por vezes violentas e extenuantes quando a corrente da água, em acôrdo com a ventania, se comprazia em experimentar as energias dêstes bravos pescadores.

Pesca leal, de rêde aberta — cortiça ao cimo, chumbo ou pedra ao fundo — não havia, na pesca da pescada, a *menina* ou *marmota*, nem, na pesca da sardinha, a *petinga*. Era tudo peixe de *maior idade*, sem grandes estragos nos repovoamentos das espécies.

Os armadores das *artes-novas* chamaram-lhes, depois, desdenhosamente, *rêdes de S. Pedro*, que o mesmo era dizer, rêdes primitivas, rotineiras. Seriam! Mas não se viam os milhões de indivíduos das diferentes espécies, como hoje se vêem, a servir de adubos às terras ou lançados mortos ao mar por inaproveitáveis, inutilizados pelo criminoso processo da pesca da maioria das *artes-novas*.

Era uma vida intensa de pesca, eivada de perigos que obrigando o *lanchão* a lutas heróicas, fizeram-lhe criar lendas, superstições e fortes crenças pela necessidade de se ver amparado nos momentos aflitivos.

Batido pelos novos processos de pesca, principalmente pelos vapores-parelhas ou arrastões, o *lanchão*, tipo de pescador inconfundível na nossa costa, vai rareando e com êle as melhores tradições da beira-mar nortenha.

*

Na recolha que procuro fazer das tradições, usos e costumes dos pescadores não podia deixar de ter em conta os lanchões dos outros núcleos estranhos ao do pòveiro, visto que os meus maiores dêles me falaram com entusiasmo e respeito devidos ao companheiro brioso.

Na margem norte do Douro, estabeleceram-se três núcleos de lanchões: Valbom, Campanhã e S. João da Foz. Eram, porém, todos conhecidos entre as colmeias da costa por um só apelido: *Valboeiros*.

É que Valbom foi, sem dúvida, a primeira praia que adentro da barra do Douro, lançou ao mar as primeiras embarcações do alto, constituindo, além disso, o núcleo ribeirinho mais numeroso. Valbom tem mesmo algumas tradições marítimas: os seus filhos tripularam as naus das descobertas da Índia. Pelo menos a tradição local mantém arreigada esta convicção, que a apresenta ao investigador como um pergaminho. E que Valbom marcou no século passado, não resta dúvida alguma, porque o *Valboeiro*, pescador e marinheiro ousado e valente, foi conhecido em tôda a costa.

Homem do mar, bom, leal e hospitaleiro, o *Valboeiro* era expansivo. Contam os velhos pòveiros que quando as suas companhas lançavam ao mar a lanca-nova, dançavam e cantavam, dia e noite, oferecendo aos construtores e amigos grandes caldeiradas. Usavam, como os pòveiros, *catalães* vermelhos (gôrros que caíam sôbre os ombros), em muito se semelhante, no trajar, àquêles.

Forçosamente que um povo dêstes tinha que ter tradições.

Fui a Valbom e com tristeza verifiquei que nada resta já dessa vida piscatória nos planaltos do *Profundo*. O pescador-lanchão desapareceu há muito.

O *Valboeiro* de hoje vive da pesca do rio, não sai ao mar largo como o seu antepassado. Dos velhos costumes e tradições marítimas — tudo se sumiu, vivendo, apenas, nas recordações dos velhos. Um dêstes, de 80 anos, a quem interroguei, recorda-me tôda essa vida piscatória intensa, alegre e valorosa e conduz-me até à velha *fábrica* (barraca junto à praia onde se guardam os aprestos marítimos) quási desmantelada e mostra-me restos de rêmos, mastros e varas das antigas lanchas. Reparo que êles têm gravadas as *marcas* ou siglas, que recolho com alvoroço. Peço-lhe para as ler: a mesma leitura que faz o *Pòveiro*!

Na porta da *fábrica*, gravado a canivete, o desenho rudimentar de uma velha lanca, navegando a todo pano... Mais nada... E é pena!

Mas torna-se urgente recolher o que a tradição nos possa entregar para o estudo etnográfico dos pescadores daquém Douro, tão des-semelhantes na forma das suas pescas, usos, embarcações e velamentas dos seus irmãos do sul que dir-se-ia que duas raças bem distintas e características povoaram a costa portuguesa: uma àquém, outra além Douro.

Póvoa-de-Varzim, Novembro de 1940.

A. SANTOS GRAÇA.

Jornada evocadora (1)

Deixáramos Castelo Branco, a linda e progressiva capital da Beira Baixa, onde acabáramos de visitar o Jardim Episcopal com a sua hierática e sumptuosa galeria de reis portugueses e o Museu Arqueológico de Francisco Tavares Proença Júnior, com os seus panos de Arrás, o formoso quadro da Escola Portuguesa atribuído a Cristóvão de Figueiredo, as séries de moedas gregas, ibéricas e romanas, as peças de prata do esconderijo de Monsanto, os numerosos machados de bronze, abundantes objectos líticos pré-históricos e uma valiosa colecção epigráfica. Endereçando um pensamento reverente e triste à memória do malgrado fundador e patrono do Museu, abalávamos da bela cidade, rica de gratas perspectivas de futuro, para Idanha-a-Velha, projecção humilde, nos tempos actuais, dum passado brilhante, aldeia modesta que representa hoje a preclara *Civitas Igaeditanorum* dos Romanos, depois veneranda sede episcopal com os Visigodos, várias vezes convertida em montões de ruínas por invasores impiedosos, restaurada por Sancho I e por êste soberano erigida em cidadela dos Templários, curta pausa numa decadência secular que nada pôde sustentar e que se traduz na pobreza e definhamento da aldeia de hoje.

Após Medelim e a poucos quilómetros de Monsanto, cuja serra desenha a distância o seu perfil curioso, eis-nos no entroncamento da estrada que a liberalidade do principal (ou único?) proprietário destas terras igeditanas, sr. António de Pádua da Silva Marrocos, mandou construir para ligar de novo a velha Idanha à civilização, para a integrar na rede vascular do organismo nacional.

Lamentamos não ir a Monsanto, consagrada agora com o epíteto de «a mais portuguesa». O tempo não chega para tudo, a chuva não afrouxa, felizmente não faltam terras bem portuguesas, e o portuguesismo de Monsanto subsistirá, embora a celebridade turística possa alterar a pureza original de certos aspectos locais. Fica para outra vez a jornada ali. Agora é a peregrinação arqueológica. Deixemos a etnografia para outra oportunidade.

A estrada serpeia pela planura levemente ondulada, à qual a lama causada pela chuva incessante não tira a côr torrada, o tom amarelo sombrio, de tristeza e aridez, que nos faz pensar no carácter perseverante e no apêgo ao solo, da parte dêsses Igeditanos

(1) Publicado em *O Século*, de 6 de Janeiro de 1940.

que não eram atraídos por paisagens mais verdejantes e risonhas. Agora é quasi a desolação. Em bastante mais duma légua, em que os nossos olhos ansiosamente exploram o horizonte em cata das ruínas veneráveis, uma casa apenas, num divertículo do caminho, para o qual uma amável legenda indicadora nos não deixa transviar.

Enfim, a descida para o vale do Ponsul, e a Idanha vetusta aparece, à primeira vista incaracterística, inexpressiva, na sua pobreza em que se não descortina num relance a imagem da grandeza passada. Ruínas de ruínas, dela disse o saúdoso arqueólogo Felix Alves Pereira. Sepultura de ruínas é ela na verdade. Sepultura sôbre a qual ou junto da qual bruxoleia, como lâmpada votiva, a aldeia moderna.

*

Não é aqui o lugar para o relato pormenorizado duma visita arqueológica que se inicia, na acolhedora casa do sr. Marrocos, com o exame de algumas moedas visigóticas da sua importante e vasta colecção numismática. Cunharam moeda vários reis visigodos na velha cidade episcopal. Depois, é, sob a chuva, na companhia obsequiosa do sr. Marrocos, filho, a visita à ponte sôbre o Ponsul, à desmantelada tôrre de menagem do castelo, aos restos da muralha, às ruínas da suposta catedral, destelhado templo convertido hoje em cemitério e em cujas paredes se abrem nichos e há ainda restos de frescos.

É possível — quem sabe? — que sob o cemitério instalado nesse templo que as terras circundantes vão submergindo nitidamente, se encontrem vestígios arqueológicos do maior interesse.

A visita, por fim, ao Museu Arqueológico local que a municipalidade do sr. Marrocos criou, por ocasião dum Congresso Beirão, pela transformação duma antiga capela abandonada, confirma flagrantemente o que sabíamos da importância da cidade romana, e a suposição de que uma exploração metódica num sítio em que achados casuais ou outras considerações aconselhem pesquisas mais amplas, poderá conduzir à exumação científica dos contornos de habitações, do delineamento dos arruamentos, da planta do velho povoado ou de parte dêle, enfim, das sucessivas estratificações, correspondentes às várias épocas sobrepostas de povoamento e ocupação local. Nenhuma exploração do género se fez ainda. Tudo tem sido accidental. Velhas paredes descobertas pelo arroteamento agrícola ou na escavação de alicerces. Lápides com inscrições latinas em muros, ou encontradas casualmente, inteiras ou fragmentadas, ao revolver-se a terra ou esquecidas, a um canto. Algumas, há muito recolhidas em colecções como de prove-

niência incerta, serão da Idanha. No fundo dum poço encontrou-se cerâmica arábica. Nas paredes do cemitério vimos pedras lavradas, talvez da antiga catedral. Á entrada duma casa pobre, um fragmento de coluna abandonado.

O Museu contém, ao lado de alguns objectos modernos, numerosas peças sobretudo da época romana, especialmente uma riquíssima colecção epigráfica. Algumas inscrições ainda estão inéditas, outras já foram publicadas. Junte-se a este espólio o que, da Idanha, já está arquivado numa enorme bibliografia e noutras colecções do País, sobretudo nos Museus de Belém e de Castelo Branco, a referência aos Igeditanos na célebre inscrição da Ponte de Alcântara, entre os municípios que concorreram para a respectiva construção, e far-se-á idéia da importância que a povoação devia ter tido na época romana. Da sua importância na época visigótica falam os documentos da sua vida episcopal, as moedas ali cunhadas. Não é preciso invocar os hiperbólicos relatos de escritores profanos e eclesiásticos que, sobre testemunhos mais ou menos discutíveis, se perdem em longos devaneios para aumentar o catálogo dos bispos egitanienses averiguados (sobretudo para arranjar antecessores a Adório, o primeiro prelado egitaniense citado em documentos autênticos — as actas do 2.º Concílio bracarense), para designar os apóstolos que levaram a fé cristã aos Igeditanos pagãos, para delimitar com precisão a vasta diocese, ou para fazer da arcaica povoação o teatro de notáveis acontecimentos ou de personagens famosas.

A verificação documental da existência, na Idanha romana, do culto de divindades indígenas (ao lado das romanas) e a duma abundante antroponímia considerada de predominante carácter céltico — verificações devidas sobretudo a Hübner, Leite de Vasconcelos e Alves Pereira — permitem presumir a alta antiguidade, as origens pré-romanas da povoação. O próprio nome da comunidade étnica *Igaeditani* tem, no sufixo, evidentes afinidades com os nomes de vários povos que, como os Lusitanos, os Oretanos, os Carpetanos, os Turdetanos, eram de incontestável origem antero-mana.

*

A sua desfavorável localização geográfica — numa zona fronteira, quasi verdadeira *Terra de Ninguém* nalguns períodos históricos — e condições estratégicas menos propícias do que a de outros povoados da região, devem ter contribuído para a conversão frequente da Igeditânia ou Egitânia em montões de ruínas, para o fracasso de tentativas da sua restauração e para que ela se visse forçada a entregar há séculos o primado eclesiástico de



José de Pinho
(1876-1939)

outras eras à Guarda e por fim o primado administrativo à sua homónima Idanha-a-Nova, já vila no tempo de D. Sancho I e dela distante quási três léguas.

Deixando Idanha-a-Velha sentimos a estranha impressão que teria aquêlo que houvesse, utilizado a fantástica máquina de viajar no tempo, concebida por Wells. Regressamos, porém, desta peregrinação no passado com uma dupla convicção. A primeira é a de que o ferino gládio dos invasores árabes não conseguiu que o sangue dos Igeditanos históricos e dos seus antepassados pré-romanos se não tenha conservado até hoje nos descendentes disseminados por terras da Beira Baixa. Por outro lado, estamos convencidos de que explorações metódicas e amplas naquelas paragens trarão revelações úteis para o esclarecimento não só da história local, mas também da história nacional, sobretudo das bases mais profundas desta última.

Em poucos lugares se sentirá, tão intensamente como na velha Idanha, a um tempo a melancolia e a majestade das ruínas. A lição que estas encerram para a humanidade exclusivamente entregue às futilidades e às preocupações do presente funde-se com a que decorre da meditação de verdades eternas.

M. C.

Lutuosa

Em 5 de Abril de 1939 faleceu, com 63 anos, o nosso dedicado consócio, sr. José Custódio de Pinho, inspector de ensino oficial, a quem a Arqueologia portuguesa e a nossa Sociedade ficaram devendo relevantes serviços. Nascido em Amarante, ali decorreu grande parte da sua existência e a essa região diz respeito a maioria dos seus trabalhos.

Companheiro e admirador de Rocha Peixoto, colaborou ainda na *Portugália*. Mais tarde, o núcleo portuense de estudos antropológicos e etnológicos contou-o igualmente entre os seus mais devotados e constantes cooperadores. Visitava freqüentemente o Instituto de Antropologia do Pôrto e apresentou trabalhos à nossa Sociedade. Colaborou pessoalmente no Congresso Internacional de Antropologia de Coimbra e Pôrto em 1930.

Era um temperamento de investigador, um carácter digno e ímpoluto, uma alma generosa e límpida.

Além de numerosos artigos de jornal, publicou os seguintes trabalhos:

1. *Etnografia amarantina — A caça* — in «Portugália», vol. II, págs. 84-100, 40 ils. Pôrto, 1905-1908.
2. *Etnografia amarantina — A pesca* — Idem, págs. 448-459, 25 ils., Pôrto, 1905-1908.
3. *Castros do concelho de Amarante* — Idem, págs. 476 e 673-675, 27 ils., Pôrto, 1905-1908.
4. *Expansão da cultura megalítica no concelho de Amarante* — in «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», vol. II, págs. 45-75, 17 figs., Pôrto, 1928.
5. *A ara de Marecos* — in «Penha-Fidelis», ano I, n.ºs 5-7, 3 grav., Penafiel, 1928.
6. *A pedra oscitante de Abragão* — Idem, n.º 7, 1 grav., Penafiel, 1928.
7. *Cartas de amor* — Idem, n.º 8, 9 grav., Penafiel, 1928.
8. *A cidade de Eja* — Idem, n.º 10, 1 grav., Penafiel, 1929.
9. *O tesouro de Gondeiro* — Idem, n.º 11, 3 grav., Penafiel, 1929.
10. *A necrópole calaico-romana do Mósinho* — Idem, II, 45 págs., 7 fig., Penafiel, 1931.
11. *Sur les grains trouvées dans la station néolithique de Pepim — Amarante* — in «C. R. do XV^e Congrès Int. d'Anthrop. et d'Archéologie Préhistorique — Portugal, 1930», págs. 356-358, Paris, 1931.
12. *Certaines pierres branlantes ne sont-elles pas de vrais mégalithes?* — Idem, págs. 358-362, 5 fig., Paris, 1931.
13. *Survivances du culte phallique dans les fêtes en l'honneur de S. Gonçalo de Amarante* — Idem, págs. 668-673, Paris, 1931.
14. *A propósito duma velha jóia ibérica* — in «Trabalhos da S. P. A. E.», págs. 37-59, 4 est., vol. V, Pôrto, 1931.
15. *Le grand échiquier dans l'art rupestre portugais* — in «C. R. de XV^e Congrès Int. d'Anthrop. et d'Archéologie Préhistorique — Paris, 1931», págs. 373-376, Paris, 1933.
16. *Considerações sobre a religiosidade dos citanienses de Briteiros e Sabroso* — in «Homenagem a Martins Sarmento», págs. 292-297, 1 fig., Pôrto, 1933.

*

Perdeu a Sociedade de Antropologia, com a morte do dr. Manuel Valadares, em 26 de Outubro de 1939, um dos seus membros fundadores, e a ciência da Identificação em Portugal perdeu um dos seus cultores mais ilustres.

Nascido em 1867 em Oura (Chaves), o dr. Manuel Valadares formou-se em medicina em Paris. Dedicou-se à clínica em Lisboa, especializando-se em oto-rino-laringologia. Com o prof. Luís Viegas, instituiu no nosso país os serviços de identificação criminal e civil pelos métodos científicos, tendo sido até dois anos antes da sua morte o director do Arquivo de Identificação de Lisboa. Publicou artigos desta especialidade nos «Archives d'Anthropologie Criminelle», «Revue de Droit Pénal», «Finger print magazine», etc.

Devem-se-lhe modificações originais nos métodos clássicos de identificação dactiloscópica. O «método Valadares» figura nos grandes tratados sobre a matéria.

Doente havia muito, deixara a direcção do Arquivo por ter atingido o limite de idade.

*

Durante a guerra civil espanhola, morreu de fome numa legação em que se refugiara, o professor de Antropologia Criminal da Universidade de Madrid e sócio correspondente da nossa colectividade, o prof. Quintiliano Saldaña. Com uma invulgar erudição e faculdades excepcionais de compreensão dos mais variados temas, o prof. Saldaña deixou uma considerável bibliografia, em que têm lugar preponderante os assuntos de Criminologia, Penologia e Antropologia Criminal. Deve-se-lhe uma doutrina pragmatista do direito penal e a ampla concepção do estudo do delinquente a que êle deu o nome de «Antropologia Criminal Integral».

Tendo estado cego durante um largo período da sua juventude, nem por isso deixou de ser um grande trabalhador intelectual. As circunstâncias dramáticas da sua morte envolvem duma auréola de comovida simpatia a sua nobre figura intelectual. Espírito aberto e ansioso de saber, nêle desapareceu uma das mais fortes individualidades da cultura espanhola contemporânea.

*

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia exprime, com funda emoção, o seu pezar pelo falecimento das três personalidades que tanto a honraram e deixaram nas fileiras dos seus agremiados lacunas difíceis de preencher.

M. C.

*

* *

A nossa agremiação perdeu êste ano um dos seus associados, Dr. Luís A. Rodrigues Lôbo que cultivava, com manifesto espírito científico e de classe, sobretudo a etnologia, tendo-se dedicado também com esmero à Antropometria, quando médico escolar que foi do Liceu de Rodrigues de Freitas, onde tivemos a fortuna de o conhecer e onde nos revelou um belo exemplo de camaradagem e de sensibilidade de coração, muito apreciável, um trato ameno e delicado, tão útil para o convívio agradável.

Sobre o tema inesgotável dos *Lusiadas*, realizou êle, na Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, uma prelecção notável, àcerca das raças evocadas no poema nacional, assunto difícil, pôsto que vago, para destacar das estrofes da nossa Bíblia patriótica, as notas interessantes, relativas ao assunto. Conseguiu-o porém com absoluta probidade e são critério, em um trabalho que restou, por enquanto, único, na nossa literatura científica.

Ainda há pouco, pôde o nosso falecido consócio ocupar-se,

também com relação, aos *Lusiadas*, do problema da *Ilha dos Amores*, que o Dr. Luís Lôbo situou na Madeira, sobretudo pela flora a que se refere o poeta e mais se assemelha à continental europeia. Ficou infelizmente inédita, por ora, esta valiosa contribuição de crítica literária e científica combinadas. Neste excerto revelou no entanto o Dr. R. Lôbo a sua sábia erudição, aplicada com felicidade ao estudo de um dos episódios camoneanos mais discutidos e mais imaginosos, que poderia ter tido contudo a objectividade que este antropologista lhe conferiu e que outros autores negam, atribuindo a descrição da misteriosa *Ilha* à rica fantasia de Camões. Semelhante estudo, que deverá ser publicado, em um repositório condigno com a índole especial deste trabalho, servirá para aquilatar devidamente o consubstancial humanismo e o saber do autor.

Quanto à sua actividade de antropologista, ela pode ser avaliada pela continuidade de cerca de 20 anos, como médico escolar, posição que lhe permitiu tomar inúmeras medidas em alunos do Liceu, e apreciar o seu desenvolvimento geral e auxanométrico. Lamentável é contudo que esta e outras valiosas contribuições para a Antropometria das crianças e adolescentes não seja aproveitada, como deveria ser, na estatística das populações móveis e na avaliação do crescimento dos seus elementos, em relação com a idade e o ambiente social em que evoluímos.

Poucas entidades ficam por isso ao facto da importância e da utilidade destas medidas antropométricas, a que o Dr. Luís Lôbo consagrou boa parte da sua vida oficial, exercendo, ao mesmo tempo, e com que nobreza e bondade, o ensino, quer na antiga Escola Académica, quer no referido estabelecimento liceal, sempre com a modéstia e austera dignidade de verdadeiro homem de Ciência.

BETHENCOURT FERREIRA.

*
* *

O falecimento de Ricardo Severo e, ultimamente, o de Leite de Vasconcelos constituem acontecimentos de verdadeiro luto nacional e não apenas dignos de registo como dolorosas perdas para a erudição e para a ciência. Homenagens especiais serão tributadas pela Sociedade à memória dos dois eminentes consócios.

Noutro lugar reproduzimos, em homenagem póstuma, uma nota do Abade Sousa Maia, nosso dedicado consócio, arqueólogo, recentemente falecido.

REVISTA BIBLIOGRÁFICA

FRANZ WEIDENREICH — *The torus occipitalis and related structures and their transformations in the course of human evolution* — Repr. from «The Bulletin of the Geological Society of China», vol. XIX, 1940.

O A. estuda o *torus occipitalis* nos vários exemplares do *Sinanthropus pekinensis* e nos Antropóides, estabelece a comparação entre uns e outros, passa ao *Pithecanthropus erectus*, ao grupo de Neanderthal e ao homem do paleolítico superior, e por fim ocupa-se da transformação do *torus* no decurso da evolução humana e do significado dessa disposição anatómica, em geral mal estudada pelos antropologistas.

É crença vulgarizada que o *torus* nada mais é do que uma marca muscular, cujo desenvolvimento depende apenas do dos músculos cervicais. O A. entende que a influência da musculatura não abrange todo o *torus*. Weidenreich não aceita a teoria de Klaatsch de que o *torus* é uma expressão do desenvolvimento cerebral. Do seu estudo o A. depreende que o *torus* é um elemento intrínseco da região post-auricular do crânio que reforça como uma fronteira entre a base e a abóbada. Segundo Weidenreich, a crista sagital dos pre-hominídeos também não se relaciona com o músculo temporal, nem é equivalente à crista sagital dos Antropóides.

MENDES CORRÊA.

DR. ANTÓNIO PAÚL — *Morfologia da abóbada palatina no vivo* — Sep. «Clínica, Higiene e Hidrologia», IV, n.º 4, Abril. Lisboa, 1938.

Ainda no final do século passado, a questão das degenerescências, então palpitante e controversa, chamou as atenções sobre o fenómeno, aliás vulgar, da morfologia da face e da boca em particular e suas anomalias, nas quais se pretendia divisar certos caracteres que serviam sobretudo à fixação de caracteres degenerativos, independentes ou não de deformações de índole patológica. Entram neste grupo de estigmas os sinais colhidos sobre

a conformação do palatino, à qual os médicos e antropologistas e os criminalistas, à mistura, deram relêvo e importância, no sentido de determinar o grau de degenerescência, a que o ente humano poderia chegar.

A história do paladar *em ogiva* tornou-se patente, antes mesmo de os antropólogos, os morfologistas, os técnicos poderem precisar, verificando e comparando medidas, a exactidão e o significado das diferentes formas que acusa essa porção do organismo, tão impressionante, no conjunto evolutivo da feição humana e de cujas características se queria tirar expressão relacionada com o modo de ser físico e moral dos indivíduos examinados sobre este pormenor. Isto bem por influência da escola italiana e francesa, que trouxeram o alarme, a revolução, à psicologia, à ética, a criminologia, ciência nova. Verificamos *ab initio* da nossa prática de Antropometria as dificuldades técnicas de efectuar a apreciação dessas características, principalmente métricas, sobre a região e o conjunto palato-maxilar, que constituem uma parte considerável da face e para exame do qual são necessários, não só a técnica renovada e especial, como refere o autor da memória, mas o instrumental adequado.

Foi este trabalho apresentado, há tempo, à Soc. Port. de Antr. e Etnol. Trata-se de um estudo consciencioso, pormenorizado e de valor intrínseco, baseado sobre método e observações originais, sujeitos a uma crítica judiciosa. A contradição manifesta entre as medidas de Virchow, Bianchini e R. Martin, mostra bem as dificuldades da operação e das interpretações que se podem dar aos resultados. Por isso bem avisado andou o autor ao enfrentar estas dificuldades, opondo-lhes as modificações da sua aperfeiçoada técnica, para o êxito da qual foi até necessário empregar instrumental novo e apropriado. Na realidade, conforme descreve o dr. A. Paúl, a arquitectura da *rima palato-maxilar* pode sofrer da incidência de causas variadas. Se para Galippe, o *palatino ogival* constitui um estigma degenerativo, como para Kuleman e Mumery, para outros êle seria objecto de deformidade raquítica (Marfan e Lemaire); assim para Fournier é uma distrofia heredo-sifilítica. Outros o fazem depender da constituição geral do esqueleto facial. Impossível se torna, neste lugar, apreciar com minúcia a tese do autor e a judiciosa análise e comparação dos factos observados, sendo certo que nela se acham reunidas, em substancial monografia, as principais condições em que se pronunciam as malformações, de interêsse médico geral e de sentido antropológico especial, bem como interessantes também aos estomatologistas, que nesta circunstanciada memória muito teem digno da sua meditação. Assim as medidas executadas dão-lhe um cunho

de exactidão, como requiere a crítica antropológica, e a extensa bibliografia confere a base erudita e informadora que lhe fortalece a autoridade.

BETHENCOURT FERREIRA.

DR. ANTÓNIO PAÛL — *Un index morphologique de la voûte palatine* (Index de la hauteur palatine). in «Revista Portuguesa de Estomatologia», ano VI, n.ºs 20-21, 1940.

Sob este título foi apresentada pelo autor uma comunicação à assembléa ou Congresso de *Morfologia Médico-Cirúrgica* (14, VI, 39). Nesta tese o autor insiste, como no estudo geral anteriormente analizado, sobre a frequência da forma ogival da abóbada palatina e seus modos de apreciação, baseados principalmente na técnica métrica antropológica empregada e modificada pelo autor. Em presença do que foi dito sobre a memória exposta à Sociedade de Antropologia, anteriormente, é fácil reconhecer a importância e o valor desta comunicação e por isso nos reportamos a notar as suas conclusões, estabelecidas sobre as medidas efectuadas com precisão e perfeita técnica instrumental.

Uma circunstância é sobretudo digna de saliência neste estudo: o exame no vivo e a adaptação dessa técnica aos casos aproveitados, que completam o estudo feito no Instituto de Anatomia, do Pôrto, de que o autor é distinto Assistente.

Nas conclusões o autor estabelece dois factos averiguados importantes: — 1.º, que a largura máxima da abóbada palatina se encontra ao nível dos 3.ºs gr. molares, o que explica a forma parabolóide observada por Bianchini; 2.º, que a altura da abóbada palatina é máxima ao nível dos 1.ºs gr. molares. Êste é o facto anatómico que se nota com maior frequência e que a nossa observação pessoal confirma e certamente os odontólogos e estomatologistas registam também, *por dever de officio*.

Uma outra conclusão interessa a lei do dimorfismo sexual; isto é, que a altura e a largura da abóbada palatina são menores na mulher do que no homem. Entre os numerosos caracteres *dimórficos*, na nossa espécie, êste não estava, ao que nos consta, ainda registado e, sendo possível a precisão das medidas, êle revela, decerto, uma distinção valiosa no exame do esqueleto, o que tem importância antropológica e médico-legal.

B. F.

JOSÉ ANTUNES SERRA — Estudos sobre a pigmentação melânica —
 Separ. da «Revista da Faculdade de Ciências de Coimbra»,
 vol. VII. Coimbra, 1934.

Este importante trabalho que o autor apresentou como dissertação de doutoramento na Universidade de Coimbra, é um minucioso e cuidado estudo sobre os métodos de determinação da pigmentação, sobre o escurecimento com a idade e sobre a composição química das melaninas. Esse estudo incidiu sobre o coelho e o homem, tendo o A. procurado um auxílio indispensável do Laboratório Químico e não apenas do Laboratório Antropológico nas pesquisas que efectuou sobre a determinação da cor. Refere-se o A. às escalas cromáticas, ao pião colorimétrico dos americanos e aos métodos fotométricos e foto-tintométricos, especialmente ao pigmentómetro de Gray, modificação do tintómetro de Lovibond, que largamente utilizou, concluindo ser vantajoso o seu emprêgo em relação às actuais tabelas de pigmentação, embora não isento de imperfeições.

O escurecimento médio com a idade parece seguir as mesmas curvas do crescimento. A hipótese de Lenz, para explicação do escurecimento pelas hormonas, seria, segundo o A., apenas exacta em parte. O crescimento depende também de diversos genes, o mesmo sucedendo decerto com o escurecimento.

As correlações entre as cores da pele, do cabelo e dos olhos, diferem dum sexo para o outro.

O A. conclui o seu trabalho por um desenvolvido estudo sobre o problema da composição e variedade das melaninas nos pêlos de coelhos e nos cabelos do homem, fazendo numerosas análises cromatográficas. Com reservas, o A. admite que, no caso do homem, existam três melaninas diferentes: escura, ruiva e clara.

M. C.

EUGEN FISCHER — Die menschlichen Rassen als Gruppen mit gleichen Gen-Sätzen — Extr. de «Abhandlung der Preussischen Akademie der Wissenschaften». Berlin, 1940.

O ilustre professor berlinense e director do Instituto de Antropologia e Hereditariedade Humana da Sociedade do Imperador Guilherme, apresenta-nos nesta conferência realizada perante a Classe de Matemática e Ciências Naturais da Academia de Ciências da Prússia, o estado actual das investigações antropológicas sobre a hereditariedade de alguns caracteres merísticos e descri-

tivos que distinguem as diferentes raças humanas, mas muito especialmente sobre a hereditariedade da forma da cabeça.

Principia por dizer que toma como evidente a noção de genes, isto é, o facto assente de que as qualidades do corpo humano tanto somáticas como psíquicas, fisiológicas e patológicas, dependem de genes ou disposições hereditárias existentes nos cromosomas. Portanto o homem, como espécie, distingue-se, por exemplo, do chimpanzé pelo seu grupo de genes.

Em seguida mostra que a hereditariedade mendeliana dalguns caracteres humanos, como cor dos olhos, dos cabelos e da pele, forma do cabelo, do nariz e dos lábios, a estatura e outros, já está averiguada por vários investigadores e mesmo a do índice cefálico foi definitivamente estabelecida pelas observações de Rita Hanschild feitas em indivíduos resultantes de cruzamentos de chinezes e negros.

Baseado nas conclusões a que levam os estudos feitos sobre a hereditariedade, o A. é de opinião que as raças humanas resultaram de mutações que foram conservadas por cruzamentos entre indivíduos seus portadores.

Conclui por demonstrar que a fixação definitiva dos caracteres das raças humanas actuais, só pode ser feita depois do conhecimento profundo da maneira como esses caracteres são herdados.

ALFREDO ATAÍDE.

GOTTFRIED PESSLER — Untersuchung über den Einfluss der Grosstadt auf die Kopfform sowie Beiträge zur Anthropologie und Stammeskund Hannovers — Extr. de «Zeitschr. für Morphol. u. Anthropol.». Berlin, 1939.

Investiga o A. a influência da grande cidade sobre a forma da cabeça e ao mesmo tempo analisa a composição antropológica e genealógica da cidade do Hanover.

Para isso mediu 905 famílias das quais 514 habitavam na cidade e 391 o campo.

Comparando depois os resultados obtidos, estes fazem-lhe supor que na verdade a vida da cidade exerce alguma influência sobre a forma da cabeça, modificando-a no sentido da dolicocefalia.

Quanto à composição antropológica da população da cidade de Hanover verifica o A. que ela provém mais do Norte e Leste da Alemanha do que dos outros pontos, com predomínio da raça nórdica e da dálica.

A. A.

A. J. VAN BORK-FELTKAMP — *Anthropologische Bibliographie van den Indischen Archipel en van Nederlandschen West-Indie* — «Mededeelingen van de Afdeeling Wolkenkunde van het Koloniaal Metitunt», extra-série n.º 3. Leiden, 1940.

É um suplemento, ilustrado com 4 estampas e um mapa, à bibliografia publicada em 1923 pelo ilustre professor Kleiweg de Zwaan sobre a antropologia das Índias Neerlandesas. Nêle figuram, devidamente analisados, numerosos trabalhos novos. O mapa final indica as localizações de achados de esqueletos.

M. C.

K. E. SCHREINER — *Crania Norvegica* — I — «Instituttet for Sammenlignende Kulturforskning» — 1 vol. de 201 págs., 58 figs., no texto e 53 est., «hors texte». Oslo, 1939.

Sobre um amplo material de cerca de 1:500 crânios noruegueses, sobretudo do sul do país, da região de Oslo, o prof. Schreiner procedeu a um estudo minucioso que muito honra o autor e a Noruega.

Começa a valiosa monografia por um relato das investigações anteriores sobre a matéria. Em seguida dá os resultados das numerosas medições que efectuou e os índices que determinou. Passa ao estudo das diferenças sexuais, da variabilidade e das correlações, e à determinação dos tipos que em número de 14 encontrou nos grupos locais. Termina com uma bibliografia do assunto.

É muito importante o capítulo relativo às correlações entre diferentes medidas e índices. O assunto tem mesmo um interesse científico geral e não apenas pelo que diz respeito à população estudada.

M. C.

Travaux de l'Institut Anatomique de l'École Supérieure de Médecine de l'Indochine (Section Anthropologique) — Tomos IV e V, Hanoi, 1938 e 1939.

Sob a direcção do Dr. P. Huard, agregado das Faculdades de Medicina, prossegue ininterruptamente esta excelente publicação científica.

O tomo IV é constituído exclusivamente por um importante estudo de P. Huard e A. Bigot sobre as características antropo-

-biológicas dos Indochineses. No capítulo relativo à dactiloscopia não é esquecida a prioridade que, entre os Europeus, pertence a João de Barros na menção desse processo de identificação, sendo citado o trabalho em que o prof. Luís de Pina assinalou essa prioridade portuguesa. A monografia de Huard e Bigot é minuciosa e cheia de interesse.

O tomo V contém artigos de Huard, Nguyễn-Xuan-Nguyễn, Do-Xuan-Hop, Saurin, Dao-Huy-Hach e A. Bigot sobre anatomia de crânios indochineses, cérebros, musculatura e bacia de Anamitas, crânios pré-históricos, jovens tonquinesas, o pêzinho da China, esquelia, mestiços eurasiáticos, etc.

É brilhante o labor desenvolvido por este centro francês de estudos coloniais.

M. C.

MARIA JÚLIA POURCHET — *Índice cefálico no Brasil (Revisão bibliográfica)*. Rio de Janeiro, 1941.

Síntese das contribuições para o estudo do índice cefálico no Brasil. Evidentemente, como a A. diz, a intensidade das pesquisas sobre tal assunto é ainda muito reduzida perante a vastidão do país, mas D. Maria Júlia Pourchet considera possível enunciar desde já algumas conclusões. Os crânios antigos de Lagoa Santa e dos *sambaquis* seriam dolicocefalos. Esta primeira conclusão é, em parte, contrariada pelos resultados dos meus estudos sobre crânios dos *sambaquis* de Santo Amaro, que a A., aliás, cita. Os índios actuais estão repartidos por toda a vasta escala que vai da dólico à hiperbraquicefalia. Os negros e brancos do Brasil tenderiam para a braquicefalia, enquanto que os mulatos seriam mesaticéfalos.

A braquicefalização dos negros e brancos brasileiros, originariamente com predomínio dolicoide (negros africanos do tipo clássico e portugueses em geral), suscitaria a aplicação da célebre e discutida teoria de Franz Boas ao território brasileiro, apesar da dolicocefalia de alguns tipos indígenas. A mesaticefalia dos mulatos mostraria a seu turno que o mestiçamento se não traduz numa simples média dos caracteres dos progenitores.

Mas existirá na realidade essa pretensa braquicefalização destes? Novas e amplas pesquisas se esperam a tal respeito.

M. C.

PROF. DR. A. A. MENDES CORRÊA — *Da Raça e do Espírito* — Ed. «Faculdade de Ciências do Pôrto» — 1 vol. 305 págs., 2 est. e gráficos. Pôrto, 1940.

Neste volume denso, que emparelha muito bem com o *Da Biologia à História*, publicado em 1934, o Prof. Mendes Corrêa reúne diversos trabalhos notáveis da sua operosa e variada autoria, os quais mereceram já dos apreciadores e da crítica as referências elogiosas e o aprêço que lhes é devido, pela forma, na realidade brilhante, e pela vivacidade com que o autor, cientista insigne, de grande maleabilidade de talento e de erudição vasta, ataca os assuntos de mais dificultosa exposição e espinhoso critério.

Logo o primeiro artigo, — *Animalidade e Pensamento criador* —, substancial e elegante conferência realizada no Instituto Luso-Brasileiro de Alta-Cultura, do Rio de Janeiro, desperta o vivo interesse do leitor e estabelece a discussão animada do intrincado problema da verdadeira posição do Homem e dos Hominídeos, à testa da série evolucionada dos Vertebrados e a conseqüente mentalidade, que o Homem orgulhosamente manifesta, a todo o propósito. Entre nós, o grande Mestre que foi Sousa Martins, como Charcot, na Escola dos neurologistas franceses, afirmava ser o Homem o mesmo animal em tôda a parte e como animal se comporta, apenas com a excepção predominante da *prega* circunvolucional, a que se atribuíra a sede da linguagem verbal. O Prof. M. Corrêa dá a êste tema, extremamente difícil de tratar, a evidente superioridade da sua erudição zoo-antropológica, extensa e especializada; oferece-nos noções fundamentais, que permitem fazer idéia nítida, conquanto discutível, das relações entre os Primatas e daí entre o Homem e êstes, particularizando com verdadeira lógica a situação dos *Hominídeos* e portanto do género humano, seguindo a sensata intenção lineana e verificando-a sobre critérios bem fundados e selectos, baseados na Anatomia, na Fisiologia e na Psicologia.

O estudo das variantes sexuais entre o homem e a mulher é realizado pelo autor com segurança de método, inteiramente fundado no exame antropológico, para concluir sem facciosismo que o dimorfismo, neste caso, não favorece a superioridade relativa de um ou de outro sexo, antes permite concluir pela igualdade jerárquica. Não deixa de ser também elucidativa a comparação entre o Homem e os Antropóides, no ponto de vista somático e psicológico.

Mas outros artigos não menos nos interessam, na seqüência da obra analisada; por exemplo: *Herman ten Kate* (um amigo de Wenceslau de Moraes), esbôço biográfico feito com arte e elegân-

cia, ao mesmo tempo, com sentimento afectuoso, sôbre a epistolografia do infatigável viajante e etnógrafo holandês, trabalho de íntima compreensão psíquica da personalidade, um pouco excêntrica, dêste cientista lusófilo, restante da escola de Topinard e, por necessidade própria, affecto de nomadismo.

Neste volume se insere — *A nova e a velha Antropologia criminal* —, tese publicada no ano de 1937, nos Arquivos de Medicina Legal, do Rio, e de que o Prof. Tancredi Gatti dera a versão italiana, na revista «La Giustizia Penale», em 1936, em Roma.

Pode-se, sem perigo de ousadia, declarar renovadora esta revelação duma das mais applicativas extensões da Antropologia, como Ciência social, pois êste trabalho, que tanto despertou as atenções de criminalistas competentes, nacionais e estrangeiros, contém na essência a evolução lógica das idéias sôbre o crime e o seu agente, perpassando por numerosos autores e publicistas de diversos países, que primam pela cultura, em especial, da Criminologia.

Esta é já hoje erecta em disciplina distintamente tratada em Portugal, sobretudo nas duas Américas, em França, na Itália e em Espanha, onde o Prof. Quintiliano Saldanha, há pouco desaparecido, consagrou também a êste trabalho do Prof. M. Corrêa notável escrito, no qual corrobora as afirmações dêste. Quão distante já nos conduz a «Nova Antropologia» da era lombrosiana. Êste trabalho suscitou as referências defensivas de Carrara, ferido no seu *lombrosismo de família*.

Trata-se aqui de nova orientação no estudo e na devassa do fenómeno criminológico, em particular no ponto de vista psico-moral, não como na frenologia precursora, mas conforme os critérios estabelecidos pela Antropologia hodierna, subsidiada pela Biologia, pela Psicologia, e pela Psiquiatria, de modo a fornecer a expressão, a fórmula tangível, aceitável do tipo e do acto criminoso, segundo os rigorosos métodos de observação directa e instrumental, até se pode afirmar, — matemática — .

Outros temas excelentemente tratados no livro *Raça e Espírito* nos levariam a uma concentração de análise, se para tal nos sobejasse o espaço e o tempo, tão importantes êstes temas se nos apresentam, dentro da oportunidade flagrante da sua publicação. Assim o *Estudo do Povo português; Três quartos de século de labor arqueológico* (comemoração do 75.º aniversário da «Associação dos Arqueólogos Portugueses»); *Os Japoneses no Brasil; A psicologia do minhoto; Um nome antigo do Lima* e o memorável opúsculo sôbre os *Africanos em Portugal*, ensaio histórico, etnográfico e antropológico, que trata a fundo a questão esclavagista, bem como a evocativa conferência: — *Os descobrimentos portugueses*

e a *Etnologia* —, proferida no Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro e na qual se estabelece e documenta a prioridade da investigação nacional, em épocas áureas do nosso intelectismo e da sua projecção no Mundo. *Raça e valores morais* é outra notável prelecção realizada no mesmo *Círculo* intelectual e educativo brasileiro, com o aplauso de que nos chegou o eco e que termina e, por assim dizer, culmina a obra recente do Prof. M. Corrêa.

É a *chave de ouro*, para nos servirmos dum lugar-comum bem aplicado ao *terminus* dêste volume, rico de observações, de pensares e de dizeres; de impressões nítidas a respeito de pessoas e de factos científicos e históricos, alguns interessantes às relações luso-brasileiras e sobretudo à evolução étnica e histórica da Nação Irmã, aos acontecimentos e individualidades notáveis do Brasil antigo e moderno, no seu progresso incessante na sua vida social, política, artística e mental.

Nesta obra do ilustre professor e publicista se integram algumas das suas mais apreciáveis publicações, dos últimos tempos, agora oportunamente englobadas num opulento feixe, em cuja agregação se fortalecem e adquirem novo brilho, formando um conjunto valioso para a nossa literatura erudita.

B. F.

DR. MICHAEL MALÁN — *Zur Orientierungsfähigkeit im Raum* — Extr. de «*Zeitschrift für Morfologie und Anthropologie*».

Servindo-se de experiências fisiológicas segundo o método de Soiebig e outras originais em 40 gémeos monovitelinos e 40 bivitelinos o A. estuda a hereditariedade da capacidade de orientação no espaço.

Depois de expor pormenorizadamente os resultados das experiências feitas o A. conclui por afirmar que a capacidade de orientação no espaço é hereditária e portanto que o grande desenvolvimento desta capacidade, como se encontra em muitos povos primitivos, por exemplo nos Samoiedas, Índios e Negros, não pode ser só explicado pela influência do meio devido à prática e à adaptação, mas também pela hereditariedade mantida e ainda reforçada, talvez, pela selecção.

É êste mais um trabalho muito interessante de hereditariedade das faculdades psíquicas com que Kaiser-Wilhelm «*Institut für Anthropologie*» da sábia direcção do Prof. E. Fischer vem enriquecendo os nossos conhecimentos sobre êste domínio da Biologia, até agora tão abandonado pelos investigadores.

A. A.

Ampúrias — I — Barcelona, 1939.

Sob a direcção do professor Martin Almagro, ilustre director do Museu Arqueológico de Barcelona, começou o Serviço de Investigações Arqueológicas da Deputação Provincial de Barcelona a publicar esta nova revista da especialidade.

O primeiro volume dado à estampa é uma inauguração auspiciosa. Contém variados e importantes artigos do P.^o Heras S. J., Schulten, Fletcher, Maluquer, Pericot, Almagro, Vilaseca, Albert del Castillo, J. de C. Serra e A. Palomegue, sobre escritas antigas, a Atlântida, o paleolítico, grutas sepulcrais, cerâmica excisa peninsular da primeira idade do ferro, excavações de Baetulo, teatro-romano de Acinipo, etc.

Felicitemos os promotores de tão prestimosa iniciativa, em que à dedicação da Deputação Provincial de Barcelona se associa a actividade do Serviço de Investigações Arqueológicas do Museu referido, da Sociedade Catalã de Antropologia e dos Seminários da especialidade da Universidade barcelonesa.

M. C.

G. H. LUQUET — *Sur les mutilations digitales* — «*Journal de Psychologie normale et pathologique*». Paris, 1938.

Estudo, com larga informação bibliográfica, sobre a distribuição das mutilações digitais no espaço e no tempo e sobre as causas mágico-religiosas e — menos vezes — profanas dessa prática. No primeiro grupo de causas figuram o luto, o tratamento de doenças, a profilaxia para crianças, os ritos de passagem, propiciação. No segundo grupo menciona o A.: meio de reconhecimento, escravidão, punição, etc. Há casos de origem obscura.

O A. ocupa-se ainda da técnica e dos dedos preferidos, e conclui por se manifestar de acôrdo com a doutrina da origem poligenista de tal prática.

M. C.

P.^o CARLOS ESTERMAN & ELMANO DA CUNHA E COSTA — *Negros* — 1 vol. de 207 págs. e várias estampas «*hors texte*». Lisboa, 1941.

Êste livro contém várias informações úteis sobre etnologia angolense. A posição etnológica de algumas populações de Angola, cujo território os AA. percorreram em várias direcções, é

indicada em sínteses que suscitam interesse. Têm também valor documental algumas descrições de cerimónias nupciais, funerárias e de iniciação, de cenas de feitiçaria e de magia, etc. As ilustrações são magníficas, como muitos dos exemplares do numeroso pecúlio fotográfico que o sr. Dr. Cunha e Costa reuniu em Angola.

Embora essas ilustrações se refiram a assuntos de carácter científico, nota-se que não há relação directa entre elas e o que se expõe no texto. Dum modo geral, a matéria do livro não está devidamente arrumada, abundam as divagações e repetem-se as tiradas declamatórias ou os casos episódicos que não têm interesse directo para a exposição.

Estas críticas e as seguintes referem-se especialmente aos capítulos que não são firmados pelo rev. Estermann.

Alguns desses capítulos não passam de modestos artigos de jornal. É pena que o sr. Dr. Cunha e Costa não dê a nota bibliográfica de que fala a pág. 52. A falta dum plano de conjunto no livro é evidente.

Deve, porém, dizer-se, a bem da justiça, que o considerável documentário fotográfico recolhido pelo sr. Dr. Cunha e Costa em Angola não é, de modo algum, destituído de valor científico. Tê-lo-ia, entretanto, incomparavelmente maior se servisse de ilustração a estudos sistemáticos e pormenorizados, levados a efeito sob um plano e um critério verdadeiramente científicos.

M. C.

C. MANUEL FONSECA DA GAMA — *Terras do Alto Paiva* — 1 vol. de 385 págs., ilustrado. Lamego, 1940.

Esta memória histórico-geográfica e etnográfica do concelho de Vila-Nova-do-Paiva é mais uma da benemérita série de monografias locais que vão, lentamente, sendo publicadas por diversos investigadores em vários pontos do país. Bem escrita, despretenciosa apesar do seu inegável merecimento, rica em informações de diferentes ordens, ela atesta o saber, o escrúpulo e os talentos do seu autor, e honra a terra a que se refere e para a qual ela possui incomparavelmente mais valor ou interesse do que uma infalível e inútil avenida, traçada por edilidades ambiciosas, ou do que um monumento erguido numa praça da vila a um influente político, de quem dentro de poucos decénios ninguém mais saberá o nome.

Apenas um esclarecimento ao autor: O dr. Georg Leissner,

a cuja visita alude, publicou na revista alemã *Ipek* os resultados do seu estudo sobre o dólmen e as pinturas megalíticas de Côta. Destas também se ocupou largamente, utilizando as nossas estampas, o rev. H. Breuil na sua bela obra *Les peintures schématiques de la Péninsule Ibérique*, de que já falámos nesta revista.

M. C.

PLÍNIO AYROSA — *Dos índices de relação determinativa de posse no tupí-guaraní* — «Boletins da Faculd. de Filosofia, Ciências e Letras — IX — Etnografia Brasileira e Língua tupí-guaraní, n.º 1». São Paulo, 1939.

Consagrado «à memória suavíssima de Anchieta», este volume versa um dos problemas mais difíceis da gramática ameríndia. Sucessivamente o A. estuda os relativos e recíprocos, o demonstrativo genérico *t*, as excepções, os verbos e a sintaxe de regência, concluindo por enunciar os resultados gerais do seu estudo. Para Plínio Ayrosa, as gramáticas de Anchieta, Montoya e Figueira são as fontes mais puras para o estudo do tupí-guaraní antigo, estabelecendo com exactidão, embora confusamente e sem preocupação filológica, os princípios que regem o uso dos índices de relação.

Uma longa bibliografia encerra o valioso trabalho.

M. C.

K. G. LINDBLOM — *The Sling, especially in Africa* — Museu Etnográfico da Suécia. Stockholm, 1940.

É uma nota complementar da monografia que sobre o mesmo assunto o professor Lindblom publicara em 1927 em língua alemã. Aquela monografia é completada com novas informações, entre as quais algumas relativas à antiguidade e a outras regiões do mundo, além da África. Fotografias e um mapa da distribuição da funda neste continente dão à presente nota um grande interesse.

M. C.

ALFREDO NICEFORO — *«Io» allo specchio* — Extr. da «*Rivista de Psicologia*», ano XXXV. Bologna, 1939.

Estudo sôbre a estrutura interna do «Eu», os diferentes componentes dêste, o Eu congénito e o Eu social, o Eu fundamental e o Eu adventício, os diálogos entre os Eus, as diferentes espécies de autojustificações criadas pelo Eu e o pseudo-remorso. O trabalho, que é subtil e valioso, conclui evocando a justificação hipócrita de Tartufo, que dizia cortejar a bela, cândida e casta espôsa do seu amigo por ela ser uma maravilha da Criação divina...

M. C.

ARACY MUNIZ FREIRE — *A orientação educacional na escola secundária* — 1 vol. — Companhia Editora Nacional. S. Paulo, 1940.

A autora foi em 1934 incumbida da disciplina dum grupo de mais de 300 alunos de ambos os sexos. No mesmo ano seguiu no Teachers College da Columbia University um curso de «orientação educacional» (*guidance*). O seu belo livro é um relato dos resultados a que chegou em numerosos casos e dos preceitos a que os seus estudos e a sua experiência aconselham se subordine a disciplina escolar. Todo o educador deve ler êste valioso e lúcido depoimento duma verdadeira educadora. D. Aracy Freire obteve resultados brilhantes em casos que, noutras condições, estariam votados a infelizes destinos. Com razão a A. salienta a necessidade do estudo individual dos escolares, inquirindo de todos os elementos pessoais e mesológicos que possam elucidar o «orientador». E, por outro lado, afirma que êste deve possuir, entre outras, as seguintes qualidades: amor à mocidade e compreensão da adolescência, carácter bem formado (se não puder servir de exemplo, como poderá modelar o carácter do aluno?), um elevado grau de simpatia pessoal, qualidades de autoridade (espontaneamente aceites), etc.

Sem o pretender, a A. retratou-se a si própria. O seu relatório traduz, além de notáveis qualidades intelectuais, verdadeiro entusiasmo pela tarefa educativa, grande dedicação pela juventude, perfeita formação moral. D. Aracy Freire é uma das mais distintas e perseverantes cultoras da pedagogia moderna no Brasil. São-lhe devidas as maiores homenagens pelo seu nobre labor.

M. C.

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

NA FACULDADE DE CIÊNCIAS

PORTO

SUMÁRIO:

Congresso Nacional de Ciências da População (Pág. 153).

I Congresso do Mundo Português (Pág. 169).

LUÍS DE PINA:

Dermopapiloscopia e Teratologia (Pág. 175).

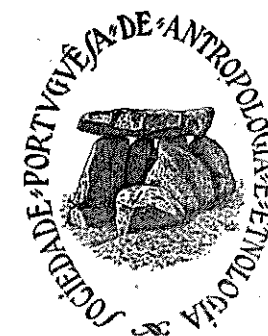
ALEXANDRE SARMENTO:

Dactiloscopia Angolana (Pág. 187).

Vária:—Subsídios para o estudo do índice cefálico dos indígenas de Angola (ALEXANDRE SARMENTO); Folclore avariado (MENDES CORRÊA); Le culte du feu à la Péninsule Ibérique—Les fêtes solsticiales—Les Pâques—Le Noël—Les rites du feu et le folclore péninsulaire (J. BETHENCOURT FERREIRA); As doze verdades (A. SOUSA MAIA); Pescadores do Alto—Os «Valboeiros» (A. SANTOS GRAÇA); Jornada evocadora (M. C.); Lutuosa (M. C. & B. F.) (Pág. 195).

Revista bibliográfica:—AMPÚRIAS (229); AYROSA (231); ESTERMAN & CUNHA E COSTA (229); FISCHER (222); FONSECA DA GAMA (230); JÚLIA POURCHET (225); LINDBLOM (231); LUQUET (229); MALÁN (228); MENDES CORRÊA (226); MUNIZ FREIRE (232); NICEFORO (232); PAÚL (219 e 221); PESSLER (223); SCHREINER (224); SERRA (222); TRAVAUX DE L'INSTITUT ANATOMIQUE DE L'INDOCHINE (224); VAN BORK FELTKAMP (224); WEIDENREICH (219).

TRABALHOS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA



VOL. IX—FASC. 4

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA

PORTO. 1942

BIBLIOTECA

POR TERRAS DE PENALVA (BEIRA-ALTA)

APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DA ARQUEOLOGIA
E DA HISTÓRIA DA REGIÃO

POR

ANTÓNIO DE ALMEIDA

A demora de duas semanas em Sezures, minha aldeia natal, durante as últimas férias de verão, permitiu-me visitar certos lugares muito meus conhecidos desde a infância, e de que já tinha saudades por tanto êles me recordarem os tempos idos, plenos de ventura descuidada e impregnados de sonho e de magia estranha — que as lendas correntes da região mais avolumavam, quando hábilmente contadas por minha Mãe.

Durante alguns dias tive ensejo de percorrer, além dos subúrbios de Sezures, o Mato da Costa — terreno a E. da aldeia; o Vale do Corvo — extenso baldio a NE., cujos limites extremos coincidem com os do concelho de Penalva do Castelo e os do distrito de Viseu; os Córgos e a Serra das Malhadas — regiões a N. e a NW., confinantes com o Companheiro, prolongando-se a última em terras do concelho do Sátão; e, finalmente, a SW., a Serra das Cabeças e sua continuação — a Serra do Gato ou da Cabeça do Gato — baldio pertencente, em parte, à freguesia de Sezures, e, na outra, à de Esmolfe.

Acompanhado de meu Pai — nascido e criado em Sezures, e que, como grande cultor que foi da arte de Santo Huberto, conhece

perfeitamente os locais que eu pretendia visitar — de novo tomei contacto com as terras e as coisas nelas existentes, cujo aspecto, tamanho ou natureza condicionaram o aparecimento e a formação de lendas e tradições, vindas de épocas de cronologia ignorada ou mal estabelecida ainda, e que se mantêm, quiçá mais ou menos adulteradas à fôrça de repetidas, se bem que alguns topónimos, indubitavelmente, hajam de filiar-se em factos e obras de índole pré ou proto-histórica.

I

Pôsto que não sejam ainda muito abundantes os elementos de estudo conhecidos sôbre a pre-história e a história das povoações do concelho de Penalva do Castelo, a ordenação cronológica e a análise de tais dados constitui já precioso material para o esclarecimento das origens e do desenvolvimento de algumas das aldeias dêste tão interessante rincão da Beira-Alta.

É dêsses elementos de estudo que me vou ocupar antes de dar conta das excursões que realizei às serras e montes do termo de Sezures; no fim do presente trabalho, reünirei, em síntese, as considerações que julgo indispensáveis a bem do conhecimento da arqueologia e da história da aldeia da minha naturalidade.

Nenhum dado arqueológico da idade paleolítica se conhece, por enquanto, como oriundo das terras de Penalva do Castelo ou de suas vizinhanças, outro tanto não sucedendo, porém, com os monumentos e objectos característicos da era neolítica, que se encontram com relativa freqüência nestas paragens.

Conforme afirmou Mendonça e Pina, no aro das terras de Penalva do Castelo, habitaram outrora gentes da idade da pedra polida, como, com efeito, o demonstram a existência de dólmenes

e de outros monumentos megalíticos, e o achado de instrumentos neolíticos dentro da sua área e da dos concelhos limitrofes.

Nas circunvizinhanças das Antas, postavam-se, antigamente, muitas *orcas* ou *antas* — que emprestaram o nome à povoação; ainda hoje, entre Antas e Matança — nas Córgas, pode observar-se a câmara dum dólmene com grande tampa.

Nos subúrbios de Carrapichana, Aldeia Velha (Quinta de Alcudra), Carapito, e de Cortiçô da Serra, também havia *orcas* ou *casas das orcas*, e partes delas; do dólmene de Aldeia Velha parece que só restam os esteios.

O vizinho concelho do Sátão e suas cercanias — Lamas, Queiriga, Serra das Antas, Serra da Nave, Touro, Cas-Freiras, etc., possuem numerosas *orcas*, algumas das quais foram estudadas por Leite de Vasconcelos.

Da exploração que êste ilustre arqueólogo fêz no dólmene das Córgas, resultou o achado de restos de vasos de diferentes formas e dimensões, tendo-se recolhido, num campo próximo, um machado neolítico.

Para os aldeãos dos arredores, a grande lage da orca das Córgas só poderia ter sido transportada à cabeça de numerosas velhas, enquanto fiavam...

A esta anta se referia, por certo, o P.^e José Gaspar Simões quando declarava ter visto, perto das Antas, em 1753, uma ara neolítica, com uma grande mesa em cima, de configuração análoga à de outra, erigida em local situado entre as cidades da Guarda e de Pinhel — Pera do Moço e Quinta do Carvalhal.

Os abrigos sob rocha e os penedos oscilantes, considerados por alguns arqueólogos como monumentos megalíticos, aparecem amiúde nos montes do concelho de Penalva do Castelo.

A E. de Castendo, podia, em tempos, ver-se o *Penedo dos Moiros* — pedra balouçante, caída há poucos anos; sob esta rocha, a tradição afirmava haver Moiras encantadas, lindas e riquíssimas.

Do interior das grutas e abrigos sob rocha da vizinhança, foram retirados pedaços de pedra de diversa forma e tamanho, entre os quais se evidenciavam umas *mocas* (?).

Àcerca dos penedos oscilantes das serras do aro de Sezures, falar-se-á mais adiante ao relatar as excursões que efectuei na periferia da aldeia.

Igualmente, não sido encontrados nos campos da região alguns machados de pedra polida ou *pedras de raio*, como se designam aqui — em virtude de os julgarem resultantes da transformação das faíscas eléctricas ao penetrarem no solo, e que, por serem tidas como os melhores preservativos dos raios, são extraordinariamente estimadas.

Em terras de Esmolfe, pertencentes a uns primos meus, da família Albuquerque e Castro, acharam-se três machados de pedra polida, que hoje figuram no Museu Leite de Vasconcelos, oferecidos ao seu douto patrono, por ocasião da visita a essa aldeia.

Numa seara de Pindo, foi apanhado um lindo machado neolítico que meu primo, Leonel de Barros Cardoso Figueiredo e Vasconcelos, senhor da Casa da Moita, teve a generosidade de me oferecer, e ora se conserva no Museu Pedagógico da Escola Superior Colonial.

De Pindo, Leite de Vasconcelos trouxe para Lisboa dois machados de pedra polida, junto com um terceiro, apanhado na Moradia.

Em Sezures e na Quinta da Vacaria, havia dois destes utensílios pre-históricos: o de Sezures, cujo paradeiro ignoro, — ainda me recordo tê-lo visto na minha infância — era escuro, em forma de cunha, duro, tanto que, por mais que o martelassem, nunca conseguiram fracturá-lo — e o da Vacaria foi observado por Leite de Vasconcelos, quando ali esteve.

Referente à estadia de povos dos primeiros períodos da proto-história em Penalva do Castelo e nas redondezas, reduzido espólio se obteve até agora.

Nas terras de Rio de Moínhos, encontrou-se um machado de bronze, e, na Quinta do Paço (Lamas), apareceram mais de uma dúzia destes exemplares com argola; os machados de bronze, recolhidas em Castendo e no Ladário, figuram no Museu Leite de Vasconcelos, levadas pelo seu titular para Lisboa.

A passagem e a fixação dos Romanos — arribados à Península Ibérica, na segunda idade de ferro — em terras de Penalva do Castelo, encontra-se suficientemente demonstrada por múltiplas manifestações da cultura por eles veiculada.

Óptimos atestados da presença das gentes do Latium na região, são a ponte do Castelo de Penalva, sobre o rio Dão, e os vestígios duma estrada militar, de grandes lages, continuada dum e do outro lado da ponte.

Esta aldeia assenta sobre um monte — *Pena* (do celta *pen*, penha, pedra) *Alba*, certamente, devido à côr mais clara dos rochedos — situado na margem esquerda e sobranceiro ao rio Dão. Nesta colina, existiu, em eras remotas, um *castrum minus* ou *castellum*; a povoação recebeu o nome que hoje possui, e dela resultou, posteriormente, a designação actual do concelho — Penalva do Castelo.

Para Leite de Vasconcelos, a designação do rio Dão proveio de *Adōn* > *Daōn* > *Dom*, *Odon* ou *d'Om* > *Dão*.

Quere-me parecer que outra seja a etimologia do nome Dão.

Estou convencido de que, antes do advento dos soldados de Roma, já no monte ou Pena Alba se localizava uma fortaleza; esta opinião não é difícil de fundamentar: ao *castrum* pre-romano da Gália apelidavam os soldados de Júlio César de *dunum* ou *dum*, termo celta que significa colina, montanha, outeiro — pequena cidadela fortificada, sentinela das *oppida* (Alberto Sampaio) — denominação que, igualmente, as tropas de Augusto haveriam de dar às fortalezas peninsulares.

Ao rio que passava junto de *Dum*, chamou-se *Dum* ou *Adum* > *Daön*, *Adön* ou *Adaön* > *Dom* ou *Odon* > *Dão*; ainda, em nossos dias, um pequeno ribeiro afluente do Dão — tal como as terras que banha — se designa *Ribeira Dum*, e a ponte que atravessa aquêlê curso de água, ligando a aldeia de Vila Cova com a de Sezures, é conhecida pelo nome de *Ponte Dum* (ou *Dom*).

Com a sua completa romanização, a aldeia de *Dum*, mudou de nome, sendo a sua denominação substituída pela equivalente latina: *castellum* ou *castrum minus*.

Dentro da povoação do Castelo de Penalva e em seus arrabaldes, ainda insuficientemente explorados (a exemplo do que sucede com a gruta que se diz haver sob o monte) têm sido achados vestígios de insofismável origem romana.

No muro do quintal dos Abades, conforme afirma Pinho Leal ou na Insua, segundo Leite de Vasconcelos, mostrava-se uma linda pedra mármore com a seguinte inscrição latina, gravada com excelentes caracteres, e já, mais duma vez, publicada:

RVFO.FVSCI.F.A
NNORVM.XXV.
FVSCVS.ALBINI
FFILIO SVO.IIT.SIBI.

Leite de Vasconcelos interpretou-a assim:

Rufo, Fusci f(ilius), annorum XXV; Fuscus Albini f(ilius), filio suo et sibi, expressões que, traduzidas, dizem: *A Rufo, filho de Fusco, de 25 anos; Fusco, filho de Albino, fez este monumento para seu querido filho e para si.*

Em terras de frêguesia do Castelo de Penalva, na serra da Paramuna, há incontestáveis restos de grande e muito antiga

povoação, que uns estudiosos consideram castro romano, e outros querem medieval; é tradição geral que, em eras remotas, as povoações de Paramuna e de Castelo de Penalva comunicavam entre si por meio dum caminho subterrâneo.

Nuns campos de meus parentes de Esmolfe, encontrou-se uma lápide de granito com uma inscrição latina, em honra duma divindade lusitano-romana, que foi estudada por Leite de Vasconcelos, figurando actualmente no Museu Etnológico de Belém. Contém os seguintes dizeres:

BANIDI
OILIEN
AICO

É dedicada ao deus bárbaro *Bandioilenaicus* ou *Bandius Ilie-naicus*, verosimilmente protector de fontes ou de povoações.

Na Quinta dos Albuquerque da Insua, contam-se três inscrições latinas, gravadas em granito, igualmente examinadas e traduzidas por Leite de Vasconcelos, as quais, conquanto publicadas por mais de uma vez, merecem ser transcritas para aqui.

A primeira, recolhida na vinha da Coutada, é a seguinte:

TIRO.G.LL.F.
AN.XIII.S.E.
DRPSTTL

Depois de interpretada, fica assim: *Tiro galli filius annorum XIII, hic est dic rogo praeteriens: sit tibi terra levis*, inscrição que quere dizer em português: *Tirão, filho de Gallo, de 13 anos de idade, está aqui sepultado. Tu que passas, dize, eu t'o peço: <seja-te a terra livre>.*

A segunda inscrição, também, repetidamente publicada, é consagrada aos deuses manes, e acha-se assim redigida:

D. M. S.
RVFO LVCI A LX
AMOENAE SEVERI. AN. IV
PLACIDAE CALVI AN XXX
FIRMINAE. FIRMI A XXXX
LVCIVS...S..ES F C

Completando as palavras iniciadas, obtém-se: *Diis manibus sacrum Rufo Luci (? filio) annorum LX; Amoenae Severi filiae, annorum IV; Placidae Calvi Filiae, annorum XXX; Firminae, Firmi filiae annorum XXXX. Lucius... S. es faciendum curavit (ou curaverunt).*

A tradução é: Consagração aos deuses Manes. A Rufo, filho de Lúcio (?), de 60 anos; a Amena, filha de Severo, de 4 anos; a Plácida, filha de Calvo, de 30 anos; a Firmino, filho de Firmo, de 40 anos; Lúcio... mandou ou mandaram) fazer (êste monumento).

A terceira inscrição achada na Insua (ou em Castelo de Penalva), dada à estampa por Leite de Vasconcelos, é a seguinte:

D. M. S.
PROCILI
AII .LIBIIR
TAII .RVST
AN. L. ST
D. M. PRO
CILIAII. PA

Outras lápides latinas têm sido encontradas nas vizinhanças de Penalva do Castelo.

Na povoação de Enfias, à esquerda da porta principal da frontaria da Igreja, pode ler-se a seguinte inscrição, dedicada por Apónio Sósumo a Mercúrio:

DEO
MERCURI
APONVS
SOSVMVS
A. L. V. S.

A interpretação da última parte da inscrição, segundo Leite de Vasconcelos, é *Animo Lubens Roteno Solvit.*

Numa pedra partida da mesma aldeia, mostra-se outra inscrição romana que Cilea fez gravar à memória de seu marido Marco, filho de Marcino:

D. M. S
MARCVS
MARCINI
IF. N. LX
CICILIIA
VXOR.
.....

Leite de Vasconcelos, que a transcreveu em alguns dos seus trabalhos, interpretou-a do seguinte modo:

Diis manibus sacrum. Marcus Marcini filius, annorum LX. Cilea uxor...

Na pedra dum pátio da Matança, o douto filólogo teve ensejo de analisar outra inscrição, de difícil leitura, em virtude de estar algo gasta:

.
 XXVCAMI
 RAIITAIP
 ANXVI
 ———
 TONGETA
 ARANTO

Para Leite de Vasconcelos, os nomes apontados são de origem pre-romana.

O aparecimento de tantas inscrições latinas em tão diversas localidades era bastante para demonstrar o intenso grau de romanização a que foi submetida a região de Penalva do Castelo e os territórios vizinhos.

Porém, outros dados arqueológicos denunciam a estadia das hostes de Roma nesta parcelas da Beira-Alta.

Com a lápide de Esmolfe, há pouco referida, apareceram fragmentos de *tegulae* e de grandes vasilhas, *pondera* de barro, mós pequenas (*molae manuariae*) e restos de habitações, uns e outros de indiscutível feição romana (Leite de Vasconcelos).

Não longe daquela aldeia, num monte a NE. de Castendo, têm-se encontrado antiquilhas que autorizam a admitir a existência duma velha povoação — a *Murca* ou *Murqueira*, cuja fundação é atribuída aos romanos.

Na colina da Murqueira — que se continua com a do *Mortório* (*Mortuorio*?), em poços e outras escavações, apareceram vestígios de edificações antigas, canos de condução de água, e uma pedra com inscrições, a qual, segundo me informaram, está na posse do

Dr. António Lima, em Viseu. ¿Tratar-se-á do *Castrum* a que Leite de Vasconcelos chama *Muralhas*?

Em terrenos da Quinta de Gôge, apanharam-se bocados de tegulas, moedas romanas, dois capitéis, uma pia achatada e outros indícios da cultura latina; em Castendo, têm sido achados também pedaços de *tegulae* (Leite de Vasconcelos).

Segundo referência dêste investigador, junto da Matança — topónimo que a tradição filia em uma tremenda acção sangrenta exercida sobre os Moiros — obtiveram-se restos de tegulas e um denário de Augusto. A um quilómetro do dólmen das Córças, no Monte dos Matos, existem: o *Penedo da Moira* — com o qual se prende a lenda do aparecimento duma Agarena que, em tempos idos, vivia no seu interior...; o sítio do *Jogo* — o local onde os Moiros costumavam ir jogar...; e a *Lage da Serpe* — onde o povo crê que se vêem uns sapatinhos esculpidos e dentro da qual, por uns buraquinhos, pode ouvir-se tecer...

Leite de Vasconcelos observou no Monte dos Matos ruínas de duas ordens de muralhas concêntricas, vendo-se, nas cercanias, montículos de pedras — por certo, restos de habitações —, tegulas romanas (vermelhas, brancas e azuis-escuras) e imbrices, elementos que levam êste investigador à conclusão de que ali fôra erigido um *castrum*, intensamente influenciado pela cultura latina.

No povo de Cortiçô da Serra, têm aparecido vários restos cerâmicos de feição romana, acontecendo o mesmo em Lamas, Torre do Paço e Vila-Boa (Decermilo), onde se obtiveram cacos de alguidares de barro, pedaços de telha grossa, etc.

Se bem que se ignore ainda a época em que a antiquíssima povoação de Sezures foi fundada, não repugna aceitar que tal ocorresse no tempo dos romanos ou nos fins do período anterior à sua dominação.

Em seus arredores, no Rossio dos Matos, quando da surriba dum troço de terreno inculto, e junto duma pequena nascente,

encontraram-se, há anos, vestígios de cerâmica grosseira: canalizações, telhas de rebôrdo grosso, pedaços, tijolos, etc., antiguidades que, infelizmente, não foram recolhidas por ninguém; embora chegasse a ouvir falar dêstes achados, nunca me foi dado ver nenhum dêles.

Tomando a descrição por boa, é lícito supor que tais fragmentos são de factura romana, o que equivale a dizer que o Rossio dos Matos, em eras afastadas, constituiu estação ou castro latino, opinião que, aliás, parece estar corroborada pela configuração orográfica do local.

O Rossio dos Matos, como o seu nome indica, era um baldio ou logradouro público, coberto de matagais, da gente de Sezures — aldeia que dista daquele lugar cêrca de quinhentos metros.

¿Será insensato crer que Sezures — a *villa Cesurae* dos Romanos — houvesse tido a sua origem no Rossio dos Matos, pequeno planalto provido de nascente de água e com extensas terras agricultáveis nas proximidades — Carregal e Fraga — a N. e NE., fertilizadas por um regato, que, percorridas algumas dezenas de metros, recebe o nome de *Ribeiro da Fraga* (tão ásperas e rudes são as suas margens, logo mais abaixo cambiadas por óptimas terras de sementeira)?

A ser assim, com o rodar dos anos, o Rossio dos Matos teria perdido a primitiva importância, razão por que a sua população, abandonando-o, se transferiu para o local em que hoje fica a povoação de Sezures, lugar igualmente planáltico, rodeado de largos e feracíssimos terrenos.

Pôsto que ousada, esta hipótese não deixa de merecer consideração.

Seja como fôr, o que não admite contestação é a existência da *villa Cesurae* nos alvares da expansão do Cristianismo na Península Ibérica, como o patenteiam flagrantemente as sepul-

turas antropomórficas abertas em rocha, na Portela e na Lage dos Vales, subúrbios da minha aldeia, umas e outras despejadas e sem tampa.

Dos túmulos da Portela, já me ocupei desenvolvidamente em estudo especial. Trata-se de três sepulcros — dois de pessoa adulta e o terceiro de criança, escavados num afloramento de granito grosseiro, situado à direita do caminho velho que ia de Sezures a Castendo.

As sepulturas maiores dispõem-se paralelamente, e orientam-se no sentido NE.-SW., ficando o lugar destinado a alojar a cabeça virado para SW.; a sepultura menor fica junto das anteriores e tem, aproximadamente, a direcção N.-S., estando o sítio da cabeça voltada para S.

À direita da estrada Castendo-Mangualde — que substituiu o antigo caminho —, no Calvário (à Sereia), a pequena distância da primeira vila, mostra-se uma necrópole (atribuída aos Moiros, e que, por isso mesmo e para santificação do local, ali se levantou um cruzeiro); é em tudo análoga à de Sezures: topografia em relação à via pública, número e orientação das sepulturas e situação do lugar da cabeça; dêstes sarcófagos antropomórficos tratei também apropriadamente no trabalho acima citado.

Consoante afirmação de Leite de Vasconcelos, em Vila-Boa e em Esmolfe, contam-se várias campas abertas em rocha; ao contrário das de Castendo e de Sezures — que se acham expostas à superfície do terreno —, as de Esmolfe, encontram-se a grande profundidade do solo.

Não aludiu o eminente arqueólogo à forma das sepulturas, embora seja lícito pensar que se referia a túmulos antropomórficos.

Apesar de não serem ainda unânimes as opiniões acerca da época em que as sepulturas desta natureza foram excavadas, julgo que, mercê dos argumentos que aduzi em outra oportunidade, tais sepulcros devem ter sido construídos no princípio da era Cristã.

Na Lage dos Vales, a SE. de Sezures e a pequena distância desta aldeia, observa-se uma grande e profunda escavação trapezoidal, aberta na rocha granítica.

A cavidade, orientada no sentido N.-S., possui as seguintes dimensões: lados maiores, 2^m,60 e 2^m,30; menores, respectivamente, 1^m,30 e 1^m,10; profundidade, um metro.

Junto do lado S., esboça-se outra campã, cuja cavidade foi apenas iniciada.

Sarcófagos de análoga configuração, encontrou-os Leite de Vasconcelos em Forninhos, junto da capela de Nossa Senhora dos Verdes; êstes, como o de Sezures, pertencem, sem dúvida, aos tempos romanos ou pre-romanos.

A sepultura de Sezures lembra uma enorme pia, cavada na rocha natural. Ouvi contar que o achado desta escavação ocorrido há anos, ia dando origem a uma cena de pugilato. Certo trabalhador, que perto se empregava com os companheiros a surribar terreno, apercebeu-se de que, debaixo da terra que enchia a cavidade, se continha uma panela de barro; supondo-a cheia de moedas de ouro, empenhava-se em escondê-la dos camaradas, os quais, todavia, não tardaram em dar conta da vasilha.

Qual não foi o desapontamento de todos, quando, partindo a panela com as enxadas ameaçadoras, sòmente puderam ver terra negra...

A gente mais idosa de Sezures afirma que, dentro da panela, haveriam sido guardados enchido e outra carne de porco, com o fim de subtraírem êstes alimentos à cobiça dos Franceses, que por ali passaram no princípio do século XIX.

Na Matela, pequeno povoado a NE. de Sezures, Leite de Vasconcelos viu uma sepultura avulsa, a servir de pia — onde os animais costumavam dessedentar-se — que lhe pareceu ser sepulcro romano ou medieval.

Na área da Lage dos Vales, mostram-se várias cavidades,

abertas no granito: a primeira, com a configuração duma gigantesca pègada humana, outra assemelhando-se à impressão da pata dum solípede, e correspondendo a terceira ao sulco deixado pelo rodado dum carro de bois; a tradição tanto assevera que tais marcas constituem sinais indeléveis impressos, há milénios, na rocha, quando incompletamente solidificada, como os diz resultantes da passagem dos Franceses!...

Segundo me afirmaram, perto da aldeia de S. Gemil, à superfície duma eira de granito, desenha-se um grande rectângulo que dá a idéia duma tampa de enorme arca. Ninguém se atreve a mexer no local: é que, reza a lenda, ao abrir-se êste depósito, evolar-se-iam espessos e abundantes gases mortíferos que empertariam tôda a povoação e redondezas...

No alto dum monte, junto de Trancosêlos, abertas em rochedos, aparecem escavações que o povo toma como sinais deixados por Nossa Senhora, ao assentar-se, e pela pègada da jumenta que a transportava.

Decorridos os períodos de dominação dos Romanos, dos Bárbaros e dos Árabes, chega-se ao século da fundação de Portugal. Com o alvorecer da Nacionalidade, o concelho de Penalva do Castelo foi distinguido com grandes honrarias e privilégios.

Vila Nova de Penalva, povoação recém-criada, mereceu ser dignificada pela Rainha D. Teresa, escolhendo-a para edificação do mosteiro dos Cavaleiros da Ordem Canónica e Militar do Santo Sepulcro, que ali teve a sua primeira casa na Península Ibérica; a segunda casa da Ordem foi instituída em Águas Santas (Maia) por D. Afonso III, cujo mosteiro, ao tempo, era pertença dos cónegos de Santo Agostinho.

Com a instalação da Ordem, a vila mudou de nome e tornou-se Vila Nova do Sepulcro; ainda hoje, na cêrca da Quinta do Mosteiro (ou Mosteirinho), aos Trancosêlos — onde a supers-

tição popular assegura aparecerem, durante a noite, almas do outro mundo — têm sido observadas ruínas de edifícios, sem dúvida, remotas construções medievais (igreja e habitações).

Leite de Vasconcelos examinou ali uma tampa de sepultura com uma cruz, escudetes e um signo-saimão.

Fundada, entre os anos de 1090 e 1100, por Godofredo de Bulhão, em Jerusalém, a Ordem do Santo Sepulcro foi introduzida em Portugal por D. Teresa, durante a menoridade de D. Afonso Henriques, portanto, entre os anos de 1112 e 1128, concedendo-lhe grandes e numerosas propriedades nos concelhos de Gouveia (S. Paio de Gouveia, actualmente S. Paio de Seia — coutadas, posteriormente, pelo rei Conquistador), do Sátão (Ladário — coutadas por D. Sancho I), e de Penalva do Castelo (Paços de Penalva e povoações de seu têrmo: Lusinde, Santa Ovaia, S. Gemil, Gondomar, Sezures e Pejes.

«Villa de Paazos de Pena Alva fuit testata sepulcro ex parte Regum & populatores d'ipsa Villa habuerant carta de foro d'regibus», certificam as *Inquirições* de D. Afonso III.

Sezures — a vila de Cesuras medieval — era comenda da Ordem do Santo Sepulcro; nesta qualidade, havia sido doada, aos cavaleiros de Jerusalém em recompensa de serviços valiosos, obrigando-se os guerreiros a promover o seu desenvolvimento e a defesa dos inimigos e malfeitores, consoante preceituavam as regras gerais de concessão de tais benefícios.

No decurso dos tempos, o mosteiro dos Trancosêlos arruína-se, e a Vila Nova do Sepulcro despovoou-se e, perdendo a sua primitiva importância, morreu; tanto a igreja como a povoação ficaram dependentes da comenda de Sezures. Em 1492, Sezures ainda continuava comenda ou ramo unido à de Águas Santas, sendo ainda as duas localidades da Ordem do Sepulcro — congregação que não tardou em ver-se encorporada na Ordem de Malta, de que a sua maior dignidade, o priorado do Crato, por caber

aos filhos segundos dos nossos reis, veio a pertencer pela última vez a D. Miguel I.

Na verdade, a limitar a área geográfica em que se acha situada a povoação de Sezures, mostram-se quatro cruces de Malta: uma, ao cimo do Mato da Costa; outra, no Vale do Côrvo; a terceira, na Córca dos Vales; e a quarta, na Serra do Gato, em lugar que desconheço.

A cruz do Mato da Costa (ou melhor, Mato da Encosta — largo baldio a N. do Rossio dos Matos, hoje apenas revestido de vegetação rasteira: giestas, salpór, rosmaninho, e raríssimos pinheiros bravos, mas, por certo, outrora coberto de espesso matalgal, que lhe daria o nome) está insculpida sôbre um afloramento granítico, no caminho do Vidoeiro ⁽¹⁾; a do Vale do Côrvo está gravada num penedo, e a da Córca dos Vales mostra-se num marco rectangular.

A tradição local assegura que as cruces referidas demarcavam terrenos coutados — a estas terras defesas poderiam acolher-se os delinquentes sujeitos à alçada das leis penais do reino; como é sabido, os direitos de coutado não só abrangiam aquêlê privilégio, mas também tinham por intuito atrair pessoas para se fixarem, trabalhando a terra e erigindo habitações, regalias que a carta de lei de D. Pedro II, em 10 de Janeiro de 1692, restringiu bastante, abolindo-as até para determinados crimes graves.

Nas *Inquisitiones* de D. Afonso III, em 1258, fala-se, frequentemente, do concelho de Penalva do Castelo e de seu aro: Castaedo, Noguaria, Piindo, Losemdi, Vila Cova, Rial, Antas, Taa-vares, Pejas, Santa Ovaya, Sam Gemil, Esmolfi ou Ermofoldi, Cesuras, etc.; entre tôdas, será interessante transcrever algumas

(1) Vidoeiro ou bétula — espécie florestal característica dos últimos andares das *skovmoses* ou turfeiras. Êste tipo de vegetação, actualmente abundante na taiga siberiana, predominaria neste terreno, ao qual, posteriormente, emprestou a denominação.

referências respeitantes a Castendo (*Castaendo — Castædo — Castaendo — Castanetum*) e a Sezures.

«*De Castaedo termino cum parrochia de Penna Alba* — Johannes Petri, juratus et interrogatus, dixit quod, in Castaedo, habet Dominus Rex Vij.^{em} fogarias forarias Regis de jugata ⁽¹⁾. Interrogatus de foro Regis, dixit quod solebant dare de jugata j. modium ⁽²⁾ quartatum et decimam de vino et de lino et de leguminibus, et ibant in hostem et anuduvam ⁽³⁾, et pectabant vocem ⁽⁴⁾ et calumpniam ⁽⁵⁾, per forum de Penna Alba, et dabant collectam ⁽⁶⁾, et qui habebant caballum defendebant jugatam.

«Petrus Suariz, de Ermolfi, juratus, dixit similiter; et addit quod Johannes Petri et Martinus Johannis comparaverunt unam fogariam ⁽⁷⁾ que fuit de Pelagio Rege, et est dispopulata, et perdit inde Rex anuduvam et hostem.

«D. (Dominicus) Petri, juratus, dixit similiter. Item, Johannes Petri, juratus et interrogatus de amis militum et de comendis et maladiis dixit quod Martinus Fernandi, de Castaedo, est in maladia ⁽⁸⁾ et comenda de Stephano Petri de Taavares.

(1) Jugata = jagada — fôro, impôsto ou direito real, pago por casais convertidos de reguengos em foreiros (Alexandre Herculano).

(2) Modio — meio almude, alqueire.

(3) Anúduva — impôsto em dinheiro destinado à construção e reparação de fortalezas, fossos e outras obras militares, que, muitas vezes, era satisfeito em trabalho braçal (Viterbo, Leite de Vasconcelos).

(4) Vox = voz — tributo, coima, multa ou pena pelo não pagamento de impôsto ou afronta cometida (Viterbo).

(5) Calumpnia = calúnia — multa paga pelos autores de crimes (Viterbo).

(6) Collecta = colheita — tributo que os vassallos pagavam ao rei quando êle visitava as povoações; posteriormente, o impôsto era satisfeito mesmo quando o príncipe não viesse. Desde D. Denis que a colheita passou a ser paga pelos concelhos (Viterbo).

(7) Fogaria — casal ou reguengo (terra que pertencia ao património real), por cujo amanho se entregavam à Coroa certos foros (Viterbo).

(8) Maladia — pensão, ainda que deminuta, que os nobres recebiam dos *malados* ou seus inferiores (Viterbo).

«Interrogatus de viduis, dixit quod vidua non dant luitosam ⁽¹⁾. Petrus Suariz dixit similiter de viduis».

E, noutro lugar das *Inquisitiones* de D. Afonso III, lê-se:

«*De Cesuras* — Item, Petrus Suariz, de Esmolfi, dixit quod Pelagius Martini, Zapatarius, dedit, in vita sua, una hereditatem forariam Regis de jugata in Cesuras.

«Interrogatus de tempore, dixit quod tempore istius Regis. Et dixit quod dederunt illi panem, et debent illum continere in vita sua.

«Martinus Fernandi, de Esmolfi (Ermofoldi), dixit similiter. D. Petri, de Castaedo, dixit similiter; et addit quod dederunt tres morabitanos ⁽²⁾, et debent illum continere in vita sua.

«Martinus Pelagii, de Cesuras, dixit similiter.

«Martinus Gunsalvi, de Castaedo, dixit similiter.

«R. Martini, de Cesuras, dixit similiter.

«Martinus Pelagii, de Cesuras, dixit similiter.

«D. Petri de Cesuras, dixit similiter.

«Menendus Martini dixit similiter.

«Dominicus Petri, de Castaedo, juratus et interrogatus, dixit quod Domus Petrus et Donna Dordia testaverunt Ville Nove de Sepulcro una hereditate forariam Regis et jugata in loco que dicitur Carpena et in conchouso que fuit de Donna Vivili. Interrogatus de tempore, dixit; tempore Domini Regis Sancii, fratris istuis Regis.

«Martinus Pelagii, de Carroga, juratus et interrogatus, dixit

(1) Luitosa = luitosa — pagamento de imposto especial, sem o qual as viúvas jamais poderiam contrair segundas núpcias (Viterbo).

(2) Morabitino = maravedí. Em 1928, cada moravedí-ouro valia 204\$68 (Lúcio de Azevedo).

quod Villa de Carroga est foraria Regis de caballaria ⁽¹⁾, et est una cabalaria, et pectat Regi vocem et calumpniam, et debet ire in hostem et anuduvam, et dat in collectam, et maiordomo ⁽²⁾ de Penna Alva pignorat et constringit eos pro totis suis directis.

« Martinus Fernandi, de Correga, dixit similiter. Garsea Petri dixit similiter.

« Johannis, de Ulvaria, juratus et interrogatus de patronatu de Piindo, et habuerunt eam sempre de popolatione terre.

« F. Laurencii, de Rooriz, dixit similiter ».

Depois de se referirem a várias localidades do concelho de Penalva do Castelo, as *Inquisitiones*, voltam de novo a falar de Sezures:

« De Cesuras — Rodericus Martini, de Cesuras, juratus et interrogatus, dixit quod de villa de Cesuras habet Rex medietatem de homicidio ⁽³⁾, rauso ⁽⁴⁾ et merda in buca ⁽⁵⁾, et habet portaginem ⁽⁶⁾, et hostem et anuduvam.

(1) Cabalaria = cavalaria — multa, condenação ou pena que pagavam todos aquêles que, tendo obrigação de ter cavalo de marca, o não apresentavam nas mostras gerais do mês de Maio. Em Viseu e seus termos, todos os chefes de família tinham cavalo de Maio, capaz de servir na guerra.

Obrigaçào de fornecer certo número de cavalos ao real serviço.

Fisco, imposição tributária que, no século XIII, os beirões pagavam — correspondia aos prédios onerados com serviço de fossadeira ou direito de fossado (Viterbo).

(2) Maiordomo = mordomo — feitor, encarregado de colhêr a importância das multas e as rendas, e da administração dos bens particulares (Viterbo).

(3) Homicídio — tributo ou pena paga pelo assassino ou por quem não quisesse entregar o criminoso ao tribunal (Viterbo).

(4) Rausso — multa, condenação ou pena que as leis impunham ao forçador de mulher: raptó ou violação (Viterbo).

(5) Merda in buca ou *stercus in ore* — palavras obscenas, torpes; grave insulto, dos maiores da Idade-Média, remido com pesada multa (Viterbo).

(6) Portaginem = portagem — direito real advindo da venda de viveres que

« Martinus Pelagi, de Cesuras, dixit similiter; et adadit quod habuit eam Sepulcrum Domini de testamento de Pelagio Rubro de longo tempore; et multi alii dixerunt similiter, qui libet per se; et addit quod laborant homines de Cesuras hereditates forarias Regis e dant de eis rationem de pane concilio de Penna Alba, quod est arrendatum com Rege.

« D. Petri de Cesuras, dixit similiter.

« Menendus Martini juratus, dixit similiter; et adadit quod fratres fecerunt in ipso testamento tria casalia, et deinde alargaverunt et errimperunt per montum minium Regis, et fecerunt modo bene XXX. Casalia.

« Sueierius Gunsalvi, de Ribeyro, juratus, dixit similiter; et adadit quod tota est foraria Regis et sua propria Regis, excepto uno casali quod fuit de Pelagio Rubeo.

« Johannes Michaelis, iudex de Penna Alva, juratus, dixit quod concilium de Penna Alva fuit arrendatum cum Domino Rege Sancio, fratre istius Regis, per centum morabitanos sicut continetur in carta Domini Regi, et, anteaquam Regi, sicut continetur in certa veteri.

« Interrogatus de hereditatibus forariis dixit (sic) ».

Com data de 1283, a *Chancelaria de D. Denis* fala da « participação do juiz e tabelião do concelho de Penalva do Castelo

entrassem nas cidades, vilas, julgados ou coutos, ou pago pelas pessoas que atravessassem as localidades, levando mercadorias (Viterbo).

Quem passasse por Sezures, porque esta povoação pertencia à Ordem de Santo Sepulcro, seria obrigado a pagar aquêlê direito; e era na Portela (pequena porta, entrada duma povoação, passagem, caminho que liga dois lugares diferentes, como desde o século X se dizia) que o imposto deveria ser satisfeito. Na verdade, êste local é bem a porta de Sezures, visto por ali passar o antigo caminho Castendo — Sezures — Cortiçada — Aguiar da Beira, hoje substituído, em parte, por estrada.

àcerca da povoação do Castelo dêsse nome, cujos povoadores tinham vindo à côrte, representados por dois dêles. Na carta do rei, de 12 de Fevereiro, diz-se que até 15 de Agôsto, êles fariam casas na povoação, havendo de habitá-las, sob pena de o juiz e tabelião lhas tirarem, para as darem a outros povoadores, enviando-os então à côrte para lhes passarem os títulos de concessão. O Concelho distribuiu as terras aos povoadores não permitindo o juiz e o meirinho do distrito que ninguém lhes fizesse danos» (Gama Barros).

Quando das *Inquirições sobre Honras e Devassas* de D. Denis, em 1288, no julgado de Penalva, os informadores disseram: «Que ha hy hua aldeya q. chamâ Çeçuras & son bê xij Casaes & da Orden do Sepulcro & tragê a hordê por onra que nã entra hy moordomo nê peita ⁽¹⁾ en de voz nê coomha ⁽²⁾ & pero don na Renda XV lybras ao Concelho por ajuda de Colheya & pero tragêna por onrra & trage hy sseu chegador» ⁽³⁾.

Não conheço qualquer documento dos séculos XIV e XV, em que se aluda ao concelho de Penalva do Castelo.

Em 10 de Fevereiro de 1514, D. Manuel, tendo em atenção as deferências havidas da parte de D. Sancho II, D. Afonso III e D. Denis para com êste concelho, concedeu-lhe foral, no qual se declara expressamente: «eram escussos os lugares de Losim de, & Santa Ovaya, & Sam Gemil, & Gondomar, & Cesura, & Pejas, por serem da Ordem, á excepção de terem ou de adquirirem terras dizimais, das quais pagariam segundo a Repartição,

(1) Peitar — pagar (Viterbo).

(2) Coomha = coima — multa ou pena, por injúria, injustiça ou afronta cometida (Viterbo).

(3) Chegador — a pessoa que fazia comparecer os devedores ou os que impediam o pagamento das dividas (Viterbo).

que lhe coubese; da paga de nove mil rreais ⁽¹⁾ e 250 liuras ⁽²⁾, que allê se deviam pagar pelas rendas da terra, ficando somente sujeitos todos os bens e pessoas á paga de 7.200 reais pelas duzentas liuras da Colheita, como no dito foral se prescreye».

No reinado de D. Manuel, sabendo-se que o concelho ou julgado de Penalva do Castelo fôra aforado por D. Sancho II por 180 maravedis de ouro (cem pelos direitos reais da Terra e oitenta pela colheita dela) — aforamento que mereceu ser confirmado por D. Afonso III —, estabeleceu-se que «por cada um dos maravedins, duas liuras e meia daquela moeda antiga pollo qual depois el-Rei dom denis seu filho, a requerimento do dito concelho, mudare esse foro dos maravedins ao dito respeito nas ditas liuras, leuando a liura em vinte soldos ⁽³⁾ que fazem desta nossa moeda ora corrente de seis ceptis ⁽⁴⁾, o real nouenta rreais. E montase por este respeito nas ditas quatroçentas e cinquenta liuras de vinte soldos a liura. E a trinta e seis reais por huma com crescimento deles desasseis mill e duzentos reais».

Passam os séculos, sucedem-se os monarcas, e do concelho de Penalva do Castelo pouco falam os documentos históricos.

A povoação de Penalva do Castelo constitui uma colegiada importante, privilégio mantido até à lei de 18 de Dezembro de 1869, de José Luciano de Castro, que suprimiu as corporações eclesiásticas. O abade da frêguesia tinha honras de cônego, inteiramente subtraído à jurisdição do bispo de Viseu; competia-lhe

(1) O real branco ou de prata valia dez vezes o real prêto ou de cobre; o real branco, em 1435, equivalia a 35 libras — 15,12 reis ouro, que, em 1928, valiam 1\$49,4 (Lúcio de Azevedo).

(2) Em 1928, cada libra de D. Afonso III valia 136\$44 (Lúcio de Azevedo).

(3) O sôldo de ouro valia 320 reis, e o de prata, 10 reis; vinte sôldos perfaziam uma libra de 36 reis. Em 1513, o sôldo passou a valer um real (Lúcio de Azevedo).

(4) Ceptil = ceitil — moeda usada depois da tomada de Ceuta. Um real branco equivalia a seis ceitis (Lúcio de Azevedo).

administrar os bens locais e os dízimos pagos pelas treze frèguesias filiais, num total de 1.200\$000 reis anuais.

Ao abade de Penalva — escolhido pelos Marqueses de Cascais — incumbia apresentar os párocos de Real, Esmolfe, Vila Cova, Mareco, Germil, Trancosêlos e Sezures, respectivamente, com, reis, 6\$000, 32\$000, 40\$000, 20\$000, 6\$000, 6\$000 e 20\$000, de cõngrua e o pé de altar.

O pároco de Lusinde era proposto pelo reitor de Pindo, por sua vez apontado pelo Padroado, cabendo ao primeiro 10\$000 reis e 40\$000 ao segundo, de cõngrua e o pé de altar.

II

Terminadas que foram as referências aos elementos informativos sôbre a pre-história e a história de algumas das povoações do concelho de Penalva do Castelo e de outras das vizinhanças, passemos a descrever as excursões levadas a efeito nos montes e serras dos arredores da aldeia de Sezures — motivo principal da realização do presente estudo.

A primeira excursão realizou-se ao *Vale do Corvo* e à *Vacaria*.

Deixando-se a povoação, à Santa Justa — nicho modesto de granito fino do Margaçal, onde até há anos, se abrigava a imagem da santa que deu o nome ao lugar, e em frente do qual se reconstituem os cortejos dos defuntos provenientes do Bóco e da Ponte e se rezam os responsos fúnebres; envereda-se para o Vale da Cruz — largas terras de sementeira onde se erige um cruzeiro de pedra, que lhes empresta a denominação; sobe-se ao Picôto — lugar impròpriamente designado porque, em vez de apresentar cume agudo, a colina parece um planalto; segue-se para o Campelinho — um pequeno campo arável; e, finalmente, atingem-se os limites meridionais do Vale do Corvo — amplo baldio, assim

chamado, mercê dos numerosos corvos que, em tempos idos, ali se podiam observar.

O Vale do Corvo é um extensíssimo terreno que vai dos limites de Sezures aos do Bóco, de Colherinhas e da Vacaria.

O solo apresenta-se coberto de ervas, sargaços, fetos, panasco, salpór, rosmaninho, orgueiras, e, de, onde em onde, pinheiros bravos; ali vão a apascentar os gados de Sezures, do Bóco e da Vacaria.

Abundam as rochas graníticas — ricas de feldspato e mica — com formas e dimensões as mais variadas.

Observam-se, com grande freqüência, os penedos balouçantes ou oscilantes, quer sustentados apenas por uma escassa superfície basilar, quer pousados em duas ou mais rochas vizinhas.

Penedos fendidos, provávelmente, pela acção das faíscas eléctricas — cujos fragmentos se dispõem paralelamente ou sob ângulos de 25-30° — e abrigos sob rocha de diferente amplitude, resguardados, por vezes, por paredes tôscas, por certo, erectas pelos pastores para se abrigarem e aos gados das intempéries, aparecem também amiúde; a exploração ligeira dos abrigos e vizinhanças não conduziu a quaisquer resultados de interêsse arqueológico.

Apresentam-se, igualmente, penedos ostentando escavações mais ou menos largas e profundas, de caprichosa configuração: a chaminé dum forno-túnel, a silhueta dum bispo paramentado com capa de asperges, nichos de santos, etc. As cavidades, devidas à acção erosiva dos elementos meteóricos, mostram-se em penedos de granito grosseiro e esboroável, e sempre na face exposta a S. ou a E., do lado de Trancoso, da Espanha — donde sopra o vento de *cima* ou *suão* ⁽¹⁾ — apelido talvez demasiadamente lato, pois que *suão* se chama ao vento quente e sofucante,

(1) Em certas regiões, chama-se vento ensoño ou espanhol ao vento do Nascente (Leite de Vasconcelos).

vindo do sul; o vento de cima é muito temido dos lavradores, tão perniciosos efeitos êle faz sentir sôbre os frutos e demais espécies agrícolas. E é, decerto, por causa dos seus malefícios, que ao ouvir-se soprar, intensamente, se diz em Sezures: *morreu algum escrívão para as bandas de Espanha...*, como que a justificar também a outra máxima bem remota: *de Espanha não vem bom vento nem bom casamento...* — próloquio que nada tem de pejorativo porque traduz apenas um arredondamento rítmico (Leite de Vasconcelos).

De entre as rochas do Vale do Corvo — que mais têm prendido a atenção das gentes da frêguesia de Sezures, salientam-se o *Penedo Mirante*, o *Penedo de Pêra Bordã* e a *Pedra Alta*.

O Penedo Mirante acha-se no Vale das Porqueiras ⁽¹⁾ — vale com cêrca de um quilómetro de extensão — e que atravessa o Vale do Corvo no sentido N.-S.

O Penedo Mirante é um monólito enorme, com mais de catorze metros de comprimento, e outros tanto de altura. Colocado sôbre o talweg, deixa, entre as duas margens, uma passagem ou gruta com perto de dois metros de largura, por onde corre a água do regato. Cogitando sôbre a formação dêste abrigo, fica-se com a impressão de que o Penedo Mirante, anteriormente colocado em cima duma larga rocha, fendendo-se pelo meio, se deslocou sôbre a base, de modo a ficar encostado, indo um dos seus bôrdos fixar-se na margem oposta do ribeiro.

O nome dêste monólito advém da circunstância de qualquer pessoa, colocada sob a gruta, do lado N. poder reflectir-se, nitidamente, *mirar-se*, na água do regato. Conta-se que as pastoras

(1) É de crer que esta designação provenha de, em outros tempos, ali irem pastar varas de porcos, como actualmente ainda acontece no Alentejo; semelhantemente, o nome da Vacaria derivará da existência de currais de gado bovino.

mais brêgeiras, que jamais usaram cuecas, não só se dispunham sôbre a água de modo a mirarem as suas partes pudendas, mas até disso faziam gala...

Por mais que tentasse aperceber-me de qualquer indício arqueológico, nada consegui observar sôbre Penedo Mirante ou nos terrenos adjacentes.

Certos habitantes mais idosos de Sezures repetem uma lenda muito curiosa que afirma viver, no interior do Penedo, uma Moira formosíssima que, na madrugada do dia de S. João, vai mirar-se na água, e pentear os seus cabelos, tão extraordinariamente belos e preciosos, que, cada um, desprendido, constitui valioso fio de ouro puro; ninguém a poderá ver, sob pena de ficar encantado...

A N. do Penedo Mirante e dêle desviado 800 metros, aproximadamente, posta-se o Penedo da Pêra Bordã (Pedra Bordã?), descomunal rochedo que se salienta entre as quatro das partes em que se fendeu um grande bloco granítico — com mais de 70 metros de circunferência e 12 de altura.

Na face NE., o Penedo da Pêra Bordã apresenta excavações de diverso tamanho, provocadas pelos agentes erosivos, assemelhando-se uma delas ao cálice e corola duma flor de enormes proporções: o cálice deve medir cêrca de 1^m,5 de altura e a corola terá um metro de diâmetro.

Foram vãs tôdas as tentativas que realizei com o fito de desvendar a origem da expressão com que se nomeia êste agregado rochoso, como inúteis resultaram quaisquer investigações sôbre a existência de lendas e tradições, que, porventura, com êle se relacionem.

A Pedra Alta, localizada na margem ocidental do Vale do mesmo nome — continuado mais abaixo pelo Vale das Porqueiras — encontra-se a cêrca de 500 metros da Vacaria; o seu nome provém da situação saliente duma pedra, colocada no tópo do bloco

granítico, formado por três penedos sobrepostos, que se alteia a 30 metros sôbre o fundo do vale.

Entre o segundo e o terceiro penedos, há um apertado e difícil caminho de câbras; a-pesar-de tão perigosa passagem, certa pastora de antanho, numa afirmação de audácia insensata, costumava percorrê-la de gatinhas, juntamente com o seu cão de guarda prêso à cintura!...

A pedra superior, com a forma aproximada dum cone, de vértice para baixo, é bem um penedo balouçante; o seu equilíbrio é obtido à custa de outra rocha a que se ampara.

Os pastores abriram pequenas cavidades na superfície da pedra mais alta, a fim de lhes permitir trepar ao cume, tarefa não muito difícil quando tentada pelo lado ocidental; a base do cone é tão ampla que os rapazes lhe dançam em cima.

Conquanto a Pedra Alta seja bem conhecida por tôda a gente da frêguesia, e, melhor ainda, pelos pastores e caçadores, nenhuma lenda ou tradição local se refere a êste aglomerado rochoso, nem nenhum elemento arqueológico encontrei nas pesquisas efectuadas sôbre os terrenos em seu redor.

E, para findar esta peregrinação de estudo, aludirei ainda ao *Sarilho*—local com alguns metros quadrados de superfície, a W. e a pequena distância da Vacaria—, cuja designação, de há muito, desperta a minha curiosidade.

O sítio nada tem de interessante, a não ser por apresentar-se entre penedias e revelar vestígios de antigos muros de pedras tôscas, sobrepostas a sêco.

O Sarilho é atravessado pelo caminho de Sezures—Vacaria—Cortiçada—Aguiar da Beira—Trancoso, via esta com muitas centenas de anos de existência, como bem o patenteiam os profundos trilhos produzidos na rocha natural do pavimento.

Leite de Vasconcelos, que visitou o Sarilho, em 1896, afirma que o povo dos arredores relaciona o nome do lugar com um

sarilho de armas para a cavalaria dos Moiros não passar; em sua opinião, e por analogia com o que se verifica em outras regiões, o nome proveio de, em qualquer pedra, se achar esculpida a figura dum sarilho.

As versões que eu recolhi sôbre a origem daquela designação afastam-se um pouco das que acabo de referir.

Contaram-me que uma antiga tradição assevera que, entre os penedos do Sarilho ou detrás dêles, se postaram os patriotas defensores da frêguesia, barrando com a sua bravura indomável, a passagem aos estrangeiros—que uns querem hajam sido os espanhóis, e outros os franceses; para certos habitantes, no segundo quartel do século passado, realizaram-se ali exercícios militares, e, portanto, múltiplos sarilhos de espingardas foram armados, sucedendo até que, os proprietários da região, com receio de que lhos roubassem, esconderam em lugares seguros, todos os seus equídeos.

Explorações superficiais, feitas *in loco*, não levaram a nenhum achado arqueológico.

Do *castelo* da Vacaria, a que alude Leite de Vasconcelos, não obtive qualquer informação sôbre da sua existência ou localização topográfica, nem do *penedo sonante* ou ainda do gigante de dentes grandes que, junto dêle, inquiria da analogia da dentadura com a dos viandantes...

De regresso a Sezures, passa-se pelas Alminhas do Maio (?) e da Córca (Córrega) do Pereiro—modestíssimas representações do sacrificio do Calvário, a ocre vermelho, e já quási indecifráveis—, as primeiras pintadas num penedo, e as segundas numa pedra do muro que ladeia o caminho de Sezures à Vacaria.

E, já nos subúrbios da minha aldeia, postam-se novas Alminhas, o *Cruzeiro das Cruzes*—denominação derivada, decerto, das duas cruces que ostenta, uma entalhada em relêvo, na parte

superior do rectângulo do Cruzeiro, e a outra, a tinta avermelhada, quasi desaparecida, pintada a meio dêle.

De todos os cruzeiros da frêguesia de Sezures, é este o mais interessante sob o ponto de vista artístico, aliás bem pobre também. Erigido em 1822, é junto dêle, como das Alminhas precedentes, que se reconstituem os cortejos fúnebres e também se recitam as orações pela alma dos mortos, que, da Vacaria e do Companheiro, vão a enterrar no cemitério da minha terra natal.

*
* *
*

A segunda excursão teve por objectivo visitar a *Serra das Malhadas* e a *Cabreira*.

Partindo da Mata da Castelhana — cujo nome parece recordar o de qualquer mulher de Castela — na minha infância, formada por pequenos pinheiros bravos envolvidos por espessos silvados, e aonde, com os rapazitos de Sezures, eu ia em procura dos ninhos — para a Córga do Pereiro, chega-se às terras dos Córgos (Córregos), denominação bem apropriada, tão fundas regueiras, bordadas de alcantiladas penedias, conduzem as águas pluviais ao Vale do Coval, onde avolumam o ribeiro do Companheiro, pequeno afluente do Côja.

No cimo dos Córgos, em local, actualmente, coberto de pinhais adultos, há mais de cinqüenta anos, travou-se feroz e sangrento combate entre uma alcateia de lóbos famintos e uma manada de touros e de vacas e suas crias, que viviam em semi-liberdade naquelas paragens.

Da refrega, que durou uma noite inteira — e a cujo lugar, bem batido e ensangüentado, acorreu, admirada, no dia seguinte, tôda a gente das povoações vizinhas — resultou ficarem bastantes feridos um vitelo de pouca idade, e uma lôba, esta tão gravemente

que, alguns dias depois, foi encontrada agonizante, no meio dum feijoal, em Carapito, junto do rio, onde um moleiro a acabou de matar à sacholada.

Nas duas margens do Coval — correspondendo a do S. aos Córgos e a do N. à Serra das Malhadas — por entre fragedos cobertos de panasco, salpór, giestas e sargaços, e de colossais blocos graníticos, predominantemente feldspáticos e ricos de mica, observam-se vários penedos balouçantes, de diferentes formas e dimensões, sustentados por um ou mais pontos de apoio.

Largos ou apertados espaços (*taladas*) entre os penedos, algumas bem altas, e abrigos sob rocha — primitivos ou protegidos por tôscas paredes de pedra solta, erectas pelos pastores para recolha dos gados — também são freqüentes; em cima dos penedos, aqui e além, orgueiras, medronheiros, carrascas e outras plantas silvestres — cujas sementes para ali carregaram as aves — vivem raquiticamente, tão minguido é o terreno em que se fixaram.

Nas faces expostas a E. e a S. de alguns penedos, ostentam-se escavações com os mais caprichosos aspectos, resultantes da acção dos agentes erosivos.

Nem nos abrigos sob rocha nem nos terrenos circundantes, encontrei quaisquer objectos ou insculpturas que correspondam a manifestações de actividade humana de idades anteriores à nossa.

Na Quinta do Companheiro (Campanheiro?), diz a tradição, acampou, em tempos muito recuados, um monarca ou infante português, que por ali passara em viagem ou digressão venatória; a perpetuar a sua estadia, tão honrosa para o povoado, o príncipe fêz gravar numa pedra o escudo nacional, que, segundo me informaram, ainda existia no fim do século passado, e depois foi destruído por inconsciente iconoclasta.

Leite de Vasconcelos, em 1896, passou pelo Companheiro, em demanda duma inscrição que lhe disseram haver ali; sòmente teve ensejo de, numa lápide, poder verificar a data de 1689.

A ser verdadeira a versão que referi, ¿haveriam, porventura, passado por tão inóspita região qualquer dos primeiros membros da família real da quarta dinastia?

Entre os vales do Coval e o do Côja, na serra do mesmo nome, encontra-se o *Penedo das Malhadas* — descomunal aglomerado granítico com mais de 70 metros de comprimento, 50 de largura e outros tantos de altura — separado, por garganta apertada, de outra enorme massa de penedos, postada a S.

No cume dêste rochedo, escondem-se os coelhos, aonde, só certos cães conseguem ir desalojá-los, tão árduo e perigoso é o acesso.

O Penedo das Malhadas deve a sua alcunha às manchas esbranquiçadas e escuras, alternadamente dispostas e, melhormente evidenciadas à distância, que apresenta nos lados oriental e meridional.

As manchas ou *malhadas*, ao contrário do que pensa o povo da região, quando assegura serem apenas resultado da deposição dos excrementos das aves de rapina que sobre a rocha fazem os ninhos ou poiso habitual, devem provir, sobretudo, da coloração líquenes, e quiçá, da acção da água das chuvas que escorrem dos do tópo para a base do penedo.

O Penedo das Malhadas mostra na face oriental uma cavidade, análoga e outras que, a pequena distância dêle e em enorme penedia, se podem verificar no tecto dum abrigo sob rocha, de abertura voltada para S. e E.

Em outro penedo, no lado sul, observa-se uma interessante figura, lembrando um relógio de grandes dimensões: a periferia é constituída por aglomerados de líquenes esbranquiçados, achando-se o interior coberto daquelas criptogâmicas muito mais escuras.

Seguindo o ribeiro do Companheiro, na direcção da sua foz, já em terras da Silvã, encontra-se um lugar chamado *Dornas* — nome derivado da existência de mais de trinta concavidades,

fundas e redondas, caprichosamente moldadas (assemelhando-se algumas delas às dornas ou vasilhas de madeira onde se pisam ou transportam as uvas para o lagar), de diferentes dimensões, que durante séculos, as águas foram cavando na rocha sobre que passam, coleando, a caminho do Côja, afluente do Dão.

Durante o verão, a água do ribeiro, por escassa, desaparece a cerca de 50 metros das Dornas, mostrando-se, de novo, cantante dentro das suas concavidades, para não passar além.

Procurei inquirir sobre qualquer lenda ou versão popular ligada ao Penedo das Malhadas ou às Dornas, mas foi debalde que o tentei.

A S. dos Córgos, no tópo da vertente escarpada das terras que se continuam com as da Cabreira (provavelmente, outrora, região de pastagem de gado caprino) eleva-se o *Penedo do Oiro* — morro granítico com mais de 50 metros de comprimento e 30 de altura, a E. — a que só é possível trepar pelo lado ocidental.

O Penedo do Oiro apresenta várias escavações arredondadas, em forma de bacia, de maiores ou menores dimensões (algumas de 1^m × 0^m,50), possuindo ou não orifícios de escoamento.

Com o Penedo do Oiro, prende-se uma lenda muito interessante. Conta-se que, no interior da rocha, vive uma Moira, dotada de beleza sem par, e extremamente rica. Como veio para ali ninguém o sabe, se bem que se acredite ter ficado do tempo dos Moiros... à espera de ser resgatada pelos seus irmãos de raça e de religião; igualmente se ignora o orifício por onde entra para o seu esconderijo.

No dia de S. João, mesmo ao nascer do sol, pode ver-se a Moira expondo à luz dos primeiros raios solares, tóda a sua imensa riqueza — pedras preciosas, meadas e cordões de oiro fulvo...

Poucos minutos demora a sua tarefa, e recolherá cêleremente, todo o seu tesoiro, se vir ou adivinhar que olhos indiscretos a espreitam ou querem surpreender na sua exposição.

Alguns abrigos sob rocha podem verificar-se neste local, e, bem assim, penedos balouçantes, com ou sem escavações; ali, a 50 metros, a E. do Penedo do Oiro, vê-se uma pedra oscilante, cujo aspecto recorda o duma boina à espanhola.

Enveredando para a Córga dos Vales — extensas terras de sementeira, a chamada *fólha de baixo* (em opposição à *fólha de cima*, formada pelas searas a E. e a S. de Sezures), encontra-se uma pedra rectangular de 1^m,25 de altura, enterrada no solo e incorporada numa parede de separação de propriedades rurais; na face Oriental, está insculpada uma tósca cruz de Malta, tendo 0^m,12 de comprimento cada um dos braços — marca rupestre a que já aludi mais atrás.

Transposto o ribeiro do Portipeiro — pequeno regato recém-nascido a algumas dezenas de metros na Lameira, que se dirige, por entre terras fertilíssimas, para a bucólica Quinta de Vale Amoso, para alfim, já mais forte ir lançar-se no Côja; subida a encosta que leva à aldeia, havendo passado pela Fontinha da Prata — em que só brota água no inverno, chega-se aos subúrbios de Sezures, à Portela, local em que se eleva a capelinha de S.^{to} António, junto ao cemitério — onde, desde os fins da primeira metade do século passado se inhumam os mortos da fréguesia, que até àquela época, conforme o costume generalizado, eram enterrados dentro da igreja ou no adro contíguo. Também outrora no largo junto da capelinha se realizavam os arraiais de S.^{to} António e do Mártir S. Sebastião.

*
* *
*

A terceira excursão destinou-se a visitar a *Serra do Gato*. Percorrida a rua da Igreja; passado o Curral — topónimo denunciador da antiga prática das gentes de Sezures: no curral ou pequeno recinto, recolhiam-se os gados perdidos ou extravia-

dos, até que seus donos os demandassem; subido o caminho do Fôjo (1), que leva ao cimo da Quinta da Lapa — povito que recebeu o nome do grande penedo contido na sua área; deixadas as *Alminhas*, e, percorrida, finalmente, tóda a encosta, chega-se às Cabeças — terrenos assim denominados, possivelmente, por constituírem a parte mais alta do monte.

Nas Cabeças, nada de interessante prende a atenção do investigador, o que já não acontece ao entrar-se nas terras que conduzem, por intermédio do Vale Feitoso (por via dos abundantes fetos, *feitãos* ou *fentãos*, como os chamam aqui), à Serra da Cabeça do Gato, tão rica de enormes penedias graníticas.

São frequentes também as rochas manchadas de líquenes, e as cavidades, de formas e dimensões diversas, escavadas sobre elas — algumas das quais têm servido de receptáculo do leite que os pastores para ali ordenham, à hora da merenda.

As escavações apresentam-se, em regra, nas superfícies expostas a NE. e a E., havendo todavia, algumas viradas a S., W. e a NW. Se certas delas são, indubitavelmente, devidas à acção erosiva dos agentes meteorológicos, outras há que podem tomar-se como artificialmente talhadas pelo homem, tão perfeitas se apresentam em seus aspectos e delineamentos; estão neste caso, o *Penico*, a *Banheira*, o *Lagar dos Moiros* — designações bem expressivas para, só por si, denunciarem a configuração geral das cavidades.

O Penico lembra uma retrete com capacidade de mais de 60 litros, cuja abertura superior tem um metro de diâmetro, sendo o do orifício do fundo igual a um decímetro; ali sobem os pequenos pastores, com o auxílio duma árvore, a fim de fazerem as suas dejectões! . . .

O Lagar dos Moiros e a Banheira também estão colocados

(1) Denominação imprópria, porquanto trata-se de uma encosta e não de cova funda.

no tópo de altas rochas, aonde se trepa muito difficilmente. Na superfície exterior do Lagar, diz a gente de Sezures, existe a figura duma chave, grosseiramente delineada e esculpida; a tradição local assevera que o Lagar tem uma torneira em sítio inacessível e que só com auxílio de instrumentos especiais se poderá abrir...

Os penedos balouçantes, assentes por um ou dois pontos também se encontram amiudadamente, tanto na Cêrca de Dentro como na Cêrca de Fora — regiões contíguas que ligam o Vale Feitoso com o cêrro da Cabeça do Gato, na serra do mesmo nome; a montanha deve a sua denominação a um penedo balouçante, excavado na parte superior e apoiado sôbre grande aglomerado rochoso que, observado a distância, dá a idéia perfeita da cabeça dum felino doméstico, sustentada pelos cõndilos occipitais, ficando o focinho virado a N.

As formas dos penedos oscilantes dêste monte revelam aspectos interessantes: bonés, pirâmides e cones invertidos, etc.

Os abrigos sob rocha e as *taladas* ou passagens apertadas entre as rochas, mostram-se, igualmente, em grande número; uma destas últimas, com perto de 25 metros de altura e 0^m,40 de largura, recebeu a alcunha de *Talada das Cadelas* — porque só os cães de caça por lá podem passar, tão estreita ela é, e a outra, mercê da sua analogia com a vulva duma jumenta, é conhecida pelo nome de *C...ta da Burra*.

Dos abrigos sob rocha, uns conservam a sua primitividade e outros foram resguardados, lateralmente, pelos pastores, para melhormente se abrigarem e aos seus gados por ocasião das tempestades.

A *Lapa dos Ladrões* fica situada na Cêrca de Fora; diz-se que, em tempos idos, serviu de refúgio aos gatunos para ali se recolherem e cozinhar as rezes roubadas — conservadas numa cabana construída a poucos metros de distância, hoje demolida, talqualmente o que succedeu a outras choupanas dispersas pela serra.

Há alguns anos, foi encontrado, sob a Lapa dos Ladrões, um objecto que, consoante me informaram, se parecia com um garfo de grandes dimensões, embora algo diferente dos que actualmente se utilizam.

Nos tectos dos abrigos sob rocha e sôbre alguns penedos, balouçantes ou não, apresentam-se, com freqüência, pequenas cavidades superficiais, linhas e traços gravados e outros sinais rupestres, de maior ou menor extensão, de significado ainda indecifrável, pois tanto podem ter resultado de caprichos da natureza como haverem sido produzidos pela mão do homem.

O aglomerado granítico sôbre que está o penedo da Cabeça do Gato, no tecto dum amplo abrigo e em tôda a sua área, apresenta múltiplos sulcos simples ou ramificados; a E. desta penedia, um enorme morro sustenta grande pedra, disposta de modo a formar novo abrigo, em cujo tecto, além de diversas pequenas excavações se mostram insculpturas análogas às dos anteriores.

A superfície, voltada a NE., dum penedo balouçante — com 12 metros de largura e 6 de altura — contém gravuras arboriformes, ocupando a área de um metro quadrado e colocadas a 1^m,5 do solo.

Na face de outro penedo, exposta a E., nota-se uma depressão de um metro de altura e um e meio de comprimento, cujo conjunto geral recorda, tôscamente, o corpo dum animal, porventura, um elefante; na parte superior da excavação, mostram-se sulcos curvilíneos, rectilíneos e irregulares.

A NE., e distanciado aproximadamente de uma centena de metros do morro da Cabeça do Gato, encontra-se, rés-do-solo, um abrigo sob rocha conhecido pela denominação do *Forno dos Moiros*. A largura da abertura ou bõca do forno é igual a 1^m,40, e a profundidade e a altura atingem, respectivamente, 1^m,20 e 0^m,80.

Os pastores dispensam atenções e respeito particulares a êste abrigo; limpam-no com carinho, e não permitem jamais que, dentro dêle, se faça fogo.

De acôrdo com a tradição, o Lagar dos Moiros, o Penico, a Banheira e o Forno dos Moiros eram utilizados pelos Muçulmanos, que aqui viveram, para satisfação de algumas das suas necessidades domésticas.

Os Moiros possuíram inapreciáveis tesouros, e, por isso, é corrente a opinião que afirma que *entre o Vale Feitoso e as Quelhas do Pendão* (lugar banal, não afastado do Forno dos Moiros, a NE. dêle) *há uma grade e um cambão de ouro!* . . .

Na parte média da encosta NE. do Vale Feitoso, depara-se com a Fonte do Esguicho — uma pequena rocha fendida, à superfície do solo, donde, no inverno, brota água com abundância e com tanta fôrça que os rapazes, diminuído o orifício da nascente, por meio de tecido que introduzem na fenda, obrigam a água a elevar-se em jacto a mais de um metro de altura, condicionando assim a formação dum esguicho ou repuxo.

De regresso à povoação, em Monte Couras (Couraças?), encontram-se novos abrigos sob rocha, dois dos quais merecem ser apontados aqui. Colocados lado a lado, um dêles mede cêrca de 6 metros de largura, 2^m,75 de altura e 4 metros de profundidade, e o outro, respectivamente, 2^m,30, 2 metros e 5 metros; devem ter servido para abrigar os gados dos pastores.

Junto à eira de Monte Couras, fica um grande penedo com três cavidades, comunicantes entre si, orientadas no sentido E.-W.

Descendo à estrada que conduz à aldeia, distante de 200 metros, passa-se pela *Quinta do Vale de Naires* — pequenino povoado da frêguesia de Sezures, cujo topónimo, por tão pouco vulgar, desperta curiosidade e interêsse.

¿Teria sido o sítio baptizado pelo seu dono ou primeiro habitante, quiçá, antigo mareante ou guerreiro na Índia, onde fica o país dos Naires — a tão importante casta militar dos Índios do Malabar?

III

Concluído o relato das excursões de estudo que fiz às regiões circunvizinhas da aldeia de Sezures, apoiado nos elementos pre-históricos e históricos de que se precedeu a descrição daquelas, e confrontadas tôdas as informações, tentemos estabelecer conceitos e alicerçar doutrina que autorizem a esclarecer a origem e o desenvolvimento ulterior de tão laboriosa povoação da Beira-Alta.

É indiscutível que, nas terras circum-adjacentes de Sezures — nas Antas de Penalva, nos concelhos de Fornos de Algodres, de Celorico e do Sátão — viveram povos pre-históricos, nomeadamente, dos fins da idade neolítica, como flagrantemente o corroboram a existência dos dólmenes, outrora, muito abundantes, e de que, actualmente, ainda há, bons exemplares, e ainda o asseguram também os numerosos vestígios da cultura megalítica portuguesa e de outros instrumentos característicos da era da pedra polida.

O aparecimento de dois machados neolíticos na área da frêguesia de Sezures, denota que gentes da idade da pedra polida — há mais de seis mil anos — calcurriaram ou viveram em seus territórios; se, porém, a escassez de dados pre-históricos nos impede de, por ora, nos afoitarmos a admitir a existência de bem fornecidas estações neolíticas, essa deficiência não obsta a que em explorações continuadas, novos elementos arqueológicos possam vir a encontrar-se que justifiquem esta suposição.

O aparecimento de numerosos penedos, apoiados apenas por uma reduzida base de sustentação, porventura alguns oscilantes, e a verificação de outras rochas com topónimos sugestivos — Penedo Mirante, Pêra Bordã, Penedo do Ouro, Penico, Lagar dos Moiros, Banheira e Cabeça do Gato —, aliados à existência de múltiplos abrigos sob rocha — Lapa dos Ladrões, Forno dos Moiros, etc. —, se não podem ser ainda considerados como

construções ciclópicas do homem primitivo, tais monumentos megalíticos são, todavia, determinantes ou promotores de lendas e superstições, intimamente relacionadas com a vida humana em tempos tão recuados.

Quer os penedos balouçantes sejam caprichos da natureza, meros e casuais fenómenos geológicos; quer possam ser tomados como cipos de cemitérios pre-históricos, ou outro qualquer monumento funerário, simbólico e mágico (Filipe Simões e José de Pinho)—opinião dificilmente defensável no caso particular de Sezures, visto não se terem encontrado outros monumentos megalíticos, embora se verifiquem hipotéticas insculpturas rupestres—o que é inegável é que muitos dos enormes monólitos, excavações, abrigos, e a própria configuração das rochas, são especialmente mencionadas e merecem sempre particular reparo às gentes da região.

Os séculos decorrem; à idade da pedra sucedeu-se a dos metais—vivida por novas populações que ocupam a Península Ibérica, a Lusitânia.

À terra dos Lígures, ou dos Iberos, tidos, consoante os autores, como os mais antigos povos da Península—os primeiros, anteriores ao século VII a. de C., e os segundos, pelo menos, entre o VI e o IV séculos—arribaram grupos de Fenícios e Gregos, que iriam fixar-se de preferência, nas costas mediterrânicas e atlânticas.

Transposto o fim da idade de bronze, entra-se na primeira idade do ferro (Halstatt), a meio do quaternário holocénico ou actual.

O advento dos Celtas, os introdutores da civilização do ferro, em copiosas emigrações (máximas no século IV a. de C.) determina um amplo mestiçamento com os indígenas, originando os Celtiberos.

Não tardou que os descendentes dos Fenícios do norte da África—os Cartagineses—invadissem a Península Ibérica, esta-

belecendo-se sobretudo, entre o Tejo e o Ebro, incluída a Lusitânia.

Da passagem e fixação destes povos pre-históricos por terras de Sezures nada se sabe, embora no vizinho concelho do Sátão se hajam encontrado remotos objectos de bronze e de ferro.

Na segunda idade de ferro (La Tène), por volta dos anos 215-210, a. de C., em perseguição dos Cartagineses, novas gentes—os Romanos—surgem na Península, onde hão-de dominar durante quatro séculos, e acabar alfim, por impôr a sua cultura, que jamais deixando de progredir, veio depois de cristianizada, a converter-se na Civilização Ocidental, que ora usufruímos.

Após a morte traiçoeira de Viriato, no ano de 140, a. de C., a Lusitânia foi subjugada—tão inútil resultou a revolta de Sertório, em 80—tendo igual sorte, sete anos depois, e com a tomada de Numância, a grande maioria dos territórios ibéricos. E, com o início da conquista dos soldados do Latium e conseqüente e ulterior romanização, transpôs-se o limiar dos tempos históricos, e com estes, difunde-se exuberantemente, na Península Ibérica, a cultura latina, «a civilização mais progressiva do Mundo».

A influência romana faz-se sentir sobre a língua dos Lusitanos, nos seus usos e costumes, leis e instituições, e até no ponto de vista somático.

Em terras de Penalva do Castelo, fixaram-se e viveram os Romanos; falam dêles as pedras com inscrições, os restos de cerâmica e outros achados arqueológicos dos castros do Castelo de Penalva, de Paramuna, da Murqueira, e, certamente, os do Rossio dos Matos, em Sezures; relembram a sua estadia naquelas paragens a ponte romana e a calçada ou via militar pavimentada de grandes lages, sobre o rio Dão e perto dêle, próximo do Castelo de Penalva.

Por Sezures, no princípio da nossa era, passava a ramificação de uma das onze estradas romanas directas, que irradiavam

de Viseu; bifurcada na Insua, um ramal ia atravessar a ponte do Castelo para dirigir-se, talvez, ao Casal Vasco e a Infias, e o outro encaminhava-se para Esmolfe e Sezures, localidade esta onde se subdividiria em dois trôços: o primeiro seguia em direcção ao Bóco, Quinta da Ponte, Forninhos, Penaverde, Casal do Monte, Venda do Cepo e Trancoso (José Coelho), e o segundo enveredava para a Vacaria, Cortiçada, Aguiar da Beira.

Aos tempos pre-romanos (Martins Sarmiento), ou imediatamente anteriores ou ainda a períodos romanos correspondentes ao início da expansão do Cristianismo na Península Ibérica (Leite de Vasconcelos, Filipe Simões, Amorim Girão, Carlos Teixeira), deverão ter pertencido as sepulturas abertas em pedra, encontradas na Portela e na Lage dos Vales, arredores de Sezures.

Embora não aceite incondicionalmente a opinião de Vergílio Correia — quando crê que as sepulturas antropomórficas têm origem medieval, quiçá, por vezes, posterior ao século X, penso, contudo, que os sepulcros da Portela devam haver sido excavados nos primeiros tempos do Cristianismo. Com efeito, como elas, as primitivas igrejas mostram-se, na sua maioria, orientadas no sentido E.-N. ou NE.-SW., e os altares situam-se do lado do Oriente, estando a porta principal sempre virada a W. ou SW.; a situação da cabeça na necrópole referida permitirá que, no dia do Juízo Final, as pessoas, ao levantarem-se, fiquem voltadas para Jerusalém. Idêntica orientação apresentam, aliás, as sepulturas da Sereia (Castendo), de Ruivães (Vieira do Minho), de Santa Cruz do Bispo (Bouças), etc.

Se bem que, antes da dominação romana e durante esta, fôsse costume corrente incinerar os cadáveres, algumas famílias pagãs havia, no entanto, que preferiam ser inhumadas, talqualmente o que se passava com os cristãos, que jamais consentiam na cremação dos seus restos mortais — prática bem generalizada até ao século III A. D.

Não deixa de ser muito interessante a circunstância de as necrópoles da Sereia e da Portela se identificarem tanto na forma e dimensões das suas sepulturas, como, e principalmente, no número e disposição; do significado destas verificações e ao pequeno número de túmulos que formam as duas necrópoles já cuidei desenvolvidamente em estudo especial, razão por que me dispense de repetir agora as considerações que então aduzi.

Os Romanos ou os povos a que comunicaram a sua civilização, deixaram voluntariamente ou não, os castros ou citânias, — por via de regra localizados nos sítios altos, a-fim-de mais eficazmente se defenderem dos inimigos ou dos animais ferozes que os acossassem — descendo aos vales e planícies de terras férteis.

Dedicando-se à agricultura, as gentes de Roma cultivaram grandes extensões de terrenos, desbastaram matos e arvoredos; é crível que, desde esta época, se iniciassem as culturas em muitas terras de Sezures e de seu aro, ao tempo cobertas de bosques, como bem o revelam os topónimos daquela aldeia: Rossio dos Matos, Mato da Costa, Videiro, a Boixa (Bouça), etc.

Os Romanos constroem casas nos campos, erigem *villae rusticae* e *villae fructuaria*, donde resultaram anteriormente, as povoações luso-romanas, continuadas na Idade-Média pelas *villas* e *villares*, *casales*, *casais* ou quintas — de que tanto falam os documentos coevos — e das quais muitas das povoações do concelho de Penalva do Castelo ainda hoje conservam estas denominações antigas. Até aos fins do século XII, as vilas rurais — onde viviam os colonos e suas famílias — eram herdade, granja, casal ou quinta, constituídas por terrenos, casa de campo, abegoaria, cobêrto, etc.

Foi, talvez, no Rossio dos Matos que se levantaram as primeiras habitações campestres da *villa Cesurae*; abandonado êste local por motivos ignorados — embora seja permitido supor que

tenham de filiar-se na ânsia de melhoria económica de seus habitantes, cada vez mais numerosos — a *villa* foi transferida para o sítio em que, actualmente, se situa a aldeia de Sezures.

Depois dos Romanos, chegaram, à Península Ibérica, os Alanos, os Vândalos e os Suevos, fixando-se os primeiros nos territórios da Lusitânia; não tardou, porém, que novas gentes — os Visigodos, povos afins somática e etnicamente dos anteriores — se assenhoreassem da Ibéria, onde dominam cerca de três séculos.

Da invasão dos Árabes, em 711, resulta a submissão dos povos peninsulares ao jugo dos prosélitos do Alcorão, domínio que perdurará, em terras lusitanas, até ao século XIII.

Nem as hordas germânicas nem as muçulmanas impregnaram tão profundamente a constituição morfológica e social do nosso povo como os Romanos.

Da passagem e estadia das populações maometanas na região de Penalva do Castelo, nada de concreto se conhece ainda; unicamente se apontam lugares cujos topónimos andam relacionados com superstições, lendas e tradições, em que os Moiros e as Moiras são sempre os protagonistas, se bem que, é verdade, tais narrativas sòmente encerrem interêsse folclórico.

Inicia-se a Reconquista Cristã da Ibéria, e, com esta, não demorou que o povo do Condado Portucalense adquirisse a maioridade política e se tornasse independente.

No despertar da Nacionalidade, o concelho de Penalva do Castelo é alvo de consideração especial por parte da rainha D. Tereza; é dentro dos seus limites, em Trancosêlos, que se institue a primeira casa dos Cónegos e Cavaleiros da Ordem do Santo Sepulcro da Península Ibérica, recém-chegados a Portugal.

A rainha cumula-os de privilégios e honrarias, doa-lhes muitas fazendas e povoações, entre as quais se conta a de Sezures, convertida em comenda das mais categorizadas.

A princípio, a *villa Cesurae* seria formada por um pequeno número de moradias. No humilde povoado, haveria, talvez, uma família mais ilustre, possivelmente, a do chefe; para os seus membros se teriam aberto as sepulturas da Portela.

A *villa de Cesuras* cresce e progride; ainda conserva esta denominação no século XIII, durante o reinado de D. Afonso III, nas inquirições que mandou realizar. No tempo dêste rei, a gente de Sezures tinha por obrigação dar à Coroa metade das multas correspondentes à remissão de crimes de homicídio, rapto ou violação de mulher, e por insultos graves, como *stercus in ore*; os direitos de portagem, o recrutamento de homens para a guerra e para construção ou beneficiamento das fortalezas eram também pertença ou privilégio real.

Já no tempo de D. Denis se lhe não chama vila, nome substituído pelo de aldeia — agora, pelo menos, com doze habitações; é que atingira maior desenvolvimento, e, por isso, de modesto casal campestre — a vila romana — convertera-se em aldeia mais progressiva. De futuro, aliás, a designação vila apenas traduzirá divisão administrativa, salvo uma ou outra povoação que ainda hoje mantém a primeira denominação, sem que tal circunstância sempre equivalha a importância populacional ou económica (por exemplo: Vila Cova, Vila Mendo — duas aldeias do concelho de Penalva do Castelo).

Embora a aldeia dionisíaca continuasse a pertencer à Ordem do Santo Sepulcro, a seus habitantes incumbe dar ao monarca, quando por êle visitados ou por seu representante, quinze libras, oferecidas por sua livre e espontânea vontade, procedendo assim por honra, visto em suas terras não poder entrar mordomo nem chegador, em demanda de tributos de qualquer natureza.

A Ordem do Santo Sepulcro, ao cabo de múltiplas vicissitudes, é incorporada na Ordem de Malta, passando os seus bens, no concelho de Penalva do Castelo e nos circunvizinhos, a ser

dependência da Comenda de Sezures, facto altamente honroso para esta povoação, tão bem êle revela seu prestígio e valimento.

No documento de D. Manuel, de 1514, em que se dá foral novo ao concelho de Penalva do Castelo, a aldeia de Sezures aparece excluída do pagamento de determinados encargos fiscaes, não deixando, contudo, de aludir-se expressamente à obrigação de satisfazer os direitos de portagem e de colheita — o imposto da visita do rei ou de seu emissário.

Decorrem os anos, passam-se séculos. De algumas das povoações do concelho de Penalva do Castelo continuam a falar os textos históricos; de Sezures ou de seus habitantes nem uma única referência se obtém até ao século XIX.

No século XIX, duas famílias categorizadas — Albuquerque Castro, e Almeida, viviam nessa povoação. Parentes dos Albuquerque e Castro, de Esmolfe e de Sezures, ilustram-se no Ultramar português: em meados do século XVIII, dois filhos da Casa da Insua, Luís e João de Albuquerque Pereira de Melo e Cáceres, são governadores e capitães generais do Mato Grosso, região brasileira onde promovem excelente obra administrativa e de fomento colonial.

O nome da Insua, de Casal Vasco e de outras aldeias do concelho vão baptizar povoações recém-criadas do Estado de Mato Grosso; o de Castendo é dado a um povoado (Úcua) de Angola, actualmente séde e apelido de um Pôsto Administrativo dos Dembos, em cuja área ainda, em nossos dias podem se observar árvores de fruto, que, outrora, ali plantara alguém natural da vila penalvilha.

Em Esmolfe, durante o século XVIII os primeiros lustros do XIX, os Albuquerque e Castro, usufruíam quantiosos bens de fortuna e desfrutavam grande prestígio moral e social; no segundo quartel do século XVIII, um filho desta povoação, João Patrício de Albuquerque e Castro, era capitão-mor da Ordem de Malta.

Foi, numa propriedade dos Albuquerque e Castro, de Esmolfe, que, em ano ignorado, appareceu uma pequena macieira, que devia tornar-se célebre. Não se sabe de onde veio a semente, nem se foi trazida pelas aves ou por qualquer pessoa. Tratada com carinho, a planta cresceu, fêz-se árvore, e um dia deu os primeiros frutos, que eram deliciosos. Porque os pomos provinham de macieira que ninguém semeou nem plantou, receberam o nome de *maçãs do bravo* (ou *bravias*) *de Esmolfe* — por ser a terra da sua naturalidade.

É como se vê, daquela região que são oriundas as esplêndidas *maçãs* (ou *pêros*, como se diz em Lisboa) *bravo de Esmolfe*, e não de *Esmólfo*, *Esmôfo* ou *Môfo*, na fala alfacinha, nem de *Esmalfe*, consoante afirmou Leite de Vasconcelos; a fama da bondade destes pomos espalhou-se em Portugal inteiro e nas suas Colónias, ultrapassando já as fronteiras.

Em Sezures, no princípio do século passado, continuava senhor e administrador do morgadio de Esmolfe e Palhaes, Miguel de Albuquerque e Castro, descendente em linha recta de um dos ramos da Casa da Insua, e das famílias Barros Cardoso Figueiredo e Vasconcelos da Moita, e Magalhães Coutinho, de Gôge.

A implantação do Liberalismo em Portugal levou os Albuquerque e Castro de Esmolfe e de Sezures, partidários leais e dedicados de D. Miguel, a bater-se por êste monarca em vários encontros guerreiros, nomeadamente, em Valverde e no Cêrco do Pôrto.

Um dos representantes desta família, que viveu em Real, Manuel Maria de Albuquerque e Castro foi monteiro-mor do distrito em Viseu e capitão de Milícias desta cidade; nesta última qualidade, portou-se tão brilhantemente, a favor de D. Miguel que mereceu ser condecorado com as medalhas de Nossa Senhora da Conceição e da Tôrre Espada, Lealdade ao Rei e à Pátria.

Miguel de Albuquerque e Castro, oficial de Milícias como seu primo, esteve também em Valverde e no Cêrco do Pôrto, campanhas em que arruinou a fortuna e a saúde.

Após a Convenção de Évora-Monte, derrotado D. Miguel, os Albuquerque e Castro recolhem a seus lares.

Doente, empobrecido, sofrendo tôdas as desditas dos vencidos, Miguel de Albuquerque e Castro, ao abrigo da lei de Mouzinho da Silveira, de 4 de Abril de 1832, solicita a D. Maria II a abolição do vínculo e bens de capela, em prejuízo de seu filho menor, de quatro meses, Manuel, requerimento que é deferido em 7 de Julho de 1836.

O único descendente de Miguel de Albuquerque e Castro, com geração, ligou-se à família Almeida; desde então, os descendentes desta união nupcial jamais deixaram de esforçar-se por readquirir para sua família o lustre e o prestígio de outros tempos.

Já nos fins do século XIX, e, principalmente, no segundo quartel do século XX, alguns membros desta família ascendem a elevadas dignidades intelectuais do País.

Estimulados por tão nobre exemplo, outros filhos de Sezures se valorizam, exercendo muitos dêles respeitáveis funções públicas e privadas.

A aldeia de Sezures dos nossos dias, uma das maiores e mais populosas do concelho de Penalva do Castelo, para conseguir acelerar o seu progresso, carece de alguns melhoramentos materiais, que só com o auxílio do Estado podem efectivar-se.

Anseiam por êste quinhão de bem-estar todos os seus filhos, tanto os que mourejam exaustivamente na agricultura, comércio e indústria da Metrópole, das nossas Colónias ou em países estranhos, como aquêles que se alçapremaram às mais altas posições da vida pública e mental da Nação portuguesa; uns e outros se empenham por enobrecer e dignificar a sua terra natal, tão remotamente fundada, há mais de dois mil anos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA (ANTÓNIO DE) — *As sepulturas antropomórficas de Sezures e de Castendo (Penalva do Castelo)*, in «Instituto». 1942.
- ALMEIDA (JAIME DE) — *Dos Atbuquerque de Esmolfe e de Sezures*. Lisboa, 1940.
- Arqueólogo Português* — Volumes I, V, VI, VIII, IX, X, XI e XXIV.
- AZEVEDO (J. LÚCIO DE) — *Épocas do Portugal Económico*. Lisboa, 1929.
- BARROS (HENRIQUE DE GAMA) — *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII e XV*. Lisboa.
- CARDOZO (MÁRIO) — *Citânia de Briteiros*. Guimarães, 1939.
- CARVALHO (JOSÉ GUEDES PINTO DE) — *Memórias da História Política e Militar da soberana Ordem de S. João de Jerusalém, desde a sua fundação até 1821*. Lisboa, 1821.
- COELHO (JOSÉ) — *Memórias de Viseu*. Viseu, 1941.
- CORREIA (A. A. MENDES) — *Povos Primitivos da Lusitânia*. Pôrto, 1924.
- *A Lusitânia Pre-Romana*, in «História de Portugal». Barcelos, 1928.
- CORREIA (VERGÍLIO) — *Cil. de Amorim Girão*.
- FERNANDES (J. XAVIER) — *Topónimos e Gentílicos*, vol. I. Pôrto, 1941.
- FIGUEIREDO (JOSÉ ANASTÁCIO DE) — *Nova Malta*. Lisboa, 1800.
- GIRÃO (A. AMORIM) — *Sepulturas antropomórficas abertas em rocha*, in «Homenagem a Martins Sarmento». Guimarães, 1933.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* — Vol. II. Lisboa e Rio de Janeiro, 1938.
- LEAL (PINHO) — *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa, 1875-1890.
- PEIXOTO (ROCHA) — *Portugalia*, vol. II.
- PINA (MENDONÇA E) — *Dicionário de Portugal*. Lisboa, 1904-1915.
- PINHO (JOSÉ DE) — *Expansão da cultura megalítica no concelho de Amarante*, in «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», vol. IV, fasc. I. Pôrto, 1928.
- PINTO (ROQUETTE) — *Rodónia*. Rio de Janeiro, 1935.
- Portugaliae Monumenta Histórica* — «Inquisitiones», vol. I, pars II, fascs. VI e VII. Lisboa, 1935.
- SAMPAIO (ALBERTO) — *As Vilas do Norte de Portugal*, in «Portugalia», vol. I, 1899-1903.

SANTA CATHARINA (FREI IGNEZ DE) — *Memórias da Ordem de S. João de Malta*, tòm. I. Lisboa, 1734.

SARMENTO (MARTINS) — *Cit. de Amorim Girão*.

SIMÕES (FILIPE) — *Cit. de Pinto Leal e de Amorim Girão*.

TEIXEIRA (CARLOS) — *As sepulturas abertas em rocha de Ruivães*, in «Prisma».

Ano IV. Pôrto, 1940.

VASCONCELOS (J. LEITE DE) — *Religiões da Lusitânia*, vols. I, II e III. Lisboa.

— *De Terra em Terra*, vol. I. Lisboa, 1927.

— *Opúsculos*, vols. III e IV. Coimbra, 1931, 1929.

— *Etnografia Portuguesa*, vol. II. Lisboa, 1936.

VITERBO (FREI JOAQUIM DE SANTA ROSA DE) — *Elucidário*. Lisboa, 1798.

ROMANIZAÇÃO NO BAIXO-VOUGA

(NOVO «OPPIDUM» NA ZONA DE TALÁBRIGA)

POR

ALBERTO SOUTO

Em 1933 — como o tempo passa! — numa conferência produzida perante a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, estudei o problema da falta de arquitectura românica no Baixo-Vouga, sendo certo que êsse estilo artístico se revelara no Pôrto e em Coimbra, e mais ao norte da primeira cidade e mais ao sul da segunda, deixando sem quaisquer manifestações um vasto território que sempre foi — nos tempos romanos, medievais e modernos — uma verdadeira via de comunicação e um campo de transição entre o norte, o centro e o sul do País e onde documentos inequívocos comprovam a permanência de um povoamento rural intenso nos séculos X, XI e XII, séculos do ciclo hegemónico do referido estilo.

Pressinto o receio de quem isto ler, perante a invocação de um tardio milénio, e surpreendo a pergunta que poderá fazer-se:

— Que terá o estilo românico com a romanização?...

Ê que nessa conferência, além de definir o Baixo-Vouga, em sentido lato e em sentido restrito, desfiz o êrro, tão vulgar que chega por vezes à letra redonda, de se compreender a zona alta de terrenos antecâmbricos do rebôrdo da Meseta e dos terrenos elevados da orla sedimentar secundária, terciária e quater-

nária, com as emergências anfíbias das acumulações modernas, eólicas, marítimas e lagunares, impróprias ainda hoje, em grande parte, para habitação humana.

Além disso, para estudar as causas históricas e as características demográficas, étnicas e sociais que, a meu ver, alhearam as suas populações do grande movimento da Reconquista e as conservaram absortas na indiferença política do seu ruralismo, eu estabeleci o que me pareceu ser o quadro dos agregados sociais dominantes ao tempo das invasões bárbaras, remontando às causas fundamentais do desinteresse pelas lutas entre novi-gôdos e muçulmanos.

Assim, afirmei que, pelos dados históricos e arqueológicos ao nosso dispor na data em que falava, a invasão romana aniquilara, o civismo e o espírito independente e insubmisso, guerreiro e altivo, dos lusos indígenas; e que a invasão bárbara, fôsse ela qual fôsse, aniquilara os ópidos dos luso-romanos e as formas materiais e aparentes da sua cultura, de que se encontram as ruínas.

Deveriam ter existido na Ribeira-Vouga, ao sul de *Lanco-briga* e ao norte de *Eminium*, três cidades luso-romanas que seriam certamente os centros das *civitates* respectivas e os fulcros da organização política, económica, cultural e administrativa dêsse pequeno país quando esteve sob a influência romana que contou perto de cinco séculos de duração.

Essas três cidades, entendidas com aquela reserva que nos impõe o carácter acanhado, pobre e primitivo, de semelhantes aglomerados de ascendência castreja no oeste-noroeste peninsular, seriam os três *oppida* de *Talábriga*, *Cacia* e *Vouga-Marnel (Cabeço-de-Vouga)*.

Para resumir hoje o estado actual dos nossos conhecimentos sobre a romanização regional vouguense, ou anunciar o achado de novos elementos de estudo da influência cultural romana na vida das populações ribeirinhas e marginais do Baixo-Vouga, bem

necessário se tornaria construir o diorama castrejo do pequeno país em causa.

Certamente os caracteres gerais da distribuição populacional castreja e as condições do viver dos povos lusos e calaicos nestas paragens do oeste-noroeste ibérico, na segunda idade do ferro e nos alvares do século II antes de Cristo, bem como à data da chegada das tropas romanas de conquista e do estabelecimento definitivo da ocupação romana, não diferiam essencialmente da forma porque se distribuíam, agrupavam e viviam os povos do restante país ocidental-nortenho ao saírem da sua proto-história.

É, pois, inútil descrever a vida pré-romana na terra calaica e lusitana do oeste-noroeste peninsular; mas não deixa de haver conveniência em apresentar o panorama castrejo ou mápa distributivo e enumerador dos castros lusos conhecidos no país vouguense.

De facto não se organizou ainda a carta nacional dos castros pré-romanos e romanizados, muito menos a carta correspondente à Beira-Mar; as referências às estações arqueológicas ante-romanas e romanizadas dêste compartimento geográfico são raras, tímidas e episódicas.

A presente comunicação é, em grande parte, como que um relatório, sem frases vistosas nem preocupações eruditas, sobre os esforços que tenho empregado nos últimos catorze anos para ajudar ao esclarecimento do problema, esforços sem mérito e de escassos resultados, mas, pelo menos, sinceros e de bom intuito — em tôda a extensão dêstes termos — pelo que espero me seja desculpada tal referência, e tão extensa, a uma acção pessoal.

*

* *

Foi em 1928 que comecei a trabalhar mais assiduamente no sentido de identificar os locais referidos por alguns escritores de

renome, como sendo as jazidas de Talábriga e Vácua, cidades que, segundo êsses mesmos escritores, deviam existir nas proximidades do Vouga ao tempo da ocupação romana.

Claro é que não mexi no arquivo anedótico para onde fôra relegada a opinião de que Águeda teria sido Emínio e de que Aveiro-cidade teria sido Talábriga.

À vila de Águeda e ao seu rio tinham outorgado o honroso título de Emínio, não os aguedenses, mas os estranhos e, entre outros, os eruditos Frei Bernardo de Brito, Faria e Sousa, Jerónimo Soares Barbosa, Duarte Nunes de Leão, o padre João Baptista de Castro e o padre Carvalho da Costa.

Marques Gomes, sábio historiógrafo aveirense, ainda aceitou como boa tal opinião em 1877, apesar de já mencionar no seu trabalho dêsse ano a opinião de Hübner que colocara *Aeminium* em Coimbra.

Por meados do século XIX, Águeda entusiasmada com os pergaminhos que lhe atribuíam as chamadas *autoridades na matéria*, inscrevera na entrada dos Paços do concelho êste dístico que era um brasão: *a romanis Aeminium!*

Com graça e bom humor nos conta o desfazer do sonho, o Sr. Adolfo Portela, no seu livro *Águeda*, editado no Pôrto em 1904.

A lápide aparecida em 1888 num prédio contíguo ao Colégio Novo de Coimbra, publicada por Borges de Figueiredo, dedicada pelos Eminienses ao imperador Constâncio I, acabou com as ilusões.

Quanto à localização de Talábriga em Aveiro, dada por Bernardo de Brito, pelo padre António de Vasconcelos nas *Anacephaleoses*, por Faria e Sousa e outros, já Marques Gomes a repudiara em 1875, pois seguiu nas *Memórias de Aveiro*, e no *Distrito de Aveiro*, de 1877, o parecer de Gaspar Barreiros que atribuía a Cacia o *ubi* do famoso ópido, mas nunca explorou Cacia.

No estudo publicado em 1909 sôbre a *Situação conjectural de Talábriga*, o falecido arqueólogo Dr. Félix Alves Pereira provou

que a cidade proto-histórica mencionada por Apiano, não podia ser em Aveiro, tão-pouco em Cacia, mas que tinha de ser no concelho de Albergaria-a-Velha e na altura da freguesia da Branca, e liquidou, a meu ver, de vez, o problema da sua *zona de situação*.

Águeda-Eminio e Aveiro-Talábriga haviam entrado, pois, no domínio do anedótico e do pitoresco, e tinham saído do âmbito da arqueologia conscienciosa e da história verdadeiramente séria. Eram outros, nesta época, já, os métodos e processos de investigação!

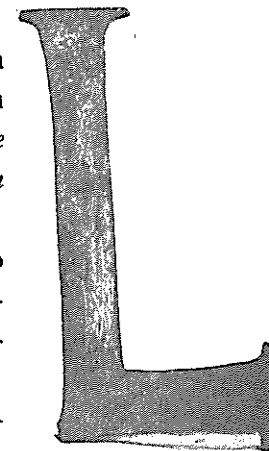
Gaspar Barreiros, porém, mencionara antigualhas em Cacia, no lugar da igreja de S. Julião, e falara nos *fundamentos de uma torre que na memória dos homens estava quasi inteira*.

Marques Gomes confirmou o dito do nosso corógrafo de Quinhentos, sem, contudo, juntar à citação de Barreiros o testemunho da sua observação pessoal.

Alguma coisa ali deveria existir, pensei eu, pois tais ruínas não se inventam facilmente. O que se fantasia, é a sua explicação, e o que se inventa, muitas vezes, são as patranhas da sua história.

Ali fui numerosas vezes quando preparava o trabalho de ordem geográfica publicado em 1923 e mirei e remirei a igreja de S. Julião efectivamente à beira do rio, mas nada mostrando de notável, nem mesmo qualquer indício de tal antiguidade.

Em 1930, porém, encontrei na repartição de finanças a designação de um prédio da matriz de Cacia, situado no *Campo da Matança*, bem como a individualização de outros prédios na *Torre*.



Grande L em bronze dourado do castro luso-romano de Cacia

Ao mesmo tempo, o meu falecido amigo Sebastião de Magalhães Lima, filho do grande pensador Dr. Jaime de Magalhães Lima, entregava-me um *pondus* que aparecera perto da igreja ao extrair-se calhau rolado para a brita das estradas.

Fui de novo esquadrihar Cacia, e, na companhia de alguns amigos conhecedores do local, não tive dificuldade em descobrir o sítio da Tôrre, onde se amontoavam abundantes restos cerâmicos caracteristicamente romanos, e que ficava ali mesmo no cabeço fronteiro à igreja de S. Julião.

Outra presumível estação arqueológica, era apontada por Barreiros, Bernardo de Brito, Pinho Leal, Borges de Figueiredo e Marques Gomes como sendo a jazida da cidade romana de *Vacca* ou *Vacua*, no monte que se vê entre o Vouga e o rio e pântano do Marnel, no cruzamento destas artérias fluviais com a estrada alta de Pôrto a Lisboa; mas faltava também a prova documental material do seu falado romanismo.

Procedendo ao reconhecimento do cabeço, logo constatei a disposição favorável a uma *citânia*; aspectos denunciadores de construções soterradas e a existência, à superfície, de restos cerâmicos de evidente factura e gôsto romanos. Tratava-se de um "*oppidum*," que condizia com as referências de Barreiros e de outros autores do renascimento, e de alguns modernos como Marques Gomes e o Dr. Pedro Augusto Ferreira, continuador de Pinho Leal no *Portugal Antigo e Moderno*, e Borges de Figueiredo, por aquêlê citado e transcrito no seu tópico *Vouga*.

O material recolhido nas duas estações era perfeitamente semelhante: mós manúarias, colos e bicos de ânfora, *pondera*, *lateres*, *tegulae*, *imbrices*, fragmentos de olaria de aspecto rude e reminiscência castreja, jorra de forja de fundição, etc.

Em Cacia, porém, porque havia desmontes e escavações, apareceram restos metálicos mais importantes, entre êles um soberbo L de bronze dourado, certamente compro-

vativo da importância architectónica de algum edifício da cidade destruída.

Em Cabeço de Vouga, onde fui repetidas vezes, e acompanhado por amigos como os Srs. Dr. José de Almeida Azevedo, engenheiro Humberto Mendes Correia, desenhador de Obras Públicas Manuel Sacramento, Jóia de Noronha, o médico militar Dr. Manuel Rodrigues da Cruz, os irmãos Marques, de Macinhata, Lourenço Vicente Ferreira, José de Sousa e outros, não me foi possível fazer escavações que teriam de ser dispendiosas.

Não recolhi, portanto, restos metálicos de valor, mas a colheita de material cerâmico de superfície foi bastante para caracterizar a estação e defini-la como luso-romana, indiscutivelmente.

A visita ali efectuada pelo Sr. Dr. Mendes Corrêa, não lhe deixou dúvidas a tal respeito.

Estavam dados os primeiros passos no terreno para o inventário e para a identificação das estações arqueológicas romanas do Baixo-Vouga e, pela primeira vez, se recolhia num museu o material demonstrativo.

Que tenha sido eu o pioneiro dêste trabalho de identificação e de recolha de mobiliário arqueológico, pouco importa. O que importa, é que, em 1930, ficou definida e documentada a romanização material no Baixo-Vouga e ficou assente e comprovada a existência de dois ópidos luso-romanos numa região de onde até aí se não arquivara nem um só caco demonstrativo da ocupação romana e da sua inerente cultura.

*

* *

Por êste tempo — 1930 — procedia eu também ao estudo do compartimento serrano mais afastado para o interior, e encontrava na serra do Arestal as duas estações de arte rupestre comuni-

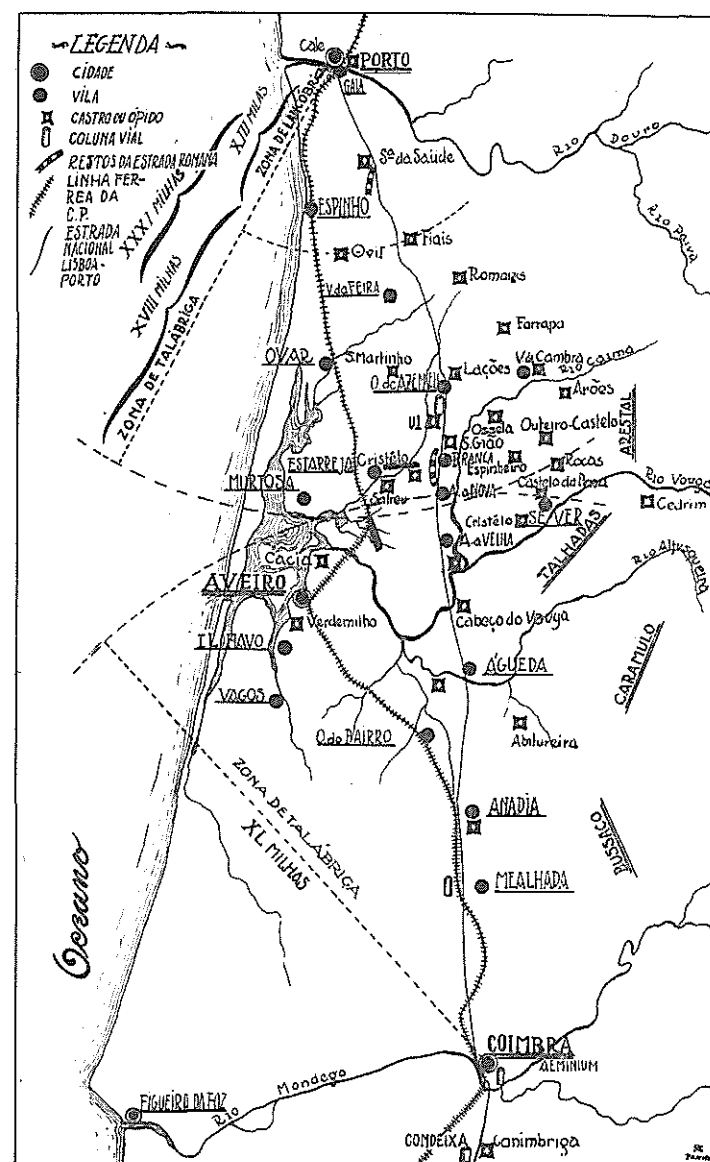
cadras a esta Sociedade e vários castros inéditos que visitei e explorei, fazendo a recolha dos primeiros documentos pré-históricos e castrejos da região. Bem pouco foi e bem pouco é ainda, mas preencheu-se uma lacuna — para não fugir à frase consagrada — lacuna que era incompreensível e indesculpável.

Mas documentou-se no incipiente museu arqueológico anexo ao Museu de Arte que dirijo, embora por forma modestíssima, o paleolítico do Vale do Cértima, o neolítico de muito maior dispersão, a época do bronze e a cultura castreja ante-romana, presumivelmente da segunda idade do ferro, passando-se à época romana de que hoje me ocupo, representada no mesmo museu pelo pequeno espólio que obtive de Cacia e Vouga-Marnel.

A época romana tem outras representações no material recolhido recentemente pelos Srs. Sousa Baptista e António Rocha Madaíl no Cabeço-de-Vouga, nas colunas viais de Mealhada e de Oliveira-de-Azeméis, nas inscrições desta mesma localidade lidas por José Fortes; no Mercúrio de Casal-Comba do Museu Azuaga; na cabeça de Jano do Museu de Aveiro; nas aras e no aparelho do portal do Castelo da Feira; nos restos dos castros de Ossela, explorado pelo Museu Municipal do Pôrto, e de Vale-de-Cambra, remetidos êstes aos Serviços Hidráulicos de Lisboa; de Romariz, em comêço de exploração, e de Fiães, adquirido pela Universidade do Pôrto.

As últimas estações, a norte do concelho da Feira, contactam já com o grupo monumental romano do concelho de Gaia, entre o qual avulta a necrópole de Gulpilhares.

Era, sem dúvida difícil, ousado pelo menos, o cometimento que me propus, da busca e recolha da documentação pré-histórica, proto-histórica e romana em tão vasta zona, demais em luta com a escassez de estações, míngua de indicações e falta de material e recursos, para mim, humilde obreiro, e incipiente, da arqueologia.



Esbôço de um roteiro dos castros ante-romanos e ópidos luso-romanos da região do Vouga-litoral com indicação dos documentos certos e presumidos da Via Militar do *Itinerário* de Antonino e referência às estações viais de Conimbriga, Eminium e Cale, segundo o estado dos nossos conhecimentos em 1942. As zonas conjecturais da situação de Talábriga e Lancóbriga deçalcam o trabalho de Félix Alves Pereira.

Mas dentro do mísero espólio recolhido, e mediante as observações locais que modestamente fiz, tornou-se-me possível constatar o seguinte que pode auxiliar as teorias sistematizadoras:

—As combinações circulares concêntricas e espiralóides de arte rupestre não passam para o sul do Vouga ou são aí desconhecidas.

Coisa parecida acontece com os machados de bronze de tipo nortenho de que só se conhecem dois, de anéis, no distrito de Aveiro, um dos quais está no Museu, havendo apenas outro machado, chato, de tipo meridional, ali recolhido também.

O tipo de casas redondas freqüentes nos castros do norte, só apareceu no Baixo-Vouga em Abitureira de Belazaima, do concelho de Águeda. Isto quanto ao ante-romano.

Quanto aos tempos romanos:

Dos castros da serra, isto é, do interior montanhoso, nenhum foi romanizado. Assim o Castelo de Cedrim, o Castelo da Pena, o Castro de Rocas, o Outeiro-Castêlo do alto do Arestal, o Cabeço do Aro, no Espinheiro, todos de Sever do Vouga, e o Chão de Carvalho ou Castro de Arões, do concelho de Cambra, todos para leste do Caima.

Pelo contrário, é no vale e no pendor ocidental do rebôrd da Meseta ou na planície sedimentar que se encontram os castros que experimentaram a romanização: Fiães e Romariz, Feira, Ossela, Vale de Cambra, Ul, Cristêlo da Branca, Cacia e Cabeço de Vouga, havendo entre êstes alguns como Chão de Ave (na Farrapa de Cambra), Cristêlo de Serem, Castelo de S. Gião, Águeda-Recardães, Anadia, Verdemilho de Aveiro, que não oferecem qualquer documento ou vestígio de habitação e cultura e que apenas se identificam pela persistência do topónimo nos respectivos locais, excepção feita do Castelo de S. Gião na serra da Branca, de Albergaria-a-Velha, que mostra aspectos de construção defensiva.

De todos êstes castros, da serra, do alto plaino, da ribeira ou da marinha, um único mostra o seu local hoje habitado — Cristêlo da Branca, por mim há pouco descoberto na sua característica de castro luso romanizado, no concelho de Albergaria-a-Velha, três quilómetros a oeste de Albergaria-a-Nova, mas o tipo de habitação é o moderno e corrente na região, e a aldeia actual é do tipo linear, sem qualquer aspecto vetusto.

Na direcção da linha Cristêlo, Ul, Santiago de Riba-de-Ul, Couto de Cucujães, escalonam-se a um e outro lado do vale do rio Antuã, alguns castros como Lações de Azeméis e S. Martinho da Gândara, que eu não reconheci ainda e de que não tenho notícias de qualquer exploração, mas que entrego à competência, de investigador erudito que é, do Sr. P.^o João Domingues Arêde, de Couto de Cucujães.

Da análise dêste panorama castrejo, que eu creio muito deficiente e que poderá ser ampliado com novas pesquisas e explorações, é lícito concluir o seguinte que pela primeira vez formulo, parafraseando, aliás, o que pelo Sr. Dr. Mendes Corrêa foi generalizado a todos os castros do ocidente peninsular:

—A arqueologia do Baixo-Vouga e da sua orla montanhosa, comprova a história no lance do abandono dos povoados de altura por efeito da invasão e da ocupação romanas.

O romano, por meio de acção militar violenta, ou por imposição de vencedor, ou por política industriosa e hábil de ocupação, ou por mera difusão da sua cultura, obrigou e levou os povos dos altos a abandonarem as suas fortificações e os seus domínios primevos.

Os castros da serra morreram sem serem romanizados.

No vale e na peneplanície, o caso é diferente; o romano submeteu, mas permitiu o regresso aos castros ou a continuação do seu viver, e civilizou, introduziu a cultura que empolgou os nativos.

A romanização pareceu ter abrandado — a bem ou a mal!... — os instintos guerreiros e o génio indómito dos lusos subjogados, e fêz deles cultivadores hábeis, mineiros sossegados, camponezes pacíficos.

Instalou-os nas vilas, que Alberto Sampaio tão brilhantemente definiu e historiou desde os confins do Minho até à linha do Vouga, onde as condições de vida e a mesologia começam a diferir sensivelmente.

O romano lavrou, sem dúvida com a mão de obra indígena, as minas do Vale-do-Caima (Albergaria-a-Velha) e do vale do Rio-Mau (Sever-do-Vouga) pois na mina de cobre do Palhal e na mina da Malhada-do-Braçal, apareceram sinais de mineração dessa época, entre êles o chicote de zurzir os escravos que não eram, com certeza, os dominadores...

Isto está de acôrdo com a extraordinária habilidade do romano na prospecção mineira.

Reduziu os minérios de ferro, ainda, no Vale-do-Caima — talvez os do chapéu de ferro, totalmente esgotado, do complexo filonar, pois apareceram no lugar de Rendo, perto de Vale-Maior, grandes escoriais aproveitados pelos proprietários das minas do Braçal no século XIX como fundente da galena, conforme documento que examinei na Câmara de Albergaria-a-Velha.

Aproveitou, também, as limonites de Aguada-de-Cima, no concelho de Águeda, onde deixou datada a sua actividade com moedas cuja época exacta não me foi possível averiguar.

Bem provavelmente, segundo parecer de Alberto Sampaio, instalou a salinagem e provocou a formação dos primeiros vilares de marnotos na fimbria do estuário.

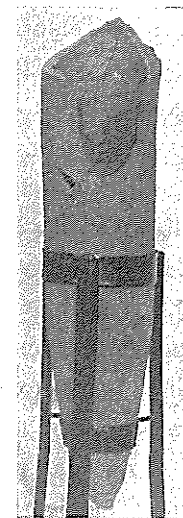
Ensinou a cobrir as casas com a tégula fabricada por ali em oficinas manuais, como as que ainda hoje fabricam a telha mourisca, empregando o barro da região, substituindo assim os velhos tetos de côlmo.

Ensinou a aparelhar e a argamassar a pedra para os muros e construções, a lajear as estradas, a escrever e contar segundo a notação latina. Inveterou nos nativos dominados, por contágio e por comércio, o gôsto pelo confôrto e pelo artefacto de adôrno, pela louça arretina, pela baixela metálica.

Latinizou-lhes o dialecto, adaptou-lhes as instituições à maneira do seu *jus*, enquadrou-os nas suas tropas de guarnição, comunicou-lhes a sua concepção teológica e familiarizou-os com os deuses do seu panteão, afeiçoando também às suas fórmulas e idéias os deuses bárbaros das devoções indígenas.

E, sobretudo, prendeu o luso à terra, como escravo, como ingénuo, como servo ou como *dominus*, e, de tal maneira, que a propriedade vem a resistir à perturbação dos bárbaros do norte e à do domínio serraceno e revela-se nos documentos medievais, nos séculos X, XI e XII, como uma instituição de sólidas raízes, cheia de vitalidade.

Essa documentação notarial respeitante àquêlê território que abrangemos no compar-timento do Baixo-Vouga e Beira-Mar, entre Douro e Mondego, é singularmente abundante: condições especiais de vida rústica se criaram aqui por influência romana, condições essas que perduraram até ao período agitado das duas reconquistas e que se mantiveram na nacionalidade portuguesa, apesar das perturbações, que eu suponho terem sido muito graves, do período calamitoso das invasões dos bárbaros do norte, dos navegantes nórdicos, dos árabes conquistadores, das presúrias e carreiras dos novi-gôdos e da pirataria normanda e sarracena.



Anforeta do castro luso-romano de Cacia

*

* *

Três cidades lusas, três castros de certa importância, existiram e se mantiveram durante a ocupação romana no centro do pequeno país vouguense que podemos chamar, também, por comodidade, a Ribeira-Vouga. Já hoje mencionei essas cidades e já as tinha mencionado na conferência de 1933:

— Talábriga, Cacia e Cabeço-de-Vouga.

Dos ópidos de Cacia e Cabeço-de-Vouga, conhecem-se com exactidão os locais e possuem-se restos, mas desconhecem-se os topónimos.

E digo, desconhecem-se os topónimos, acentuando, porque a vila de Cacia que na Idade-Média nos aparece doada ao abade Eusébio do convento do Lorvão pelo conde D. Henrique e por D. Tareja, não é, de forma alguma, a Cacia luso-romana da estação da Torre, como a vilazinha de Vouga da mesma época não é a citânia do alto de entre Vouga e Marnel, nem coisa que se lhe pareça.

As duas vilas, uma tipicamente rústica, outra com magistraturas municipais embrionárias, dos documentos em que figura D. Tareja, nem sucedem na cultura, nem certamente herdaram os nomes próprios das próximas cidades mortas dos luso-romanos.

De Talábriga ficou-nos o nome, mas perdeu-se o local, o mesmo acontecendo com Lancóbriga que residiria no actual concelho da Feira.

E eis-nos em pleno problema de Talábriga, que intimamente se liga com outro não menos importante problema da arqueologia romana do centro e norte do País: o da *via militar* de Olisipo a Brácar, no seu trecho entre Conímbriga, Emínio e Cale:

Vejamos a importância histórica dos dois problemas.

Talábriga é o unico *oppidum* lusitano de cuja conquista e submissão pelos romanos nos ficou relação escrita do mundo latino.

Talábriga é a cidade lusitana que, por isso mesmo e por demorar no nosso território, incarna e personifica para nós o civismo ancestral, o amor do torrão natal do passado, a altivez na independência das tribos lusitanas que, sem se erguerem à unidade orgânica de *estado* e *nação*, nos legaram a virtude inestimável de um germe de nacionalismo que tem sido, através dos séculos, o condão da nossa continuidade e da nossa personalidade históricas.

Em 1907, o falecido e eminente arqueólogo Dr. Félix Alves Pereira, rematando o seu brilhantíssimo estudo sobre a «*Situação Conjectural de Talábriga*», no *Arqueólogo Português*, escrevia:

«Entrevejo para a arqueologia portuguesa este problema: sondar o jazigo de Talábriga verdadeiro símbolo do nosso sentimento nacional...» e disse «*sentir amargura por não poder conversar na região do Vouga com as ruínas da cidade onde se desfizeram os sucessos cruéis do episódio da guerra de conquista narrado por Apiano e segredar às cinzas daquele abrasado patriotismo que o mesmo sentimento que chamejou nesses lusitanos insofridos, ainda se não arrependera com o soprar sobre elas de vinte vezes cem invernos, pois que já em mais de um dia da nossa existência nacional, ele se tem ateado em protestos bem tímidos de calor...*»

Talábriga, conta-nos, de facto, Apiano, historiador aliás suspeito pela sua preocupação de enaltecer o poder imperialista de Roma, escritorlouvaminheiro dos fortes, como muito bem lhe chamou o Sr. Prof. Dr. Vergílio Correia, era uma das cidades da Lusitânia que mais frequentemente se revoltava.

Décimo Júnio Bruto marchou contra ela e dominou-a, reduzindo os seus habitantes à mercê e mandando-os evacuar a cidade. Exigiu reféns, a entrega dos que haviam desertado e que certamente

se teriam juntado aos talabricenses; tirou-lhes os cavalos, os mantimentos, os dinheiros e todo o material público.

Porém, seguindo as pisadas aquietadoras de Semprônio Graco, depois de lhes fazer sentir a impossibilidade da resistência e a inutilidade das suas revoltas perante o poder de Roma, restituiu-lhes a cidade para nela continuarem a habitar, embora constringidos à impotência e até à penúria.



Cerâmica doméstica do castro luso-romano de Cacia

Esta miséria e condição de humilhada em que ficou a cidade, não devem esquecer-se, pois que talvez nos expliquem um pouco da obliteração das suas ruínas e da mesquinhez do espólio que porventura um dia venha a encontrar-se, embora não explique a perda da sua tradição local.

É bem provável que, apesar do tato político do cônsul romano, algo mais de violento se passasse, conhecidas como são

da história as barbaridades praticadas por todos os invasores e, especialmente, pelos conquistadores romanos quando encontravam resistência nas populações peninsulares, de que ficaram tremendo exemplo a perfídia de Galba e as tragédias de Numância na Celtibéria e de Monte Medúlio nos altos do nosso Minho.

Talábriga vencida e empobrecida, quebrantada e espoliada, continuou a existir, como o demonstra a era de Estorãos com referência a um talabricense, no século III-IV depois de Cristo, e a inscrição no *Itinerário* de Antonino, no século IV da nossa era.

Plínio o antigo, em *Naturalis Historia*, também menciona Talábriga, seguindo do rio *Durius* onde começava a Lusitânia, para o sul, através do território dos velhos *Turduli* e dos *Pesures*, até ao ópido e rio de Emínio.

Porém, o conhecido autor latino, coloca Talábriga, ou Talábrica na forma romana, depois do rio *Vacca*, actual Vouga, e numa das suas versões variantes, aparece, antes de Talábrica, e depois do rio *Vacca*, o *oppidum* de *Vacca*, o que poderia representar uma interpolação, porque *Vacca* não é mencionada na outra versão pliniana nem em qualquer outro documento. E digo em qualquer outro documento, visto que, como nos assegura o Sr. Dr. Mendes Correia, a inscrição referida por Frei Bernardo de Brito como sendo a de uma lápide achada em Ossela, nas margens do rio Cambra, que no caso seria o rio Caima, inscrição essa que falava em *Vacca* ou *Vacua*, foi reputada falsa por Hübner e pelo professor Vickert, continuador do eminente epigrafista.

Vacca ou *Vacua* não é mencionada no *Itinerário*, e Talábriga, segundo o mesmo *Itinerário*, na versão berlinense, distava 40 milhas de Emínio e tinha de distar 31 milhas de Cale, pois esta é a soma das distâncias intermediárias de Talábriga a Lancóbriga e de Lancóbriga a Cale.

Mas no Cabeço-de-Vouga há ruínas importantes postas a descoberto em Setembro findo pelo Sr. Joaquim de Sousa Baptista, ilustrado proprietário e investigador dos arredores. E de Talábriga nada se tinha apurado ou descoberto.

Quere dizer que a citânia de Cabeço-de-Vouga não aparece no *Itinerário*, sendo de presumir, porém, que passasse ali a via romana. E de Talábriga, citada no *Itinerário* como existindo a certa distância miliária de certas outras estações, nada mais era sabido e conhecido quanto à sua jazida.

Lapso ou confusão?

Em hora feliz chamou a si o problema o Dr. Félix Alves Pereira, propondo-se determinar por forma positiva a situação do famoso ópido lusitano.

Adoptou para tal um método gráfico de inegável valor e de irrefragável lógica, idêntico ao que a arqueologia espanhola adoptara para a descoberta de Numância.

Tomou do *Itinerário* de Antonino um raio igual à distância de Cale a Lancóbriga e com o compasso fixo em Cale, ou margem do Douro correspondente a Cale, traçou na carta o arco de círculo da zona de Lancóbriga.

Tomou depois a distância de Cale a Talábriga e traçou o arco de círculo da zona de Talábriga.

Tomou seguidamente a distância de Emínio a Talábriga e traçou, de sul para norte, o arco de círculo da zona de Talábriga. Os dois arcos de Talábriga cortaram-se um ao outro.

Fêz assim uma contraprova rigorosa das distâncias do *Itinerário* e da sua veracidade.

No espaço compreendido entre os dois arcos de Talábriga, ou nas suas proximidades, deve achar-se o *ubi* do «oppidum» luso-romano. O erro possível por êste método, mesmo o proveniente da medição da estrada ou da errada equiva-

lência da milha romana tem de ser necessariamente muito pequeno, pois se trata de uma distância total de 105 quilómetros.

Temos, destarte, determinada por um processo geométrico a zona da cidade pré-romana de Apiano e Décimo Júnio Bruto, que, segundo tôdas as probabilidades — sem se excluir em absoluto a hipótese de haver outra — se continuou, embora talvez decadente e apagada, na cidade luso-romana da ara de Estorãos, do naturalista e geógrafo Plínio o antigo, de Ptolomeu e do *Itinerário* de Antonino.

A localização obtida por semelhante processo corresponde a um terreno que fica entre Albergaria-a-Nova, Branca e Salreu ou seja entre as vilas de Albergaria-a-Velha, Estarreja e Oliveira-de-Azeméis.

A situação de um «oppidum» em tal zona é, pois, a condição essencial exigida pelo argumento miliário e quilométrico, isto é, pelo argumento vial, para identificação com o *ubi* de Talábriga de quaisquer restos arqueológicos que apareçam.

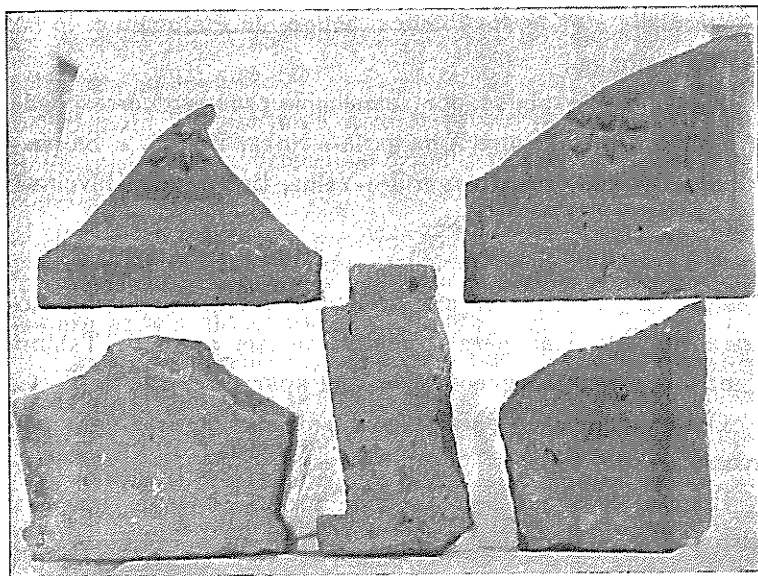
Outros requisitos, porém, deve ter qualquer sítio para poder ser êsse *ubi*.

É necessário que seja um sítio próprio para a vida de um castro pré-romano, defensável, elevado, forte por natureza. É o requisito topográfico, militar e tradicional.

É necessário que as ruínas ou restos que apareçam nesta zona em eminência castreja, revelem um fundo de cultura ante-romana e uma sobreposição de cultura romana, isto é, que demonstrem acentuada romanização ou a mistura bem conhecida das pobres formas lusas com as mais perfeitas formas romanas.

Mas é sempre essencialmente necessário que o castro ou ópido esteja sôbre a via militar de Emínio a Cale ou perto dela, via que não se sabe por onde corria, mas que não pode, plausi-

velmente, afastar-se muito do actual traçado, quasi que rectilíneo, da estrada nacional n.º 10, visto que a distância obtida pelo Dr. Félix Alves Pereira na redução das milhas do *Itinerário* a quilómetros entre Gaia e Coimbra é de 105.151 metros; a distância na carta do Estado Maior do Exército é quasi a mesma e pela estrada nacional é de pouco mais de 115 quilómetros.



Cerâmica de construção do castro luso-romano de Cacia

Como vimos, Gaspar Barreiros, o nosso corógrafo do século XVI, tratou do problema da localização do citado ópido luso-romano com apreciável critério. Seguindo passo a passo o *Itinerário*, que levou certo de Conímbriga até ao Vouga, desorientou-se aqui e enveredou para oeste indo colocar Talábrica em Cacia — «na qual vila e igreja de S. Julião nas ribeiras do Vouga situadas se acham vestígios antigos». —

Marques Gomes foi da mesma opinião, combatendo a daqueles que, como Frei Bernardo de Brito, pretendiam que Aveiro ocupasse o lugar de Talábrica.

Mas em minha humilde opinião, estando eu, como estou, em muito boa companhia, não pode confundir-se o «oppidum» de Talábrica nem com Cacia, nem com Vouga-Marnel ou «oppidum» do Cabeço-de-Vouga, e deverá procurar-se sempre na freguesia da Branca, do concelho de Albergaria-a-Velha, onde lhe assinalam a mansão os indicativos miliários e quilométricos extraídos da fonte mais segura que possuímos, que é o *Itinerário*, como Félix Alves Pereira demonstrou.

Assim pensa, também, o Sr. Dr. Vergílio Correia que expôs o seu modo de ver sobre a questão no respectivo capítulo da *História de Portugal* dirigida pelo Sr. Dr. Damião Peres, bem como o Sr. P.º Domingues Arede em artigo publicado por 1937 no *Arquivo do Distrito de Aveiro* e em carta que há pouco teve a bondade de dirigir-me.

No entanto surgiram modernamente opiniões em contrário que me cumpre mencionar.

O Sr. Coronel Strecht de Vasconcelos, pelas razões etimológicas que aduziu numa dissertação intitulada *Talábrica*, dissertação que fez publicar no jornal o *Correio do Vouga* em 1934, em resposta a mim e de mim discordando, considerou a palavra Talábrica um *ferónimo* que poderia derivar do grego ou do latim.

Pelos étimos gregos significaria — *submersa nas águas* e pelos étimos latinos — *subvertida na lama*.

Talábrica, por fôrça desses étimos, deveria encontrar-se, pois, enterrada nas areias ou lamas do Marnel, sendo escusado procurá-la no alto do Cabeço-de-Vouga, sobranceiro ao Marnel e ao povoado de Vouga, ou em qualquer outra parte, mesmo onde a gente bata com as milhas do *Itinerário*.

A isto respondeu, com inteligente acêrto, no mesmo jornal, um ilustrado sacerdote da Vila-da-Feira, discreateando sôbre as cidades dos séculos X, XI e XII:

— «*Se Talábriga era um oppidum existente à data da organização do Itinerário de Antonino, como poderia o imperador geógrafo chamar-lhe cidade submersa ou Talábriga?*»

E eu, sem me impacientar, declarei e declaro que não sei se estão certos os étimos e os ferónimos do Sr. Coronel Strecht de Vasconcelos, a quem aliás protesto a minha melhor consideração pessoal, mas o que não está certo, é o enterramento da pobre Talábriga nas lamas do lugar de Lamas ou nas areias do Marnel!

O que ali há perto, da mesma época de Talábriga, são os restos de um «*oppidum*» luso-romano lá no alto do monte, «*oppidum*» que foi considerado a cidade de Vacca por muitos dos nossos humanistas e por Borges de Figueiredo, «*oppidum*» de que eu recolhi material típico entre 1928 e 1935 e de que os beneméritos trabalhos do Sr. Sousa Baptista dos últimos meses de 1941 puseram a descoberto importantes construções que é lícito supor sejam mais vastas e nos forneçam elementos para resolvermos o enigma do seu topónimo.

Também o Sr. Dr. Aristides Amorim Girão, ilustre professor da Universidade de Coimbra, na *Geografia de Portugal* que traz em publicação pela *Portugalense Editora*, veio dar-nos o parecer de que foi no Cabeço-de-Vouga que residiu a famosa Talábriga.

Mas pelo *Itinerário*, como lúcidamente observou o Sr. P.^o Arede, cresceriam 10 milhas, nada menos, contando-se a partir de Conímbriga, e faltariam outras tantas a partir da margem calense do Douro.

Parece-nos que o distinto professor, geógrafo e arqueólogo, se impressionou demasiadamente com a idéia arreigada, por

fôrça de repetição, de que o ópido luso-romano ficava junto da foz do Vouga, e convencido de que o Vouga desaguava, ao tempo, não na ria actual, mas num braço marinho que penetraria pelo leito do seu curso inferior, entende que é no Cabeço-de-Vouga que deve estar a Talábriga, tanto mais que *a cidade velha da foz de um rio, é junto da foz velha do mesmo rio que tem de procurar-se.*

Com pena minha, discordo das suas razões, e digo com pena minha, porque, quaisquer que sejam as nossas divergências, eu não esqueço nunca o alto mérito do douto catedrático, tendo, aliás, comunicado a Sua Ex.^a lealmente a minha discordância.

Em primeiro lugar, nenhum texto autorizado dos tempos clássicos fêz referência à foz do Vouga quando falou de Talábriga.

Plínio colocou-a, a meu ver por confusão, depois do Vouga, mas não falou na foz do rio. Estrabão nem sequer referiu a cidade quando tratou do Vouga e do Mondego. Apiano nada diz a tal respeito. A proximidade da foz do Vouga — *stricto sensu* — em que eu acreditei também durante algum tempo — foi uma invenção ou uma maneira de dizer dos eruditos posteriores a Gaspar Barreiros. A confusão de Plínio é desculpável e compreensível sabendo-se que não veio à Península, mas descreveu esta aproveitando informes e relatos de Varrão e Agripa e de outros contemporâneos que por aqui viajaram.

Em segundo lugar, não creio hoje, talvez, num *braço marinho* que nos tempos romanos se inveterasse assim pelo baixo curso do Vouga. A geologia parece-me que não admite ou, pelo menos, não justifica tal suposição para época tão avançada da morfologia regional.

A meu ver, ao tempo da invasão romana, já na frente do desaguadouro inferior do Vouga havia formações deltaicas, umas

em progresso, outras já velhas e consolidadas, e o mar estaria muito afastado

É possível que por aí mesmo ficasse a ilha onde os montanhesees do Ermínio acossados por César se refugiaram. Foi a opinião de Napoleão III que estudou o problema histórico-geográfico da narrativa de Dion Cássio.

Mas o que não admite dúvidas, é a existência da *mãmoa* de Veiros e da *mama parda* em plena margem da ria da Murtosa, em terrenos arenáceos e vasosos de acumulação marinha e fluvial, laterais, por ocidente, de uma duna cujo material superior móvel cobre concreções ferruginosas com aspectos de consolidação, duna essa que acompanha a via férrea de Estarreja até Espinho.

Os próprios terrenos de Veiros e Murtosa encontram-se fortemente concrecionados e ferretizados sob a camada arável. Trata-se, muito provavelmente de uma duna quaternária ou de um cordão litoral que desde os tempos pleistocenos obstruía o remoto estuário do Vouga.

Mas as mãmoas bastam para nos datarem essas grandes emergências de uma época indiscutivelmente anterior aos próprios megálitos!

Uma penetração marinha que possa chamar-se *braço marinho*, nos tempos romanos, pois, em um vale tão estreito como o do Vouga para montante de Eixo, existindo aquelas formações consolidadas na frente do canal ou esteiro, não me parece de aceitar, embora se admita que a onda de maré subisse mais alto e mais longe.

Mantendo uma opinião por mim há muito expressa, entendo que na época romana a topografia regional não diferiria essencialmente da presente, a não ser em pormenores tais como a consolidação do cabedelo costeiro, a acumulação vasosa, o avanço dunar, a modificação dos fundos e das emergências. O delta já deveria existir.

*

* *

Em Setembro de 1941 encontrando-me em Aveiro com o Sr. Dr. Mendes Corrêa, trocámos impressões sobre a estação arqueológica do Cabeço-de-Vouga e acordámos em fazer a sua exploração, convencidos como estávamos, pelas visitas feitas, de que essa exploração devia ser fecunda.

Dias depois deram os jornais notícia das escavações que o Sr. Sousa Baptista ali fazia e dos seus curiosos achados. Soube depois, ainda, que o Sr. António da Rocha Madaíl, erudito arquivista, bibliógrafo e publicista, de acôrdo com o Sr. Baptista, dirigia os trabalhos.

Não havia mais lugar à nossa intervenção visto que a exploração arqueológica estava bem entregue.

Mas eu resolvi continuar a procurar o leito da estrada romana e, simultâneamente, a jazida de Talábriga porque o problema é conexo.

Procedi, então, a pesquisas metódicas na Branca para averiguar de quaisquer possíveis restos luso-romanos no aro daquela povoação, indicado pelo compasso de Félix Alves Pereira como sendo a zona de Talábriga.

Estudei de novo, minuciosamente, as cartas topográficas e meti-me com elas na Secretaria de Finanças de Albergaria-a-Velha a examinar a matriz predial referente às freguesias de Albergaria e da Branca e, novamente, dali voltei para o terreno que já por vezes tinha observado sem o menor êxito.

A matriz predial, como o registo predial, encerra um cadastro de propriedade que nos fornece tópicos preciosos que escapam aos corógrafos e às cartas topográficas mesmo de grande escala, e que são difíceis de obter nas próprias explorações de campo e nos inquéritos locais.

Na matriz da Branca feriu-me a atenção uma longa série de artigos dispostos a um e outro lado da *estrada velha*. A *estrada velha* nestas alturas foi como que uma grande janela aberta para a luz!

Verifiquei então, auxiliado por minha filha Eneida e por meu genro o Dr. Camilo de Oliveira, que a *estrada velha*, em que nunca ninguém falara, seguia a pouca distância a estrada nacional, por poente desta, a partir de Albergaria-a-Nova onde se começa a encontrar, e atravessava um lugar chamado *Lajinhas*.

Que das *Lajinhas* se passava para oeste a um *Cabeço Queimado* e do *Cabeço Queimado* se seguia a *Cristêlo*, por alguns também pronunciado — *Crestêlo*, o que nada importa.

A carta topográfica da Geodésica de 1 para 50.000 e a de 1 para 100.000 mencionavam *Cristêlo*, mas apesar de trazerem o traçado da *estrada velha*, não lhe davam qualquer designação que nos revelasse a sua antiguidade.

Cristêlo era, de há muito, objecto de atenção minha e desejava visitá-lo pela simples curiosidade do seu topónimo, já mencionado por Félix Alves Pereira e pelo *Arqueólogo Português*.

Mas eu julgava-o pertencendo ao concelho de Estarreja e tencionava atingi-lo partindo do Santo Amaro, local de uma importante feira dêsse concelho.

A matriz predial, porém, combinada com a carta topográfica, elucidou-me. *Cristêlo* ficava na freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha, e muito mais perto, afinal, de Albergaria-a-Nova que do lugar central da freguesia, que é Souto da Branca, e não muito distante de *Lajinhas* e da *estrada velha* que corre próximo da estrada nacional até ao lugar de *Côxe*.

Lajinhas logo me trouxe à lembrança as *lajes* das estradas romanas.

Outro lugar chamava-se mesmo — *Estrada!* Em *Lajinhas* há uma *calçada*. A *calçada*, verifiquei, é moderna, mas o termo era ainda sugestivo. Comecei a querer acreditar ter dado com um precioso achado — um trato da via militar romana que iria por ali em direitura a UI!

Depois de um primeiro reconhecimento do terreno, dirigi-me ao alto da serra de S. Julião, montanha que corre paralela ao rio Caima por trás de Souto da Branca.

Marques Gomes, em 1877, dissera que no alto dessa serra havia “*ainda vestígios salientes de uma atalaia que ocupava toda a circunferência do plaino, na extensão de 300 metros de comprimento, divisando-se parte da vala, ou cava exterior e da linha do parapeto em toda a vala, havendo do nascente uma saída e entrada larga pela encosta do monte abaixo com muros e cortinas laterais de pedra e terraço*”.

Frei Bernardo de Brito também se referiu a esta serra, chamando-lhe de S. Gião, e ao reduto castrejo do seu alto, porque os naturais assim o denominavam, *Castelo de S. Gião*.

Já eu encontrara na matriz o *Alto do Telégrafo* e a meia encosta a ermida de S. Julião, que Bernardo de Brito também mencionava.

Verifiquei que o *Alto do Telégrafo* de hoje corresponde ao Castelo de S. Gião, de Brito, e à atalaia de Marques Gomes, embora êste último escritor faça um descritivo que não condiz presentemente com a realidade.

Há, de facto, porém, ali restos de um castro, que pela primeira vez se identifica como tal, mas que pode ter sido um simples reduto, pois não vi sinais de habitações. Alguma cerâmica que recolhi numa ligeira sondagem, pareceu-me relativamente moderna. A muralha é visível em alguns pontos. A pedra dos lanços que faltam, está empregada em muros divisórios de propriedades vizinhas.

Foi aqui que Bernardo de Brito, segundo êle nos conta, encontrou um marco que lhe pareceu miliário, mas de *letras mui apagadas*, em que se inscreveria a milha XII e que falaria em *Vacua*. O continuador de Pinho Leal lamentou o descrédito de Brito, pois se fôsse autor fidedigno seria de suma importância a sua notícia.

A inscrição do marco resolveria o problema das ruínas do Cabeço-de-Vouga e talvez o da localização de Talábriga.

Hübner não aceitou a veracidade do achado, mas eu, como Félix Alves Pereira, penso que alguma coisa haverá de verdade na narrativa do frade de Alcobaça que diz ter ali passado e subido e que aventou ser ali a Lancóbriga que o marco indicaria estar a XII milhas de Vácua. As ruínas de muros não se inventam e só modernamente adquiriram a devida importância. O cronista cisterciense não poderia inventar o que ainda hoje lá se observa, e trazendo a via romana para êstes confins afastava-se de Aveiro que julgava ser a Talábriga.

Por detrás da serra corre a velha estrada de Arouca que viria entroncar na *estrada velha* em qualquer ponto próximo de Lajinhas.

Essa estrada de Arouca, com muros de pedra grossa, evidentemente aproveitada de outras construções superiores, é que pode ter fornecido o marco visto pelo autor da «*Monarquia Lusitana*», pois não é crível que para o alto da serra se conduzisse a coluna vial pertencente à velha estrada romana de Olisipo a Cale muito distante e muito em baixo.

Seria neste castro a falada Talábriga?

Pareceu-me de precárias condições de habitabilidade para tal e não foi ali encontrada nunca, que eu saiba, qualquer prova de romanização.

Julgo mais provável ter sido uma atalaia, um reduto ou um refúgio de gentes e gados, talvez da «*civitas*» talabricense, em momentos de perigo.

Acompanhado pelos Srs. Prior de Branca, Rev.^o Conde, e pelo antigo Delegado e Procurador da República Sr. Dr. Manuel Marques da Silva, ali residente, cavalheiros que se têm dedicado também a pesquisar as antiguidades locais, especialmente o último que encontrei com idéias arreigadas a respeito da passagem por ali da estrada romana, mas que infelizmente nada havia publicado, percorri pela terceira vez o leito da estrada antiga, agora no sentido norte-sul.

O Sr. Dr. Marques da Silva quis mostrar-me os fundamentos da convicção em que estava de que a *estrada velha* decalcava a estrada romana e mostrou-me, na verdade, algumas lajes, a que outras, descobertas na ocasião, se seguiram, tôdas muito aceitáveis como restos do lajeado romano, asseverando-nos os vizinhos que essas lajes eram da estrada velha e indicando-nos pontos onde o lajeado ainda há poucos anos era cerrado e extenso e donde, por alguns dêles mesmos e por outras pessoas conhecidas, muitas lajes tinham sido arrancadas.

Devo dizer que o subsolo não contém granito, mas é formado por xistos muito fósseis e alterados do precâmbrico.

Sem poder exhibir ou referir uma prova decisiva, e apesar da minha sistemática reserva e cauteloso pessimismo, pessimismo e reserva que eu adopto como norma nas minhas explorações, acho de todo o ponto provável que grande parte do leito desta *estrada velha* que atravessa Albergaria-a-Nova e termina no sítio de Côxe, correndo paralela à estrada nacional e à linha do Vale-do-Vouga na extensão de uns quatro quilómetros, corresponda ao leito da via romana.

Dali poderia ela passar a Ul, onde apareceu um marco miliário, ao castro de Lações de Azeméis, a Carcavelos de S. Tiago-de-Riba-de-Ul e à ponte romana da Pica em Cucujães, sempre por poente da nacional, como entende o Sr. P.^o João

Domingos Arede, seguindo depois à Senhora da Saúde, onde Armando de Matos deparou com o pavimento lajeado que comunicou em 1937 a esta Sociedade.

Crê e com justa razão o Sr. P.^e Arede que a velha estrada real de Lisboa decalcava a *Via Militar* de Antonino, porquanto não consta que os povos bárbaros, mouros e leoneses que sucessivamente dominaram o nosso país, tivessem construído estradas e pontes de grande importância, pôsto que o povo continue a chamar mouras ou mouriscas às estradas e pontes romanas. Seria o caso da *estrada mourisca* de Viterbo que afirma, sem aduzir a prova ou mencionar a fonte.

A *estrada velha* da freguesia da Branca que hoje assinalo, nunca foi publicamente lembrada, reconhecida ou considerada por ninguém que eu saiba, nem mesmo pelo Dr. Félix Alves Pereira, mas devo dizer que a minha investigação encontrou já idéias definidas, por observação directa, no meu ilustre amigo Sr. Dr. Manuel Marques da Silva.

O facto da existência das lajes causou no Sr. Dr. Vergílio Correia, no próprio local, a mesma agradável surpresa que a mim causara também.

*

* *

Vejamos então, agora a importância do problema da *Via Militar*.

Descobrir o leito da estrada militar romana através do distrito de Aveiro, seria só por si um objectivo interessante no plano da arqueologia histórica nacional.

Em 1937, escrevia o Sr. Dr. Vergílio Correia: « raro é o arqueólogo que, alguma vez, na sua vida, não tenha tido de defrontar-se com o problema das vias romanas do território português. Para os

que estudam a época dos Césares, o conhecimento dos caminhos antigos, documentados pelos itinerários, pelo onomástico e pelos próprios restos das estradas, é fundamental, basilar, indispensável.

Infelizmente não existe para todo o país um trabalho no género do que o Padre Manuel Capela publicou em 1895 acerca dos *Miliários do «Conventus Bracarangustanus» em Portugal*. Se existisse, decerto firmaria o nome do seu autor no capítulo da «*Arqueologia Romana*». Porém hoje, o esforço particular de um amador ou profissional não bastaria para resolver o vasto problema da viação imperial no nosso país. Só o Estado poderia, com pleno sucesso, tomar a seu cargo o assunto. »

E acrescenta:

« O assunto da viação romana é tão difícil, na ausência de marcos e vestígios materiais, que apesar da distância entre Conimbriga e Eminium ser somente de 10 milhas, perto de 15 quilómetros, não se conseguiu ainda estabelecer o seu traçado... »

O ilustre professor escrevia isto a propósito dos restos de uma ponte que apareceram perto da Mealhada, quando do desvio da estrada nacional, concluindo, desalentado, que « o que vira afastava a hipótese romana e que teríamos de continuar a utilizar as informações documentais, à falta de melhor... »

Felizmente parece que podemos começar a aproveitar monumentos materiais e documentos arqueológicos no traçado através do Vouga-de-Baixo.

O Sr. Dr. Armando de Matos, estudando as Estradas Romanas no Concelho de Gaia em 1937, dizia, e muito bem:

« A época da romanização da Península é aquela que mais importância tem para o esclarecimento das origens da civilização de

que somos filhos; é, portanto, a mais interessante e uma das que mais atenção nos merece...

Tendo sido a conquista romana da Península — e daquelas regiões que mais tarde haviam de formar Portugal — efectuada de Sul para Norte, não é de admirar que a primeira grande estrada militar que sulcou o ocidente peninsular, trouxesse aquela orientação.»

Importância vital deveria ter, efectivamente, para o domínio romano esta via que o Sr. Cristóvão Aires, citado pelo distinto director dos Museus Municipais de Gaia, denominou de *estrada da ronda* e pela qual rapidamente se deslocariam as tropas a subjugar as veleidades de rebelião das tribos ocidentais, de seu natural tão altivas e aguerridas na Lusitânia e na Galícia como as eternamente heróicas da Celtibéria.

Mas a grande via de Olisipo a Brácará, como a estrada actual de n.º 10 entre Lisboa e Pôrto, que é com a linha férrea paralela, uma verdadeira espinha dorsal da vida de relação entre o Norte e o Sul do País, entre as duas grandes cidades nossas capitais, deveria ter-se tornado também uma necessidade política, pois ela não poderia deixar de ser um grande instrumento de expansão civilizatória, cultural, económica e administrativa do romanismo nesta faixa do ocidente peninsular.

Fulcro de domínio, eixo de influência imperial, a via militar Olisipo-Brácará, seria, se existisse ainda, o maior monumento da romanização do ocidente. Essa estrada foi considerada por Hübner em 1871, como construída ou reformada por Calígula (37 a 41 depois de Cristo) em vista do marco que vira no pátio da Universidade de Coimbra. Mas o grande epigrafista, em 1888, já atribuiu a construção do caminho mais antigo, segundo refere o Sr. Dr. Ver-

gílio Correia, aos tempos de Adriano, ou seja dos anos de 117-138.

Pinho Leal diz que as primeiras estradas que os romanos lançaram entre nós, datam talvez de Júlio César (49 antes de Cristo) e de Augusto (26 antes de Cristo), o que toma visos de verdade com o marco dedicado a Tibério, sendo algumas de Vespasiano, Trajano, Adriano e Antonino.

Porém o autor do *Portugal Antigo e Moderno* não indica as fontes da sua informação.

Hübner, em 1888, desconhecia com certeza a coluna vial de Ul, povoação ao sul de Azeméis. José Fortes visitou o lugar e castro de Ul em 1909 a pedido de Bento Carqueja, fazendo, a seguir, a leitura dessa e de outra inscrição.

O marco estivera incorporado nas paredes da igreja demolida em 1790 e foi metido depois em obras anexas da mesma igreja e dali retirado e salvo por influência do ilustre e falecido director de *O Comércio do Pôrto* naquele ano de 1909.

O próprio estudo de Félix Alves Pereira a que me tenho referido, publicado no *Arqueólogo Português* em 1907, não fala ainda neste achado a todos os títulos precioso por ter data e número e por nos marcar um ponto do picteado da misteriosa via.

O Sr. Dr. Vergílio Correia, escrevendo no *Diário de Coimbra* em 1937 sobre o problema da estrada romana de Coimbra ao Pôrto, certamente por mero esquecimento de jornalista, não mencionou o monumento de Ul que nesse mesmo ano examinou comigo, de passagem em Azeméis, a caminho de Arouca.

O trecho da via-militar encontrado pelo Sr. Armando de Matos, ao norte; a ponte romana da Pica em Cucujães, publi-

cada pelo Rev. Arede; o miliário de Ul lido por José Fortes e as guias e restos de lajeado da *Estrada-Velha* de Albergaria-a-Nova entre Lajinhas e Côxe, na Branca, hoje comunicadas, com fortíssima presunção *romanos*, marcam-nos a directriz geral muito provável da estrada do *Itinerário de Antonino* entre Cale e o Vouga.

Na noite desta grande dificuldade, — directriz, traçado e leito da *via militar romana* entre Emínio e Cale, parece que já começa a enxergar-se um picteado, porque algumas lucernas acesas, embora bruxuleantes, se erguem nas mãos dos investigadores alumando aqui e além o ínvio caminho...

*

* *

Passava em Talábriga e passava em Lancóbriga...

Mas em que pontos dessa estrada, ficava Talábriga e ficava Lancóbriga?...

Eis de novo, por fôrça dessas estações viais, pôsto ante nós o enervante problema, sem dúvida um dos mais apaixonantes não só da nossa arqueologia romana, mas também da nossa proto-história e até da nossa pré-história, pois o sufixo *briga* nos assegura da antiguidade céltica desses castros lusitanos.

E o Sr. Dr. Mendes Corrêa chega a crer que onde a actual oponímia refere os nomes de castro ou crasto, citânia, cidade, cidadelhe, crestins, castelo, castêlo, crastêlo e cristêlo, se pode chegar a retrotrair o início do povoado a uma data coeva dos megálitos!...

Voltemos ao *Itinerário*. Em primeiro lugar devemos advertir-nos da existência de vários textos de cuja diversidade Pinho Leal nos dá nota no tópico respectivo.

Seguimos, porém, a edição de Berlim, de 1848, de Parthey e Pinder, a mais adoptada entre os nossos estudiosos do assunto e parece que uma das mais cuidadosas e perfeitas.

As distâncias que nos interessam são as seguintes:

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| De Conímbriga a Emínio. | 7 milhas |
| De Emínio a Talábriga | 40 milhas |
| De Talábriga a Lancóbriga | 18 » |
| De Lancóbriga a Cale. | 13 » |
| Total entre Emínio e Cale. | 71 » |

ou sejam na equivalência de 1.481 metros por milha, um total de 105.151 metros, isto é, 105 quilómetros e 151 metros.

A versão do Códice Florentino diverge na distância de Emínio-Talábriga, a que atribui apenas onze milhas, certamente porque em vez de um X e um L se colocou um X e um I, mas, como diz o Sr. P.^o Arede, a sua tabuada está evidentemente errada.

Edição alemã e Códice Florentino são concordes na distância entre Cale e Lancóbriga.

Cale não pode deslocar-se de qualquer das margens do Douro na altura de Gaia-Pôrto. Portanto, Lancóbriga, segundo o Rev. P.^o Arede, não pode afastar-se do terreno situado entre S. João de Ver e Lourosa. O castro romanizado mais próximo, conhecido, é o de Fiães, sem que tome, por tal notar, o compromisso de opinião de que êle seja Lancóbriga, questão que hoje deixo sem outra discussão.

Mas como o Códice Florentino dá XI milhas para o percurso Emínio-Talábriga, sendo Talábriga na Mealhada, Lanco passaria

muito para o sul, para as alturas da Branca, onde a quis localizar Frei Bernardo de Brito.

Impossível perante a unanimidade das duas variantes do Itinerário: 13 milhas de Cale a Lanco!

Logo, é a edição berlinense a que está certa e por isso Talábriga tem de procurar-se onde esta edição a coloca e onde o compasso de Félix Alves Pereira lhe assinou o local, — quero dizer — a zona. Essa zona, é a do lugar de Albergaria-a-Nova, é a do lugar de Lajinhas e da *Estrada Velha*, é a do lugar de Cristêlo, é a do Castelo de S. Gião, é a da freguesia da Branca, do concelho de Albergaria-a-Velha.

Mas até há pouco, nenhum indício de qualquer obra, monumento ou povoação dos tempos luso-romanos ali se tinha encontrado ou verificado, a não ser o que referira Brito em 1600.

Agora podemos já entrar para o estudo do problema com o *Castro*, reconhecido, do *Castelo de S. Gião* ou da serra da Branca; com o lajeado aceitavelmente romano da *Estrada Velha*; e com o « oppidum » luso-romano de Cristêlo.

Tudo isto, que é pouco ainda, pode ser muito se novos achados lhe derem fôrça; tudo isto, como indicativo de Talábriga, pode ruir pela base se aparecer qualquer monumento epigráfico comprovativo de ser noutra parte a jazida do histórico « oppidum ».

Em qualquer caso temos novos documentos da cultura romana na região explorada.

Em 16 de Dezembro último, depois de percorrermos a *Estrada Velha* de norte para sul e de observar e fotografar o enfiamento das lajes do sítio da *Estrada*, na propriedade do Sr. Manuel Leandro, fomos, em pequena caravana, formada pelo Sr. Dr. Manuel Marques da Silva e seu filho, estudante da Universidade, pelo Rev.º José Conde, Pároco da freguesia, por



Lajes de granito na *Estrada-Velha*, próximo de *Lajinhas*, freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha. Possivelmente guias ocidentais da via romana. Postas a descoberto quando da visita do Sr. Dr. Vergílio Correia.

Foto de Manuel Abreu.



Castro de S. Gião, na serra da Branca. Restos de muralha.

Foto do autor.

minha filha e por mim, das Lajinhas a Cabeço Queimado e daqui a Cristêlo, pois Cristêlo era, pelo seu topónimo e situação, o meu principal objectivo dêsse dia.

Cabeço Queimado em que eu depositava muitas esperanças por me lembrar a *cidade queimada* do cêrro de Garray, em Espanha, cidade que é Numância, desapontou-me inteiramente, pois nada de notável revelou.

Cristêlo, que atingi sob uma grande fadiga, porém, impressionou-me logo de entrada pelo seu imponente aspecto topográfico. Marques Gomes dissera dêle, apenas, que possuía a mais antiga capelita da paróquia da Branca, sinal de que não ligava ao topónimo a importância devida e de que desconhecia ali em absoluto os restos de romanização.

Mas a posição é admirável!

Cristêlo é hoje um pequeno lugarejo sem estrada, sem escola, sem correio, sem loja e sem taberna, pousado no planalto de um promontório amplo, de encostas abruptas, alto de umas dezenas de metros, cercado por duas ravinas profundas onde correm duas ribeiras afluentes do Antuã, todo envolvido num frondoso carvalhal, belamente disposto para revigorar a sugestão do arcaísmo e significado do expressivo topónimo.

Os meus companheiros conheciam um morador que tinha achado mós romanas. Quando parámos à porta dêsse vizinho de Cristêlo, logo eu dej com a vista num monte de pedras e cacos, onde se me depararam bocados de *tegula* e tejlaria romana.

Percorremos depois o promontório, que é largo e longo. Vi e recolhi mais olaria romana e ouvindo alguns dos naturais foram êstes indicar-nos os pontos por onde corria a muralha cujos fundamentos me disseram reconhecer-se com a picareta, bem como os sítios onde tinham aparecido *quartos e salas, fornos e coisas várias*, agora recobertos pela terra do amanho das propriedades,

pelos matos, pinhais e carvalheiras, e pelas casas da localidade. Os fragmentos cerâmicos não eram abundantes, mas eram característicos. A *tégula* aparecia metida nas paredes e arrumada dos matos. Nas terras agricultadas havia bastos fragmentos de olaria. No ponto avançado do cabeço seria o *castelo*, segundo uma versão de alguns antigos.

A muralha coroaria o cabeço numa extensão de perto de 800 metros, numa largura de 100 a 200 metros, num perímetro de perto de 2 quilómetros. Em grande extensão notou o terrapleno na visita do dia 3 de Fevereiro, encarecendo-lhe a importância, o Sr. Dr. Vergílio Correia. As dimensões do que seria o recinto muralhado e a fortaleza da posição, elevada, de encostas escarpadas, cercadas por profundas ravinas onde serpenteiam os cursos de água, o isolamento daquele promontório, o primitivismo do viver simples do povo que ali ainda se dedica a fiar a lã, estagnar as colmeias, branquear o linho, pascer ovelhas e cultivar o campo; a paisagem estranha, de montes ásperos cobertos de arvoredo onde, — coisa excepcional nestes sítios —, abunda o carvalho, cujo folhido tapeta e doura o chão declivoso, paisagem cortada lá acima pelas serras e a poente por outros cabeços negros de pinheirais, causaram-me verdadeira surpresa, ali a dois passos, afinal, da *estrada velha* Pôrto-Lisboa, da moderna estrada nacional, do caminho de ferro do Vale do Vouga e da linha da C. P., tão próximo da planície da marinha, da ria e de Beira-Mar!

Pregunto agora: estarão ali as cinzas de Talábriga, guardadas da nossa insciência, pelo recôndito da mansão, pela falta de vias de acesso, pelo acaso que afastou as vistas dos pesquisadores de antiquilhas e as locubrações dos eruditos, mantendo-os em silêncio durante tantos séculos, e que, no nosso inquieto e ansiado tempo, nem sequer acordou os curiosos, os escritores da região, os jornais das localidades, os próprios correspondentes

noticiosos dos grandes diários que tantas vezes nos elucidam sôbre assuntos desta natureza?

Não o posso eu afirmar. O que ali está, na zona de Talábriga, é um « oppidum » dos tempos luso-romanos.

Terá o mesmo acaso, que é o pai dos prodígios em tôdas as descobertas, desvendado agora o mistério das relíquias do celebrado ópido lusitano?

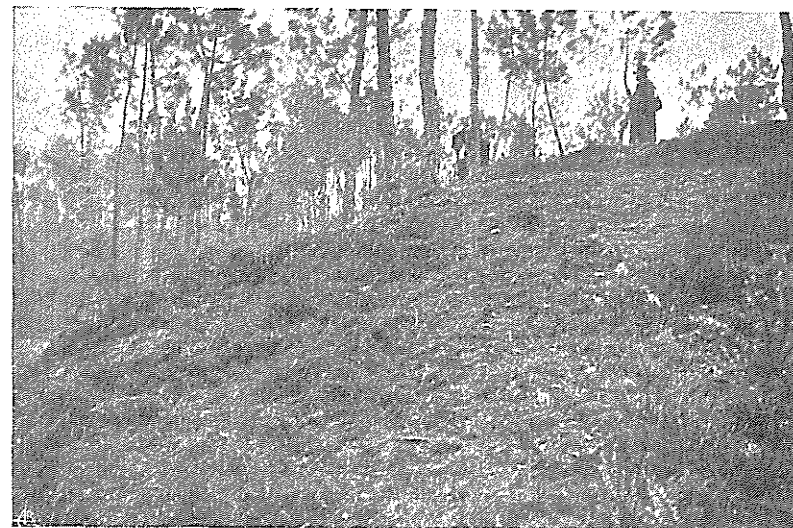
Só novas descobertas o poderão dizer.

Será a *Estrada Velha*, a estrada que Viterbo sem plausível razão do seu dito chamou mourisca, nas alturas da Branca, por mim agora comunicada, a testemunha actual do leito da via militar romana naquelas paragens? É muito crível.

Será compatível com a marcação da estação viária de Talábriga do Itinerário de Antonino, a distância de dois quilómetros e meio que medeia entre o « oppidum » de Cristêlo e a *estrada velha* que acabo de assinalar? É uma questão a esclarecer.

Seria de aceitar a hipótese de, pela designação de *Talábriga* como estação do Itinerário, se tomar não o próprio « oppidum » em si mesmo, mas o caminho para o « oppidum » e o território da *civitas* da tribo talabricense que teria em Cristêlo o seu centro, no *Castelo* próximo de Soutelo um outro castro e no Castelo de S. Gião, hoje Alto do Telégrafo de Souto da Branca, um reduto de recolha de gados e gentes em período calamitoso de guerras, invasões e ameaças?

Serão os tópicos *fundo da vila* na Branca, Nebrijo, Lajinhas, mâmoas, outras tantas reminiscências dos primórdios e destroços da *civitas talabricense* que indubitavelmente representava uma organização social e uma concentração política e administrativa no século II antes de Cristo, ao tempo da campanha de Décimo Júnio Bruto? Ou haverá no território apontado pelo compasso das distâncias miliárias de Cale e Emínio como sendo inevitavelmente o aro de Talábriga, ter-



Cristêlo, freguesia da Branca — Albergaria-a-Velha. Vista parcial da encosta com vestígios do sistema defensivo.

Foto de Manuel Abreu.



Lajes de granito na *Estrada-Velha*, perto de *Lajinhas*, freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha. Possivelmente restos da via romana.

Foto de Manuel Abreu.

ritório tão remexido e esquadrihado pelos lavradores nativos, onde parece nada mais existir, outro castro desconhecido, de ascendência ante-romana como Cristêlo, e romanizado como êste « oppidum » ?

Será lícito supor que o diminutivo Cristêlo, se se justapôs mais tarde às ruínas, foi inadequado ao sítio deserto de um sistema castrejo que mereceria pela sua vastidão e preciosa importância mais pomposa designação ?

Será certo que as designações de *citania*, *cidadelhe* e *cividade*, tão freqüentes ao norte do Douro e que, no próprio seio da cidade do Pôrto, o Sr. Dr. Mendes Corrêa descobriu na íntegra importância do seu significado, se não adaptaram a idênticos centros de povoamento e a idênticas funções sociais coevas existentes ao sul do Douro, visto que nem uma só dessas designações se verifica ao sul do mesmo rio, razão por que não podemos esperar do achado dêsses topónimos o esclarecimento do problema ?

Será certo, como eu suponho, que a morte dos nossos *ópidos* teve lugar nas proximidades do século V e representa a assolação de uma horda de bárbaros invasores mal memorada ou não identificada ou não pormenorizada na História, ou de uma luta entre suevos e bárbaros competidores, e que essa calamidade destruiu a instalação material e a cultura, a vida social dos agregados cidadãos, aliás pobres, então existentes, dos luso-romanos, e a própria continuidade demográfica a ponto de se dar uma ermação transitória que obliterou por completo a memória dos nomes designativos dos castros e *ópidos* assolados ?

Não é muito de fazer pensar o estranho fenómeno de se não notar continuidade de povoamento sôbre os *ópidos* desmantelados no fim da época luso-romana, de se não encontrarem no seu espólio documentos de cultura bárbara ou árabe, e de se

esquecerem os seus topónimos, bem como o facto de se não verificar continuidade de cultura material, social e intelectual entre os *ópidos* abandonados e as populações das vilas da baixa latidade ?

Não é impressionante o facto dos cronicões não aludirem aos nomes das cidades luso-romanas destruídas, quando documentos posteriores as mencionam já, na proximidade dos locais dos velhos *ópidos*, localidades que ainda hoje vivem com os nomes que êsses documentos lhes deram há mil anos ?

Êstes problemas creio que precisam de estudo e consideração.

Chego a pensar carecerem de revisão certas soluções históricas, para se poder harmonizar a teoria histórica com os factos revelados pela arqueologia.

A tendência para se tirar o aspecto catastrófico à história da dissolução do império romano no ocidente, por efeito da invasão dos bárbaros e do estabelecimento dêstes no território luso-calaico, pelo menos no distrito que vai do sul do Douro ao sul do Vouga, tem talvez de desobstruir o seu caminho, afastando as inexplicáveis ruínas materiais e culturais dos *ópidos* e castros luso-romanos e a própria desmemória dos seus topónimos.

Não é em verdade muito compreensível o estranho facto de se perderem totalmente na tradição regional os topónimos das cidades abandonadas ou os locais das cidades de que ficaram os nomes em qualquer relato.

A etnografia encontra por tôda a parte vestígios de lendas muito arcaicas, de velhos factos históricos, embora muito deformados, de canções muito primitivas, de longínquos romances. Bem natural é, pois, que da vida e da morte dos velhos *ópidos* algo ficasse no espírito dos nativos e se transmitisse de geração em geração.

Numa recolha de canções populares portuguesas em Rocas de Sever do Vouga, a que assisti, o professor Armando Leça deparou com alguns cantares que remontam a mais de cinco séculos.

As lendas das mouras têm entre nós, já nada menos de um milénio.

Algumas lendas incorporadas no ciclo das narrativas da mourama, retrotraem-se aos tempos castrejos. Na Serra do Arestal, como em muitas outras regiões montanhosas do país, os *mouros* trocavam sinais entre si, segundo tradição indígena, do alto dos píncaros das montanhas e das mamoas que coroam os cimos. Todos os megálitos, penedias curiosas, altos solitários, fragas imponentes ou fontes dos êrmos, são dos mouros e das mouras.

Êstes *mouros* eram os povos lusos certamente assinalando uns aos outros do alto dos seus castros, refúgios e redutos, a aproximação do inimigo, e eram os ante-romanos escutando pelos recessos e seguindo pelas veredas a pista do adversário.

Nas mamoas do Arestal, havia um depósito de *ferraduras* dos cavalos dos mouros; as pedras insculturadas eram *fornos de mouros* e *escritas de mouras*...

A *cobra* que entra em muitas lendas de mouras encantadas, e que por vezes é a forma viva tomada pela própria moura no encantamento a que foi sujeita, é, possivelmente, a serpente totémica dos Sefes de Avieno e quem sabe se a sobrevivência na lenda, da impressão profunda deixada na mente do povo pelo tótem ancestral.

Porém, da história da vida ou da morte das cidades luso-romanas do Baixo-Vouga, como de Lancóbriga, talvez como de Santa Luzia, de Briteiros, de Santa Tecla, de Monte Medúlio, nem a menor reminiscência resta nas lendas ou tradições da região.

Talábriga, o seu drama e o seu epismo, é uma tradição ligada à narrativa de um historiador — Apiano, de Alexandria. — Da sua localização só o *Itinerário* de Antonino nos dá indicações exactas como vimos. O resto que dela se diz, é obra dos eruditos. No povo nem o menor vislumbre de uma recordação. Como é possível no decorrer normal de uma vida evolutiva?...

.....

*

* *

Anoitecia quando retirávamos de Cristêlo e nos embrenhávamos de novo nos caminhos indecisos dos pinhais, onde a ramaria densa tornava mais pesado o anoitecer e a noite mais fria a minha dúvida...

Castros lusitanos, velhíssimo Cristêlo, cacos romanos, carvalhais vetustos, Cabeço Queimado, Lajinhas, Estrada Velha, lajes de granito, Souto da Branca, Castelo de S. Gião...

Ia andando e conversando, mas pensando, e evocando a pobre e altiva Talábriga, a dos lusos, que ali ou por ali perto estanciera e que um dia viu atónita, mas altiva, chegarem em ameaça as legiões; que resistiu ao invasor; que se revoltou contra o grande dominador do mundo antigo, e que, mais feliz que as congéneres suicidas, sofreu, no entanto, os horrores do assédio, a amargura da capitulação, a angústia da derrota!...

Bem queria eu que a voz da terra respondesse ao meu chamado e que Talábriga renascesse das cinzas e ali se me revelasse como a moura da grade de ouro a quem lhe desvendasse o segredo!...

Mas não serei eu quem se amofine e se desalente se não fôr este o fio do labirinto onde Talábriga dorme o seu sono milenário!...

O que lamento é ter causado tanto enfado por tão-pouco que aqui trago, e ser tão pobre, afinal, o fruto dos meus passos!

Mas penso que, mesmo para mim que sou o mais humilde dos obreiros dêste empenho de servir a História desencantando velharias e dando voz às coisas mortas, o trabalho é um prazer e o dever é um prémio, isso basta, e o dever é só um:

PERSISTIR E PROSSEGUIR!

VÁRIA

O PROF. MARCELLIN BOULE

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia acaba de perder um dos seus membros de honra, dos mais categorizados, o notável professor Pierre Marcellin Boule.

Nasceu este eminente cientista em Montsalvy, no Cantal, no ano de 1861. Como orgulhosamente declarava, herdara dos seus ascendentes paternos, artistas rurais, o gosto pelas coisas da Natureza e o sentimento do Belo, e devia à camponesa de alma nobre, que fôra sua mãe, o poder ter vencido com alegria as numerosas dificuldades da juventude. Influenciou-o profundamente o curioso panorama geológico da região natal, que outrora tão perturbada fôra por intenso vulcanismo. Mas foi um geólogo amador, Jean Baptiste Rames, modesto farmacêutico em Aurillac, que o orientou intelectualmente, que despertou a sua vocação de naturalista. Durante toda a vida, o Prof. Boule venerou este «noble chevalier de la Science», como êle o chamava. Ainda, ao ser homenageado, no seu cinquentenário científico, por numerosos alunos, colaboradores e amigos, não pôde deixar de o lembrar: «Je ne perdrai jamais le souvenir ému de l'accueil, à la fois charitable et cordial, que je reçus de l'éminent historien du plus grand volcan de l'Auvergne, et de tous les affectueux encouragements qu'il ne cessa de me prodiguer par la suite. Comment pourrais-je oublier ses leçons en plein air, par monts, et par vaux: leçons claires, colorées, poétiques, rendues vivantes par une prestigieuse faculté d'évocation des êtres et des choses disparus dans la nuit des temps, suivant son expression favorite?»

Nos seus estudos, na Faculdade de Ciências de Toulouse, quem mais o prendeu, talvez em parte pela orientação que já levava, foi o então ali professor de Geologia, Louis Lartet. Todavia, a maior influência, a decisiva, exerceu-a mais tarde o genial paleontólogo Gaudry, muito embora tivesse frequentado no *Collège de France* os cursos de Fouquet, mestre que muito o impressionou, não só pelos profundos conhecimentos que possuía, mas ainda pela muita dedicação aos alunos e pela simplicidade de uma vida inteiramente dedicada à Ciência. O seu mais íntimo contacto com

o autor dos *Enchainements du Monde Animal*, resultou de ter sido colocado como bolseiro, por 1886, no *Museum*, a fim de se habilitar para o concurso de agregação. Ali, foi, ainda, preparador e seu assistente.

Em 1892 doutorou-se em Ciências, apresentando como tese um estudo sobre parte do seu tão querido Auvergne, *Description géologique du Velay*. Após o que, foi ocupar cátedra na Faculdade de Clermont Ferrand, onde ensinou Paleontologia e Geologia, e, só alguns anos mais tarde, em 1903, substituiu o seu antigo mestre Gaudry no *Museum*, não apenas na regência, mas ainda como continuador dos seus estudos.

Marcellin Boule foi geólogo, paleontólogo e pré-historiador, e a sua extraordinária actividade revelou-se, em qualquer dos campos, bem notável. Deixou obra, sem dúvida, monumental. Caracteriza-a alto nível científico, marcada personalidade, clareza e sobriedade que não exclui a mais profunda análise, o mais minucioso estudo. É obra de grande probidade e largueza de vistas. Por isso, os seus numerosos escritos — cerca de trezentos — são altamente apreciados e elementos absolutamente indispensáveis a muitos investigadores.

*
* *

Não foi grande a actuação do Prof. Boule em Geologia; contudo, a ela corresponde um conjunto de trabalhos que, por si só, seria suficiente para consagrar alguém. Assim, continuando os estudos de Rames e Fouquet, estabeleceu definitivamente, por exaustivo estudo, a cronologia das erupções vulcânicas do seu Cantal. Muito colaborou nos *Bulletins du Service de la Carte Geologique*, ora aperfeiçoando a cartografia, ora melhor interpretando os vários acidentes geológicos. Mas, não tratou apenas da França metropolitana, Madagáscar mereceu-lhe particular interesse. Abordou também investigações petrográficas. Que o digam *Les gneisses amphiboliques et les serpentines de la haute vallée de l'Allier* e as *Observations sur les granites et sur l'origine des roches volcaniques*.

Foi, porém, em Paleontologia, que a sua extraordinária e bem dirigida actividade melhor e mais intensamente se aplicou. O primeiro trabalho de responsabilidade levou-o a efeito de colaboração com o seu professor Gaudry, em 1880, ao tratar o curioso género *Elasmotherium*, muito aberrante e muito especial, durante largo tempo discutido por apresentar simultaneamente caracteres de rinocerontídeo e de equídeo. Embora lhe tivessem merecido a atenção alguns invertebrados fósseis, o batráquio *Actinodon* e répteis da Boémia e de Madagáscar, etc., o maior



Prof. PIERRE MARCELLIN BOULE

(1861-1942 †)

número das suas publicações é consagrado aos mamíferos. Em tôdas elas se nota a constante preocupação de considerar em primeiro lugar o ponto de vista biológico, dinâmico. Por isso procurou sempre evidenciar, se possível, o encadeamento das espécies. São profundas e meticolosas as suas investigações sôbre os animais antropozóicos; reconstituiu as genealogias dos canídeos, filídeos, ursídeos, hienídeos e eqüídeos. Relativamente a variações, com dificuldade poderá ser ultrapassado o que escreveu sôbre os mamíferos de Grimaldi e de Tarisa. Muito contribuiu também para a solução de outros importantes problemas. Se o estudo do gigantesco carnívoro de Vaugirard, a *Pachycena*, curioso tipo de creodonte, autorizou a melhor poder-se admitir ligação continental, nos primeiros tempos cenozóicos, entre a Europa e a América do Norte, as suas observações sôbre o *Canis megamastóides* do Plioceno do Auvergne, puseram em evidência a grande importância dos fenómenos de convergência. Que, por exemplo, o desenvolvimento evolutivo pode ser parcial e, portanto, se torna necessário ter o maior cuidado nas conclusões a tirar da sua análise, claramente ressalta do cuidado estudo do *Callibrachion* do Pérmico de Autun, réptil de membros bem ossificados como os dos sáurios actuais, mas possuindo crânio de estrutura bastante primitiva que o aproxima dos pelicossáurios.

Torna-se impossível fazer aqui a análise, mesmo muito resumida, de todo o seu labor paleontológico, pois muitas são as publicações nos *Comptes rendus* da Academia das Ciências de Paris, no *Bulletin* da Sociedade Geológica de França, de que foi presidente e um dos sócios mais activos, e nos seus queridos *Annales de Paléontologie*, que fundara em 1906 e dirigiu até à sua morte com máximo carinho.

Grande número daqueles escritos dizem respeito a animais do Antropozóico, e daí as suas migrações para a Antropologia e para a Pré-história, que, graças a êle, passou a ser verdadeira ciência. Os meios físicos de então mereceram-lhe particular cuidado, e, por vezes, as suas conclusões foram de grande valor. O reconhecimento, por exemplo, da ocorrência de regressão marinha caracterizada por fauna quente do tipo chelense e indústria já musteriense, que permitiu compreender a cronologia quaternária na região mediterrânica, motivou fecundas generalizações às costas atlânticas.

Foi pouco depois de iniciar os seus estudos em Toulouse que se relacionou com Émile Cartailac — em companhia de quem visitou Portugal — o qual lhe transmitiu a sua grande paixão pela paleontologia humana. Neste sector é de evidenciar, entre os seus numerosos trabalhos que lhe dizem respeito, três que correspondem a verdadeiros marcos miliários: *L'essai de Paleontologie*

stratigraphique de l'Homme (1882), *L'Homme fossile de Chapelle-aux-Saints* (1908) e a sua obra-prima de síntese *Les Hommes fossiles* — com uma primeira edição em 1921, outra apenas dois anos depois e uma tradução em inglês — onde, como a crítica escreveu, a elegância da factura rivaliza com a solidez da observação e a elevação do pensamento.

O magistral estudo sobre a gruta de Grimaldi não permitiu apenas a resolução de numerosos e importantes problemas científicos, mas também de um outro de carácter económico. Foi o caso do encontro com o mecenas da Ciência, Príncipe Alberto I de Mónaco, que lhe permitiu entusiasmar-lo, a ponto de conseguir

*Je me souviens de Portugal, il y a près de 40 ans
avec mon vieil ami Cartailhac. J'y ai connu Ribeiro,
Delgado et beaucoup d'autres, c'étaient de très bons
et très bons hommes. Je me souviens de voir
que l'anthropologie portugaise est aujourd'hui repren-
te par un homme comme vous*

*Aqui, Monseigneur e cher Compagnon l'annonce
de nos très distingués collègues*



Autógrafo do Prof. Boule — Parte de uma carta datada de 21 de Novembro de 1921
em que é feita referência à sua visita a Portugal

instalação própria e dotação para esse Instituto de Paleontologia Humana, de que foi director, onde tantos investigadores desinteressados têm tido a oportunidade de applicarem a sua actividade. Ali se realizam cursos, trabalhos de laboratório e conferências gerais, cuja súmula se arquiva, em parte, nas *Archives de l'Institut de Paléontologie Humaine*, magnífica colecção de memórias que tratam de todos os assuntos relativos à origem e à evolução da humanidade pré-histórica.

Mas não ficou por aqui a sua actuação, pois foi ainda um dos fundadores e director, com a colaboração de Verneau até 1930, da bem redigida revista *L'Anthropologie*, onde, entre muitos artigos originais seus, se encontram centenas de bem elaboradas críticas apenas assinadas com as suas iniciais.

Marcellin Boule, além de ter sido cientista de primeira plana, foi notabilíssimo professor. É um bom exemplo de que o melhor meio de manejar uma ciência é ensiná-la. A par do conhecimento profundo da matéria, tinha raras qualidades de exposição, sempre proba, clara e concisa, e proselitismo ardente, comunicativo, resultante do grande amor e entusiasmo que tinha pelo que ensinava. Jamais esqueceremos as suas lições. Com meticoloso cuidado guiava e aconselhava os seus alunos, levando-os a ser comédidos, mas persistentes e confiantes. Se por vezes rude — a rudeza da franqueza — isso não era sem utilidade, e quasi sempre tal attitude operava como benéfico estímulo.

A pedido de numerosos auditores do seu curso público de Paleontologia no *Muséum*, e atendendo à penúria de produções didácticas dessa matéria em França, publicou, quasi no fim da vida, de colaboração com o seu discípulo mais querido e mais brilhante Dr. Jean Piveteau, o volumoso livro *Les Fossiles*, que tão bons serviços tem já prestado nas Universidades portuguesas. No prefácio declarou: «On a cherché à lui conserver le caractère de mon enseignement au Muséum, dont il représente une sorte de synthèse ou d'exposé synoptique». Este trabalho é, além disso, guia da magnífica galeria paleontológica existente naquela escola, que percorremos com tanto prazer e interêsse, reflexo de árduo e cuidado labor, grande sonho do seu querido mestre Gaudry, que êle de modo tão brilhante soube efectivar.

De valor pedagógico e utilidade são também os seus excelentes *Guides du Touriste, du Naturaliste et de l'Archéologue*, de que se publicaram vários volumes relativos a outras tantas regiões francesas.

Ainda, no ensino secundário e primário superior, a sua influencia foi notável; que o digam as *Conférences de Paléontologie*, que tanta influencia tiveram em nós quando rapaz, e as *Conférences de Géologie* com uma dúzia de edições.

* * *

Marcellin Boule, belo exemplo de uma vida inteiramente consagrada à Ciência, morreu na hora mais trágica da sua querida pátria. Não lhe foi dado o poder assistir ao ressurgimento da França gloriosa e esclarecida, o seu maior anseio, mas partiu, seguros estamos, com a consciência tranqüila de quem sempre bem cumpriu e com a certeza de que o génio gaulês se não extinguiu por completo.

J. CARRINGTON DA COSTA.

Sobre a avaliação do volume do corpo humano

Para avaliar a superfície do corpo humano vários processos, de maior ou menor rigor, têm sido propostos e já temos hoje fórmulas, como a de Mech e de Du Bois, que fornecem resultados suficientemente aproximados para serem empregados na prática; relativamente ao volume do corpo humano, não possuímos nenhuma fórmula que nos permita calcular, duma maneira aproximada e rápida, o seu valor.

Ora, se o conhecimento do valor da superfície do corpo é absolutamente necessário para a determinação do metabolismo basal, da mesma forma se torna necessário tentarmos avaliar, com aproximação suficiente, o volume do corpo quando pretendemos determinar a corpulência, a robustez e mesmo a constituição dum indivíduo.

Até agora, em Antropologia, quando é preciso tomarmos em linha de conta o volume substituímo-lo, simplesmente, pelo peso.

Evidentemente que esta substituição não é legítima, pois que peso e volume, são grandezas de naturezas diversas; resulta daqui que índices, construídos com o peso em substituição do volume, dão resultados completamente diferentes daqueles que se pretendiam obter.

Rohrer, pretendendo exprimir por um número a corpulência, que define como a relação entre o volume e a estatura, substitui o volume pelo peso, e, seguindo a orientação dalguns antropologistas que querem uma potência do mesmo grau nos dois termos dum índice (o que é muito discutível), eleva a estatura à terceira potência.

E, assim, o seu índice que devia exprimir a relação entre o volume e a estatura, na realidade é, como muito bem diz Biederman, até certo ponto, um peso específico. Dizemos um peso específico, porque o de Rohrer está longe de ser o peso específico do corpo humano.

Este autor multiplica o peso em gramas por 100, quere dizer, reduz o peso em gramas a centigramas e, portanto, os resultados do seu índice (em média 1,22 a 1,35) vêm referidos a centigramas, o que de modo nenhum pode representar o peso específico do corpo humano, pois Mies dá para limites da oscilação do peso específico do homem adulto os valores 1,0127 e 1,082, mas, evidentemente, referidos a gramas.

Portanto o índice de Rohrer não é um índice de corpulência, porque não relaciona o volume com a estatura, nem exprime o peso específico humano; aproxima-se do valor da densidade do

corpo humano, que, como o de toda a densidade, é expresso por um número abstracto. E ainda este índice, como relação centesimal entre o peso e o cubo da estatura, não nos parece que corresponda a qualquer impressão morfológica.

Estas considerações feitas a propósito do índice de Rohrer poderiam referir-se mais ou menos a todos os outros índices de corpulência, constituição, robustez, etc.; em resumo: todos os resultados destes índices dão números difíceis de interpretar.

Davenport, que estudou as relações entre o peso e a estatura elevada às potências, 1, 2, 2 1/2 e 3, chegou à conclusão de que as

relações $\frac{\text{peso}}{\text{estatura}^2}$, $\frac{\text{peso}}{\text{estatura}^{2\ 1/2}}$ são as que exprimem melhor as variações da corpulência desde o nascimento até aos 30 anos.

Mas Frassetto determinou com rigor matemático a relação entre o peso (P) e a estatura (S), baseando-se em 299.355 indivíduos observados em idade militar. Essa relação é

$$\frac{S - 154}{P - 54} = 1,60$$

o que nos permite calcular o peso que deve ter o indivíduo desde que conhecemos a sua estatura. Frassetto apresenta as seguintes fórmulas para calcular o peso, partindo da estatura:

$$P = \frac{S - 67,60}{1,60}$$

ou

$$P = 54^{\text{kg}} + (0,625 \times X).$$

Sendo X o número de centímetros que a estatura considerada excede a de 1^m,54.

Ou ainda

$$P = C - (0,375 \times D)$$

em que C representa os centímetros da estatura que excedem um metro e D a diferença para 1,54.

Certamente que estas fórmulas de Frassetto poderão ser aplicadas sem grandes inconvenientes aos portugueses e aos espanhóis da mesma maneira que aos italianos.

Tomando, pois, como peso normal dum indivíduo, o valor dado por estas fórmulas e como, por outro lado, Mies dá para densidade do corpo humano números cujas médias são, aproxi-

madamente, 1,03 para os indivíduos gordos e 1,05 para os magros, vamos indicar como, depois de calcular pela fórmula de Frassetto o peso que deve ter um indivíduo de determinada estatura, podemos avaliar, com bastante segurança, o volume do corpo desse indivíduo aplicando ao cálculo uma ou outra das densidades, conforme o indivíduo excede ou não esse peso calculado.

Assim vejamos qual será o volume dum homem que tem de estatura 1^m,64 e pesa 59,2. Aplicando a primeira fórmula de Frassetto, o peso que este indivíduo deve ter é:

$$P = \frac{S - 67,60}{1,60} = \frac{164 - 67,60}{1,60} = 60,249.$$

Fazendo uso da segunda, vem

$$P = 54 + (0,625 \times X) = 54 + (0,625 \times 10) = 60,25.$$

E ainda se obtém o mesmo valor, fazendo o cálculo utilizando a terceira fórmula:

$$P = C - (0,375 \times D) = 64 - (0,375 \times 10) = 60,25.$$

Como se vê, qualquer das três fórmulas propostas conduz ao mesmo resultado.

Como o indivíduo pesa só 59^{kg},2, devemos calcular o seu volume empregando o maior valor médio da densidade 1,05 e portanto esse volume será:

$$V = \frac{P}{d} = \frac{59,2}{1,05} = 56,38.$$

Mas se um outro indivíduo, com a mesma estatura, pesasse 75^{kg}, o seu volume seria:

$$V = \frac{75}{1,03} = 72,81$$

tomando aqui o menor valor médio da densidade, visto o peso do indivíduo (75^{kg}) exceder o que ele deveria ter (60^{kg},25), calculado por qualquer das três fórmulas de Frassetto.

Parece-nos que esta é uma forma bastante aproximada de calcular o volume do corpo humano, a partir do qual se poderão

construir índices de corpulência, cujos resultados possam ser facilmente interpretados em correspondência com a impressão visual comum de corpulência.

BIBLIOGRAFIA:

J. MIES — *Über die Masse, den Rauminhalt und die Dichte des Menschen*, «Virchow Archiv für pathologische Anatomie», 1899 Ref. in «L'Anthropologie». Vol. x.

C. B. DAVENPORT — *Height-weight index of Build* — «American Journal of Physical Anthropology». Vol. III, 1920.

F. FRASSETTO — *Delle relazioni fra il peso e la statura* — «Atti della Reale Accademia Nazionale dei Lincei». Vol. XXXI, 2.º semestre, 1921.

F. FRASSETTO — *Height-weight index of build or robustness*. «Eugenics Race and State». Vol. II, 1923.

F. FRASSETTO — *Others forms of the law governing stature and weight in adults*. «Eugenics Race and State». Vol. II, 1923.

K. BIEDERMAN — *Beziehungen zwischen Pignet Index, Körperfülle-Index und körperlicher Leistung bei 16 jährigen Lehrlingen*. Ref. in «Anthropologischer Anzeiger». Vol. VIII, 1932.

ALFREDO ATHAYDE

Lutuosa

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia teve ultimamente o profundo pesar de ver desaparecerem do número dos vivos algumas distintas individualidades pertencentes ao seu grémio.

Em sessões públicas da Sociedade foram consignados votos de sentido desgosto por essas lutuosas perdas, mas queremos registrar também nas páginas da nossa revista tão tristes aconte-

cimentos, rendendo comovida homenagem de saúde à memória daqueles consócios que foram o Prof. Marcellin Boule, sócio honorário, e os sócios efectivos Sr.^a D. Maria Clementina Pires de Lima Tavares de Sousa e Srs. Engenheiro João Perestrelo e Drs. António Jorge Coutinho de Lemos Ferreira e António Simões Pina.

Em artigo do Sr. Prof. Carrington da Costa, é traçada, neste mesmo fascículo dos *Trabalhos*, uma biografia do insigne paleontologista francês Prof. Boule.

*

* *

A sr.^a D. Maria Clementina Pires de Lima Tavares de Sousa, espôsa do nosso consócio Dr. Armando Tavares de Sousa, professor da Faculdade de Medicina de Coimbra, e filha do também nosso consócio e ilustre anatomista Prof. Joaquim A. Pires de Lima, faleceu, dias após um parto, em 15 de Janeiro de 1941, apenas com 32 anos de idade. Revelando notável precocidade intelectual e artística, consagrou-se desde os 7 anos à música, tendo sido discípula de sua avó, de D. Ester Guimarães, D. Leonilda Moreira de Sá Costa, Luís Costa, Lucien Lambert e Viana da Mota. Tomou parte, com grande êxito, em numerosos concertos e algumas vezes foram executadas, também com êxito, composições suas, baseadas geralmente em melodias populares. Fêz conferências-concertos sobre folclore musical nos «Estudos Portugueses», no «Conservatório de Música» e no «Clube Inglês do Pôrto», na «Emissora Nacional», na «Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra», etc. Colaborou com seu irmão, o nosso consócio Dr. Fernando de Castro Pires de Lima, em estudos e conferências de etnografia. Colheu na região minhota de S. Simão-de-Novais cerca de duzentas melodias populares e publicou: *Folclore de Riba-de-Ave* («Prisma», Pôrto, 1938); *Uma melodia popular e a sua origem litúrgica* («Actas do Congresso Nac. de Ciências da População», Pôrto, 1940); *Um passeio a Landim* («Renascença», 1941); *Folclore musical* (Pôrto, 1942). Este último trabalho, publicação póstuma, encerra, além dos estudos anteriores e doutros, um *Album musical* constituído por nove melodias populares minhotas, colhidas e harmonizadas por D. Maria Clementina Pires de Lima Tavares de Sousa, para piano e canto. Seu pai o Prof. Joaquim Pires de Lima antecedeu este livro duma biografia de sua saudável filha.

No primeiro aniversário da morte de D. Maria Clementina realizaram-se, por iniciativa dos «Estudos Portugueses» e do



D. MARIA CLEMENTINA PIRES DE LIMA TAVARES DE SOUSA

(1908-1941 †)

«Orfeão Lusitano», uma missa na igreja da Trindade celebrada pelo Bispo do Pôrto, sr. D. António Augusto de Castro Meireles, uma homenagem junto do túmulo em Agramonte e uma sessão comemorativa na Faculdade de Engenharia, na qual foram cantadas composições da saudosa senhora.

Artistas e críticos musicais de grande categoria apreciaram e enalteciram o talento de D. Maria Clementina, cuja falta, como escreveu Sampaio Ribeiro, será lamentavelmente sentida na etnografia musical.

A sua bondade de alma, a sua mocidade cheia de entusiasmo e de esperança, o dramático imprevisto da sua morte alguns dias após o nascimento feliz dum filhinho, suscitaram em tôda a gente a mais viva e funda emoção por perda tão cruel.

*

* *

O sr. engenheiro João Perestrelo, falecido em Lisboa, dedicou-se dum modo especial ao estudo do conceito dos fundamentos das nacionalidades, especialmente da nacionalidade portuguesa. Com larga cultura científica e histórica, tinha chegado a pontos de vista próprios relativamente ao assunto. Em 1917 publicou um livro *O princípio da nacionalidade*, tendo publicado outros escritos, entre os quais, no «Instituto», em 1937 *Valores de Portugal* e em 1939 *Fundamentos, formação e fundação da nacionalidade portuguesa*. Às suas qualidades intelectuais o sr. engenheiro Perestrelo aliava a mais perfeita linha moral e um trato distinto.

Perdeu também a nossa Sociedade outro estimado consócio, o sr. Dr. António Jorge de Almeida Coutinho Lemos Ferreira, dum distinta família portuense, diplomado na secção filosófica da antiga Academia Politécnica do Pôrto, pessoa muito culta, e autor de alguns trabalhos científicos entre os quais a *Hipótese da degenerescência celular (Origem dos microorganismos patogénicos)*, Pôrto, 1922.

Faleceu no Rio-de-Janeiro há alguns meses, vítima dum desastre, o também nosso consócio, sr. Dr. António Simões Pina, antigo professor do Liceu Rodrigues de Freitas, do Pôrto. O Dr. Simões Pina era dotado de distintas qualidades intelectuais e dum vasta cultura, que lhe criara um ambiente da alta estima e aprêço no meio portuense.

Não queremos deixar de registar igualmente com fundo pesar o falecimento, há tempos, em Lisboa, do sr. Fran Paxêco, que, embora tivesse abandonado ultimamente a nossa Sociedade, foi

durante muitos anos dedicado membro desta. Fran Paxêco foi cônsul de Portugal em Cardife, em Liverpool, no Pará, etc.; tendo desempenhado sempre com grande elevação e patriotismo os seus cargos. Era professor honorário da Faculdade de Direito do Maranhão e autor duma vasta bibliografia sôbre assuntos de literatura, história, economia, relações luso-brasileiras, etc. Um dos seus últimos volumes, publicado em 1932, intitulava-se *Portugal não é ibérico*, e, preconizando boas relações com a Espanha, acentuava a diversidade portuguesa com referência ao país vizinho, fazendo a análise da geografia política e etnológica da Península. O sr. Fran Paxêco foi um dedicado discípulo de Teófilo Braga e promotor activo do intercâmbio intelectual e económico entre Portugal e Brasil. Embora tardiamente, não deixamos de render à sua memória, em nome da Sociedade de Antropologia, êste preito de saúde. Quem escreve estas linhas é-lhe pessoalmente devedor de muito agradecimento pela boa vontade e interêsse com que procurou pô-lo em contacto com o labor dos antropologistas brasileiros.

M. C.

REVISTA BIBLIOGRÁFICA

PROF. DR. HERMANN LAUTENSACH — *Interglaziale Terrassenbildung in Nord-Portugal und ihre Beziehungen zu den allgemeinen Problemen des Eiszeitalters.* — Extr. de «*Petermanns Geografischen Mitteilungen*», fasc. 9, Gotha, 1941.

O A. estuda a formação interglacial dos terraços do N. de Portugal nas suas relações com os problemas gerais dos períodos glaciários, tendo em atenção, principalmente, a parte do vale do rio Minho em que êste rio serve de fronteira entre Portugal e Espanha.

Depois de analisar, minuciosamente, o estado actual das investigações relativas ao pleistoceno dessa região nos pontos de vista geológico, pré-histórico e climático, o A. passa a descrevê-los em profundidade e em extensão. Passa, então, a analisar o significado dêsses terraços nas suas relações com os achados pré-históricos, com os movimentos do nível do mar e do continente, bem como a expor o mecanismo do aparecimento dos sedimentos dêsses terraços.

O A. conclui afirmando que a mudança do nível de base, na região do rio Minho, não é a única causa da origem dos terraços de aluvião que aí se encontram; simultaneamente com os levantamentos e abaixamentos do nível do mar, é provável que se desse um levantamento contínuo da costa, que se pode seguir, a partir do Sul, desde o Pôrto ao Cabo Silheiro, diminuindo de intensidade à maneira que se caminha para o Norte até à zona de afundimento de Rias Bajas.

A. ATHAYDE.

J. A. SERRA — *O esterno nos portugueses. Caracteres métricos e morfológicos do esterno no homem* — «*Contribuições para o estudo da Antropologia Portuguesa*», vol. IV, fasc. 2.º, Coimbra, 1941.

O A. estudou minuciosamente, nos pontos de vista métrico e descritivo, 272 esternos de Portugueses adultos, dos quais 140

masculinos e 132 femininos. Os resultados obtidos conduzem-no a várias conclusões, entre elas: que, como era de prever, há diferença sexual sobretudo nas medidas de comprimento, por certo relacionada com a diferença de estatura nos dois sexos, não a havendo sensível nos índices; e ainda que não há diferenças raciais no ângulo esternal e nos índices, havendo-as, apenas, na frequência de alguns caracteres descritivos, e sendo as diferenças raciais, como as sexuais, mais sensíveis nas medidas de comprimento, também maior nas populações de estatura mais elevada, sem que haja proporcionalidade entre a diminuição do comprimento e a da estatura.

O A., que empregou cuidadosos métodos de observação e de apreciação estatística, lamenta o pequeno número de trabalhos estrangeiros com que pudesse estabelecer confrontos de resultados.

O A. estudou a espessura do esterno e as suas relações com algumas particularidades morfológicas, como as perfurações, que verificou não serem influenciadas por aquela no sexo masculino mas parecerem sê-lo no feminino. Não calculou, porém, qualquer índice de espessura, que, como dissemos numa breve notícia de alguns esternos portugueses, citada pelo A., talvez tivesse interesse antropológico. Se os nossos próprios resultados não fôssem baseados em séries muito pequenas (2 a 12 casos, segundo as medidas), e por isso, como escrevemos, sujeitos a reservas, poderíamos afirmar que a mulher portuguesa teria uma braquisternia mais acentuada do que o homem.

MENDES CORRÊA.

DR. BERTHOLD PFAUL—*Biometrie in der Rassenkunde*—Jena, 1938.

A destriça das raças que constituem um agregado populacional é, quasi sempre, muito difícil de fazer, se a composição étnica desse agregado fôr muito complexa.

Baseados no método estatístico, têm sido apresentados vários processos para fazer a análise étnica duma população mas os resultados colhidos até agora não têm sido muito animadores.

Neste estudo, o A. baseia-se em experiências que fêz, misturando 3 espécies diferentes de feijões, depois de lhes ter medido as três dimensões. Depois de averiguar que as constantes obtidas através das seriações, nada indicam quanto à pureza das séries, apesar das respectivas curvas de frequência, nos seus valores modais, indicarem a existência de mistura de caracteres, o A.

serve-se das tabelas de correlação, em que substitui as frequências por superfícies, conseguindo assim separar as espécies, embora essas superfícies apresentem, por vezes, áreas, em parte, comuns.

Só depois de analisar os resultados obtidos com as 3 espécies de feijões, é que o A. faz aplicação do seu método às observações antropométricas que realizou na Turíngia.

Se, ao fazermos uma colheita de observações, atendermos aos caracteres pelos quais os indivíduos se distinguem melhor uns dos outros, parece que este método muito auxiliará o investigador a estudar mais minuciosamente um agregado populacional no ponto de vista étnico, o que não era possível fazer até agora com os métodos propostos.

A. A.

ALEXANDRE SARMENTO — *A evolução demográfica da população branca de Angola* — «Africa Médica», n.ºs 9-10, 1941.

A comparação de alguns aspectos da evolução demográfica da população branca de Angola no biénio 1939-1940 com os da evolução das populações de Portugal metropolitano e das ilhas adjacentes, leva o A. à conclusão de que o índice de vitalidade é superior em Angola, embora tenha o ano de 1940 sido mais desfavorável para a situação demográfica da população branca daquela colónia.

Assim os índices de vitalidade nesta foram de 272,1 e 245,3 respectivamente em 1939 e 1940, ao passo que na metrópole foram de 170,0 e 115,5.

Estas conclusões são favoráveis à colonização branca ali. Nas províncias do sul da colónia (Bié e Huila) os índices foram, no biénio, de 356,5 e 304,4, ao passo que nas do norte (Luanda e Malange) foram de 173,1 e 256,2.

M. C.

Arquivos do Instituto Benjamim Baptista — Vol. VII, Rio-de-Janeiro, 1941.

Continua o ilustre anatómico da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio, Dr. Benjamim Vinelli Baptista, a dar à estampa as demonstrações do valioso labor desenvolvido nos vários departa-

mentos daquele Instituto. O presente volume dos *Arquivos* contém, além de trabalhos de anatomia patológica e técnica operatória, estudos de anatomia normal que interessam mais directamente a antropologia. Benjamim Vinelli Baptista, Baptista Neto, Luís Fortes Pinheiro, Alis Simão, A. Smitt, Garrofé Júnior e Brito e Cunha tratam de variações osteogénicas do neurocrânio e da grande fontanela, dum caso de microcefalia, do tronco celíaco, da ciclocefalia, das variações do condrocrânio, de variações musculares, etc. Relata-se neste volume dos *Arquivos* uma visita do ilustre anatomista argentino e nosso consócio, Prof. Pedro Belon, ao Instituto Benjamim Baptista, onde proferiu uma brilhante conferência sôbre os resultados da cinematografia na interpretação anatómica.

M. C.

AFONSO DO PAÇO — *As grutas do Pôço Velho ou de Cascais* — Sep.^a do tómo XXII das «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», Lisboa, 1942, 44 págs. e XLII ests. com 185 figs.

Síntese criteriosamente conduzida de tudo o que há conhecido das grutas de Cascais que foram escavadas em 1889 por Carlos Ribeiro.

O A. fez a revisão do material recolhido nas escavações e conservado no rico Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, e com orientação segura, tantas vezes manifestada noutros seus belos trabalhos da prè-história portuguesa, escreveu uma verdadeira monografia àcerca daquelas três grutas ou furnas abertas numa escharpa da rocha cretácica na margem direita da ribeira de Cascais, grutas que além de tudo o mais, gozam da notoriedade da visita das maiores celebridades europeias no campo da prè-história, que vieram a Lisboa ao X.^o Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Prè-histórica, e as foram ver no dia 28 de Setembro de 1880.

Notícia histórica, Diário das escavações, Indústrias, Antropologia, Fauna e Considerações finais, são os títulos dos 6 capítulos do trabalho.

Para se ajuizar da maneira metódica como o estudo foi conduzido vejam-se os títulos dos sub-capítulos das Indústrias, que são os seguintes: Indústria lítica, Indústria óssea, Indústria metálica, Indústria cerâmica, Objectos de adôrno — contas e berloques — e Objectos a que se atribui significado religioso.

As grutas que constituíam uma necrópole de qualquer povoado eneolítico vizinho, bem merecem que o Município de Cascais as tome à sua guarda.

O espólio da gruta apresenta certas particularidades que o A. põe em destaque.

Assim, nenhuma outra estação portuguesa daquele tipo forneceu tão grande quantidade de machadinhas líticas espalmadas conhecidas pela designação de «herminettes» ou enxós.

Ao contrário do que seria de esperar, dentro do círculo cultural a que devem pertencer as grutas, há a ausência completa de vasos campaniformes ou fragmentos dêsse tão curioso e característico tipo de cerâmica eneolítica.

O conjunto do espólio das grutas, tais como cilindros de calcáreo e de osso, um crescente, placas de xisto, «herminettes», fragmentos de taça do tipo Alapraia e Palmela, etc., leva a enquadrá-las na chamada cultura do vaso campaniforme, e no entanto não forneceram sequer fragmentos do vaso que deu o nome à cultura.

Desenvolvendo o problema da cronologia das grutas o A. escreve: «As pontas de seta recolhidas, segundo a classificação de Nils Aberg, levariam a enquadrá-las, mais ou menos como Alapraia, no apogeu do eneolítico, a que já pertenciam as de Palmela».

E, como remate, aborda o problema não só da cronologia relativa mas também da cronologia absoluta, escrevendo:

«Atendendo à presença de metal em Cascais, seríamos tentados à sua colocação numa data cronológica que talvez seja posterior à das grutas de Alapraia. Mas, por outro lado, o espólio da gruta II desta necrópole recorda bem, como vimos, o das grutas de Palmela, e, segundo Bosch Gimpera e L. Pericot, a cultura de Palmela introduz-se no pleno eneolítico, ou seja 2.500 a 2.200 anos antes de Cristo».

SANTOS JÚNIOR.

AUGUSTO BOTELHO DA COSTA VEIGA — *A via romana de Lisboa-Alter-Mérida* — Sep. dos «Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses», Vol. V, Lisboa, 1941, 28 págs. 1 carta.

O A., com notável erudição, critério seguro de arqueólogo e sentido apurado de equilibrada análise dos pareceres emitidos por diferentes autores, aborda o estudo do trajecto desta importante estrada que, como realça, é de grande importância para a história

militar, pois como escreve (pág. 8) «tudo leva a crer que pela referida estrada veio a invasão almoada de 1184 e passaram, ora num sentido ora noutro, *columnas de combate* e *combóios* castelhanos em 1384.»

O mérito dêste trabalho está no ajuste ao terreno das distâncias dadas no *Itinerarium* de Antonino para os diferentes troços da estrada, cujas estações eram como é sabido, Aritio praetorio, Abelterio, Matusaro, Ad Septem Aras, Budura, Plagiaria e Emerita.

Depois de passar em revista as muitas referências que há à estrada em questão, e de discutir com critério as opiniões emitidas pelos autores que têm tentado localizar as estações referidas no itinerário de Antonino, tenta a localização de «Abelterium», «Matusarus», «Ad Septem Aras» e «Aritium Praetorium», que estabelece respectivamente, para a 1.^a a hodierna povoação espanhola a Oeste de Albuquerque, para a 2.^a o «monte» da Figueira (4 km. a S. E. de Arronches), para a 3.^a o outeiro da Azinheira Alta (entre Alter Pedroso e Alter-do-Chão) e para a 4.^a um local um pouco mais vago, «junto da actual carreteira de Ponte-de-Sor ao Tejo Velho, carreteira esta que justamente passa pelas origens da Ribeira de Alpiarça.»

Aborda ainda a localização de *Jerabriga* confirmando a opinião do Dr. Luciano Ribeiro que há anos a deu como correspondendo a Alenquer.

Ao contrário da opinião corrente que faz corresponder *Scalabis* a Santarém, emite a hipótese de localização de *Scalabis* cerca de Alcanhões.

Tôdas estas localizações foram realizadas em trabalho de gabinete sôbre cartas e com auxílio do curvímetro, e o próprio A. o diz, servirão «com base de futuras pesquisas no terreno.»

Oxalá que bem breve o A. nos possa dar confirmação das suas hipóteses, alicerçadas nas indispensáveis e indiscutivas provas colhidas na observação directa das respectivas regiões por onde deve ter passado a estrada de Lisboa a Mérida.

S. J.

ORLANDO RIBEIRO — Aglomeração e dispersão do povoamento rural em Portugal — Novembro de 1939; *Villages et communautés rurales an Portugal* — «Biblos», vol. XVI, Coimbra de 1940.

O labor desenvolvido pelo professor Orlando Ribeiro em vários domínios da geografia de Portugal tem conduzido a mar-

cados progressos nesses domínios, que muito lhe ficam devendo. Naturalmente, está fora do âmbito desta revista a análise dos estudos fisiográficos do jovem e distinto professor, mas os seus trabalhos antropogeográficos, especialmente os relativos à dispersão humana, ao regime social na vida rural e aos respectivos factores, é de directo interesse para os antropologistas.

No primeiro estudo o professor Orlando Ribeiro ocupa-se da aglomeração maior ou menor das habitações rurais no país, estabelecendo os tipos e principais variedades locais do *habitat* aglomerado, disseminado ou mixto no nosso território. Não omite uma justa referência a autores portugueses aos quais o assunto já mereceu alguma atenção, mas é inegável que se fica devendo àquêle professor a primeira sistematização geográfica ampla do assunto.

No segundo trabalho, comunicação apresentada à Associação dos Geógrafos Franceses, de Paris, o autor reúne vários elementos de grande interesse sôbre as comunidades rurais e as aglomerações campestres no nosso país. Depois de se referir ao regime de comunidade de exploração de baldios, de fornos, de moinhos, de lagares, etc., em vários pontos do país, como o Barroso, o Marão, o Gerez, etc., alude às interpretações que deram Poincard e Décamps, da escola da Ciência Social, e afirma que o *openfield* e a aglomeração aldeã parecem mais ligadas a factores de geografia física do que a influências históricas, embora reconheça que a evolução agrária no nosso país tem sobretudo «a marca da colonização romana» e que é «por intermédio dos modos de exploração do solo que deve procurar-se o reflexo das condições naturais nas formas do *habitat* rural.»

M. C.

W. KOPPERS — *Bhagwān, the supreme deity of the Bhils* — «*Anthropos*», t. XXXV-XXXVI, Friburg, 1940 1941.

Em 1938-1939, o A. visitou, no Oriente, algumas tribos primitivas da Índia Central, incidindo especialmente as suas investigações etnológicas sôbre os Bhils, que, em número de um milhão a um milhão e meio de indivíduos, habitam o noroeste daquela região, ou melhor o oeste dos montes Vindhya e Satpura que separam o Decão do norte da Índia.

Os Bhils são de origem certamente prè-ariana, mas falam hoje uma língua indo-ariana, uma variedade do Guzerate, com alguns resíduos não arianos. O A. diverge dos que filiaram os

Bhils entre os Munda ou entre os Drávidas. Para êle é um povo prê-Munda ou prê-Drávida, um povo primitivo «sui-generis». Neste trabalho estuda sobretudo a sua religião, as suas orações, as suas blasfêmias, os seus mitos e lendas da Criação, o seu mito do Dilúvio (que compara com outros mitos indianos do Dilúvio), os nomes da suprema divindade e de outros deuses (Bbagwân, Rama, Laksman, Zita, etc.), provérbios e adágios relativos à divindade, o culto de Bbagwân noutras tribos da Índia Central, origem indo-europeia e significação do nome de Bbagwân, etc.

Distinguindo-se dos Mundas e outros Indianos, os Bhils adoram um Deus «sui-generis», que não tem traços hereditários lunares ou solares como os dos outros indo-arianos.

Como é norma do ilustre director da *Anthropos*, êste trabalho é consciencioso, lúcido e profundo.

M. C.

JAIME LOPES DIAS — *Etnografia da Beira* — Vol. VI, Lisboa, 1942, 314 págs., 58 figs.

O A., etnógrafo abalizado e de reputação feita, juntou mais um volume à já brilhante série dos cinco até agora publicados sob o título genérico de «Etnografia da Beira». (Vid. T. S. P. A. E., vol. III, pág. 275 e 375; vol. IV, pág. 222. Pelo sub-título dêste 6.º volume que é «Lendas e romances, costumes, indústrias rurais, crenças e superstições, linguagem», já se pode ajuizar do grande interesse do mesmo pela natureza dos assuntos de palpitante valor etnográfico que nêle são tratados.

O A., beirão ilustre e apaixonado pelos encantos da sua provincia, prestou um óptimo serviço à sua terra e à etnografia nacional reünindo em volume uma rica colectânea de factos ligados à vida dos aldeãos beirões.

Um grande número de fotografuras, desenhos e esquemas valoriza a obra.

O último capítulo, subordinado ao título «Linguagem», é uma rica série de nada menos de 1.252 vocábulos e frases que constitui excelente e valiosa contribuição para o inquérito linguístico a que o Dr. Manuel de Paiva Boléo em boa hora meteu ombros.

Se é certo que um grande número daqueles 1.252 vocábulos são comuns a muitas outras regiões do país (tenho ouvido muitos dêles em Trás-os-Montes), não é menos certo que muitos dêles são dados a conhecer pela primeira vez.

Circunstância digna de registo e louvor é a distribuição dos mesmos vocábulos e frases por capítulos, consoante a natureza dos assuntos ou têrmos a que dizem respeito.

S. J.

ORLANDO RIBEIRO — *Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra-da-Estrêla* — Sep. da «Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», Lisboa, 1941, 99 págs., 6 mapas e 25 figs.

Com o mesmo seguro critério e inteligente orientação que tem manifestado em todos os seus trabalhos, o A. dá-nos no estudo presente o resultado das suas observações à cerca do problema pastoril da Serra-da-Estrêla nos seus múltiplos e importantes aspectos geográfico, económico e etnográfico. É sobretudo no que diz respeito a êste último que analizamos uma ou outra facêta dêste belo trabalho.

A descrição sóbria e precisa dum dia do viver do rebanho na Serra, feita nas págs. 41, 42 e 43, fêz-nos lembrar aquilo que temos visto por terras de Trás-os-Montes. Como é natural, à parte o menor número de cabeças de cada rebanho, tudo se passa de maneira semelhante. Ao que na Serra chamam *rodeio*, ou seja a imobilização do gado nas horas de maior calor, chamam no leste transmontano *acarrar* e é feito as mais das vezes à sombra das oliveiras, para que, ao mesmo tempo que o gado descansa e se defende do calor, estrume o olival.

A Trás-os-Montes, freguesia de Ribalonga, no concelho de Carrazêda-de-Ansiães, costumava, ainda não há muito, vir passar a invernada, pelo menos um rebanho de gado da Serra-da-Estrêla.

É rica a série de vocábulos registados pelo A. e pelos quais os pastores designam os gados, as fases da vida pastoril, os artefactos do fabrico do queijo, etc.

A fig. 24 onde em desenho esquemático o A. dá os utensílios usados para queijar, fêz-me lembrar o que tantas vezes vi em Trás-os-Montes. As mulheres transmontanas coalham o leite com a *coalheira* (estômago de cabrito juvenil sêco ao fumo). Na Serra a coagulação faz-se com cardo, que também era usado em Trás-os-Montes, embora menos do que a *coalheira*. O leite coagulado, *coalhada*, espreme-se com as mãos no *aro* (na Serra *acinho*) onde se vai modelar o queijo. Escorre no bico da *francela* (na Serra *francela* ou *barrileira*) o *sôro*. Êste é depois aquecido numa caldeira de cobre a lume brando. Sobrenado o *rebôlo*, massa dura que é retirada com a *escumadeira*. O *sôro* é mexido com um pau

cilíndrico, a *pateca*, até apurar à superfície o *requeijão* que está pronto depois de dar o *trambulhão*. Com a escumadeira tira-se o requeijão para as *requeijoeiras* de lata ou de barro. O que fica como resíduo na caldeira, chama-se *piralho* e é às vezes utilizado para dar aos cães ou aos porcos.

Não se esqueceu o A. de registar a nota folclórica, e assim a págs. 66 e 67 dá alguns quadros populares referentes a pastores e ao pastoreio e um romance de rústico e pecaminoso entrecho que tem como protagonista uma pastora.

Para que se possa bem ajuizar da importância e largo âmbito deste trabalho daremos como remate desta notícia bibliográfica, os títulos dos seus diferentes capítulos, que são os seguintes: «A vida humana na montanha. Criação de gado e vida pastoril. Comunidades agro-pastoris. A Serra-da-Estrêla: quadro natural. A Serra-da-Estrêla: povoamento. Pastagens e gados. Os rebanhos na Serra. A invernoada. Outras modalidades de transumância. O pastoreio e a agricultura. O pastoreio e as indústrias. Uma aldeia pastoril: o Sabugueiro. A «Mesta» e a evolução da transumância em Portugal. Conclusão: significado geográfico do pastoreio na Serra-da-Estrêla». E em apêndices: «População e criação de gados nas freguesias da Serra-da-Estrêla. Sobre o mapa do povoamento. Nótula bibliográfica.»

S. J.

ÍNDICE DO VOL. IX

| | PÁGS. |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| ALEXANDRE SARMENTO—Gente de Menongue | 5 |
| LUIZ DE PINA—Psicopatologia Criminal. | 49 |
| MARIA IRENE LEITE DA COSTA—Três casos de albinismo total | 93 |
| Congresso Nacional de Ciências da População | 153 |
| I Congresso do Mundo Português | 169 |
| LUIZ DE PINA—Dermopapiloscopia e Teratologia | 175 |
| ALEXANDRE SARMENTO—Dactiloscopia angolana | 187 |
| ANTÓNIO DE ALMEIDA—Por terras de Penalva | 233 |
| ALBERTO SOUTO—Romanização no Baixo-Vouga | 283 |
| V á r i a : | |
| Congresso do Mundo Português (Pre-história e Proto-história) | 105 |
| Congresso Nacional de Ciências da População | 108 |
| As figuras papilares digitais nos aborígenes de Angola (ALEXANDRE ALBERTO SARMENTO) | 113 |
| Notas arqueológicas sobre o castro de Lanhoso (CARLOS TEIXEIRA). | 117 |
| Molde de fundição para machados de bronze de duplo anel (CARLOS TEIXEIRA) | 126 |
| Estação romana de Canelas (CARLOS TEIXEIRA) | 130 |
| Subsídios para o estudo do índice cefálico dos indígenas de Angola (ALEXANDRE SARMENTO). | 195 |
| Folclore avariado (MENDES CORRÊA) | 199 |
| Le culte du feu à la Péninsule Ibérique (J. BETHENCOURT FERREIRA). | 202 |
| As doze verdades (A. SOUSA MAIA) | 206 |
| Pescadores do Alto—Os «Valboeiros» (A. SANTOS GRAÇA). | 209 |
| Jornada evocadora (MENDES CORRÊA) | 212 |
| Lutuosa (M. C. e B. F.) | 215 e 337 |
| O Prof. Marcellin Boule (J. CARRINGTON DA COSTA). | 329 |
| Sobre a avaliação do volume do corpo humano (A. ATHAYDE). | 334 |

Revista bibliográfica—Índice alfabético dos autores :

Ampúrias, 229; Arquivos do Instituto Benjamim Baptista, 343; Ayrosa, 231; Bethencourt Ferreira, 142; Borda, 151; Bosshart, 145; Câmara Cascudo, 151; Castellanos, 137 e 138; Coon, 143; Costa Veiga, 345; Esterman & Cunha e Costa, 229; Fischer, 222; Fonseca da Gama, 230; Genna, 144; Hamblly, 146; Harrasser, 147; Hrdlicka, 140 e 142; Huard & Bigot, 146; Júlia Pourchet, 225; Koppers, 347; Lacaz de Moraes, 148; Lautensach, 341; Liedtke & Richert, 148; Lindblom, 231; Lopes Dias, 152 e 348; Lorenzo Fernandes, 149; Luquet, 151 e 229; Maier, 145; Malán, 228; Martins, 150; Mendes Corrêa, 226; Montandon, 137; Muniz Freire, 232; Niceforo, 232; Novais, 140; Orlando Ribeiro, 346 e 349; Paço, 344; Paço & Jalhay, 141; Paul, 219 e 221; Pérez Barradas, 140; Pessler, 223; Pires de Lima, 148; Piffard & Dellenbach, 144; Pfaul, 342; Sarmento, 343; Schreiner, 224; Serra, 222 e 341; Teixeira, 141; Travaux de l'Institut Anatomique de l'Indochine, 224; Van Bork Felikamp, 224; Van Gennep, 152; Weidenreich, 219.

